

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**JÉSSICA PIRES CARDOSO**

**TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE CLASSE:  
um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina  
hidrelétrica de Jaguara**

São Carlos

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

JÉSSICA PIRES CARDOSO

**TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE CLASSE:**  
**um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina**  
**hidrelétrica de Jaguará**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Orientador: Profº. Drº. Rodrigo Constante Martins.

São Carlos

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268t Cardoso, Jéssica Pires  
Trajetórias de vida e de classe : um estudo sobre  
rearranjos territoriais e identitários na implantação  
da usina hidrelétrica de Jaguara / Jéssica Pires  
Cardoso. -- São Carlos : UFSCar, 2016.  
196 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de  
São Carlos, 2016.

1. Trajetória de vida. 2. Experiência. 3.  
Atingidos. 4. Usina hidrelétrica. 5. Deslocamento  
compulsório. I. Título.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

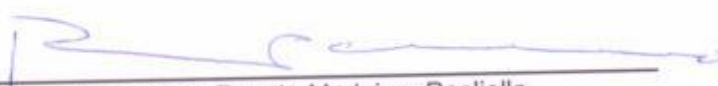
---


## Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Jéssica Pires Cardoso, realizada em 08/06/2016:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello  
UNESP

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso  
UFSCar

*Ainda que insuficientemente, dedico este trabalho aos verdadeiros mestres: mãe e pai. Agradeço a paciência, apoio, carinho e conselhos tão valiosos.*

## AGRADECIMENTOS

Há muito o que agradecer nesse momento. Muitas pessoas para lembrar, citar e mostrar, em simples palavras, toda a minha gratidão pelo apoio, ajuda, conselhos e conversas. Essas pessoas amenizaram momentos solitários, desataram nós, acalmaram aflições e, principalmente, compartilharam ideias, percepções e reflexões que me guiaram ao longo da dissertação. Há, portanto, uma rede de personagens, famílias, amigos, conhecidos que foram muito importantes para a construção e conclusão do trabalho, e será para eles que vou dirigir minhas palavras.

De início, agradeço àqueles que são os responsáveis por este *sentimento* que me toma ao terminar a dissertação: os moradores e atingidos da cidade de Rifaina. Agradeço por abrirem as portas de suas residências e me deixar entrar. Me recepcionar, me acolher e me proporcionar a alegria de conhecer as experiências e histórias de vida incríveis. As entrevistas foram muito além de um percurso necessário para a construção da pesquisa; foram momentos de aprendizado, encanto, emoção e prazer. Evito aqui citar nomes. Não pelo possível descuido de esquecer ou hierarquizar famílias, mas por saber que, além das famílias trabalhadas ao longo da pesquisa, me encantei com muitas outras histórias de moradores que faziam questão de me explicar com minúcia e detalhe o ritmo de vida antes da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

Agradeço à *Penha, Ernani e Rildo* por me apresentarem aos amigos e familiares e facilitarem a minha inserção ao campo. Ademais, agradeço de modo especial à Penha e Ernani por me hospedarem em suas casas e me acolherem como um membro da família. Em todas as minhas idas a Rifaina, fossem as planejadas ou as repentinas, tinha a certeza da segurança de um lar, de momentos prazerosos, de aprendizado e crescimento pessoal. Não posso deixar de agradecer, novamente, ao querido Ernani Baraldi que, observando a necessidade de um novo projeto cultural para a cidade, em que a memória, a cultura e a sustentabilidade caminham juntas, criou o Projeto Turismo Rifaina. Agradeço também a Casa da Cultura de Rifaina que, assim como o Projeto Turismo Rifaina, me disponibilizou preciosas fotos da região e informações da construção da UHE de Jaguará.

E por falar em ensinamentos e aprendizados, deixo os mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, *Rodrigo Constante Martins*. Posso afirmar, sem medo de errar, que as diversas orientações e conversas foram essenciais para a construção do trabalho, e mais, para meu crescimento acadêmico. Orientações que amadureceram o

projeto inicial e trilharam novos caminhos para a dissertação, me guiaram para novos horizontes e novas perspectivas. Sei que, ao longo desses dois anos, fui contemplada com uma orientação responsável, sincera, rigorosa, porém sem deixar de ser leve, sem deixar de ser próxima e sem deixar de ser atenta, com sugestões preciosas, indicações relevantes e conselhos valiosos.

Estendo os agradecimentos à Profa. Maria Inês Rauter Mancuso e ao Prof<sup>o</sup>. Juliano Costa Gonçalves por participarem da minha banca de qualificação e me agradecerem com sugestões importantes para o percurso do trabalho. Aproveito a oportunidade para adiantar os agradecimentos à Profa. Renata Medeiros Paoliello e, novamente, à Profa. Maria Inês, por aceitarem o convite para participar da banca de defesa da dissertação.

À CAPES, pelo financiamento que me possibilitou dedicar exclusivamente ao trabalho. Estou certa de que, sem o financiamento este trabalho não teria se desenvolvido na extensão que se encontra neste momento.

A todos amigos e amigas que estiveram por perto neste momento. Aos companheiros do Grupo de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS) – Raiza, Aninha, Rodrigo, Gabriel, Priscila, Alex, Mariana e Jeanne – que leram o texto, deram sugestões, apresentaram caminhos e compartilharam opiniões. As amigas que se fortaleceram com o contato e convívio em momentos de aula e encontros ao acaso – Raiza, Giulianna, Amanda, Yasmin. Aquelas que se tornaram a minha segunda família na vida mas a primeira família em São Carlos; que viveram minhas aflições e apreensões e me tranquilizaram com carinho, conforto, diversão e cumplicidade. São amigas de “Ouro”; amigas da República “5 de Ouro”. Em especial: Andresa, Ana, Ana Bia, Brenda, Caroline, Franciele, Gabriela, Karinee, Leyre, Luiza, Mônica, Patrícia. Por fim, minha amiga com quem compartilhei reflexões do trabalho, da política e da vida, Bárbara.

À minha família, pelo apoio, por acreditarem no trabalho e por respeitarem meu tempo. Apesar de insuficiente, deixo meu agradecimento e minha gratidão aos meus pais, Maria Luiza e João Batista, que me apoiaram, me deram força e, aos poucos, compreenderam a importância dessa fase para mim. Aos meus irmãos, Leonardo e Camila, pelos conselhos, conversas, momentos de risadas e caronas, sempre! Ao meu tio Germano que me encantou com as histórias de Rifaina e com os “causos” da época. As lágrimas que por vezes escorreram pelo rosto quando encontrava alguém de “longa data”, de “antes da inundação”, me fizeram sentir, pelo menos um pouco, parte daquele lugar,

daquela história, e me fizeram dividir as dores que encontrei nos entrevistados. Aos meus avôs e avós que sempre estiveram *presentes*, mesmo que alguns estejam *ausentes*.

E por falar em ausências, percebi que o tempo é cruel com os *velhos*. E é cruel para a pesquisadora que não está preparada para vivenciar a perda de uma pessoa que conheceu, de quem se aproximou e trocou experiências gratificantes. Nesse momento, peço licença para chamá-lo pelo verdadeiro nome, ou melhor, da forma conhecida por todos e todas. Então, agradeço ao Sr. Zui Devós por me dar a chance de conhecê-lo. Por me proporcionar um momento único de conversa e de risos. Senti-me lisongeadada de ter tido o contato com seu olhar e suas emoções. Obrigada!

Por fim, agradeço imensamente a uma pessoa muito especial, *Ruan*. Obrigada por respeitar minhas ausências, apoiar minhas decisões, incentivar novos desafios. Que todos esses anos de companheirismo, de cumplicidade, de amizade e aprendizado juntos, perdure por toda a vida.



*Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve  
sem o “agrebiz” feroz, desenvolvimentista  
Mas até hoje, na verdade, nunca houve  
um desenvolvimento tão destrutivista  
É o que diz aquele que vocês não ouvem,  
o cientista, essa voz, a da ciência...  
Tampouco a voz da consciência os comove!  
Vocês só ouvem algo por conveniência!*

*[...]*

*Vocês que enxotam o que luta por justiça  
Vocês que oprimem quem produz e que  
preserva  
Vocês que pilham, assediam e cobiçam  
a terra indígena, o quilombo e a reserva  
Vocês que podam e que fodem e que ferram  
quem represente pela frente uma barreira  
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra  
O extrativista, o ambientalista ou a freira.*

*[...]*

*Saibam que a mim não faria falta se vocês morressem  
Talvez enfim a terra assim encontrasse calma  
Que a mim não faria falta se vocês morressem  
vocês não me causaria nenhum trauma*

**Chico César – Reis do Agronegócio**

## RESUMO

O presente trabalho visa refletir sobre a trajetória social das famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Jaguara, localizada e construída entre os municípios de Rifaina/SP e Sacramento/MG na década de 1960. Período marcado por um projeto político autoritário que ansiava progresso e modernização da sociedade pela inserção plena do cálculo capitalista no mundo rural. Em vista disso, as mudanças advindas pelos anseios desta política dão-se em diversos patamares, não apenas socioeconômico ou ambiental em que o uso e ocupação do solo transformam-se abruptamente, mas também as famílias são expostas ao deslocamento compulsório que rompe e transforma vínculos culturais, hábitos, valores e rotinas sociais, isto é, mudanças de diversas ordens. Contudo, as mudanças e transformações que a instalação da hidrelétrica causam no território não são experienciadas apenas como perdas mas também ganhos e oportunidades que serão compreendidas quando observadas as *experiências* dos “atingidos” e a relação dos agentes com a *terra*, seja como espaço de trabalho, moradia ou referenciais identitários. Basicamente, o trabalho de rememorar o passado expôs as motivações e justificativas dos agentes que compreendem a instalação da hidrelétrica e o deslocamento compulsório como *positivo* ou *negativo*. Para ter acesso às experiências e trajetórias de vida, o instrumento metodológico utilizado foi a história oral por meio da entrevista qualitativa semi-estruturada, integrada à pesquisa bibliográfica e análises documentais.

**Palavras-chave:** trajetória de vida; experiência; atingidos; usinas hidrelétricas; deslocamento compulsório.

## ABSTRACT

The purpose of this work aims to reflect on the social trajectory of the families affected by construction of hydroelectric power plant *Jaguara*, located and build between Rifaina/SP and Sacramento/MG, small cities on countryside of Brazil, at the 60's. That decade was marked by a strong authoritarian politics that wanted progress and society's modernization by full capitalism insertion on "country/rural areas". As a result, the changes were on several and different levels, not just in socioeconomic or environmental areas, when the use and the occupation of land change completely, the families were exposed by compulsory displacement that breaks and turns relationships, culture, customs, values and social routine, changes in various orders. However, the transformations by hydroelectric power plant construction aren't only losses but also gains and opportunities, which will be understood when observing the experiences of the affected people and the relation between agent with the land, as a work's place, live's place and identity's place. Basically, the work of remembering the past, exposed the motivations and justifications of the people that comprising the hydroelectric construction and compulsory displacement as positive or negative. For the purpose to see experience and life's trajectories, the methodological instrument used was oral history through qualitative interviews, using bibliography research and documental analyses.

**Keywords:** life's trajetory; experience; hydroelectric power plant; compulsory displace.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Diagramas

Diagrama 1 – Rede das famílias entrevistadas.....	35
---	----

### Mapas

Mapa 1 – Região da Alta Mogiana Paulista: trajeto da linha férrea da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e ano de fundação das cidade .....	40
---	----

### Quadros

Quadro 1 – Apresentação das famílias dos <i>tipos empíricos 1 e 2</i> .....	52
Quadro 2 – Apresentação das famílias dos <i>tipos empíricos 3 e 4</i> .....	53
Quadro 3 – Percurso das famílias “atingidas” pela construção da UHE de Jaguara.....	88

### Figuras

Figura 1 – Mapa do Estado de São Paulo com divisões municipais (Destaque para o município de Rifaina) .....	37
Figura 2 – Mapa Individual da Região Administrativa de Franca, com as divisas municipais .....	38

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Sr. Josué Marães e os peixes do Rio Grande (1965).....	58
Foto 2 - O regresso da pesca no Rio Grande (1910) .....	68
Foto 3 – Dia de caça.....	69
Foto 4 – Canoas utilizadas para pesca no Rio Grande (pós 1971) .....	70
Foto 5 – Antiga Olaria .....	74
Foto 6 – Mulheres na olaria. Tijolos ao fundo em processo de secagem.....	75
Foto 7 – O trabalho na roça (1948).....	80
Foto 8 – Balsa que fazia travessia no Rio Grande (1951) .....	81
Foto 9 – Antiga ponte (Atualmente submersa) (1956) .....	81
Foto 10 – Início da construção da “ponte atual” .....	83
Foto 11 - Olaria Submersa .....	86
Foto 12 – Tijolos Submersos .....	86
Foto 13 – Placa Olaria Submersa .....	87
Foto 14 – Últimas cerâmicas após inundação .....	91
Foto 15 – Casas e sítios às margens do Rio Grande (após inundação) .....	130
Foto 16 – Lago artificial da UHE de Jaguará (1980) .....	131
Foto 17 – Ranchos às margens do lago artificial de Jaguará (2015).....	132
Foto 18 - Ranchos às margens do lago artificial de Jaguará (2015).....	133
Foto 19 - Ranchos às margens do lago artificial de Jaguará (2015).....	135
Foto 20 - Ranchos às margens do lago artificial de Jaguará (2015).....	136
Foto 21 – Família no curral .....	164
Foto 22 – Homens no Rio Grande (antes da inundação) .....	164
Foto 23 – Dinheiro desvalorizado da indenização de Sr. Josué Marães .....	167
Foto 24 – Sr. Josué Marães e as lembranças após a instalação da UHE de Jaguará.....	168
Foto 25 – Crianças brincando nas águas do Rio Grande (antes da inundação) .....	174
Foto 26 – Meninas brincando nas águas do Rio Grande (antes da inundação).....	175
Foto 27 – Registro de “Desapropriação Amigável” .....	178

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Produção (t) dos principais produtos agropecuários da região Alta Mogiana Paulista – 1920/1940/1950 .....	41
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CEMIG** – Companhia Energética de Minas Gerais

**ELETROBRÁS** – Centrais Elétricas Brasileiras S.A

**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens

**GP** – Grandes Projetos

**GPI** – Grande Projeto de Investimento

**GPH** – Grande Projeto Hídrico

**RRC** – Reassentamento Rural Coletivo

**SE** – Setor Elétrico

**UHE** – Usina Hidrelétrica de Energia

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
<b>SEÇÃO I – PREÂMBULOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>21</b>
1.1 Experiências, memórias e trajetórias dos sujeitos de pesquisa.....	21
1.2 Técnicas e procedimentos.....	28
1.3 Inserção ao campo .....	31
1.4 Caracterização da região de estudo .....	36
1.5 A escolha dos Sujeitos de Pesquisa .....	41
Tipo 1 – A terra e “aquele amor do lado esquerdo” .....	42
Tipo 2 – Aqueles que ficaram com “uma mão na frente e outra atrás” .....	44
Tipo 3 – A vida transformada pela área inundada.....	46
Tipo 4 - Aquele dinheiro “bem vindo e bem investido” .....	48
<b>SEÇÃO II – REVOLTA, LAMENTO E DOR: A EXPERIÊNCIA DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO .....</b>	<b>54</b>
2.1 Destruição, revolta e dor.....	55
2.1.1 Elementos históricos da construção do objeto.....	60
2.2 A experiência do deslocamento compulsório.....	67
2.2.1 As lembranças de uma comunidade caipira .....	67
2.2.2 Pós-construção da UHE: a reestruturação .....	83
2.3 CEMIG e <i>atingidos</i> : estratégias, “negociações” e indenizações .....	94
2.3.1 CEMIG <i>versus atingidos</i> .....	95
2.3.2 <i>Atingidos versus CEMIG</i> .....	98
<b>SEÇÃO III – GANHOS E BENEFÍCIOS: O LADO POSITIVO DA JAGUARA .....</b>	<b>107</b>
3.1 Apresentação dos tipos empíricos .....	107
3.2 Deslomento compulsório: <i>ganhos e benefícios</i> .....	113
3.2.1 “Eu? Trabalhar na terra? Nunca trabalhei!” .....	116
3.3 Motivações e justificações.....	120



3.3.1 A terra, a hidrelétrica e a questão de gênero: para além dos tipos empíricos .....	138
<b>SEÇÃO IV – O POSITIVO E O NEGATIVO DA UHE DE JAGUARA .....</b>	<b>146</b>
4.1 Ficar, sair e <i>voltar</i> : estratégias e motivações das famílias atingidas .....	147
4.2 Trabalho que liga, trabalho que afasta.....	157
4.3 “Ser” e “sentir-se” <i>atingido</i> : uma categoria em construção pela <i>experiência</i> . ....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	183
REFERÊNCIAS .....	188

## INTRODUÇÃO

O Brasil, favorecido pela abundância de reserva de água doce que corre por seus rios, consolidou sua política energética baseada na construção de grandes projetos hidrelétricos para abastecimento nacional. Essa realidade permitiu ao país ser reconhecido como um dos maiores produtores de “energia limpa”, mundialmente valorizada e expressivamente financiada por recursos estatais para execução de grandes obras que contribuíram para o desenvolvimento nacional “acelerado e sustentável”.

Previamente autorizado pelas noções de desenvolvimento econômico e progresso que a usina *per si* representa, esse grande empreendimento hídrico traz transformações de diversas ordens, tanto sobre o território quanto sobre as relações sociais ali existentes. À vista disso, as décadas de 1950 a 1970 foram marcadas pela intensa formação de lagos artificiais em razão da construção de usinas hidrelétricas, legitimada por uma política autoritária que ansiava novos patamares financeiros, progresso e modernização da sociedade pela inserção do cálculo capitalista no mundo rural. Inseridos nesse contexto social de grande autoritarismo, os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, ribeirinhos e comunidades tradicionais encontraram-se em uma situação ainda mais delicada pela instauração do Estatuto da Terra, que tornou legítima a retirada da terra daqueles que não tinham a propriedade legal e não se enquadravam nas expectativas produtivas nacionais. Para além desses dois fatores, podemos elencar ainda a constituição de decretos nacionais que autorizavam as construções das Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) qualificando-as como de “utilidade pública e benefícios nacionais”.

É nesse contexto social mais amplo de plano nacional desenvolvimentista, ditadura militar e formulação do Estatuto da Terra que a UHE de Jaguará foi construída.

Implantada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e executada por sua subsidiária regional Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sob a responsabilidade da Construtora Mendes Júnior, com o financiamento do Banco Mundial, a usina hidrelétrica de Jaguará, inaugurada no início da década de 1970, está localizada no Médio Rio Grande entre os municípios de Rifaina/SP e Sacramento/MG. Foi inundada uma área de 34.6 km<sup>2</sup> com potência instalada de 424.000 kW<sup>1</sup> de energia. Atualmente, Jaguará é o sexto maior empreendimento hídrico do Rio Grande que tem ao longo de seu curso outras onze usinas

---

<sup>1</sup> Dados retirados do site da CEMIG: <http://www.cemig.com.br/>

hidrelétricas<sup>2</sup> com vista à produção de energia elétrica. Apesar das obras terem começado em 1966 e finalizado em 1971, a primeira concessão para o aproveitamento de Jaguara foi autorizada já em 1959 com a finalidade de fornecer energia para uma fábrica de alumínio que a Companhia Geral de Minas, empresa de mineração, pretendia instalar na cidade de Poços de Caldas/MG (CEMIG, 2006).

De modo análogo aos Grandes Projetos nacionais e apesar de ser considerada de pequeno impacto por ser usina hidrelétrica a “fio d’água”, isto é, reduz as áreas de alagamento uma vez que não forma reservatório para estocar água, ou o tem em dimensões menores do que poderia ter, e utiliza turbinas que aproveitam a velocidade do rio para gerar energia<sup>3</sup>, a UHE de Jaguara carrega em seu bojo as características inerentes à construção de um grande projeto, ou seja, que “rompem com as práticas e relações vigentes, regulares, habituais que ocorrem no andar normal do cotidiano de um determinado espaço social” (VAINER, 2011, p. 36). As consequências do Grande Projeto de Jaguara, que inundou parte de três municípios – Pedregulho/SP, Rifaina/SP e Sacramento/MG –, deram-se em diversas ordens, como sociais, econômicas e ambientais, cabendo aos deslocados compulsoriamente se adaptar e reestruturar suas relações interpessoais, seu modo de trabalho e forma de vida em um novo espaço, com rotinas diferentes das previamente estabelecidas.

Neste contexto, o objetivo geral desta dissertação é interpretar a trajetória social e a reestruturação das famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Jaguara a partir das experiências de deslocamento compulsório. Essa experiência, que tem fundamento nas formulações de Thompson (1981), alude à ação dos agentes que estão inseridos em determinadas relações sociais e que, a partir da experiência, tratam de diferentes maneiras as situações que lhes são postas pelas relações capitalistas. Compreendo, portanto, que, no espaço social que foi alagado, havia agentes sociais que partilharam e/ou herdaram experiências comuns e articularam identidades e interesses entre si e contra outros em uma contínua *relação histórica* entre agentes sociais e o contexto real em que estavam inseridos (THOMPSON, 1987). Dessa maneira, para Thompson (1987), a classe surge em um processo ativo, em um constante “fazer-se” nas relações humanas que escapa a qualquer tentativa de enquadrá-la a

---

<sup>2</sup> A respeito das Usinas Hidrelétricas do Rio Grande, podemos citar: Água Vermelha (Antiga Josué Ermínio de Moraes), Camargos, Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho), Funil, Furnas, Igarapava, Itutinga, Marimondo, Marechal Mascarenhas de Moraes (Antiga Peixoto), Porto Colômbia, Volta Grande e Jaguara (ANEEL).

<sup>3</sup> As UHE “fio d’água” são construídas próximas à superfície, não dispõem de reservatório de água, ou o tem em dimensões menores e aproveita a velocidade do rio para gerar a energia. De modo contrário, as UHE’s com reservatório tem por objetivo interromper o curso normal do rio que permite a formação do reservatório de água. Além de “estocar” água, esses reservatório permitem a formação do desnível necessário para a configuração da energia hidráulica e a regularização do rio em períodos de chuva ou estiagem (ANEEL, 2008).

uma categoria estrutural e fixa. O uso da noção de classe thompsoniana neste trabalho fundamenta-se, exatamente, por seu caráter fluido e pela importante participação dos agentes nesse processo. Ao ser encadeada por agentes sociais inseridos em um contexto específico, a classe se constitui a partir da relação entre indivíduos que, na interação e troca de experiências, compartilham desejos e anseios comuns, articulam identidades e posicionam-se de modo contrário àqueles cujos interesses diferem dos seus.

Nesse sentido, o que se convencionou chamar de “atingido” por UHE não é dado de antemão e não segue uma linearidade de características, mas está presente a partir de um processo ativo, resultado do sentir e compartilhar experiências comuns, identidade de interesses e valores que se contrapõem a valores de outros indivíduos que partilham interesses diversos, e que, se concretiza efetivamente nas relações humanas (ROCHA, 2010; THOMPSON, 1981, 1987). Portanto, a proposta que coloco nesta investigação insere-se na busca de superar a “identidade objetivada” e o efeito *uno* do deslocamento compulsório sobre a população atingida, que acabam por afunilar as percepções com relação àqueles que experienciaram a construção de uma barragem. Dessa maneira, o recorte temporal que proponho para a investigação perpassa quarenta e cinco anos pós-construção da UHE de Jaguará, tempo hábil para aqueles que foram colocados diante do processo de migração e deslocamento compulsório conseguissem se reestruturar e ressignificar suas experiências e sua posição nesse novo espaço social.

Para que o objetivo da pesquisa fosse realizado, optei por privilegiar a investigação empírica por meio do estudo de caso em uma abordagem qualitativa de pesquisa social, priorizando a realização de entrevistas semiestruturadas para a coleta de depoimentos pessoais com a formulação do tópico guia. Para tanto, tomo como base o estudo de caso na cidade de Rifaina/SP impactada diretamente pela construção da UHE de Jaguará. Apesar de a inundação atingir três municípios diferentes, a escolha do município de Rifaina justifica-se por o lago artificial afetar tanto a área rural quanto a área urbana, deixando parte da cidade submersa. Outro fator explicativo consistiu na dificuldade de localizar famílias que experienciaram o processo de construção da UHE de Jaguará nos municípios de Sacramento e de Pedregulho. De modo contrário, na cidade de Rifaina me deparei com as famílias remanescentes do episódio histórico da inundação do território, o qual me possibilitou construir uma “amostra empírica” de relatos orais de famílias que experienciaram tal processo. Já a UHE de Jaguará justifica-se por ter sido construída no íterim da ditadura militar, Estatuto da Terra

e compor o plano nacional desenvolvimentista, privilegiando as dimensões econômicas em detrimento das dimensões sociais.

Rifaina, pequeno município localizado a nordeste do Estado de São Paulo, que faz divisa com o Estado de Minas Gerais e que margeia a esquerda do Rio Grande, foi fundada em 1865 após a doação de uma gleba de terra para a Diocese de São Paulo, que deu origem ao arraial de Santo Antonio do Cervo. A rigor, a cidade cresceu ao redor do Rio Grande e estruturou a produção e os mecanismos de trabalho pautados no ciclo natural das águas. Assim, os pequenos produtores rurais, majoritários na região, organizaram a produção e a cultura agrícola segundo a variação do rio e as variações climáticas que eram até então bem delineadas, quais sejam, o “período de seca” e o “período de chuva”.

Os relatos orais dos atingidos da usina hidrelétrica são carregados de emoções, saudades, pesares e lembranças, memórias de um tempo de mudanças, conflitos e resistências. As entrevistas foram momentos de trocas de experiências que proporcionaram à pesquisadora compreender as estratégias de negociação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), responsável pela construção da barragem, e as estratégias dos atingidos para amenizar as perdas financeiras futuras: entender a reorganização do mecanismo de produção, já que a base produtiva da cidade foi submersa com a formação do lago artificial; e, por fim, observar a reestruturação da vida dessas famílias que vivenciaram esse episódio.

Entre os moradores e pequenos produtores rurais da cidade, desde o anúncio de intenção de construção da obra, instaurou-se uma situação de dúvida, incerteza e crise. A falta de informação para alguns sobre o percurso da obra e, principalmente, o critério de indenização fixado pela CEMIG, que se limitava a ressarcir apenas aqueles que eram proprietários legais da terra – o que convencionou chamar de *estratégia territorial-patrimonialista* (VAINER; ARAÚJO, 1990) –, causou grande migração de parte da população à procura de novo local para se fixar e se reestruturar. Saíram daquele município produtores rurais que não tinham a escritura da terra – posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários – e também, moradores que tinham a escritura, foram indenizados mas se depararam com uma região de futuro incerto. Instalou-se, portanto, desde o anúncio da obra até o término da construção um tempo de interrupção de projetos de vida e de insegurança sobre as realidades futuras.

A hipótese que guia a construção desta pesquisa é a de que a trajetória da vida das famílias “atingidas” e o significado do processo de desestruturação e ruptura social dependem da experiência de classe de cada família “atingida”, particularmente em relação à posse/propriedade da terra e ao processo de deslocamento compulsório.

Deste modo, a presente dissertação está organizada da seguinte forma:

Na primeira seção, serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos mobilizados para a construção da pesquisa. Apresento também as características e as particularidades dos *tipos empíricos* construídos a partir dos relatos orais das famílias “atingidas” pela construção da UHE de Jaguara.

A segunda seção está organizada de modo a aprofundar nas experiências das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*, aquelas que consideram o deslocamento compulsório e a construção da UHE de Jaguara como algo *negativo*. Para tanto, levo em conta a sociabilidade das famílias entrevistadas, assim como a relação com a *terra* como base produtiva e geradora de renda. Via de regra, as transformações pela inundação do território foram significadas de modo *negativo*, carregado de revolta e dores pela forma como se deu a implantação da hidrelétrica e o descaso da CEMIG. De fato, para essas famílias o episódio significou a transformação de uma rotina de vida e perda de um espaço com cargas simbólicas significativas.

Já na terceira seção, trabalho com as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, aquelas que observam elementos *positivos* na construção da UHE de Jaguara. Destaco as motivações e justificativas das famílias para tal posicionamento, reportando ao modo de vida antes da instalação da hidrelétrica e as percepções sobre as transformações concretas. Efetivamente, a certeza da “melhora de vida”, de novas oportunidades de trabalho, progresso, modernização e ganhos após a barragem trilharam a trajetória das famílias e são elementos justificativos para defenderem a hidrelétrica.

Para finalizar a discussão, na quarta seção trago as questões e as discussões apresentadas anteriormente, articulando temas passíveis de análise entre os *tipos empíricos*. Para tanto, apresento três pontos que me possibilitaram transitar entre os projetos de vida e expectativas das famílias. Inicialmente, proponho situar o leitor sobre a importância da terra como espaço de moradia, espaço de produção e espaço de referenciais identitários para a opção das famílias entre *ficar, sair e voltar* após instalação da UHE de Jaguara. O segundo ponto proposto relaciona a proximidade e o distanciamento com a terra e a opção do trabalho mobilizado pelas famílias como fator explicativo para o sentimento de perdas e ganhos observado nas falas. Por fim, analiso a categoria ampla e em constante disputa de “atingidos”, apontando as diferenças entre “ser” e “sentir-se” atingido.

## SEÇÃO I – PREÂMBULOS METODOLÓGICOS

Nesta primeira seção trago os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa e os caminhos percorridos no que tange à escolha do tipo de pesquisa e das técnicas destinadas a alcançar os objetivos propostos. Exponho também os caminhos que foram trilhados para me inserir ao campo, localizar os sujeitos informantes da pesquisa e as dificuldades que o campo impõe ao pesquisador que propõe o fazer sociológico. Por fim, apresento a construção dos *tipos empíricos* que guiarão a investigação em tela e a justificativa da escolha das famílias apresentadas a seguir.

### 1.1 Experiências, memórias e trajetórias dos sujeitos de pesquisa

Ao propor trabalhar com as trajetórias de vida de famílias que foram impactadas diretamente pela construção da Usina Hidrelétrica de Jaguara, compreendo a grande importância de se atentar às falas, às memórias, às lembranças e às experiências dos indivíduos que vivenciaram e experienciaram o episódio do deslocamento compulsório após a formação do lago artificial. Os relatos orais dos narradores, em grande medida, motivados pela curiosidade, interesse e perguntas cuidadosas da ouvinte e pesquisadora estavam carregados de lembranças e recordações de um passado longínquo diretamente influenciado pela vida presente (BOSI, 1994). Esses relatos caracterizaram-se como um momento único de troca de experiência e aprendizado para a pesquisadora e apresentaram-se como oportunidade inesperada para os cidadãos relembrem um fato tão importante para a história das famílias e de suas vidas. Fato histórico que, em alguns casos, estava relegado às lembranças de um passado que se perderia no tempo e no espaço pela atual ausência da comunidade de ouvintes dispostos a tecer a sabedoria dos velhos cidadãos, escassez de pessoas interessadas em fixar o olhar sobre o passado e valorizar as lembranças e histórias daqueles que têm a função social de rememorar e transmitir sabedoria (BENJAMIN, 1987; BOSI, 1994).

Criar laços de afetividade e proximidade com os sujeitos entrevistados influenciou no prosseguimento das entrevistas e tornou a árdua etapa de rememorar um leve momento de interação, descontração e cumplicidade de trocas de experiências. De acordo com Queiroz (1991), estabelecer um clima de confiança entre o informante e o pesquisador é imprescindível para a realização do trabalho. A relação de confiança e cumplicidade dá liberdade ao pesquisador para fazer indagações e perguntas quando acreditar ser pertinente e dá

ao informante segurança para prosseguir sua narração integral, liberdade para entrar em assuntos antes impenetráveis e ânimo para trabalhar na rememoração de histórias até então ausentes.

A escuta atenta das experiências dos atingidos e a coleta de depoimento de vida através das entrevistas foram mecanismos imprescindíveis para que os objetivos da pesquisa em tela fossem alcançados. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender a trajetória social das famílias que experienciaram a construção da Usina Hidrelétrica de Jaguara a partir do evento de deslocamento compulsório sofrido por eles.

Os objetivos específicos articulados para auxiliar no balizamento e aprofundamento do objetivo central são:

- a. Entender as implicações sociais e o impacto nas bases produtivas quando fixada a política energética brasileira com a construção da UHE de Jaguara na vida dos *atingidos*, por meio da análise de suas experiências.
- b. Interpretar as estratégias e motivações de permanência ou saída do território habitado.
- c. Compreender a reestruturação social e a resignificação identitária das famílias atingidas a partir das diferentes experiências de deslocamento.

Portanto, optei por trabalhar com métodos qualitativos de pesquisa social, priorizando a realização de entrevistas semiestruturadas para a coleta de depoimentos pessoais por meio da formulação do tópico guia e privilegiando a investigação empírica por meio do estudo de caso.

Entre os procedimentos específicos foram realizadas:

- a. Pesquisa bibliográfica sobre o assunto de grandes projetos, memória, experiência e atingidos por Usina Hidrelétrica com o objetivo de auxiliar e ampliar o conhecimento de referenciais teóricos no que tange ao tema estudado.
- b. Análise documental do referido momento da obra, recorrendo ao acervo digital do Jornal “O Globo”, que reúne jornais, fotografias, documentos e outros tipos de materiais de pesquisas desde 1925, e Jornal



“O Estado de São Paulo”, selecionando as notícias referentes ao contexto da construção da UHE de Jaguara.<sup>4</sup>

- c. Entrevista qualitativa semiestruturada com as famílias que vivenciaram o deslocamento compulsório, com a formulação do tópico guia após a gradativa inserção no campo de estudo.

O uso da pesquisa qualitativa justifica-se por acreditar que tal tipo de pesquisa nos possibilita compreender a realidade social e a trajetória social daqueles indivíduos que tiveram suas vidas transformadas após o episódio de formação de um reservatório artificial e o deslocamento compulsório. Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa tem uma flexibilidade que proporciona ao pesquisador mudar o processo de “coleta de dados” à medida que as portas se abrem ou se fecham, e possibilita que o mesmo refine as questões da pesquisa à medida que estabeleça um contato com o campo. Outro ponto importante apontado pelo autor para a escolha da pesquisa qualitativa consiste em explorar a participação ativa dos sujeitos estudados, interpretar sensibilidades, percepções e experiências de vida na tentativa de entender as múltiplas realidades, assim como compreender as relações entre os atores sociais e sua situação (CRESWELL, 2010; GASKELL, 2003).

O estudo de caso justifica-se visto que possibilita explorar processos, atividades e eventos específicos de um contexto social geral (CRESWELL, 2010). Dessa feita, optei por trabalhar com a Usina Hidrelétrica de Jaguara para a investigação, a qual se localiza no limite dos municípios de Rifaina/SP e Sacramento/MG. Essa opção se deu devido às particularidades importantes desse reservatório no que tange às suas implicações para as famílias que residiam no local, assim como o relevante contexto histórico de sua construção, no íterim da ditadura militar, da modernização conservadora e da instauração do Estatuto da Terra.

A pesquisadora, guiada por seu interesse de aprofundar na realidade social das famílias impactadas, estabeleceu uma contínua conversa e interação com os informantes a partir da entrevista, conduzindo-a ao longo do tempo a fim de alcançar o tema geral da pesquisa e os objetivos propostos. Porém, apesar de encaminhar as entrevistas reportando às questões centrais que eram de interesse da pesquisa, as intervenções ocorreram quando necessárias e o narrador ficou livre para reconstituir acontecimentos vividos e para transmitir experiências vividas quando achasse necessário e adequado, ou mesmo quando suas memórias suscitasse as lembranças passadas. As digressões e divagações nas narrativas foram valorizadas e

---

<sup>4</sup>Apesar dos jornais não serem regionais, e o jornal “O Globo” não ser do estado de SP ou MG, optei por trabalhar com tais meios midiáticos pela quantidade expressiva de matérias encontradas sobre o episódio da edificação da barragem de Jaguara.

compreendidas como fator importante para a pesquisa. Dessa maneira, “ a aparente desordem é muito mais reveladora do que quando se exigem sequências marcadas e nítidas. Ou seja, as divagações se tornam importantes dados de pesquisa” (QUEIROZ, 1991, p. 62).

Esse “vai e vem” nas narrativas evidencia o trabalho do narrador para lembrar e escavar as recordações que serão expostas no relato oral. O narrador trabalha para escavar a terra e sugar as águas que cobrem as lembranças e as memórias do passado, traumas que foram tapados pelo tempo, felicidades e experiências que se perderam no espaço mas que a dedicação e o cuidado da narrativa suscitou. Dessa forma, ao valorizar o “vai e vem” da fala, ao buscar privilegiar as experiências dos atingidos e prezar pelas histórias e depoimentos pessoais como vias para compreender as ressignificações e reestruturações sociais, elegi uma metodologia que possibilitasse aprofundar no estudo de caso e privilegiar as falas dos agentes sociais, ou seja, a metodologia da história oral.

A história oral, que abrange uma gama de relatos orais acerca de fatos que não estão registrados em outras fontes documentais e/ou pretende complementar algum tipo de documentação, é importante opção para aqueles que buscam evidenciar os detalhes, revelar os sons ocultos que medeiam as falas e os espaços, tornar audível o até então “inaudível”, dizível o “indizível”, e fugir da “dureza” dos dados quantitativos. Para tanto, há um amplo quadro de procedimentos empregados na coleta de dados por meio de entrevistas. Dentre os vários procedimentos que são apontados por Queiroz (1991), elegi a coleta de depoimentos pessoais (QUEIROZ, 1991) a partir de entrevista qualitativa semiestruturada com a confecção do tópico guia (GASKELL, 2003).

Na coleta dos depoimentos pessoais, diferentemente da história de vida, que assegura uma liberdade ao narrador para abordar os temas que lhe são importantes e significativos, o pesquisador conduz as entrevistas, o que lhe dá a autonomia para aprofundar em assuntos que lhes são de interesse, além de possibilitar aumentar detalhes de pontos em que ficaram limitados. Instiga e provoca os sujeitos entrevistados com perguntas pertinentes para a pesquisa, deixando-os livres para as divagações e devaneios da memória, já que essa aparente desordem, como sabido, é um dado importante para a pesquisa. Contudo, o pesquisador tem a autonomia de interromper o relato e conduzir a narrativa, reestabelecer o fio condutor quando achar apropriado e necessário (QUEIROZ, 1991).

A confecção do tópico guia que, como o próprio título sugere, é “um guia, e não nos devemos tornar escravos dele” (GASKELL, 2003, p. 67), foi uma estratégia escolhida com o propósito de deixar as entrevistas menos engessadas, levantando elementos que fizessem os

entrevistados relembrem as experiências individuais, detalhem o processo de “desterritorialização” e se aprofundem em experiências passadas. Assim, as entrevistas possibilitaram conseguir detalhes mais ricos a respeito das experiências pessoais, decisões e motivações de ação que serão problematizadas ao longo do trabalho. Logo, essa técnica não é uma via de mão única, mas troca de ideias, informações e conhecimentos no qual várias realidades são desenvolvidas e exploradas, favorecendo a relação intersubjetiva entre o pesquisador e o sujeito pesquisado (FRASER; GONDIM, 2004; GASKELL, 2003).

A realidade na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo (FRASER; GONDIM, 2004, p. 140)

A escolha em trabalhar com a metodologia da história oral fundamenta-se também, pois, por meio dela, é possível entrar em contato com a “experiência humana”. Essa experiência é indispensável para o estudo, já que, nos termos de Thompson (1981, p. 15), “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou seja de um grupo social”. Com a “experiência humana”, o autor estabelece relação entre a história e o indivíduo no espaço-tempo e reinsere mulheres e homens no curso da história, *sujeitos históricos* que compartilham valores, normas e regras apreendidas como sentimentos por meio de uma vivência comum, e que intervêm ativamente em determinados acontecimentos (THOMPSON, 1981, 1998). Ao banhar esses indivíduos com uma racionalidade e “agência”, torna-se possível a homens e mulheres refletirem e “tratarem” sobre o que acontece com eles e a seu redor. Contudo, é importante destacar que a experiência não é “tratada” por indivíduos isolados, “sujeitos autônomos” e “indivíduos livres” que a experimentam sua experiência apenas como ideias e pensamentos. Pelo contrário, Thompson entende esses indivíduos como agentes que experienciam as situações e relações produtivas determinadas, refletem sobre a experiência em sua *consciência* e sua *cultura* e agem, a posteriori, “contra” ou “a favor” das normas, famílias e mercados baseados em pressupostos morais e éticos (THOMPSON, 1981, 1998).

Exatamente por compreender o conceito de história como processo, Thompson (1981) suscita as questões de inteligibilidade e intenção em seu estudo. Assim, o autor problematiza a posição do agente no processo histórico, que ora é determinada pela experiência de classe, e ora é subjetivada pela consciência de classe. A consciência social não é determinada como a experiência de classe. Entretanto, mostra-se como determinante, dado que, ao conter

tradições e sistemas de valores, orienta a ação dos indivíduos. Portanto, a partir das experiências “podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos prejudicar nenhuma *lei*” (THOMPSON, 1987, p. 10). Dessa forma, esses agentes não são meros reprodutores de uma ordem social mas, com base na experiência vivida, reconhecem o mundo, criam objetivos e geram estratégias segundo o “trato” que dão para suas relações culturais (THOMPSON, 1987)

Diante do termo de experiência histórica, a estrutura é vista como processo e o sujeito é reinserido na história,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência e sua cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182)

O conceito thompsoniano de experiência alude à ação dos sujeitos que estão inseridos em determinadas relações sociais e que, a partir da experiência, tratam de diferentes maneiras as situações que lhes são postas quando estabelecem as relações capitalistas. Essa experiência que, para o autor, segue um recorte de classe, é aprendida na vida material e tratada na cultura e na consciência dos indivíduos que redefinem a maneira de agir e de sentir ao reelaborarem sentimentos e modos de agir a partir do universo cultural em que estão inseridos.

Além de sujeitos ativos, são agentes que resistem a momentos de desvantagem estrutural e a repressão. Há situações, como por exemplo, o contexto histórico de ditadura militar, em que a ação coletiva e organizada parece pulverizada, sendo a única opção disponível de luta aquelas mobilizadas cotidianamente. Essas “formas cotidianas de resistência” (SCOTT, 1976, 2002), que se dão sob a produção do silêncio e do anonimato, é “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002, p. 11). Segundo o autor, essas formas de luta de classe têm características em comum que protegem os trabalhadores contra a repressão de um possível confronto direto e defendem melhor os interesses pessoais. Assim, o objetivo central da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver dentro dele (SCOTT, 1976, 2002).

Inserida nesses construtos analíticos, a escolha da metodologia da história oral explica-se, pois, por meio dela é possível entrar em contato com as experiências e resistências dos deslocados compulsoriamente, permitindo observar os movimentos e o deslocamento de cada agente. Então, é a metodologia da história oral, compreendida por Thompson (2002, p. 09) como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”, que contempla os propósitos da pesquisa.

Segundo Queiroz (1988), a história oral, além de captar as experiências efetivas de **narradores**, alcança também tradições e mitos, lembranças e crenças, narrativas de indivíduos e grupos que consideram os relatos orais dignos de serem conservados e transmitidos a ouvintes. É no momento de contar histórias e relatar experiências que o indivíduo transmite valores, torna-se audível e traduz em vocábulos uma experiência até então “indizível” (QUEIROZ, 1988). Porém, para que esse processo de transmissão de conhecimento efetive-se, é necessário haver uma relação entre duas pessoas (ou mais), criar uma comunidade de ouvintes, dentro da qual haja interesse recíproco da troca, ou seja, interesse naquele que transmite a experiência e encanto daquele que recebe os conhecimentos. De acordo com Thompson (1998, 2002), a história oral ensina ao entrevistador a habilidade de ouvir e recupera a experiência da arte de narrar que, segundo Benjamin (1987, p. 197), “está em vias de extinção”.

Com isso, desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não mais são conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. (BENJAMIN, 1987, p. 205)

O ato de intercambiar experiências e a arte de narrar estão cada vez mais esporádicas. A comunidade de ouvintes disposta a fixar sua atenção no conhecimento do “outro” vem decaindo, e as sabedorias passadas, as lembranças vividas e a memória vão sendo esquecidas ao longo do tempo, perdidas pelo relapso de uma comunidade que não valoriza o tear do conhecimento e o lapidar do saber.

Assim, a partir da história oral alcancei relatos confidentes e “causos” que explicaram o episódio da construção da UHE, indo, portanto, além dos escritos oficiais. Aproximei-me dos detalhes, dos entusiasmos e das pausas nos momentos da rememoração; ouvi sobre as tradições e os mitos e me deparei com os olhos lacrimejantes e os relatos “indizíveis” que as recordações do deslocamento compulsório causaram. Gritos silenciosos de saudades carregados nos olhares lacrimejantes e nas falas trêmulas.

## 1.2 Técnicas e procedimentos

Após refletir sobre os percursos teórico-metodológicos da pesquisa, proponho neste tópico apresentar as técnicas e procedimentos mobilizados no trabalho de campo.

Inicialmente é importante destacar que, dentro do amplo quadro de história oral, há uma gama de técnicas que fornecem material para a pesquisa sociológica e, como apontado anteriormente, trabalhei com a entrevista qualitativa para a coleta de depoimentos pessoais. As entrevistas foram conduzidas com o objetivo de compreender a trajetória social das famílias que residiam no local inundado, ou seja, a partir do deslocamento compulsório, compreender os impactos sociais provenientes desse momento histórico e, *a posteriori*, a necessária reestruturação da vida. Para tanto, a relação dos agentes com a terra e com o território antigamente habitado foi elemento primordial para o balizamento das entrevistas já que, a partir daí, compreendi as diferentes percepções acerca dos impactos pessoais decorrentes da formação do lago artificial e as trajetórias das famílias atingidas. Procurei, portanto, instigar as falas dos entrevistados a fim de se reportarem ao passado e fazerem a construção da trajetória familiar articulada à relação com a terra, antes e após a inundação. A opção por reconstituir pela história oral a experiência das famílias atingidas justifica-se pois diferentes elementos e temas foram suscitados no momento das falas, fatores que não explicam apenas as escolhas individuais mas contextualizam uma realidade mais geral acerca das consequências da construção de barragens e trajetórias das famílias atingidas.

Para que as entrevistas tivessem caráter satisfatório para a pesquisa, me preparei e formulei previamente a questão de pesquisa antes do encontro com os entrevistados, procedimentos de grande importância. Segundo Queiroz (1991), a formulação prévia da questão de pesquisa é elemento primordial para a inserção no campo e para a coleta de depoimentos pessoais para fins sociológicos, uma vez que balizará as diversas fases da pesquisa que virão *a posteriori*, como a escolha do informante, as entrevistas e a análise dos dados. Quanto à preparação prévia do pesquisador, Queiroz (1991) aponta a importância de fazê-la de modo intenso e dedicado já que este necessita de conhecimentos prévios, tanto da sociologia geral como do grupo que pretende estudar, para então imergir em uma realidade social diferente da sua.

A este respeito, minha preparação prévia deu-se em dois momentos. Em um primeiro momento, fiz a revisão bibliográfica sobre o processo de construção de usinas

hidrelétricas em âmbito nacional, sobre o contexto histórico da edificação da UHE de Jaguará e sobre a história do município de Rifaina. O segundo momento deu-se com a inserção gradativa no campo. Como estratégia para escolher os melhores informantes para a pesquisa e criar laços de proximidade com as famílias, optei por realizar visitas exploratórias, viagens de aproximadamente cinco dias em que contei com o auxílio de “informantes-chave”, que indicavam e me levavam para conhecer famílias. Essas visitas possibilitaram criar uma proximidade com aquele local, com aquelas pessoas, com aquela cidade, ao ponto de tornar-me conhecida como “a menina que está fazendo um estudo sobre a cidade”.

Nesses encontros exploratórios, o gravador não esteve presente. Foram conversas informais entre narradores dispostos a contar histórias da cidade e de suas famílias e uma ouvinte entusiasmada em se perder nos labirintos das lembranças remotas e das memórias passadas. Em seguida, os relatos vivos e ensinamentos compartilhados foram registrados através da escrita no caderno de campo, privilegiando minhas sensações e impressões no momento da conversa, gestos e traquejos da interação, pontos e reflexões que poderiam ser levantados e trabalhados *a posteriori*.

A escolha das famílias entrevistadas foi balizada por duas orientações, “uma decorrente do tema em pauta, a outra decorrente de se saber que determinado indivíduo possui conhecimentos importantes a respeito do tema” (QUEIROZ, 1991, p. 06). Para além dessas duas orientações, acrescento ainda, a experiência individual de vivenciar um contexto social e histórico específico. Ou seja, escolhi famílias que vivenciaram e experienciaram o processo de deslocamento compulsório por compreender que as experiências vividas são essenciais para entender o processo de desapropriação, reestruturação individual e trajetórias sociais.

Para localizar os sujeitos de pesquisa e me aproximar das famílias *atingidas* utilizei a técnica “bola de neve”. Esse procedimento, que consiste em criar uma cadeia de referência a partir de um informante inicial que está inserido na comunidade, foi mobilizado com o intuito de identificar e criar uma relação mais próxima com os sujeitos informantes. Conforme apontado, a técnica *Snowball Sampling*, ou “bola de neve”, como é conhecida no Brasil, é uma técnica utilizada em pesquisas sociais em que os participantes iniciais indicam outros participantes, e assim sucessivamente, a fim de criar uma rede de informantes para alcançar o objetivo deste procedimento, ou seja, “ponto de saturação” (BALDIN; MUNHOZ, 2011; BIERNACKI; WALDORF, 1981). O “ponto de saturação” é atingido quando as informações repassadas pelos entrevistados passam a ser repetidas, não acrescentando, portanto, novas informações e dados relevantes para a pesquisa (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Entretanto, vale ressaltar que a presente pesquisa não utilizou o critério de “ponto de saturação” para cessar a coleta de depoimentos pessoais. Esse critério segue ritmos contrários aos objetivos propostos neste trabalho, em que a experiência individual, categoria central de análise, é valorizada e passível de interpretações, a depender das múltiplas evidências que são geradas na vida material e agitadas dentro do ser social (THOMPSON, 1981). Nesse sentido, a quantidade de entrevistas qualitativas para a coleta de depoimentos pessoais não seguiu a mesma lógica das pesquisas quantitativas em que a quantidade de entrevistados é parte importante para novos conhecimentos e análise dos dados.

Ao contrário, de acordo com Queiroz (1991), para a realização de pesquisas qualitativas, cabe ao pesquisador “sentir” e observar a qualidade das entrevistas realizadas, para então, fazer uma análise cuidadosa do relato oral. Por isso, entrevistei nove famílias que experienciaram a construção da UHE de Jaguara e seguiram trajetórias que convergem e divergem entre si a depender de fatores externos e internos, como: a relação da família com a terra, os mecanismos de geração de renda familiar, o (não) recebimento de indenização, a proximidade com comunidade e de parentes, entre outros, para então, construir *tipos empíricos* que auxiliaram na compreensão das trajetórias sociais.

O gravador, como instrumento de pesquisa, foi essencial no momento da realização das entrevistas já que se mostra como um meio importante para captar o momento da interação. A partir dele foi possível registrar e conservar com maior precisão o momento da entrevista, a linguagem do narrador, os sons, os ritmos das vozes, variações e pausas. Entretanto, o uso do gravador tem suas limitações uma vez que não registra as emoções, não traduz os silêncios, as pausas, os olhares, os gestos, os momentos e traquejos da interação e da fala que carregam grandes significados. Além disso, Queiroz (1991) e Thompson (1998) apontam para o peso simbólico que o gravador exerce sobre os entrevistados. Tal instrumento pode ser fonte de inibição para determinados informantes ao causar desconforto, apreensão e suspeita, a depender do tema trabalhado e das pessoas entrevistadas, podendo sim, em alguns casos, haver oposição ao uso de tal instrumento.

Por fim, é importante elencar ainda a importância de transcrever as entrevistas e ter criado a rotina de cultivar o caderno de campo. Para Queiroz (1991), a transcrição das entrevistas tem dupla finalidade, quais sejam: permitir um manuseio mais fácil da entrevista no momento do trabalho e nas consultas e permitir uma conservação mais longa das entrevistas, podendo essa função ser realizada por diferentes profissionais. Entretanto, é de suma



importância que o próprio pesquisador que realizou a entrevista a transcreva, uma vez que, para o pesquisador,

Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele [pesquisador], um exercício de memória em que toda cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação do estado de espírito que então detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que não haviam sido lembrados quando efetuou o registro do dia no caderno de campo, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam (QUEIROZ, 1991, p. 87).

Ao rescutar as gravações, o pesquisador consegue enxergar elementos que estavam adormecidos até então, fazer novas indagações e visualizar novas estratégias que poderão ser elaboradas para encontros futuros. De acordo com Gaskell (2003), uma transcrição de boa qualidade permite ao pesquisador ler e reler a entrevista, tomar nota das ideias que vêm à mente e repensar o contexto da entrevista para explorá-la mais a fundo.

Quanto ao caderno de campo, foi de grande importância a prática rotineira de tomar notas sobre conversas e percepções quando visitava a cidade. Por adotar a estratégia de realizar visitas exploratórias antes de aprofundar as entrevistas, não recorri ao uso de gravador nas primeiras incursões ao campo, mas me habituei a escrever as percepções e conversas que tinham sido anteriormente estabelecidas. Essas conversas prévias foram essenciais para delinear o andamento da pesquisa pois, com elas, conheci a realidade daqueles que lá vivem, assim como a realidade do momento de deslocamento. Segundo Thompson (1998), é necessário fazer o caderno de campo logo após o campo e a realização da entrevista: “registre o mais rápido que puder todos os comentários sobre o contexto da entrevista, a personalidade do informante, observações adicionais feitas sem serem gravadas, e o que talvez não tenha sido dito” (THOMPSON, 1998, p. 278).

### **1.3 Inserção ao campo**

Desde minha infância, vou a Rifaina<sup>5</sup>. Entretanto, o início da minha ida a campo data de janeiro de 2014, como forma de ir conhecendo gradativamente o local e estreitando os laços de amizade e proximidade com possíveis informantes.

---

<sup>5</sup> Por ser de família *atingida* pela construção da UHE de Jaguara, que saiu da cidade sem indenização após a formação do lago artificial, desde pequena fui à cidade de Rifaina para conhecer o local em que meus avós viveram. A aproximação, ainda quando pequena, à cidade e as histórias contadas pela família incentivaram minha aproximação do local como pesquisadora.

Dessa forma, utilizar a técnica “bola de neve” foi fundamental para a inserção ao campo e para estabelecer os primeiros contatos com os entrevistados. Tal técnica, como dito anteriormente, consiste em formar uma cadeia de referências a partir de informantes-chave que indicam um conjunto de pessoas que compartilham características e sabem de informações interessantes para a pesquisa. Biernacki e Waldorf (1981) ressaltam a relevância dessa técnica quando a pesquisa tem a finalidade de trabalhar com “comunidades desviantes” e comunidades de difícil inserção em razão do tema a ser abordado pelo pesquisador. Não por acaso os autores recorreram à técnica “bola de neve” para explorar o processo de recuperação de ex-viciados em heroína. Com o objetivo de entender como se dá a recuperação desse grupo social a depender da intervenção do tratamento terapêutico, os pesquisadores buscaram criar uma rede de informantes para ter acesso a dois grupos de ex-usuários de heroína: aqueles que recorreram às comunidades terapêuticas para a recuperação e aqueles se recuperaram “naturalmente”, ou seja, sem auxílio médico.

Ao longo do texto, Biernacki e Waldorf (1981) apresentaram as dificuldades e os problemas metodológicos de pesquisadores que propõem encontrar uma amostra de estudo. Entre os obstáculos, os autores apontam a negligência de pesquisadores que não dedicam tempo para se aprofundar em descrever os problemas no uso dos métodos escolhidos e das técnicas envolvidas. Outro ponto relevante consiste na “visibilidade social da população alvo”. Segundo eles há dois grupos possíveis para o estudo. O primeiro em que o pesquisador pode ter dificuldade de ter acesso, mas tem conhecimento de onde encontrar, e o segundo que, por razões morais e legais, tem pouca visibilidade, e em que tem sérios problemas de localizar um respondente em potencial, como o caso dos ex-usuários de heroína (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Diferentemente de Biernacki e Waldorf (1981), que trabalharam com populações de pouca visibilidade, com sérios problemas para localizar informantes em potencial e desconhecendo onde encontrar, principalmente, os ex-usuários que não recorreram a tratamentos médicos, no atual trabalho, eu tinha o conhecimento de onde encontrar os sujeitos de pesquisa mas considerei apropriado o auxílio de um informante inicial para se aproximar da região.

Dessa forma, assim como Whyte (2005), que teve auxílio de Doc para se inserir e compreender o campo, Dona Penha, Ernani e Rildo<sup>6</sup> foram essenciais para me aproximar daquela realidade social e para a realização da pesquisa empírica. Moradores da cidade de

---

<sup>6</sup> Expresso, desde já, meus profundos agradecimentos à Penha, Ernani e Rildo, pessoas que abriram as portas de casa e a porta do coração para me acolher e aconselhar nesta jornada. Meus sinceros agradecimentos.

Rifaina conhecidos por serem naturais da região, pela atuação política e pela tradição familiar, disponibilizaram tempo e espaço para conversas produtivas e auxílio na pesquisa. Expus aos três informantes-chave os objetivos da pesquisa e apresentei o perfil de pessoas que me interessavam para a realização das entrevistas.

Os primeiros contatos que estabeleci com a Penha foram pelas histórias e lembranças de infância da minha mãe Maria Luiza. Primas de consideração, viveram na antiga Rifaina antes da construção da UHE de Jaguará. Contudo, a formação do lago artificial trilhou caminhos diferentes para estas famílias: enquanto a família de Penha permaneceu e reconstruiu a vida em Rifaina, a família de Maria Luiza iniciou um processo de migração pelo estado de São Paulo até fixar na cidade de Ribeirão Preto. Com a necessidade de me aproximar de Rifaina para realizar o trabalho de campo e com a certeza de que a presença de um informante da cidade facilitaria o contato com os entrevistados, procurei a Penha na primeira viagem que realizei para os fins da pesquisa. Logo ela me acolheu, me hospedou e, após uma conversa, me levou na casa de amigos, amigas e parentes que poderiam me ajudar na construção da pesquisa. Não posso deixar de expor que minha aproximação com a Penha reconstruiu os laços rompidos de duas amigas e primas que há quarenta e cinco anos viram-se na obrigação de seguir caminhos diferentes na vida e, conseqüentemente, se distanciaram.

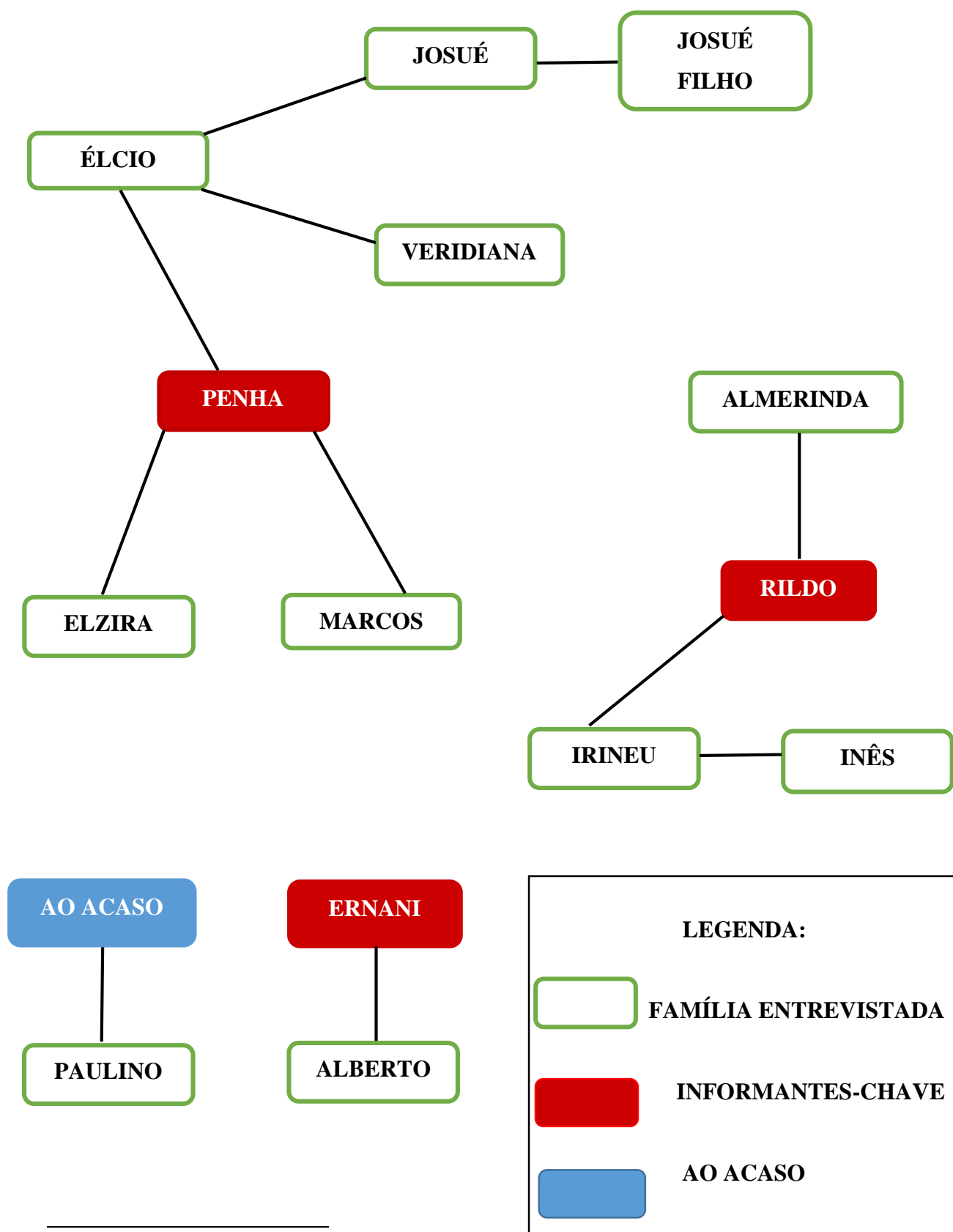
Assim como Penha, a procura por Rildo também foi indicação familiar. Morador da cidade de Rifaina e sobrinho de um antigo grande proprietário de terras da cidade, Rildo disponibilizou tempo para me apresentar ao Sr. Irineu. Neste dia, conversamos horas sobre “causos e contos” de Rifaina, além de outras pessoas que se disponibilizariam a ajudar na pesquisa.

Por fim, a ajuda de Ernani na pesquisa foi de suma importância, não apenas pela indicação de pessoas para a pesquisa, mas sua participação ativa em projetos turísticos da cidade e o acervo histórico pessoal sobre Rifaina me fizeram aproximar de elementos ausentes em órgãos oficiais da cidade. O desejo em conhecer as histórias dos *atingidos* pela barragem nos aproximou e construiu uma importante ponte de ligação entre os meus anseios para a pesquisa e as aspirações pessoais de Ernani.

A presença destes informantes-chave foi de grande importância, uma vez que amenizou qualquer clima de tensão que poderia existir e permitiu criar laços de confiança por parte dos sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, ao expor aos informantes-chave os objetivos da pesquisa e apresentar o perfil de entrevistados que interessavam para a realização das entrevistas, tanto Penha, quanto Ernani e Rildo mobilizaram suas redes de amigos e conhecidos

e me apresentaram aqueles e aquelas que, em suas percepções, enquadravam-se na pesquisa. Eles foram, portanto, fundamentais para abrirem portas de entrada para mim e elementares para criar uma cadeia de referências a partir das indicações conforme apresentado no diagrama a seguir.

Diagrama 1: Rede das famílias entrevistadas<sup>7</sup>



<sup>7</sup> Todos os nomes das famílias entrevistadas são fictícios.

Após a apresentação detalhada da metodologia e das técnicas empregadas na pesquisa e da rede de agentes formada, nos próximos tópicos, serão apresentadas as justificativas para a escolha dos entrevistados e a construção dos *tipos empíricos* trabalhados. Acrescenta-se ainda a apresentação e localização da cidade de Rifaina/SP.

#### **1.4 Caracterização da região de estudo**

A cidade de Rifaina, pequeno município localizado a nordeste do estado de São Paulo, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, e que compõe a Região Administrativa de Franca<sup>8</sup>, é conhecida por ser banhada pelas águas do Rio Grande que deu origem à Usina Hidrelétrica de Jaguara e outras<sup>9</sup>.

Região de colonização antiga, habitada inicialmente por negros quilombolas e índios caiapós, vistos como bárbaros e violentos, que dificultavam a edificação do porto que facilitaria o fluxo migratório no Rio Grande, e atravancavam a colonização da área. A partir da aniquilação dos primeiros habitantes, foi possível o povoamento disperso da região à esquerda do Rio Grande por meio da posse comum de terras por homens e mulheres, futuros trabalhadores rurais que transformariam o cenário econômico e social da região. Foi na década de 1860 que se fundou o primeiro núcleo do povoado de Santo Antônio – atual cidade de Rifaina –, incentivado pelo início da construção da ponte (concluída em 1888) sobre o Rio Grande, que consolidaria o eixo comercial Franca-Araxá, e pelas doações de glebas de terras para o arraial Santo Antônio da Rifaina, com fundação oficial em 1865. Quando se elevou à condição de freguesia em 1873, Rifaina despertou o desenvolvimento político e administrativo do território, apresentando certo progresso local com a inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que iniciou a construção da rede ferroviária em 1872 na região de Campinas e, em 1887, na região de Franca.

---

<sup>8</sup> A Região Administrativa de Franca é composta por 23 municípios, que ocupam 4,2% da área territorial paulista. Os municípios são: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulistas, Franca, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jariquera, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista.

<sup>9</sup> Além da Usina Hidrelétrica de Jaguara, podemos destacar ainda as seguintes usinas que estão localizadas na Região Administrativa de Franca: Igarapava, abrangendo os municípios de Igarapava e Rifaina; Estreito, em Pedregulho; Buritis, em Buritizal; e Porto Colômbia, em Guará.

**Figura 1: Mapa do Estado de São Paulo com divisões municipais  
(Destaque para o município de Rifaina)**



Fonte: [wikimedia.org/](http://wikimedia.org/)

**Figura 2: Mapa Individual da Região Administrativa de Franca, com as divisas municipais**



Fonte: <http://www.planejamento.sp.gov.br/>

No que concerne ao processo de modernização agrícola em curso na região, o município de Rifaina, ainda que localizado na chamada “Alta Mogiana Paulista”<sup>10</sup>, desenvolvia uma agricultura diversificada, incluindo atividades hortigranjeiras, frutíferas e cerealíferas de arroz, sendo esta mais praticada às margens do Rio Grande, onde as terras não eram propícias à cafeicultura. Todavia, a cidade, desde o complexo cafeeiro escravista em São Paulo (CANO, 1983), se beneficiou com a atividade produtora de café no chamado “Oeste Paulista”, a partir da implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista, a expansão do sistema bancário, o impulso das atividades de comércio de exportação e importação e o desenvolvimento da infraestrutura inerentes à própria urbanização (CANO, 1983).

O Vale do Paraíba, antigo pólo econômico de plantação de café, vivenciou um processo de estagnação e decadência da cultura cafeeira em razão do uso predatório do solo, da proibição do tráfico negreiro e do encarecimento da mão de obra. Cessada a dilatação da

---

<sup>10</sup> A “Alta Mogiana Paulista” se caracteriza como a região localizada a nordeste do Estado de São Paulo especializada na produção cafeeira.



plantação e com o fim do rendimento econômico, a expansão da cultura cafeeira marchou ao “Oeste Paulista”, local onde o café não encontrou as limitações endógenas e exógenas encontradas no Vale do Paraíba. Isto é, os cafeicultores do “oeste paulista” eram beneficiados pelas condições climáticas, topográficas e de fertilidade: a terra era o que conduzia as plantações de café na região; somam-se a isso as condições exógenas, com melhorias de transporte, máquinas e técnicas agrícolas para o plantio (CANO, 1983; PRADO Jº, 1991).

A atuação conjunta dos elementos internos e externos no “oeste paulista” influenciou diretamente o aumento da produtividade e crescimento econômico da região. Porém, à medida que a produção cafeeira migrou da região litorânea para o interior do estado, os produtores rurais se depararam com uma nova dificuldade até então inexistente: a longa distância para o escoamento das sacas de café. Tal dificuldade foi solucionada com a implantação do sistema ferroviário paulista. “Dessa forma, as ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro preenchendo múltiplos papéis” (CANO, 1983, p. 33). Dentre os papéis destacados por Cano (1983), podemos citar:

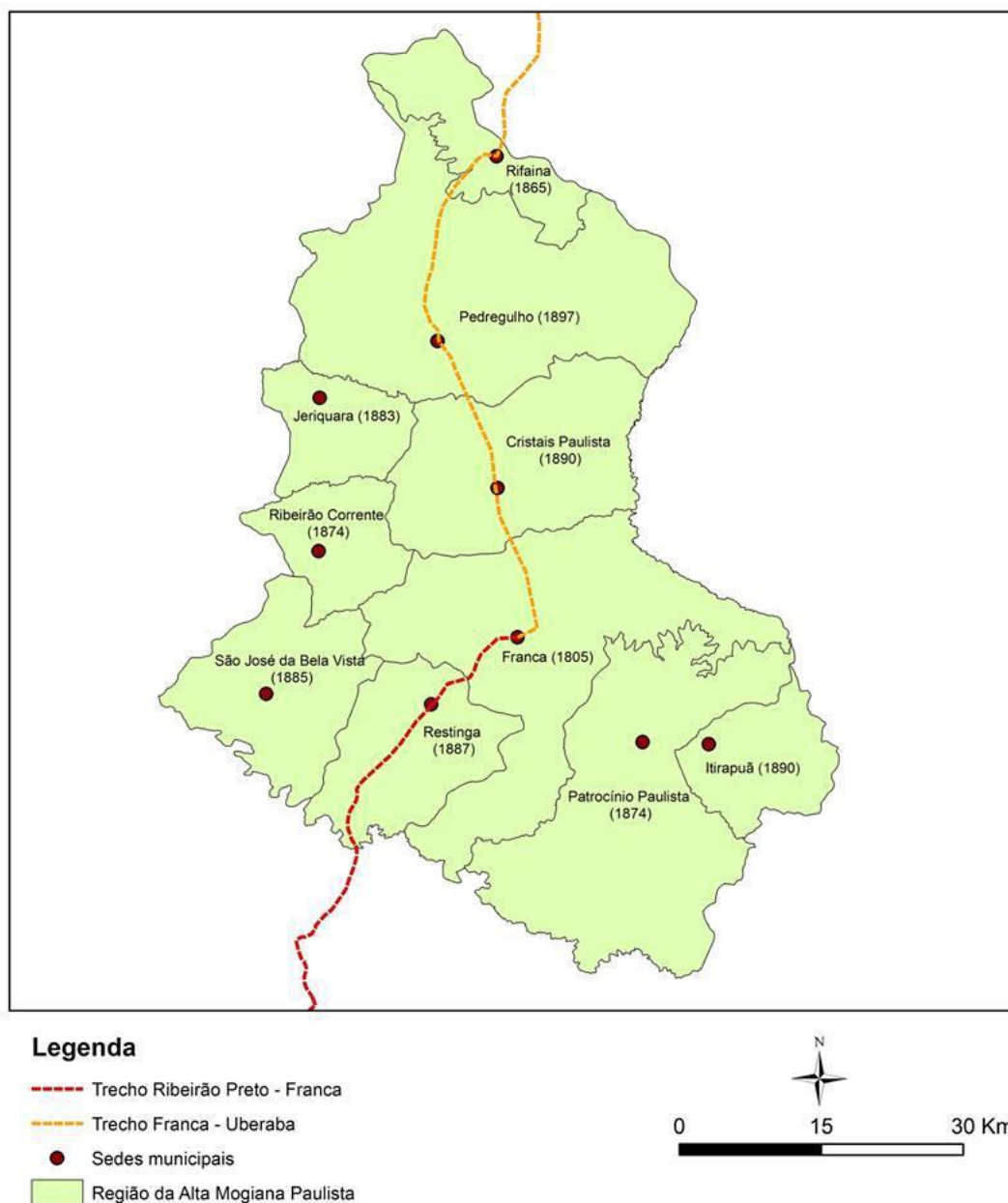
- a) atuar como “desbravadora da fronteira agrícola”, tornando possível o acesso às terras virgens do oeste paulista;
- b) influenciar para o aumento populacional na região e o processo de urbanização com a fundação de vilas e cidades;
- c) abaixar os custos da produção cafeeira ao reduzir os custos do transporte;
- d) elevar economicamente a produtividade física do café.

A instalação dos trilhos férreos das companhias Mogiana, Paulista e Sorocabana cumprem plenamente o papel de desbravadora do território e da fronteira agrícola, permitindo que, à medida que os trilhos vão se expandindo para o interior do território, contribuam para que o café desbrave as terras virgens, surjam novos municípios e se reafirme o padrão de eficiência para a expansão do processo de acumulação do complexo cafeeiro (CARVALHO, 2014).

Gradativamente, o cenário da economia brasileira quanto às pressões latentes por aumento de importações de gênero alimentícios foi mudando. Há, na agricultura, a diversificação progressiva das atividades. O país deixou de ser um fornecedor tradicional de matérias-primas e gêneros tropicais para dar início a uma nova economia voltada para atividades próprias, após a crise mundial desencadeada no ano de 1929, que repercutiu gravemente no Brasil. A crise do complexo cafeeiro fortaleceu a diversificação de produção ao

expandir as plantações de arroz, milho e feijão que, a partir da presença da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, fundada no ano de 1872, possibilitou o escoamento da produção agrícola para diferentes partes do país. O mapa abaixo expõe o trajeto da linha férrea Mogiana e os municípios beneficiados por sua presença.

**Mapa 1: Região da Alta Mogiana Paulista: trajeto da linha férrea da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e ano de fundação das cidades**



Fonte: CARVALHO, 2014, p. 18.

Isto posto, é possível afirmar o papel relevante da expansão ferroviária para o estado de São Paulo, para o município de Rifaina e, mais particulamente, para as famílias que lá residiam. Além de inspirar o crescimento do município, empregar mão de obra da região na construção dos trilhos e na operação do trem, e facilitar o escoamento da produção, a estrada férrea da Companhia Mogiana influenciou o aumento expressivo da produção da cultura cerealífera de arroz da região. De acordo com a tabela 1, observa-se a diversificação da atividade agrícola da região enquadrada no “Oeste Paulista”, no período de 1920 a 1950.

**Tabela 1 – Produção (t) dos principais produtos agropecuários da região Alta Mogiana Paulista – 1920/1940/1950**

Anos	Arroz (t)	Feijão (t)	Cana (t)	Milho (t)	Bovinos (cab)
1920	3.722	3.440	30.905	11.532	929
1940	7.136	1.757	1.053	12.387	824
1950	15.261	1.895	671	11.582	1.558

Fonte: IPEAdata, 2013. Retirado de Carvalho (2014, p.21)

A produção de arroz da Alta Mogiana que, no ano de 1920, era de 3.722 t, passou, no ano de 1940, para 7.136 t, apresentando um crescimento absoluto de 91,7%. Em um período de dez anos, a produção de arroz mais que dobrou, passando para 15.261 t, o que representou um crescimento de 113,9% na produção. A criação de bovinos seguiu o ritmo ascendente da produção de arroz, apresentando um crescimento absoluto ao longo das três décadas de 67,7%. A cultura de feijão, ao contrário, apresentou uma marcha decrescente na produção, com a redução considerável de aproximadamente 50% no intervalo de três décadas.

### 1.5 A escolha dos Sujeitos de Pesquisa

As entrevistas com as famílias *atingidas* pela construção da UHE de Jaguara deram um panorama singular das experiências daqueles que vivenciaram a implantação de um grande empreendimento hídrico, experiências que convergem e divergem entre si. As percepções sobre os impactos do empreendimento e do deslocamento compulsório também são variadas, o que significa dizer que em um mesmo território há famílias que notam elementos negativos e de perdas com a chegada do UHE mas também há aqueles que enxergam elementos positivos e de ganhos.

Foi então, ao me deparar com essas opiniões divergentes, que construí quatro *tipos empíricos*: nos *tipos empíricos 1 e 2* as famílias que consideraram impactos **negativos**; nos *tipos empíricos 3 e 4*, impactos **positivos**. Dentro desses dois grandes grupos (positivo e negativo), subdividi dois grupos para cada a depender da relação com a terra e do modo como organizaram o trabalho, produção e geração de renda. Assim, dentro do *tipo empírico 1*, temos famílias que eram proprietárias de terra, que organizaram o trabalho e geração de renda a partir da terra e relataram grande ligação com aquele local. No *tipo empírico 2*, famílias que eram arrendatárias e parceiras, organizaram o trabalho e geração de renda a partir da terra e também relataram grande ligação com o local. Já o *tipo empírico 3*, famílias proprietárias de terra mas que organizaram o trabalho e geração de renda “longe da terra”, ou seja, não eram produtores rurais, e, por fim, o *tipo empírico 4*, famílias proprietárias de terras e que, apesar de organizarem o trabalho e geração de renda a partir da terra, não estabeleceram grande ligação e proximidade com o local.

### **Tipo 1 – A terra e “aquele amor do lado esquerdo”**

A formulação do *tipo empírico 1* justifica-se pois julgo ser representativa a relação das famílias entrevistadas com a terra, o laço de pertencimento com o local inundado e por compreenderem negativamente a experiência que vivenciaram com o episódio da construção da barragem de Jaguara. No caso, entrevistei quatro famílias que, a partir das experiências vividas, enquadram-se no *tipo empírico 1*, quais sejam: família do Sr. Alberto Devós, família da Sra. Elzira Rodrigues, família do Sr. Josué Marães e família da Sra. Veridiana Andrade.

A notável relação de cumplicidade, reciprocidade e sentimento de pertencimento às terras que “a CEMIG inundou” é justificada por tais famílias estarem inseridas em uma lógica do *rural tradicional* trabalhado por Brandenburg (2010b), em que o rural resulta das ações que o camponês faz nele, como um espaço de vida e de trabalho. Nesse sentido, criam-se laços de pertencimento a uma comunidade, resultado direto dos laços estabelecidos naquele local, como a relação de compadrio, de ajuda mútua e mutirão, tal qual concebida tradicionalmente (BRANDEMBURG, 2010b)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O autor analisa o rural brasileiro considerando três momentos historicamente diferenciados: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental. Não podemos, portanto, compreender o rural brasileiro como algo homogêneo no território, mas observar os “diferentes tempos de ruralidade quanto os diferentes espaços”. Por isso, para o autor, o rural brasileiro pode ser caracterizado como um “mosaico, no qual cada espaço recebe uma coloração no tempo” (BRANDEMBURG, 2010b, p. 427).

Por o município localizar-se às margens do Rio Grande, os moradores da cidade de Rifaina estavam inseridos em um sistema de produção fundamentalmente dependente do movimento do rio. Tal sistema consistia em uma combinação de agricultura e atividades cerâmicas que revezavam a produção com base na variação das águas, ou seja, em tempo de cheia, produzia-se agricultura de várzea, priorizando arroz, feijão e milho. Já no tempo de seca, quando as águas do Rio Grande baixavam, os camponeses tinham acesso ao barro e à argila para a fabricação de cerâmicas (ZANFELICE, T; ETCHEBEHERE, M.L.; SAAD, A.R, 2009). A rigor, aqueles que tinham as terras na margem do rio eram privilegiados, com terrenos altamente valorizados tanto monetária quanto simbolicamente, já que tinham o privilégio de margear as “águas sagradas” (Alberto Devós, tipo empírico 1) que davam condições de plantar e produzir objetos únicos.

Eventualmente, os que tinham a propriedade de terra às margens do rio investiam nas produções agrícolas e de cerâmicas e empregavam moradores da região, como fez a família Devós. Dona de grandes quantidades de terras que margeavam o rio, a família destacou-se economicamente numa época em que o Rio Grande comandava a produção agrícola da cidade, utilizando aquele espaço para gerar a renda familiar. O trabalho girava em torno da produção agrícola de arroz, café e milho em tempos de cheia, e da produção de tijolos e telhas nas cerâmicas e olarias em momentos de seca. A abundância de barro lhe deu oportunidade de construir dois grandes fornos que produziam tijolos para a região, além de gerar emprego para famílias da cidade. Entretanto, suas terras foram alagadas. Seu instrumento de trabalho ficou debaixo d’água, precisando assim “rapar o tatu com machado até hoje” (Alberto Devós, tipo empírico 1) para gerar renda para a família. A rigor, isso explica a percepção negativa do patriarca sobre a construção da usina, sobre esse processo que fez sua vida ficar em “um balaio de gato” (Alberto Devós, tipo empírico 1).

Josué Marães, migrante nordestino que chegou em Rifaina com 16 anos, trabalhava de madrugada nas olarias e cerâmicas tirando barro das margens do rio e, de dia, pescava nas águas do Rio Grande. Um dos seis pescadores profissionais da região, foi diretamente impactado com a construção da barragem de Jaguará já que, com o represamento, a quantidade e o tamanho dos peixes mudaram, restando apenas, “peixes pequenos, não eram grandão não. Aquilo era mixaria, não dava quase nada” (Josué Marães, tipo empírico 1). A transformação do curso natural do rio, mais os transtornos para o recebimento da indenização, explicam a percepção negativa e o sentimento de revolta, uma vez que, em seu entendimento, a “CEMIG acabou com Rifaina” (Josué Marães, tipo empírico 1).

A geração de renda da família de Elzira Rodrigues esteve ligada diretamente com a terra a partir da criação de galinhas, engorda de porcos e, principalmente, gado e cultura leiteira. Por não ser terra boa para grandes plantações, terra branca e arenosa, investiu na produção e venda de leite para a cidade de Rifaina e, ainda, plantava hortaliças e frutas para o consumo familiar. Ao se deparar com a inundação das terras, a família iniciou um processo de migração à procura de uma residência que lhe conferisse os mesmos padrões de produção, rendimento monetário e a mesma relação de encanto e reciprocidade que tinham com a antiga propriedade alagada. Guiada pela tentativa de permanecer em um local que não dispusesse apenas dos recursos produtivos para a sobrevivência familiar, mas carregasse em seu bojo os elementos essenciais de permanência daquele modo de vida camponês, ou seja, uma natureza que não é apenas instrumento “útil” de trabalho, mas um espaço de dimensão subjetiva que deve ser sacralizado e preservado pelos elementos naturais (BRANDEMBURG, 2010a), chegou à cidade e se instalou em um pequeno terreno que “não tinha jeito de ter galinha, de ter nada” (Elzira Rodrigues, tipo empírico 1). A posição da família com relação ao evento da construção da barragem também é um quesito relevante de análise, já que, na percepção da mãe, os filhos analisam positivamente a chegada da UHE, pois lhes proporcionou novos rumos de vida e emprego. Contudo, sua percepção é a de que as águas que tomaram a cidade atingiram negativamente sua vida pessoal, já que tirou a terra em que plantava e vivia.

Trabalhar com a família de Sra. Veridiana é relevante pois julgo ser representativo a relação de gênero na família e o importante papel da mulher para a geração de renda familiar. Apesar disso, o trabalho árduo de Sra. Veridiana aparecia para a família como *ajuda e cuidado* dos filhos e serviços domésticos. Outro elemento que evidencia a divisão sexual do trabalho e as hierarquias e dominações de gênero no contexto familiar foi o distanciamento da mulher nas transações econômicas de compra-venda da terra pela CEMIG. A mulher foi invisibilizada e o homem, responsável direto pelo processo da “negociação”.

Como podemos notar, no *tipo empírico 1* é representativa a tríade: organização de trabalho, produção e geração de renda familiar, além do sentimento de pertencimento às terras alagadas e a percepção negativa da experiência do deslocamento compulsório.

## **Tipo 2 – Aqueles que ficaram com “uma mão na frente e outra atrás”**

Trabalhar com o *tipo empírico 2* justifica-se por trazer elementos de ligação entre o produtor rural e a terra, assim como no caso citado anteriormente, uma relação que não estava

pautada apenas na produção agrícola, ou mais estritamente na relação de trabalho, mas de pertencimento, de cumplicidade, encanto e respeito com aquele local: laços de afetividade que orientaram a trajetória de vida após a inundação das terras.

Outro fator explicativo consiste em trazer novos elementos para pensar o modo como estava organizado o trabalho, produção e geração de renda para as famílias, uma vez que eram **arrendatários e parceiros** das terras, e não proprietários. Essa característica explica-se por o processo de propriedade da terra na sociedade brasileira se constituir, historicamente, para o cumprimento de uma política conservadora e excludente em que os grandes proprietários foram privilegiados e resguardados tanto institucional, quanto legalmente, enquanto que o trabalhador rural brasileiro foi, desde sua origem, marginalizado, um lavrador sem o principal mecanismo de produção, a terra (CARNEIRO, 2012; MARTINS, 1979). Assim, a geração de renda das famílias de Élcio Barbosa, de Marcos de Almeida e de outros arrendatários que moravam na mesma região da “Fazenda Sucuri” fundamentava-se na partilha desigual da produção agrícola entre os produtores rurais e os donos legítimos da terra.

Uma vez que esses moradores estavam enquadrados em uma mesma realidade social, qual seja, arrendatários e marginalizados por que despojados da propriedade da terra e experienciarem o encobrimento das terras pelas “águas da CEMIG”, vivenciavam uma sociabilidade da ajuda mútua no trabalho e coletivização das atividades, sendo as principais delas, o mutirão e o compadrio. Portanto, havia na comunidade e, entre as famílias, uma “existência coletiva” (QUEIROZ, 1963), ou seja, a tentativa de realizar as atividades em conjunto visando o bem estar do grupo e a melhoria das famílias em situação preocupante.

A família de Sr. Marcos de Almeida arrendava terras de grandes proprietários para produzir objetos de cerâmicas e plantar cerealíferas nas várzeas do Rio Grande. Manteve contato próximo e frequente com a terra como local de moradia e espaço de produção até a construção da UHE. Por construir casas para as famílias empregadas, permitindo o cultivo para consumo próprio, o pai, Thomas de Aquino, arrendatário e dono da fazenda, apadrinhou algumas crianças da região, como o Sr. Élcio Barbosa.

Trabalhar com a família do Sr. Élcio Barbosa é relevante pois julgo representativa a trajetória da família antes e após a instalação da hidrelétrica. Família de parceiros, trabalhou nas olarias e plantações da região. Com a inundação, e por não ter a propriedade legal da terra, a família não recebeu qualquer ajuda financeira do governo, sendo amparada pelo padrinho Thomas de Aquino. Os integrantes permaneceram residentes na cidade de Rifaina, porém, ainda assim, iniciaram intenso processo migratório à procura de emprego.

É primordial sublinhar a relevância das famílias não terem a propriedade legal da terra na conjuntura política em que se deu a construção da barragem de Jaguara. Essa importância explica-se, pois, por muito tempo, a construção desses grandes projetos operou sob o que o Setor Elétrico<sup>12</sup> convencionou chamar de estratégia *territorial-patrimonialista*, ou seja, a ação do governo se baseava em compensar financeiramente apenas aqueles que possuíam a propriedade legal da terra e tiveram a propriedade inundada a partir da formação do reservatório hídrico (VAINER, 2008; VAINER; ARAÚJO, 2010). Assim, devido ao contexto histórico em que se deu a construção da UHE de Jaguara, receberam indenização e reparação apenas aqueles que eram proprietários da terra, enquanto que os que não tinham escritura da propriedade foram obrigados a sair da terra sem reparação alguma. Isso porque o Setor Elétrico, que tem como tarefa básica o controle e a distribuição de energia elétrica no território nacional, e a construção de novas unidades geradoras de energia elétrica a partir das UHEs para suprir a demanda nacional por eletricidade (VAINER; ARAÚJO, 1990), marcou sua atuação e trato com os “atingidos” fundamentado em estratégias que facilitassem a exploração de determinado território para uma finalidade específica, qual seja, a produção de energia elétrica para o “progresso” nacional. Apesar de as “negociações” no processo de edificação da UHE de Jaguara terem ocorrido diretamente com a subsidiária estatal de Minas Gerais, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a atuação foi estruturada sob a mesma lógica que outros segmentos maiores, como a ELETROBRÁS, assentada em três estratégias básicas: *desinformação*, *estratégia territorial-patrimonialista* e *negociação individual* (VAINER; ARAÚJO, 1990). Dessa forma, “as pessoas que não eram proprietários saíram, como se diz, com uma mão na frente e outra atrás” (Élcio Barbosa, tipo empírico 2).

Esses são alguns elementos importantes para compreender a trajetória social das famílias do *tipo empírico 2* após a construção da UHE de Jaguara, além de fator explicativo para a posição das famílias, contrárias à construção da UHE, e certas dos impactos econômicos e sociais da barragem para a região, uma vez que desalojou famílias e eliminou a base produtiva da cidade.

### **Tipo 3 – A vida transformada pela área inundada**

A significação da experiência do deslocamento compulsório das famílias do *tipo empírico 3* segue uma lógica contrária às apresentadas até então, ou seja, destacam-se por

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre o funcionamento e processo de privatização do Setor Elétrico, ver: Leme (2001)



compreenderem positivamente a experiência do deslocamento compulsório após a construção da UHE. Desse modo, não podemos pensar a categoria de “atingido” por usinas hidrelétricas como algo fixo e os efeitos do deslocamento compulsório como únicos. Isso porque, no território a ser implantado o grande projeto hídrico, há hierarquias e disputas como um espaço social caracterizado por Bourdieu (2007), que pode ser definido pela “exclusão mútua, ou pela *distinção*, das posições sociais que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 164). Esse lugar distinto e distintivo que é o espaço social tende a se retraduzir de maneira mais ou menos deformada no espaço físico e distribui os agentes sociais em função da posição ocupada de acordo com os princípios de diferenciação, ou seja, os capitais (econômico, cultural, simbólico, político) acumulados pelos agentes que “se exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado” (BOURDIEU, 2007, p. 164), isto é, o campo. Por ser dotado de regras próprias, princípios e hierarquias, o campo, definido pelo espaço social e “lugar de concorrências e conflitos” (BOURDIEU, 2007, p. 223), permite ligar pontos distantes socialmente e situar relacionalmente os agentes e as instituições a despeito de qualquer contato ou interação simbólica. Assim, o campo é dotado de jogos de representações e disputas de agentes dispostos a tomadas de posição nos domínios diferentes da prática em torno de interesses específicos, a depender do *habitus* inscrito no corpo.

Não pretendo transpor as experiências negativas a todos que vivenciaram o episódio da construção da UHE, uma vez que anularia, automaticamente, as disputas, hierarquias, contradições e jogos de representações existentes no espaço. Para tanto, além do espaço social, a noção de *habitus* (Bourdieu, 2007) torna-se fundamental para a análise dos *tipos empíricos* e compreensão da tomada de posição dos agentes sociais. Entendido como sistema de disposições duráveis, estruturas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, que são reguladas e regulares, o *habitus* restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, que retraduz aos agentes as características para a tomada de uma posição, estilo de vida, escolhas e práticas (BOURDIEU, 2006, 2007). A partir das experiências passadas que são integradas no *habitus*, o agente constrói a realidade social, sendo ela mesmo socialmente construída. Age guiado por estratégias e opera atos de conhecimento prático fundamentados num corpo socializado, “investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social e datada” (BOURDIEU, 2007, p. 167).

Fica evidente, portanto, que, para alguns, ao contrário da ameaça da *perda*, o evento da construção da barragem aponta na direção de *ganhos* e *oportunidades*, todos decorrentes da possibilidade de “melhorar de vida” e transformar sua realidade social. Assim, pela mediação do *habitus* socialmente inscrito nos corpos, os agentes do *tipo empírico 3* se posicionaram socialmente no espaço social de modo distinto dos *tipos empíricos 1 e 2*, observando no evento a oportunidade de novos empregos, a possibilidade de migração e melhorias na condição monetária em virtude da indenização. Esse foi o caso das famílias do Sr. Irineu Matos e da Sra. Inês Carvalho, que enxergaram a aproximação das empresas CEMIG e Mendes Júnior, como pólos de emprego e chance de mudança social.

A opção em trabalhar com as duas famílias justifica-se não apenas pela percepção *positiva* que ambas têm da construção da UHE de Jaguará, mas também pelo modo como organizaram o trabalho, produção e geração de renda, e pelas relações de gênero que antecedem e sucedem a construção da UHE.

Primeiramente, visto que não eram produtores rurais, tais famílias não estabeleceram uma relação de reciprocidade e dependência com a terra. Ao contrário, compreendiam o local como “atrasado e subdesenvolvido” e viam a instalação da UHE como oportunidade para transformar a realidade social até então vivida. Essa transformação se concretizou, na família de Sr. Irineu, quando sua mãe foi contratada pela empreiteira Mendes Júnior para trabalhar como cozinheira na vila de operários. Segundo o relato, a família vivia grandes dificuldades financeiras após ser abandonada pelo pai, restando à mãe, que sempre trabalhou nos cuidados domésticos, sustentar os filhos. Então, a chegada da UHE foi a oportunidade para a família superar as dificuldades financeiras, e do Sr. Irineu e sua mãe conseguirem o primeiro emprego registrado. Para além da importância desse processo para o Sr. Irineu, ressaltamos a relevância da hidrelétrica para a mulher, uma vez que a inseriu no espaço de trabalho produtivo.

Na família da Sra. Inês (irmã de Sr. Irineu), a transformação se concretizou quando, na iminência da inundação da cidade, mudaram para Uberlândia e “fizeram a vida” em outro lugar. Ainda próximos ao local inundado e em razão das “raízes” (Inês Carvalho, tipo empírico 3), o casal retornou à cidade depois de aposentado valorizando as “qualidades naturais”, da região e pela valorização monetária das terras.

#### **Tipo 4 - Aquele dinheiro “bem vindo e bem investido”**

Trabalhar com o *tipo empírico 4* justifica-se por compreenderem *positivamente* a experiência do deslocamento compulsório após a construção da barragem. As novas *oportunidades* decorrentes da chegada do grande empreendimento e a “alta” indenização paga aos proprietários que tiveram terras alagadas são elementos explicativos para o posicionamento a favor da UHE. Apesar das famílias proprietárias terem as terras produtivas alagadas, com plantações e fornos de olarias submersos pelas águas do represamento, “ter que sair” significou *ganhos* de diversas ordens. Algumas justificativas e ganhos apontados pelas famílias da Sra. Inês e do Sr. Irineu (tipo empírico 3) e as famílias do Sr. Paulino Coelho e da família de Sra. Almerinda Martins (tipo empírico 4) foram:

- a) possibilidade de “melhorar de vida” e/ou manter o elevado padrão de vida a partir da indenização;
- b) investir nos estudos das gerações futuras;
- c) valorização das propriedades rurais à beira do lago artificial de Jaguará e o início do turismo da cidade.

Com relação às famílias do *tipo empírico 4*, apesar de compreenderem a importância da *terra* como local de trabalho, produção e geração de renda com base na produção agrícola que sustentou a família, seja para a subsistência ou seja para o comércio, estas veem o “mundo rural” e a atividade agrícola como atrasados e fadados ao fracasso, local subdesenvolvido e sem perspectiva, apesar do processo de modernização da agricultura em curso na região.

Além de significativa a percepção negativa da relação com a terra e a percepção positiva da construção da hidrelétrica, são expressivas, na família de Sr. Paulino, as estratégias mobilizadas pelos pais, antes da instalação da UHE, que intensificaram o distanciamento gradual dos filhos e filhas em relação ao espaço rural. Dessa forma, o incentivo dos pais aos filhos para saírem do pequeno município e estudarem em cidades maiores, conseguindo o diploma universitário, concretizou o distanciamento com aquele local. Nesta família é relevante também o direcionamento da indenização monetária pela desapropriação e inundação da propriedade privada, aplicado nos estudos das gerações futuras da família.

Além dos elementos previamente citados – distanciamento da *terra* como espaço de produção – trabalhar com a família da Sra. Almerinda fundamenta-se pelo aparecimento das relações de gênero antes e durante a construção da UHE de Jaguará. Em tal caso, antes da instalação, a Sra. Almerinda se responsabilizou pelo sustento familiar, cuidado dos irmãos e cuidados domésticos. Porém, apesar de visível a importância da atuação da mulher no âmbito

familiar e privado, a “negociação” das terras que seriam inundadas ficou sob a responsabilidade do irmão. Fica evidente, portanto, a dominação patriarcal de gênero que delega às mulheres as atividades no plano privado e privam-nas do contato com o espaço externo (SAFFIOTI, 2015).

No que concerne ao processo de modernização agrícola em curso na região, as famílias do *tipo empírico 4* e outras produtoras da região às margens do Rio Grande tiveram papel importante no crescimento vertiginoso da produção cerealífera do arroz, e a linha férrea Mogiana, função relevante para sua distribuição no país. Apesar disso, a construção da UHE de Jaguara reverteu tal realidade ao inundar as terras férteis que margeavam o rio e desativar, em 1970, as linhas da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Seria automático supor que, ao participarem e se beneficiarem do cultivo de cereais na região, as famílias compreenderiam a construção da UHE como algo negativo, já que desmantelou a base produtiva da cidade. Contudo, o que se observou foi a tentativa das famílias de se distanciarem da *terra* como espaço de trabalho e espaço de moradia pela desvalorização simbólica e desvalorização econômica da atividade agrícola, e por um conjunto de motivações que justificam o caráter *positivo* da hidrelétrica.

\* \* \*

No decorrer da primeira seção, apresentei alguns referenciais analíticos e metodológicos que nortearam o estudo e a metodologia qualitativa apropriada para a coleta de dados, para então, expor os *tipos empíricos* da pesquisa em tela. Conforme apresentado, foram criados quatro *tipos empíricos* diferentes com características e elementos que convergem e divergem entre si, a respeito da relação com a terra, produção e geração da renda. Porém, apesar de diversos elementos entrecruzarem os *tipos empíricos*, esses foram norteados segundo o seguinte critério: a significação da experiência do deslocamento compulsório. Logo, os *tipos empíricos 1 e 2* relacionam-se por compreenderem *negativamente* os impactos sociais e pessoais decorrentes da construção da usina hidrelétrica, enquanto que os *tipos empíricos 3 e 4* conectam-se por refletirem *positivamente*. A partir da categoria de experiência, ou melhor, com base na reconstrução da experiência dos agentes, foi possível reconhecer diferentes significações sobre o deslocamento, diversidades dentro do grupo que a experiência (THOMPSON, 1981) fez vir à tona.

Dito isso, as próximas seções serão trabalhadas a depender do dueto apresentado. Ou seja, na seção II vou trabalhar com os *tipos empíricos 1 e 2*, aqueles que compreenderam

*negativamente* as experiências vivenciadas pela construção da UHE expondo, ao longo da seção, elementos que foram problematizados nas entrevistas e rapidamente apresentados no tópico “a escolha dos sujeitos de pesquisa”. Já na seção III, concentro a análise nos relatos orais daqueles que percebem *positivamente* a experiência de deslocamento compulsório – *tipos empíricos 3 e 4* –, problematizando assim a inexistência de uma identidade única nos atingidos por barragens.

<b>Quadro 1: Apresentação das famílias dos tipos empíricos 1 e 2</b>							
<b>FAMÍLIA</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO ATÉ 1971</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO PÓS 1971</b>	<b>RESIDÊNCIA ATÉ 1971</b>	<b>RESIDÊNCIA PÓS 1971</b>	<b>RELAÇÃO COM A TERRA ATÉ 1971</b>	<b>RELAÇÃO COM A TERRA PÓS 1971</b>	
Alberto Devós	Camponês	Trabalhador rural	Rural	Urbano	Proprietário	Proprietário	
Elzira Rodrigues	Camponesa	Assalariada	Rural	Urbano	Proprietária	Proprietária	
Josué Marães	Camponês	Trabalhador rural	Urbano	Urbano	Proprietário	Proprietário	
Veridiana Andrade	Camponesa	Trabalhadora rural	Rural	Urbano	Proprietária	Proprietária	
Élcio Barbosa	Camponês	Assalariado	Rural	Urbano	Parceiro	Proprietário	
Marcos de Almeida	Camponês	Assalariado	Rural	Urbano	Arrendatário	Proprietário	
<b>TIPO EMPÍRICO 1</b>			<b>TIPO EMPÍRICO 2</b>				
<b>IMPACTOS NEGATIVOS</b>							

Fonte: Elaborado pela autora.

<b>Quadro 2: Apresentação das famílias dos tipos empíricos 3 e 4</b>							
<b>FAMÍLIA</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO ATÉ 1971</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO PÓS 1971</b>	<b>RESIDÊNCIA ATÉ 1971</b>	<b>RESIDÊNCIA PÓS 1971</b>	<b>RELAÇÃO COM A TERRA</b>	<b>RELAÇÃO COM A TERRA PÓS 1971</b>	
	Inês Carvalho	Assalariada	Urbano	Urbano	Proprietária	Proprietária	
	Irineu de Matos	Trabalhador rural	Rural	Urbano	Proprietário	Proprietário	
	Paulino Coelho	Trabalhador rural	Rural	Urbano	Proprietário	Proprietário	
	Almerinda Martins	Trabalhadora rural	Rural	Urbano	Proprietária	Proprietária	
<b>TIPO EMPÍRICO 3</b>							
<b>TIPO EMPÍRICO 4</b>							
<b>IMPACTOS POSITIVOS</b>							
Fonte: Elaborado pela autora							

## SEÇÃO II – REVOLTA, LAMENTO E DOR: A EXPERIÊNCIA DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

A discussão da primeira seção teve como objetivo primordial situar o leitor sobre os percursos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa, posicionar a localidade estudada dentro de um contexto regional, social e econômico com o objetivo de apontar a caracterização da região de estudo, as peculiaridades históricas e compreender como os agentes estão envolvidos nesse processo. Além disso, foram apresentados rapidamente os *tipos empíricos* da pesquisa que, conforme explicitado, convergem e divergem entre si a depender da significação da *experiência* da construção da UHE e da relação com a terra. A *experiência* manifesta-se, portanto, como categoria central da pesquisa. Balizado por essa categoria, a resposta mental e emocional dos grupos empíricos, os valores, normas e sentimentos aprendidos por meio de uma vivência comum, assim como, as contradições, lutas e hierarquias, foram evidenciadas. Dessa forma, me deparei com experiências diversas, saberes múltiplos e valores destoantes que evidenciaram *ameaça de perdas* quando da construção da UHE de Jaguará, mas também, *oportunidade de ganhos*.

Nesta seção, mergulharei na realidade social de homens e mulheres que se encontravam no universo da “civilização caipira” por estabelecerem uma estreita relação com as formas mais elementares da “civilização rústica”<sup>13</sup>, ou seja, do mundo das culturas tradicionais do homem do campo (CANDIDO, 1964). A partir do *sentimento de localidade*, da integração na agricultura de subsistência e dos mecanismos de produção, esses agentes agem segundo um equilíbrio relativo a depender da equação entre *o mínimo social* e *o mínimo vital*, isto é, do equilíbrio entre a necessidade do grupo e a sua satisfação a partir dos recursos naturais disponíveis. Esse **equilíbrio vital** pressupõe uma relação de respeito e estabilidade entre mulheres, homens e natureza ao estabelecerem uma organização social compatível com o mínimo vital e tem, no *trabalho*<sup>14</sup>, o meio de estabelecer os vínculos e as solidariedades entre tais esferas (CANDIDO, 1964; MARX, 2004). Com isso, pretendo aprofundar na realidade de agentes que se enquadraram em uma cultura caipira e que experienciaram a inundação de um

---

<sup>13</sup> Candido (1964), para designar os aspectos culturais da população tradicional no caso brasileiro, usa o termo *caipira*, que tem vantagem de não ser ambíguo por exprimir um tipo de vida e exprimir à área de influência histórica paulista. Porém, para fugir da delimitação regional, o autor amplia o termo para *rústico*, englobando um tipo social e cultural, “o universo das culturas tradicionais do homem do campo” (CANDIDO, 1964, p. 21) no Brasil. Contudo, o termo *rústico* é ambíguo, englobando também, o rural, o rude, o tosco.

<sup>14</sup> Esse trabalho na sociedade pré-capitalista não significava uma atividade em si e para fins econômicos, mas, estava orientado à função social de manter-se interconectado com a natureza, a manutenção da existência física, inclinando para uma atitude de submissão e proximidade com a natureza (MARX, 2004; BOURDIEU, 1979).



local que pressupunha forte ligação pela retirada dos mínimos vitais e sociais, para então, explicitar os valores, expectativas, estratégias e resistências quando colocados diante da ameaça de rupturas e transformações inerentes à edificação de uma usina hidrelétrica, a partir da categoria de *experiência* desenvolvida por Thompson (1981).

Então, reportar aos elementos da cultura caipira como a forte ligação com a terra, o modo de produção específico e as experiências de solidariedades vicinais são alguns dos fatores explicativos para a *experiência negativa* do deslocamento compulsório das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*. Essas experiências apareceram nos relatos orais dos “atingidos” na forma de sofrimento, lamento, dor e, muitas vezes, revolta pelos impactos econômicos e sociais e pela sensação de perda.

A discussão da seção foi estruturada da seguinte forma: perspectiva histórica e especificidades da construção de usinas hidrelétricas em âmbito nacional, as singularidades dos *tipos empíricos 1 e 2* e os achados empírico no que se refere às sociabilidades e experiências sobre a construção da UHE de Jaguara, tal qual as estratégias e resistências cotidianas (SCOTT, 2002) dos atingidos.

## 2.1 Destruição, revolta e dor

*Foi enchendo devagarzinho, devagarzinho. Até que encheu tudo isso. Aí senti uma tristeza, né? Eu não queria sair de lá. Aí acabou a estação de trem, tinha estação. Olaria. Acabou tijolo. Meus meninos trabalhavam na olaria. Acabou tudo! Acabou tudo! Aquelas lavouras de arroz que tinha na beirada do rio!? Acabou tudo! Foi só vim a água e pronto. Ah! Senti assim, não sei, senti falta daquilo. Porque aí a vida da gente foi mudando né? Foi mudando! (Elzira Rodrigues, 91 anos).*

*No meu ponto de vista a CEMIG deu um golpe em Rifaina, no meu ponto de vista. E eu acho que se não tivesse essa represa aqui as coisas estavam bem melhores! (Josué Marães Filho, 60 anos).*

*Eu acho que a cidade acabou! Antes isso aqui era bacana, a gente trabalhava, tudo direitinho. Não ganhava nada mas estava bom né? Agora hoje a gente está aqui. Eu recebo benefício, porque senão, não tinha comida nem para comer. Outra coisa, rifainense aqui não existe mais! O que está aqui é tudo de fora. Família rifainense você não acha! (Josué Marães, 87 anos).*

*Então não tinha como! Quando construiu aqui era época do Regime Militar, então não tinha muita concessão não. Eles chegavam, e “vai fazer, vai fazer” e pronto. Faziam. Na verdade, fizeram. Hoje é mais*

*negociado e a questão ambiental é mais trabalhada (Marcos de Almeida, 63 anos).*

Os depoimentos acima estão aqui transcritos com o propósito de chamar a atenção para alguns elementos que serão trabalhados na seção II, como o modo como a construção da Usina Hidrelétrica de Jaguara foi percebida e sentida pelas famílias compulsoriamente deslocadas, contextualizar historicamente a implantação da UHE de Jaguara e apresentar os paradigmas que permeiam os Grandes Projetos (GPs)<sup>15</sup>. A partir da memória e experiência dos atingidos é possível apreender as transformações na organização social e na sociabilidade das famílias, assim como entender a atuação do Setor Elétrico e da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) junto às famílias impactadas pela perda da terra e pelo deslocamento compulsório.

Logo nos primeiros relatos, chama a atenção o sentimento de sofrimento, lamento, dor e revolta apontado pelos “atingidos”, justificado pela perda da terra – local de moradia e base de produção –, e o abandono de parentes e vizinhos, elementos que reforçavam o sentimento de pertencimento e fortaleciam os laços de solidariedade a partir da *ajuda mútua* e da *cooperação vicinal*. Os relatos orais apontaram também para o contexto histórico da construção da UHE de Jaguara, e para o modo de atuação da empresa responsável pela edificação do GP.

Com o início da construção, em 1966, foram cinco anos até a inauguração da UHE de Jaguara. Inserida em um contexto de ditadura militar, a usina hidrelétrica é resultado do grande projeto nacional que visa o desenvolvimento e modernização do país com base no financiamento estatal e em capitais privados nacional e internacional. À vista disso, a política autoritária, que pretendia novos patamares financeiros, progresso e modernização, percebeu o incentivo monetário à industrialização e à modernização das empresas nacionais como via de acesso para a recuperação econômica e o desenvolvimento nacional (IANNI, 1991; TAVARES; ASSIS, 1986). E o setor energético foi um dos grandes beneficiários desses investimentos financeiros. Assim, entre as décadas de 1950 e 1970, houve um intenso processo de construção

---

<sup>15</sup> As Usinas Hidrelétricas de Energia têm sido apontadas nos trabalhos acadêmicos por alguns autores como Grandes Projetos de Investimento (VAINER; ARAÚJO, 1992), Grande Projeto (VAINER, 2011); Projeto de Grande Escala (ARAÚJO, 1991), expressões que, no geral, caracterizam empreendimentos que mobilizam em grande intensidade diferentes elementos de um território. A partir de agora, com o intuito de padronizar a linguagem, reportaremos a esses empreendimentos como **Grandes Projetos (GPs)**.

de usinas hidrelétricas no Brasil<sup>16</sup> e formação de lagos artificiais legitimados pelo discurso de “utilidade pública” e “benefícios” nacionais e regionais que os GPs representam, apesar de configurar, na verdade, em empreendimentos de grandes consequências<sup>17</sup> para a sociedade. Seja por causar transformações sociais e ambientais ao alagar grandes áreas, seja por caracterizar-se um projeto excludente ao segregar os beneficiários do desenvolvimento econômico que a UHE mobiliza. Quer dizer, os órgãos financiadores são os maiores beneficiados, aumentando os lucros investidos, enquanto que ribeirinhos, posseiros, meeiros, trabalhadores rurais e camponeses perdem as bases de produção, os mecanismos de trabalho e são deslocados do território.

De maneira geral, Vainer e Araújo (1992, p. 34) compreendem esses Grandes Projetos<sup>18</sup> como

Empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

A partir dos relatos orais das famílias que compreenderam o deslocamento compulsório e os impactos sociais como *negativos*, não restam dúvidas que a Usina Hidrelétrica de Jaguara tem em seu cerne a natureza e os “paradigmas” de um Grande Projeto nacional em razão do modo de implantação e dos impactos socioeconômicos para os atingidos. Segundo a família de Josué Marães, o represamento da barragem e a formação do lago artificial acarretou grande perda monetária em razão da retirada da base de trabalho. Legítimo pescador profissional da região, afirma que chegou “a pegar peixe de oitenta quilos nesse rio. Oitenta! Na verdade, pegava de setenta, oitenta, noventa quilos de peixe todos os dias” (Josué Marães, 87 anos). Mas, com a construção da barragem, a família não podia mais pescar. “Depois que

---

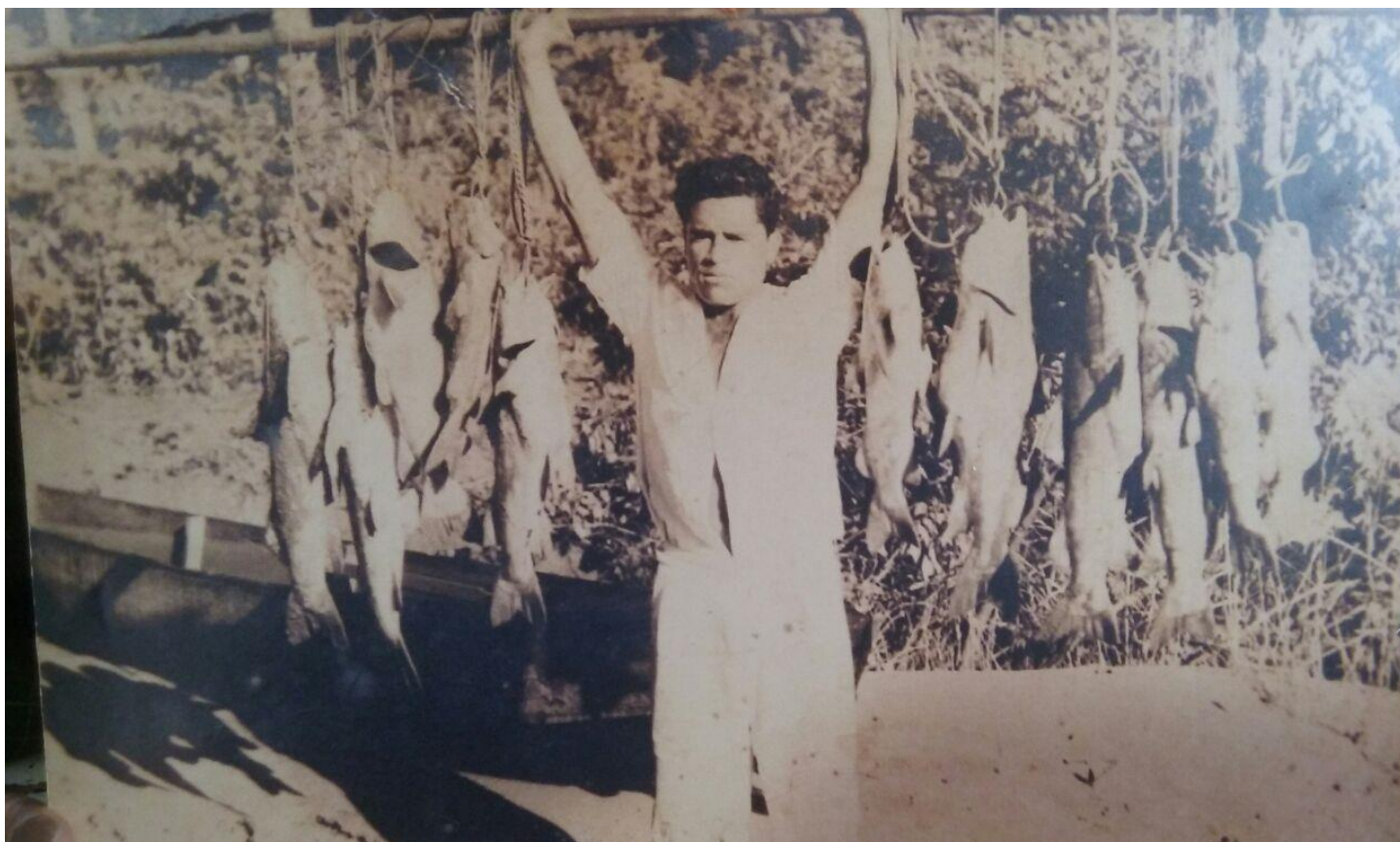
<sup>16</sup> O Brasil, vivendo o problema de insuficiência energética, colocou em pauta a importância da atuação e intervenção do poder público na economia para solucionar os problemas energéticos. Então, criaram-se novos órgãos governamentais a fim de impulsionar a industrialização e sanar os problemas econômico-financeiros e energéticos nacionais. Como exemplos, o governo formulou o *Plano Nacional de Reparcelamento Econômico* que investiu em indústrias de base, transporte e energia e o *Plano Nacional de Eletrificação e criação da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás* (proposta em 1954, pelo governo Vargas, mas sancionada em 1961) (IANNI, 1991).

<sup>17</sup> Além das consequências sociais e ambientais, Tavares e Assis (1986) apontam que os resultados da política econômica do regime autoritário foi o endividamento estatal – “encilhamento geral” – do ponto de vista interno e externo.

<sup>18</sup> Vainer e Araújo (1992) convencionaram chamar esses empreendimentos de Grandes Projetos de Investimentos.

fechou a represa, ficou muita água. Aí, a pesca parou”; e hoje, “não tem mais peixe, né? Acabou” (Josué Marães, 87 anos).

**Foto 1 – Sr. Josué Marães e os peixes do Rio Grande (1965)**



Fonte: Arquivo da autora.

O que tem são as lembranças, uma única foto e o orgulho de conseguir levantar oitenta quilos de peixe com as mãos.

Sabe menina, ser forte igual eu fui, igual aqui. Pegar oitenta quilos!? Não é qualquer homem que faz isso. Isso aí foi “palmeado”. Eu peguei e fiz assim, levantei de uma vez. Hoje, se eu pego aquele carrinho ali eu custo tocar ele. Sabe por que? Porque tenho diabetes, estou fraco, mas eu fui homem de muita força, muita força. Hoje não tenho mais (Josué Marães, 87 anos).

Outro exemplo importante sobre os impactos econômicos e sociais da construção da UHE de Jaguará foi observado na experiência da família de Sr. Alberto Devós que,

proprietário de grandes quantidades de terras, viu suas glebas serem tomadas pelas “águas da CEMIG”.

No ano de 66, a terra era isso aqui. [A água] partiu ela no meio. De lá ficou separado das terras de cá. A minha sorte foi que, do lado de cá, não tomou a fazenda e nem o curral. Não pegou a sede. Mas as terras foram tudo embora. As terras de cultura, porque as ruins ficou lá nos meus pé de serra. Ficou tudo lá as terras ruins (Alberto Devós, 88 anos).

Nessa perspectiva, para a construção de UHE parte-se do princípio de um território e de recursos territorializados à disposição do capital e da geração de energia elétrica. A apropriação dos recursos naturais, a expropriação dos instrumentos de trabalho e a expulsão dos habitantes, vistos como obstáculos para o desenvolvimento, são elementos significativos que geram as desigualdades regionais e concentração espacial da riqueza. A formação de lagos artificiais deixa submersas terras férteis e áreas de grande produção agrícola, recursos disponíveis e essenciais para os produtores e trabalhadores que delas dependiam. Colocados diante da expropriação dos instrumentos de trabalho, os trabalhadores são obrigados a migrar à procura de um novo território para reconstruir os laços sociais rompidos e estabelecer novas relações de trabalho, impondo para si mesmos novas práticas de vida e novas maneiras de uso e ocupação do solo (MARTINS, 2000).

Segundo Marx (1996), a entrada da relação capitalista de produção na sociedade pressupõe a retirada dos instrumentos de trabalho do camponês, a terra, e ao transmutá-lo em proletariado, torna-o “trabalhador livre”, livre para vender a única mercadoria que ainda lhe resta, a força de trabalho, para que consiga os recursos necessários para a subsistência. A terra, portanto, deixa de ser condição natural da produção agrícola e meio universal de trabalho, e o camponês, ao invés de trabalhar livremente para si mesmo, transforma-se em trabalhador para o capital (MARX, 1996).

Sintetizando,

A constituição do capitalismo (não só na agricultura) implica no surgimento do trabalhador livre. Livre num sentido duplo: não só por ser despojado dos meios de produção, mas também por poder dispor livremente de sua força de trabalho, como única mercadoria que possui, e cuja venda é condição essencial para sua sobrevivência (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 02).

As construções dos GPs corroboram as análises de Marx, uma vez que, além de se apropriar da terra, ainda transmuta o camponês expropriado em proletariado. Dessa forma, os pescadores que aproveitavam a abundância de peixe no Rio Grande, cessaram a pesca; os

oleiros que retiravam o barro da margem do rio foram obrigados a acelerar a produção quando houve o anúncio da inundação; os produtores de agricultura diversificada, como as atividades hortigranjeiras, frutíferas e cerealífera de arroz, colheram às pressas para garantir o sustento familiar no período de adaptação após a formação do lago artificial; e, os trabalhadores rurais ficaram sujeitos ao ritmo do mercado de trabalho na região e na capital do Estado e, muitos deles tiveram de trabalhar na construção civil.

Com base nos aspectos iniciais apresentados, entendo que, na sociedade brasileira, a problemática da construção de Grandes Projetos Hídricos (GPHs) esteve firmada em um contexto de modernização nacional, que se convencionou chamar de *modernização conservadora*. Portanto, parto do pressuposto que há, no decurso da obra de UHEs, uma estreita ligação entre essas esferas e o fenômeno de capitalização da agricultura no território nacional, tanto por expropriar os camponeses dos meios produtivos, quanto por se apropriar da água e do solo de modo predatório. Sendo assim, reportar à questão fundiária brasileira e às mudanças operadas no país que datam do século XIX mostra-se como elemento importante para apreender a marcha conservadora que foi a modernização brasileira e as consequências para aqueles que experienciaram esse processo conservador.

### **2.1.1 Elementos históricos da construção do objeto**

Desse retrato sucinto das experiências dos “atingidos” pela Usina Hidrelétrica de Jaguará, interessa nesse momento reportar à questão fundiária brasileira e às mudanças operadas no país que datam do século XIX, para entender o processo de modernização brasileira e desenvolvimento nacional a partir das construções de UHEs. Ademais, esse percurso histórico terá relevância para perceber como estava estruturada a relação terra, trabalho e geração de renda das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* a partir das experiências, entender os privilégios sociais e as diferenças históricas entre os proprietários e os arrendatários de terra, bem como interpretar as estratégias e a atuação do Setor Elétrico com relação às indenizações e “negociações” com a construção da UHE a partir de elementos históricos fundiários.

Os elementos históricos que tiveram início na colônia, como o significado estrutural do sistema de escravidão e a importância da concentração de terras, traçam uma linha reta que transpassa as relações de trabalho e finda na concentração fundiária a partir das particularidades históricas do capitalismo que se reproduziu no país (WANDERLEY, 2011). A Lei de Terras de 1850, que assegurou os mecanismos necessários para que os proprietários

rurais legitimassem o acesso à terra e reafirmassem o direito sobre aquele espaço, foi um dos meios encontrados pelo governo para evitar prejuízos aos grandes proprietários de terras e produtores rurais que temiam a ocupação das terras “livres” por novos trabalhadores e a ameaça à disponibilidade de força de trabalho a baixo custo<sup>19</sup>. No caminhar desse processo, a terra converteu-se em mercadoria, ou seja, renda capitalizada que apenas poderia ser adquirida por meio da compra. Esse “mecanismo tradicional de exclusão” acentuou as restrições de uso e acesso à terra a um pequeno grupo de grandes fazendeiros e ao Estado e viabilizou o advento de trabalhadores livres que substituíram os escravos, sem prejudicar a economia da fazenda (MARTINS, 1981). O camponês foi, portanto, política, econômica e socialmente excluído da sociedade brasileira, ao ser impedido de obter a propriedade privada da terra por meio das sesmarias, definiu-se no processo histórico brasileiro como elemento inferior, marginalizado e duplamente excluído<sup>20</sup> (BRANDÃO, 1983; MARTINS, 1981).

Mediante o trabalho árduo, e com base em muita economia, os trabalhadores livres<sup>21</sup> mudaram o cenário do regime fundiário quando, a partir da *posse* de terras devolutas, passaram a produzir culturas que não estavam fixadas ao segmento da monocultura (GUIMARÃES, 1963; GRAZIANO DA SILVA, 1998; MARTINS, 1979). No entanto, a impossibilidade do camponês ocupar legalmente as terras recria a condição de sujeição e exploração do agente. Os grandes latifundiários, que dependiam da mão de obra escrava, redefinem as relações de trabalho, aprofundam a exploração da mão de obra do trabalhador à custa de péssimas condições de trabalho e pagamentos salariais injustos, e dão margem para o surgimento de novas relações de trabalho<sup>22</sup> (BRANDÃO, 1983; MARTINS, 1979; SILVA; MARTINS, 2010; SILVA; BUENO; MELO, 2014).

O capital, portanto, preserva e reestabelece antigas relações sociais subordinando-as à própria reprodução, ou mesmo, cria novas condições capazes de garantir esse desdobramento. A terra, antes elemento secundário na sociedade escravocrata, e agora principal renda capitalizada – renda territorial – mostra-se como meio eficiente para extorquir

---

<sup>19</sup> O acesso à terra possibilitaria aos trabalhadores livres se estabelecerem como pequenos produtores nas regiões de fronteira, resultando, por consequência, na escassez de trabalhadores assalariados (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

<sup>20</sup> Segundo Martins (1981), o camponês foi excluído da condição de proprietários de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada.

<sup>21</sup> Maria Sylvania de Carvalho e Franco problematiza o surgimento da figura do homem livre – posseiros, vendeiros, sitiantes e agregados – com o fim do trabalho escravo. A autora argumenta que estes trabalhadores estão livres da situação da escravidão, mas não da dominação legítima que as relações interpessoais fixavam. A propósito, ver Franco (1976)

<sup>22</sup> A respeito das novas relações de trabalho que estão postas com a relação capitalista, José Graziano da Silva (1980) analisa o surgimento do “trabalhador volante”. Outra importante referência a esse respeito, Silva, Bueno e Melo (2014) trabalham com as “catadoras de pedra” dos eitos da cana de açúcar.

trabalho e fazer uso da renda absoluta. Conforme coloca Martins (1979, p. 32), “a renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”.

De modo análogo, para Martins (2000), o capital subordina antigas relações sociais de produção em sincronia com o desenvolvimento almejado, fazendo com que realidades sociais aparentemente divergentes permaneçam no mesmo espaço. Trata-se portanto,

De um processo onde o capital, gradativamente, vai redefinindo antigas formas de produção e reprodução social, e, por conseguinte, busca a subsunção real do trabalho à sua lógica e a subordinação da natureza em vista do seu processo de subordinação (MARTINS, 2000, p. 35).

No encadeamento histórico da modernização do campo, as sociedades rurais tradicionais perderam a autonomia relativa quando se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade capitalista em um processo de modernização da agricultura, reforçando e aprofundando a dependência das produções agrícolas aos insumos industriais e ao ritmo urbano almejado (WANDERLEY, 2009). Essas mudanças operadas no meio rural, decorrentes da modernização da produção agrícola vinculada à industrialização, podem ser observadas no Brasil no que se convencionou chamar de *modernização conservadora* (WANDERLEY, 2011). Iniciada na década de 1960, em tempos de ditadura militar, e com o auge na década de 1970, foi uma política de incentivo à industrialização e à mudança do modelo produtivo agrícola, e com o objetivo central do desenvolvimento do campo sem mudança na estrutura da propriedade rural. No processo de substituição do modelo produtivo, algumas organizações sociais se modernizaram, mas mantiveram o *status quo* de uma ordem social burguesa competitiva que desejava conservar seus privilégios e aumentar os lucros. O projeto de modernização do sistema político e econômico brasileiro contou com o extensivo subsídio estatal, que disponibilizou créditos rurais, incentivos fiscais, financiamento e privilégios para as médias e grandes propriedades agrícolas, e subsídios do capital industrial nacional e internacional que dirigiu suas ações para superar as particularidades da agricultura e libertar a produção agrícola do ciclo da natureza com base na intensa transformação do meio ambiente e alteração da base técnica. Logo, a modernização ascendeu com base na importação de maquinários, uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, sementes melhoradas, perda da biodiversidade e sujeição da natureza aos interesses do Estado consolidados pela monocultura e pela aproximação da agricultura à indústria para obter maiores rentabilidades, no bojo da



chamada Revolução Verde no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1978; SILVA; MARTINS, 2010).

As Usinas Hidrelétricas, bem como a UHE de Jaguará, estão inseridas nesse contexto de modernização conservadora e projeto nacional de desenvolvimento, adotado pelo governo ditatorial brasileiro.

De modo geral, as barragens interrompem o curso natural do rio e permitem “reservar” água para a formação do reservatório. Assim, além de “estocar” água, esses reservatórios “permitem a formação do desnível necessário para a configuração da energia hidráulica, a captação da água em volume adequado e a regularização da vazão dos rios em períodos de seca e estiagem” (ANEEL, 2008, p. 50). A Usina Hidrelétrica de Jaguará, pelo aproveitamento hídrico do Rio Grande, seguiu o modelo de construção “fio d’água”, intitulada assim por especialistas, como uma usina de poucos impactos socioambientais, já que alagou uma área relativamente pequena. No entanto, apesar de enquadrada como UHE de poucos impactos, os relatos orais dos atingidos rebatem os argumentos da própria CEMIG de que a UHE de Jaguará praticamente não impactou negativamente a região. A experiência empírica do trabalho de campo aponta que a construção da referida UHE seguiu padrões de grandes empreendimentos caracterizados pelo uso intensivo de capital estatal e privado, exploração de determinado espaço social, apropriação dos recursos naturais, supervalorização dos interesses nacionais e silenciamento dos discursos e interesses locais, e retirada dos meios de produção dos moradores.

Naquele contexto histórico, os empreendimentos hídricos tinham, no Estado e em alguns segmentos nacionais e internacionais<sup>23</sup>, o estímulo financeiro destinado à edificação do empreendimento e à distribuição de energia (MÜLLER, 1989; VAINER, 2011). Restaurado o clima de confiança do sistema financeiro externo a partir do aperfeiçoamento das políticas nacionais, o setor energético se constituiu como área precursora no plano de investimento estatal e privado, recebendo, portanto, apoio financeiro de grandes construtoras de obras públicas, créditos de longos prazos para as empreiteiras e fornecedoras de equipamentos elétricos e rodoviário, e suporte financeiro do Banco Mundial e de outras instituições públicas (IANNI, 1991; TAVARES; ASSIS, 1986).

---

<sup>23</sup> Müller (1989) se referiu ao processo de modernização e expansão da sociedade brasileira com base na relação dos interesses da “Tríplice Aliança” entre o capital nacional da elite, o capital internacional e o capital estatal e afirma que o laço entre tais setores foi responsável pela passagem de uma economia “atrasada e arcaica” para uma economia industrial.

Segundo Ianni (1991), a estratégia política de “interdependência e modernização” do governo nacional que instaurou um novo processo de concentração do capital a partir das novas relações entre o Estado e a empresa privada, nacional e internacional, foi requisito pioneiro para o funcionamento e o progresso da economia brasileira. O poder público foi levado a manipular e interferir praticamente em todos os setores do sistema econômico nacional, reelaborando as condições de funcionamento dos mercados de capital e de mão de obra. Ao criar novas oportunidades e possibilidades para o funcionamento da empresa privada, nacional e internacional, através dos atos institucionais que afirmaram a hegemonia absoluta do Executivo sobre o Legislativo, a reformulação e a execução das políticas econômicas governamentais gozaram de facilidade e condições especiais para a implantação (IANNI, 1991).

Nesse sentido,

O intervencionismo estatal fazia parte necessária do sistema de garantias para o funcionamento e o florescimento da empresa privada, nacional e multinacional. Tratava-se de diminuir ou controlar os riscos políticos que poderiam ameaçar os investimentos privados, de origem interna ou externa (IANNI, 1991, p. 274).

Assim, conforme afirma Martins (2000), qualquer espaço em que o Estado atuasse naquele momento histórico para a construção de uma UHE, com o uso intensivo de capital e, apesar de todas as consequências existentes nesse processo, causador de transformações no espaço social e no meio ambiente, o discurso do “desenvolvimento” e do “progresso” legitimou sua atuação e as transformações ocorridas no local. Dessa forma, as bases para a adoção de um padrão de desenvolvimento mais intensivo de capital estavam estruturadas e legitimadas por uma virtude inerente aos grandes projetos hídricos, qual seja, a de atender ao *interesse nacional*. Em outras palavras,

É como se o simples reconhecimento da necessidade de energia elétrica impusesse o reconhecimento de que: é do *interesse nacional* produzir o máximo de energia elétrica ao mínimo custo financeiro; os grandes empreendimentos são o formato mais adequado à concretização desse *interesse* (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 61).

A tradução clara do que é o *interesse nacional*, o peso do discurso governamental para legitimar a atuação e a influência da ditadura militar, são revelados na fala do Sr. Marcos.

Muitas pessoas não queriam vender de jeito nenhum as terras. Mas não teve jeito. A usina era para um **bem público** e diziam que era para **melhorar para todo mundo**, que era o **progresso chegando**. Mas alguém ia sair prejudicado! E as pessoas saíram! A maioria não conseguiu realocar para um local da qualidade de vida que tinha aqui: próximo ao rio e com fazendas e chácaras muito bem formadas (Marcos de Almeida, 63 anos).

O relato de Sr. Marcos é o retrato real do que foi a construção da UHE de Jaguara para as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*. Uma construção justificada e legitimada previamente pelos interesses externos a partir da mobilização de capitais estatais e privados e pelo discurso do “progresso” e dos “benefícios” que traria para a nação e para a região. É nesse cenário que se formulou o “decreto de desapropriação por utilidade pública”<sup>24</sup>, que justificava, a partir da ideia de “bem público”, a inundação de uma área e o deslocamento de uma grande quantidade de pessoas. Foram mudanças na sociedade e impactos no meio ambiente validadas e silenciadas à base de violência; não necessariamente uma ação alicerçada na truculência física e na violência policial, mas na violência pautada sob duas dimensões: a primeira, em virtude do rompimento de laços sociais e culturais a partir de uma força maior, qual seja, a atuação do capital; e a segunda, à base da *violência simbólica* nos termos de Bourdieu (2007). Afastando-se de uma análise da ação da força física, o autor compreende que a ordem empregada pelo Estado, por exemplo, tem eficácia mediante a aceitação natural daquele que a executa, a despeito de qualquer constrição física por ser, na verdade, de fato, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação. Essa coerção, que age de maneira invisível e insidiosa, exerce uma forma de poder sobre os corpos e opera buscando apoiar-se sobre as disposições duráveis, disposições quase naturais, produtos da incorporação de uma estrutura social (BOURDIEU, 2007). De modo geral,

A eficácia das necessidades externas se apóia na eficácia de uma necessidade interna. Logo, sendo o resultado da inscrição no corpo de uma relação de dominação, as disposições constituem o verdadeiro princípio dos atos práticos de conhecimento e reconhecimento da fronteira mágica entre dominantes e dominados, atos desencadeados pela magia do poder simbólico, atuantes, nesse caso, como um gatilho (BOURDIEU, 2007, P. 205).

Como resultado da incorporação da violência simbólica, as mudanças decorrentes da expansão da exploração capitalista do território – impactos socioambientais de

---

<sup>24</sup> A “Declaração de Utilidade Pública” representa um ponto estratégico da construção de usinas hidrelétricas. De acordo com Rocha (2012), “podemos perceber que a própria denominação do documento remete à ideia de que a obra em questão, embora contraria os interesses de alguns, visa atender à sociedade em seu conjunto, o que por si só, justificaria eventuais ‘sacrifícios’” (ROCHA, 2012, p. 233).

grande monta – são rebaixadas, assim, a uma pífia seqüela inevitável quando se almeja o crescimento nacional, mesmo porque, conforme aponta Sr. Marcos, “alguém ia sair prejudicado”, e quem saiu prejudicado foram as pessoas que ali habitavam.

\* \* \*

Situar o leitor no processo da modernização brasileira e no projeto de desenvolvimento nacional é de grande importância para fundamentar o modo conservador das construções de UHEs no território nacional. Além disso, reportar às particularidades dos “mecanismos tradicionais de exclusão” e à importância histórica da concentração da terra, que posiciona os camponeses como “excluídos” da sociedade, uma vez que foram impedidos de obter a propriedade legal da terra (MARTINS, 1979, 1981), é de relevância pois será possível alcançar explicações sobre a atuação e o trato do setor elétrico com os atingidos.

Sem dúvida, a posição do homem do campo e a estrutura de seu modo de vida e sociabilidade são afetadas quando um GP chega ao território. O período de construção do reservatório de água é, portanto, o período de desmantelamento das relações sociais.

A chegada de um agente social externo em um território estruturado causa bruscas rupturas no instante em que aquele passa a controlar a relação espaço-tempo (REIS, 1998; ROCHA, 2014). E tais experiências de rupturas são mais expressivas em indivíduos, famílias, comunidades, sociedades que se ligam ao território balizados por dimensões de reciprocidade e respeito, ou mesmo que dependem da terra como meio de trabalho e/ou moradia.

Tal análise segue linhas importantes para o trabalho em tela, visto que a ligação com a terra, seja como base de produção e espaço para fixação territorial, seja como local constituinte de identidades, foi importante fator explicativo e princípio de motivação para as famílias dos *tipos empíricos* analisados permanecerem na cidade de Rifaina. Além desses fatores, os atingidos relataram o sentimento de dor e a sensação de perda quando chegaram as águas, assim como a difícil decisão de *ficar* na cidade no instante em que todos os elementos que ligavam as famílias ao território estavam em grande processo de metamorfose. O tempo e a permanência no local aliviam o sofrimento, e as lembranças e memórias constituem razão para permanecer e estímulo para voltar, suavizam as perdas.

No próximo tópico, aprofundarei as experiências das famílias entrevistadas, situando-as, a partir dos relatos orais, em dois períodos da construção do reservatório: pré-

desapropriação e pós-desapropriação<sup>25</sup>. Assim, percorrerei um caminho que ultrapassa o mundo das culturas tradicionais dos homens e mulheres do campo segundo as sociabilidades, solidariedades e organização de trabalho, e finda na transformação e reestruturação social após a construção da UHE. A partir da significação da experiência de deslocamento compulsório, os agentes constroem uma lógica de ação mediante a significação desse processo. Então, a experiência desponta como um espaço em que as ações humanas tomam lugares e significados a partir da interação entre homens e mulheres situados em um mundo externo.

## **2.2 A experiência do deslocamento compulsório**

### **2.2.1 As lembranças de uma comunidade caipira**

De antemão, é possível afirmar que os deslocados podem ser caracterizados pelas sociabilidades de uma *civilização caipira*<sup>26</sup> (CANDIDO, 1987). Essa civilização caipira, no interior de um espaço social e geográfico bem definido, pode ser definida como uma comunidade que soube desenvolver as sociabilidades a partir de elos estreitos entre o sentimento de localidade, a relação de troca, os vínculos de confiança e o sentimento de pertencer a um lugar. A sociabilidade caipira se alargava em diferentes graus balizados pelas relações de trabalho comunitário e pela vida lúdico-religiosa, dimensões que recortam as rotinas da vida pessoal, familiar e comunitária e trazem à baila o auxílio mútuo, a convivência, a solidariedade vicinal e as relações familiares e de vizinhança. Estruturada em torno de um agrupamento de infraestrutura mínima, como igreja e habitação para abranger os habitantes dispersos, a comunidade rural existe com base nos *ajustamentos* mínimos vitais e sociais que permitem atender as necessidades vitais do camponês para a sobrevivência assentada no equilíbrio entre as necessidades e os recursos naturais (CANDIDO, 1987).

As necessidades vitais dos moradores de Rifaina, antes da construção da UHE de Jaguará, estavam interligadas diretamente com a natureza, tanto pela escolha majoritária da população pela organização de trabalho, modo de produção e geração de renda fundamentados na produção agrícola que era conduzida pelos ritmos “das águas” e das estações, “época das

---

<sup>25</sup> Como período de pré-desapropriação, compreendo o momento antes da construção da UHE, quando as relações sociais não foram desmanteladas, e o episódio de anúncio da construção. Por pós-desapropriação, o momento de reestruturação social.

<sup>26</sup> Ao longo do trabalho, o termo caipira será utilizado em suas características gerais, reportando ao modo de vida e sociabilidade de uma comunidade.

águas e da seca”, quanto pelos momentos de lazer a partir da caça e da pesca, atividades caipiras por excelência (CANDIDO, 1987).

Eu era caçador. Caçador de perdiz. Você sabe como é que faz para caçar perdiz!? Vou te dar uma explicação. Você tem que ter um cachorro bom, um cachorro bom, e ir num campo que tem perdiz. Aqui por exemplo, você pode andar hoje por aqui e procurar igual procura uma agulha que não acha. Nós íamos achar perdiz lá no chapadão do Bugre e no chapadão da Zagaia (Alberto Devós, 88 anos).

Naquela época, para você ter uma ideia, o pai pescava e o pai vendia os peixes no mesmo dia. Não existia essas coisas de por o peixe no freezer, como hoje. Peixe fresco! E não limpava não! Do jeito que pegava ia saindo vendendo os peixes nessas cidadezinhas aí e em Rifaina. E vendia rápido, senão perdia (Josué Marães Filho, 60 anos).

**Foto 2 – O regresso da pesca no Rio Grande (1910)**



Fonte: Projeto Turismo Rifaina

Foto 3 – Dia de caça



Fonte: Foto cedida pela família de Sr. Alberto Devós.

A coleta, a caça e a pesca, além de serem margem de **lazer** de algumas famílias, constituíam organização de trabalho e modo de geração de renda de outras. Tais atividades concatenam sabedorias e múltiplas racionalidades ligadas ao projeto de vida de equilíbrio vital entre o agente e a natureza. Desse modo, os moradores da “antiga cidade” utilizavam o meio natural para exercer e desenvolver diversas atividades que não se fixavam em uma racionalidade produtiva de um profissional industrial, por exemplo, mas desenvolveram as atividades “segundo um ritmo que acompanha os movimentos da natureza. Não é possível

produzir sem considerá-la e sem esperar que os ciclos da natureza se completem” (BRANDENBURG, 2010a, p. 173).

Naquele tempo não tinha adubo. Você plantava, e o que a terra dava, pronto. Era o que tinha. Hoje você faz a correção do solo, põe adubo. Hoje se você ver, você não acredita nisso. Como é que transformou as coisas (Alberto Devós, 88 anos).

**Foto 4 – Canoas utilizadas para a pesca no Rio Grande (pós 1971)**



Fonte: Casa da cultura de Rifaina.

O trabalho rural demandava paciência e respeito com a natureza. A impossibilidade de realizar correções da terra com adubos e agroquímicos para reduzir a duração do ciclo produtivo e aumentar o rendimento de capital, ou seja, a incapacidade de reduzir a determinação da natureza sobre a duração do tempo de produção, reforçava a percepção da terra e do trabalho como meios essenciais de produção, e a espera como tempo de



“não-trabalho”<sup>27</sup> e o respeito pelas condições naturais como indissociáveis dessa relação. Isto posto, o *trabalho* para as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* não se pautou em fins unicamente econômicos, mas esteve orientado para a manutenção da existência física do indivíduo assimilada à submissão, dependência e respeito com a natureza.

A clareza sobre o ciclo vital de produção da planta e sobre a dança anual das águas do rio, que subiam e desciam segundo um ritmo já esperado pelos moradores da região, proporcionava aos camponeses, donos de terra, arrendatários, parceiros e meeiros, a possibilidade de planejarem a geração da renda familiar. Os chefes de família e camponeses conduziam com sabedoria o ritmo produtivo e econômico dos núcleos familiares a partir da ligação com a natureza, do saber e da racionalidade camponesa. O labor da lavoura lida diretamente com a magia da natureza e permeia a sabedoria e tradição do produtor.

As terras eram boas e a produção era grande. A produção maior era de arroz, que plantava na beira do rio. Eu tinha um pedaço de terra que tinha *sorte*, conforme o rio enchia tinha ano que não perdia, compreende? Quase todo ano aproveitava o arroz, mas tinha ano que perdia. Vinha água e tampava o arroz. Às vezes o arroz estava quase na hora de colher, vinha a enchente natural do rio e tampava. Você não colhia; ou quando colhia era um arroz ruim (Alberto Devós, 88 anos).

Então, na época de chuva ele [pai] parava de trabalhar na olaria e ia plantar roça. E esse pessoal que antes trabalhava na olaria ia para a roça junto com meu pai plantar. Plantava arroz, milho, era o que mais plantava. E esse arroz era guardado ao longo do ano e a gente ia comendo (Marcos de Almeida, 63 anos).

Como mostram os relatos acima, a ação laboral dessas famílias não seguiu uma relação de dominação da natureza visando explicitamente as finalidades econômicas e lucrativas. Ao contrário, o respeito aos ritmos e mistérios da sucessão temporal da produção agrícola determina uma relação de “reciprocidade de troca de dádivas”. A ação laboral das famílias nega os ideais do cálculo como garantia da equidade da troca, ou seja, nega a ação orientada pelo “cálculo interessado, as da concorrência, as da competição ou as da exploração” (BOURDIEU, 1979, p. 41). Assim, guiados pelos pressupostos do respeito e da reciprocidade, os produtores rurais consideravam-se “sortudos”, “abençoados”, “afortunados” por estarem ligados a uma terra que lhes proporcionava o alimento do ano, mesmo que, às vezes, o próprio

---

<sup>27</sup> O tempo de “não-trabalho” é a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, período em que a terra cumpre a função de produzir sem acréscimo do trabalho vivo. É nesse período de espera que há baixa produção de mais valia (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

ciclo da natureza interrompesse a produção agrícola inundando a plantação, como afirmou o Sr. Alberto Devós. Ainda orientadas por tais pressupostos, as famílias viam e viviam da fartura da terra que lhes presenteava com a alimentação “para o ano”.

A divisão e organização do trabalho e a alternância da vida social eram compassados pelo princípio de organização da sucessão temporal. Tal princípio organiza a ação individual e força a integração da ordem social ao harmonizar as condutas individuais e preencher as expectativas que se referem ao comportamento alheio, ritmado pelo calendário mítico-ritual. Assim, a coesão do grupo é orientada pelo calendário de trabalho e festa que conduz a ação de uma ordem social que respeita os ritmos propostos e os acompanha. Portanto, pertencer ao grupo é, antes de mais nada, respeitar e acompanhar os imperativos coletivos, o *ritmo* e o *tempo* de uma ordem social, apoiado em uma ética da conformidade (BOURDIEU, 1979). Observar o calendário agrícola nos proporciona uma dimensão da ação da ordem social e dos imperativos coletivos que regem a produção, já que as colheitas do ano agrícola são determinadas por decisões coletivas, com dias e culturas específicas para cada período (BOURDIEU, 1979).

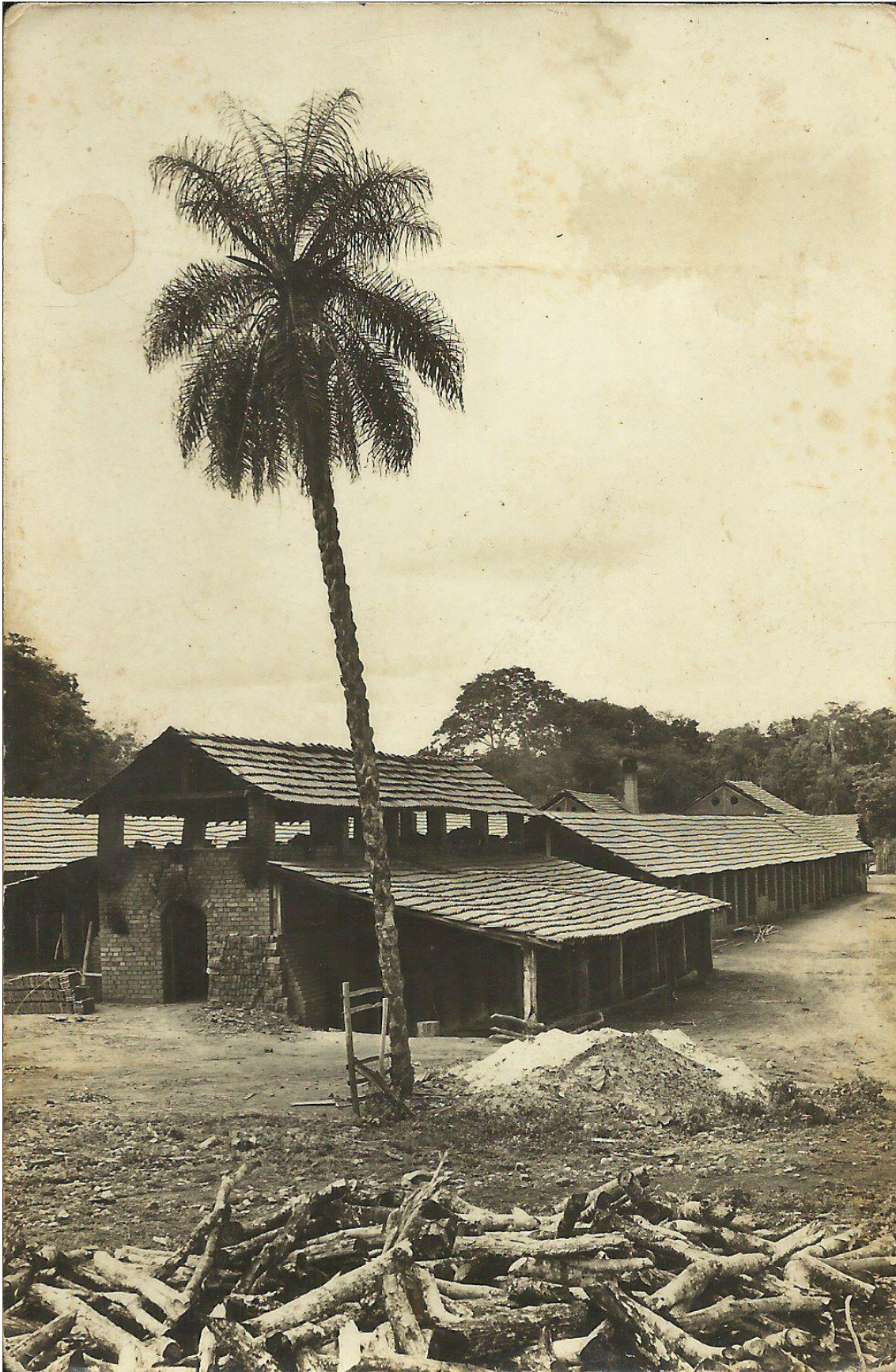
Nesse sentido, segundo os testemunhos, durante o ano, a variação regida pelos períodos opostos de tempos das “secas” e tempos das “águas” guiava a alternância do trabalho e da produção rural. O camponês, então, realizava o trabalho cíclico que revezava entre a *plantação da roça* nos tempos das “águas”, com o início do plantio no mês de novembro, e colheita em janeiro/fevereiro, e as *olarias e cerâmicas* nos tempos das “secas”, de março a outubro. Seis meses bem demarcados que orientavam a vida e a economia das famílias da região.

Por esse ângulo, a rotina de trabalho agrícola, as obrigações, as sociabilidades e as responsabilidades dos integrantes familiares foram desenhadas nos relatos datando final de fevereiro e começo de março, quando o ano agrícola termina e começa o ano das olarias, período marcado pela árdua rotina de trabalhar de madrugada na margem do Rio Grande. Então, ainda de madrugada, o **filho mais velho** seguia com os burros e a enxada nas costas para as terras secas que margeavam o Rio Grande. A primeira enxadada, ainda como que aquecendo sob o luar, o jovem retirava uma camada da terra, barro que seria dispensado por conter troncos e matos. Porém, a partir daí, iniciava o intenso trabalho braçal de retirada do barro próprio para a confecção de tijolos. O burro se encarrega de levar a matéria retirada até as olarias, onde os fornos já haviam sido previamente aquecidos pelo **pai** e um amigo, que tinham acordado duas horas antes, a fim de deixar todo o espaço preparado para a chegada do filho. A partir da tração

animal – cavalos, mulas e bois – o barro era preparado e limado na “pipa”, para então ser modelado e cortado pelo lançador e cortador, e queimado e secado sob a supervisão do “terrereiro”. Após a feitura de quatro mil tijolos (meta diária), que ocorria por volta das onze da manhã, os trabalhadores negociavam sua venda diária, a depender da condição do dono da olaria. Se proprietário, ficava com cem por cento da venda da produção; contudo, se arrendatário, tinha direito a sessenta por cento do lucro da produção, enquanto que os outros quarenta ficavam com o proprietário legal das olarias.

A **mulher**, logo ao amanhecer, trabalhava na organização e limpeza da casa e preparo da comida para o retorno dos homens. Quando a mãe precisava ir para a lida na lavoura, as responsabilidades na esfera doméstica eram demandadas às filhas que, ainda criança, ajudavam a mãe nos afazeres domésticos, cuidado dos irmãos, limpeza da casa e preparo da comida: “Antigamente, com sete anos a gente tinha que subir no banquinho para fazer comida no fogão de lenha” (Veridiana Andrade, 67 anos). Na divisão sexual do trabalho, coube ao homem o trabalho “pesado”, em atividades que requerem maior força física, como ir às olarias, retirar o barro, carregar tijolos. À mulher, de um modo geral, compete as atividades no âmbito doméstico, ligadas à casa e de cunho “leve”. Entre as tarefas realizadas pelas mulheres, destacam-se limpar, cozinhar, cuidar, tratar dos animais pequenos (galinhas, porcos), a ordenha das vacas, e cuidar do quintal, mantendo a horta e uma pequena plantação. Ainda em “tempo de seca”, os lavradores plantavam para a subsistência o “feijão da seca”, entre fevereiro e março, e colhido entre abril e maio. E assim era a rotina de vida e de trabalho das famílias por seis meses do ano.

Foto 5 – Antiga olaria



Fonte: Projeto Turismo Rifaina

Foto 6 – Mulheres na olaria. Tijolos ao fundo em processo de secagem



Fonte: Foto cedida pelas famílias de Sr. Alberto Devós.

Mês de Novembro. Às pressas, as terras eram preparadas por **homens** e **mulheres** para o plantio para aproveitar a “primeira leva” de chuva: carpir o terreno, “fofar” a terra, zelar a plantação. Homens e mulheres trabalhando juntos, exercendo a mesma atividade e ritmo agrícola. As mulheres trabalhavam ativamente nas lavouras, fazendo roça, carpindo, colhendo, debulhando e ensacando as colheitas; tocavam as vacas e conduziam “o arado sob o sol com um filho no colo e outro na barriga” (Elzira Rodrigues, 91 anos). No entanto, apesar de exercerem as mesmas atividades que os homens no âmbito da esfera produtiva, o trabalho

feminino era qualificado “leve” e traduzido na maioria das vezes apenas como “ajuda” ao marido.

Segundo Paulilo (1987), as atividades qualificadas de trabalho “leve” e trabalho “pesado” variam segundo o sexo do trabalhador, e não, concretamente, segundo a força e desgaste físico demandados para a realização da atividade. Na verdade,

Qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em sua, o sexo de quem recebe (PAULILO, 1987, p. 66).

Em última instância, a divisão sexual do trabalho é a forma da divisão do trabalho social relacionada com ser mulher e com ser homem, que enquadra os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva. Dessa forma, conclui-se que os corpos das mulheres e dos homens são corpos socialmente diferenciados, e que o trabalho é qualificado por quem executa e não pela atividade em si (HIRATA; KERGOAT, 2007). Portanto, “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 70).

A época da lavoura possibilitava a muitas famílias meeiras trabalharem na “própria” terra. Assim, após a preparação do terreno pelo dono legítimo da terra, as famílias que lá residiam se responsabilizavam em carpir e evitar as “ervas daninhas”, zelar pela plantação, colher, secar e ensacar o arroz e as culturas cerealíferas. A divisão da colheita para os parceiros seguia a porcentagem de sessenta por cento para os produtores e quarenta por cento para o proprietário, como em época de seca com as olarias. Então, em “tempos de chuva”, a terra abençoava a todos os moradores da região, camponeses e agricultores, proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, mulheres e homens, que aproveitavam a abundância da água para cultivar o alimento da subsistência e conseguir rendimento monetário extra.

Você já sabia! Chegava tal mês, a gente ia trabalhar nas fazendas para a plantação na roça. E aproveitava para plantar nas nossas terras, *todo mundo junto, ajudando para dar tempo*. Passado esse tempo, lá estamos nós novamente. Acordando de madrugada na beira da água, secar o barro, cortar os tijolos (Élcio Barbosa, 66 anos).

Nas terras que a gente morava, meu pai plantava todo ano arroz que “dava para o gasto”. Era um brejo, sabe? Todo ano ele plantava e colhia. Tinha ano que colhia dezoito sacas de arroz, outro ano dezesseis. Do jeito que dava, nós colhia. Às vezes era mais, outras menos. Mas todo ano a gente colhia (Veridiana Andrade, 67 anos).

[O pai] Plantava tudo por todo o lugar, abóbora, milho, arroz. Como diz o outro, ele “não *desengrossava* as pernas”. E essa plantação era para o gasto mesmo (Penha)<sup>28</sup>.

Plantava ali. Tinha salsinha, tinha cebolinha, tinha de tudo! Plantava até batatinha, eu plantava. A gente colhia as batatinhas e as outras coisas para o gasto da família. Tudo ali no terreno de casa (Elzira Rodrigues, 91 anos).

O relato do Sr. Élcio traduz com nitidez a sabedoria do camponês e a experiência da relação do produtor com o meio ambiente, que define um saber que é “tratado” pelas diferentes situações que lhes são postas. Assim, percebemos que o “saber-fazer do camponês não é desvinculado das leis da natureza” (BRANDEMBURG, 2010a, p. 173). Além dessa relação de respeito e conhecimento de homens e mulheres para com as condições da natureza, foram observados nos relatos da Sra. Veridiana, Sra. Penha e Sra. Elzira o uso frequente da expressão “dar para o gasto”. Essa expressão expõe a *sociabilidade caipira* das famílias que estavam preocupadas em plantar e produzir em quantidade e qualidade suficientes para alcançar os *mínimos vitais* de alimentação, ou seja, “para o gasto”, para a sobrevivência. Desse modo, ao se apegar ao modo de vida que traduz as formas mínimas de ajustamento do caipira, os camponeses, sejam proprietários de terra, arrendatários, parceiros ou meeiros, ajustaram os mecanismos de trabalho para obter um equilíbrio entre as necessidades e os recursos físicos, ou seja, para alcançar as **formas de equilíbrio ecológico e social** (CANDIDO, 1987).

A expressão corrente entre os entrevistados – “dar para o gasto” – nos dá uma dimensão da realidade do modo de vida das famílias e a importância da terra para que o “gasto”, ou o mínimo, fosse suprido. Contudo, as plantações não se restringiam apenas ao cultivo de subsistência, mas, como já apontado, possibilitavam aos arrendatários e proprietários rurais melhorias econômicas e sociais a partir da venda das colheitas nas proximidades da cidade, visando aumentar o rendimento monetário, manter um nível satisfatório de vida e atender as necessidades vitais da família (BRANDENBURG, 2010a; QUEIROZ, 1973).

---

<sup>28</sup> Em uma conversa rápida sobre a “antiga Rifaina”, Penha começou a lembrar do passado, mas logo parou e disse que seu irmão Marcos saberia me informar melhor.

O pai tinha sessenta quilos de arroz por mês porque ele trabalhava nas máquinas de limpar arroz. Então tinha salário, mais sessenta quilos de arroz por mês e um saco de farela por semana porque lá ele trocava. Às vezes, levava o milho para *trocar* para o fubá. A gente tinha alimento para *vender!* (Veridiana Andrade, 67 anos).

Separado o alimento “para o gasto”, a venda dos mantimentos excedentes proporcionava aos produtores rurais a possibilidade de um rendimento monetário extra para complementar a renda familiar e alcançar a autonomia característica dos camponeses. Por isso, a “estação das águas” era ansiosamente esperada por todos e todas. Para desenvolver um grau de independência em relação ao patronato, “permitindo que se reproduzisse um atributo da vida camponesa que é recorrente: a busca de autonomia” (BRANDENBURG, 2010a, p. 172). O camponês, estimulado pela economia que, segundo Queiroz (1973), obriga-o a superar o suposto isolamento espacial dos bairros rurais se se deseja manter um nível relativamente satisfatório de vida<sup>29</sup>, desenvolve as atividades em proximidade com a natureza e em diálogo e troca com a sede municipal, bairros e vizinhança com o intuito de ultrapassar as barreiras para a reprodução e alcançar a autonomia. Por isso, “camponeses e agricultores plantam para si e para negociar; seus negócios levam-nos à sede do município, a outras zonas, a cidades grandes, e tais viagens têm periodicidade e regularidade” (QUEIROZ, 1973, p. 129 – 130).

No entanto, as oportunidades para o alcance da autonomia e rendimento monetário extra não eram igualitárias para todas as famílias residentes em Rifaina. Os não-proprietários de terra deparavam-se com barreiras estruturais que impediam melhorias financeiras para atender as necessidades das famílias.

Muitas famílias moravam na Fazenda Sucuri. A maioria era empregado, operário que morava na fazenda e arrendatário. A gente plantava mas pagava uma porcentagem para o dono das terras. Então era assim que funcionava (Élcio Barbosa, 66 anos).

A realidade dos meeiros de terra era, no geral, de grandes dificuldades e percalços a serem superados. A colheita que traduziria em rendimento extra e alimentação familiar era reduzida pela obrigatoriedade de dividir os produtos colhidos com o dono legítimo da terra, acarretando assim, grandes dificuldades para o rendimento familiar. Esses momentos de obstáculos e outras atribuições iam sendo aliviados gradativamente pelo fortalecimento dos

---

<sup>29</sup> Queiroz (1973), que realizou um estudo de vários bairros dissemelhantes, em zonas rurais diversas, para avaliar os pontos de diferença e de identidade entre os bairros rurais, compreende que o isolamento defendido por Candido (1987) como uma das características da cultura caipira e do bairro, não exprime a realidade. A partir da economia – venda e negociação da produção – os sítios punham-se em constante circulação entre diferentes zonas e regiões (QUEIROZ, 1973).



laços de **solidariedade vicinal** pelo **auxílio mútuo** entre familiares, vizinhos e companheiros de trabalho. O *mutirão*, na sociedade caipira, é a forma elementar da solidariedade e cooperação vicinal.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CANDIDO, 1987, p. 68).

Nos momentos mais intensos do serviço na lavoura, o trabalho comunitário era a solução eficiente para que as famílias cumprissem o ciclo de plantação e colheita da lavoura na roça já que é quase impossível o camponês dar conta do ciclo agrícola sozinho, apenas com a mão de obra familiar e equipamentos rudimentares. Por isso, as famílias convocavam os vizinhos para auxiliarem no plantio e colheita, e faziam “todo mundo junto, ajudando para dar tempo” (Élcio Barbosa, 66 anos). É nesse momento que a lavoura, investimento familiar, se reestabelece como um problema comunitário a partir de uma relação de ajuda mútua e *mutirão* entre parentes e vizinhos. Ainda sobre esse aspecto, a necessidade de ajuda e a proximidade estrutural formava uma rede de relações de intimidade e pertencimento entre os indivíduos, de modo que, raramente, algo que se passava naquela sociedade no âmbito do trabalho, não era naturalmente reconhecido como um problema comunitário, de “existência coletiva” (QUEIROZ, 1963). Por isso, muitas vezes, a solidariedade aparece como atitude espontânea de auxílio vicinal e trabalho solidário, dispensando, dessa forma, a obrigatoriedade da convocação ou mesmo alguma retribuição pela ajuda.

Trabalhava na roça eu, minha mãe, meu pai e alguns vizinhos. É que as vezes a gente fazia o chamado *mutirão*. Às vezes um estava com a corda no pescoço, aí juntava todo mundo e ia lá. E tirava a corda do pescoço dele! Era assim. Tudo em parceria, combinado. Tudo certinho (Élcio Barbosa, 66 anos).

Até o momento, houve o esforço em mostrar que as experiências das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* integravam-se à chamada *sociabilidade caipira*. *Mutirão*, trabalho comunitário, solidariedade vicinal, mínimo vital, equilíbrio e ajustamento ao meio foram alguns elementos expostos para compreender a sociabilidade das famílias impactadas pela construção da UHE. Acrescento ainda a esses elementos o sentimento de localidade e de pertencimento ao

território como fator importante para a percepção negativa da experiência do deslocamento compulsório.

**Foto 7 – O trabalho na roça (1948)**



Fonte: Foto cedida pela famílias do Sr. Alberto Devós.

A propriedade rural e a natureza foram aliadas da vida dessas famílias na medida em que proporcionaram os recursos para a sobrevivência e subsistência de todos. Além disso,

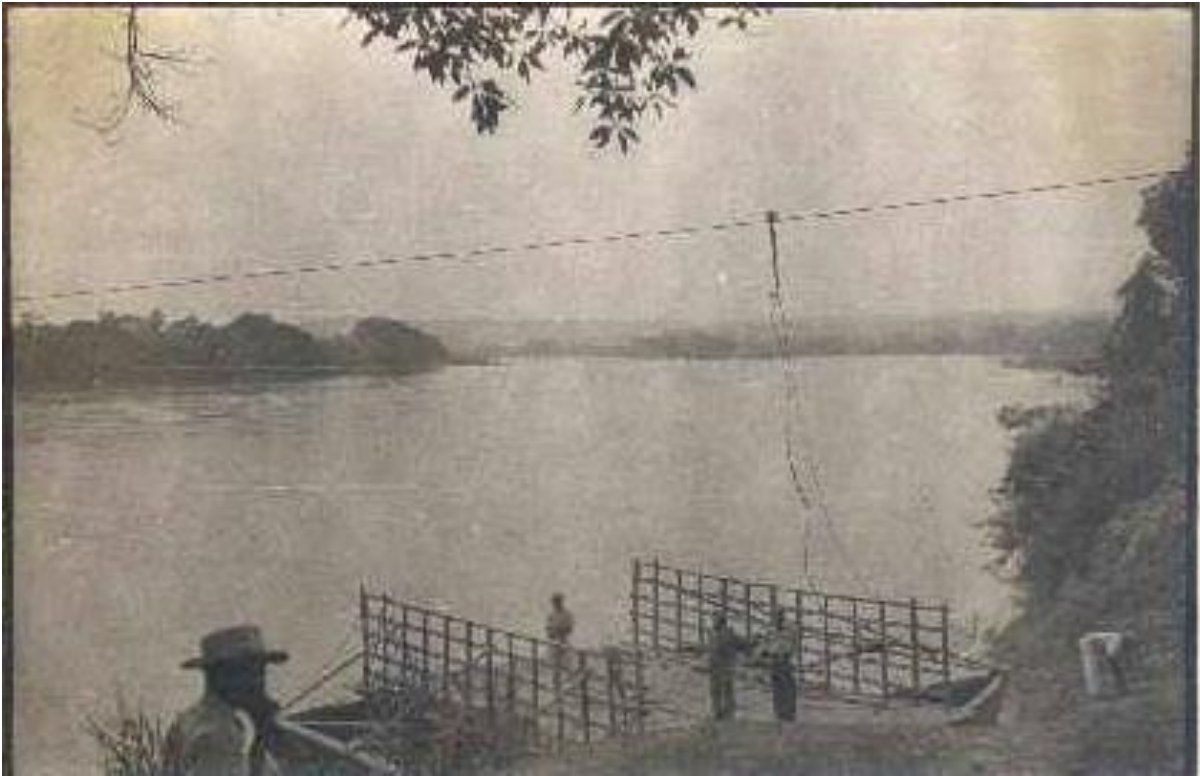
a forte ligação com os familiares e com a vizinhança criou nos atingidos um sentimento de pertencimento e apego à terra que combina a subjetividade e a racionalidade camponesa a partir da ligação com o local. Sendo assim, a terra “não é apenas instrumento “útil” de trabalho, ou um recurso produtivo; é antes de mais nada um patrimônio, muitas vezes sacralizado, que deve ser preservado” (BRANDENBURG, 2010a, p. 173).

Tenho *saudades* da terra antiga! Lá era tão diferente! Tão bom! (Veridiana Andrade, 67 anos)

Ah, se fosse hoje, eu não dava [as terras] por dinheiro nenhum. Eu não dava por dinheiro nenhum! Aquilo era coisa *sagrada*! Não dava por dinheiro nenhum! Só a paisagem que tinha, chegava. Não sei se é porque eu gosto de coisas naturais, paisagens [...] A ponte, a represa, depois de feita, ficou bonita também né? Não ficou feia não. Mas não é a NOSSA represa. Só aqui tinha umas cinco ou seis ilhas no rio. Aqui. Aqui na frente. Tinha uma ilha que era do tamanho de uma fazenda! (Alberto Devós, 88 anos)

Mais do que um simples pedaço de terra visto como instrumento de trabalho para conseguir o sustento familiar, a ligação com a terra, conforme os relatos entrevistados, nos revela um sentimento de pertencimento, da percepção de paisagens sagradas com valores incalculáveis, de fortalecimento dos vínculos de parentesco e de vizinhança, de um “mundo rural” como espaço de vida. A construção da UHE inundou um “mundo rural” que carregava elementos subjetivos que foram construídos pela proximidade entre o agente e a natureza em uma relação de reciprocidade e respeito, além de um lugar carregado de significados que dizia respeito ao passado, presente e futuro traduzidos nos aspectos identitários dos indivíduos (SILVA, 2006). Espaço particularmente valorizado pelas características naturais, local puro e idílico, e particularmente importante por ser ligado a uma lembrança e uma memória, no qual os indivíduos vão se (re)encontrar com o legado cultural que se perpetua por experiências passadas (HALBWACHS, 2006). Os sentimentos de saudade, lamento e dor traduzem a sensação de perda de um território que estava sobretudo ligado às lembranças, às pessoas e aos acontecimentos vividos pessoais e coletivos, elementos que, *a priori*, constituem a memória que, em consequência, cria o sentimento de identidade, de proximidade e de pertencimento ao local abruptamente rompido com a chegada de um grande projeto (POLLAK, 1992).

**Foto 8 – Balsa que fazia a travessia no Rio Grande (1951)**



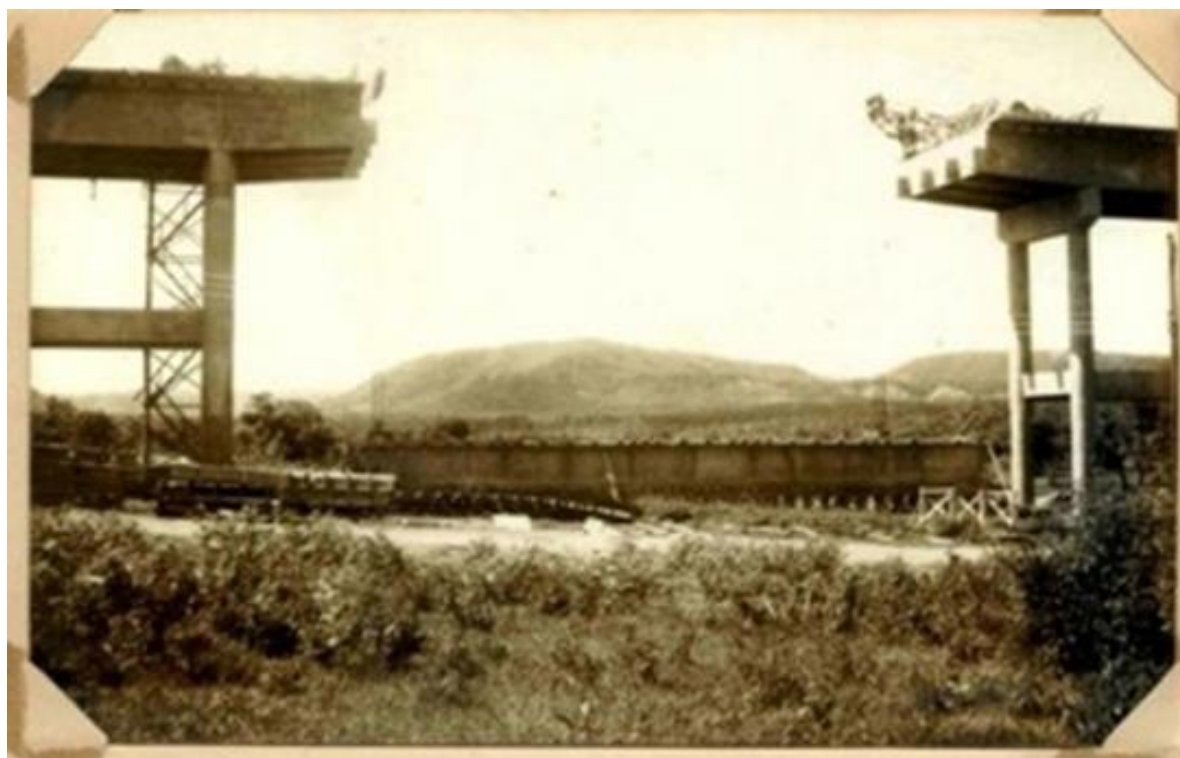
Fonte: Projeto Turismo Rifaina

**Foto 9 – Antiga ponte (Atualmente submersa) (1956)**



Fonte: Projeto Turismo Rifaina

**Foto 10 – Início da construção da “ponte atual” (1961)**



Fonte: Casa da Cultura de Rifaina.

### **2.2.2 Pós-construção da UHE: a reestruturação**

Conforme apresentado, para as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*, a terra, além de base produtiva, é espaço de moradia, laços afetivos e lembranças. Ao longo da vida de cada morador e trabalhador, o “mundo rural” foi se constituindo como um local de grande carga simbólica capaz de criar um sentimento de pertencimento, construir identidades e um *ethos* camponês, além de ser território onde as relações de parentesco e vizinhança marcaram a paisagem local e as relações sociais, fortalecendo, desse modo, o sentimento de pertencimento ao local. É nesse sentido que coube a essa classe de “atingidos” a escolha entre *ficar* ou *sair* do território quando se construía a UHE. Essa escolha foi relativizada e “tratada” por homens e mulheres na cultura por meio da consciência de classe ao refletirem sobre valores, regras e expectativa (THOMPSON, 1987) e, como apontado anteriormente, foi uma escolha balizada pelos sentimentos de pertencimento e identidade com a localidade que marca a vida de cada atingido. Essa localidade, portanto, não se reduz à delimitação física e espacial, dualidades que expressam as diferenças entre o rural e o urbano sustentado em um conjunto de oposições binárias trabalhadas na Sociologia Rural. Ao contrário, a noção de localidade amplia a

compreensão da relação e interação dos agentes sociais com a sociedade, ou seja, a experiência espacial não define um universo de relações sociais específicas (CARNEIRO, 2012). Desse modo, as noções de território e localidade dilatam as delimitações do espaço físico a um conjunto de relações sociais que se entrecruzam de modo diversificado e dão sentido para a existência dos seus habitantes a partir de uma referência identitária. São, portanto, noções importantes para abordar no trabalho, já que possibilitam entender a posição dos indivíduos que ocupam o espaço como uma referência social e como uma base física ao abrirem as portas para as trocas, sociabilidades, solidariedade, conflitos e jogos de poder, “de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade” (CARNEIRO, 1998, p. 73). Assim, a escolha entre *ficar* e *sair* do território sinaliza opções de indivíduos que estabelecem uma relação com um local de grandes cargas simbólicas, com expressões e referências identitárias e ancoradas num sentimento de pertencimento.

A construção da UHE de Jaguará, que reordenou e reconfigurou o território de Rifaina segundo interesses externos e interferências de atores que estavam fora daquela realidade social (VAINER, 2007, 2011), atingiu a sociabilidade até então presente quando, com a formação do lago artificial, desmantelou os mecanismos de produção e inundou o espaço de vida de muitas famílias. Coube aos atingidos dos *tipos empíricos 1 e 2*, após tal processo, redefinir as relações campo/cidade e reestruturar a produção com base nos meios produtivos que restaram, uma vez que, segundo os relatos, a água represada encobriu terras férteis, alagou áreas de produção agrícola e alterou a periodicidade das águas do Rio Grande.

Deixa eu te falar. As terras boas ficaram tudo debaixo d'água. A argila que podia fazer até louça, ficou. Tem uma riqueza imensa debaixo d'água! (Élcio Barbosa, 66 anos).

Esse cinturão aqui que você vê para cima das águas da represa tinha plantação de arroz, de milho, de feijão. Eram as chamadas várzeas. Aqui era muito rico nas plantações de arroz porque nas várzeas, o rio enchia, criava aquela lagoa e a gente colhia. Mas a água atingiu toda a plantação de arroz. Atingiu tudo! Acabou com tudo! Ficou só com uns pedacinhos de cerrado (Josué Marães e Josué Marães Filho, 60 anos).

Diante desse processo de ruptura das bases produtivas, apropriação e transformação do espaço, os trabalhadores rurais perderam a *autonomia relativa* que possuíam, sendo obrigados a estabelecerem novas relações de trabalho, novas práticas de vida e novas

maneiras de uso e ocupação do solo. Além disso, muitas famílias<sup>30</sup>, proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, foram desalojados, iniciando-se um intenso processo de migração ao perderem as terras; famílias que foram consideradas “obstáculos que devem ser removidos”, resquício do passado que impediam o progresso e despontaram como custo financeiro (VAINER, 1990). Assim, em um período de noventa dias, tempo estipulado pela CEMIG para que a área de inundação fosse desapropriada, as famílias sofreram transformações nas dimensões econômica, social e cultural.

A análise dos relatos do Sr. Alberto e do Sr. Marcos podem ser elucidativas para que se compreenda como foi o processo de saída e reestruturação das famílias após o anúncio da CEMIG.

O barro que tinha era barro de primeira. Ia dar para a vida inteira, não só para mim mas para a Rifaina inteira, compreende? Mas inundou! E ficou tudo, tudo debaixo d'água. E para tirar, tivemos que tirar correndo para não perder tudo né? Mas ainda assim ficou muita coisa debaixo d'água. Os fornos. Nós tínhamos dois fornos de olaria, um de sessenta metros e outro com trinta. Tirava nove mil tijolos de cada vez. Mas ficou tudo debaixo d'água (Alberto Devós, 88 anos).

A gente teve que tirar tudo. Tinha umas vaquinhas, um gadinho, coisa pequena que tivemos que vender. E aí a gente *veio morar na cidade*. Daqui a gente partiu para explorar outras coisas. Plantar a roça mas em outros locais, não mais nas margens do rio. Porque as várzeas, que era considerada a área mais produtiva, foi inundada. Então, minha família partiu para outras coisas (Marcos de Almeida, 63 anos).

---

<sup>30</sup> Infelizmente, apesar dos contatos e pedidos formais realizados à CEMIG sobre dados de quantidade de pessoas/famílias que foram desalojadas, quantidade de residências inundadas, entre outros, todas as informações solicitadas foram negadas pela concessionária.

**Foto 11 – Olaria Submersa**



Fonte: Projeto Turismo Rifaina

**Foto 12 – Tijolos Submersos**



Fonte: Projeto Turismo Rifaina



**Foto 13 – Placa das Olaria Submersa**



Fonte: Projeto Turismo Rifaina.

Os depoimentos demonstram como a formação do lago artificial de Jaguara afetou e dificultou a forma de produzir das famílias rurais quando inundou as terras, a roça e as olarias, instrumentos de trabalho no qual conseguiam o sustento familiar até o final da década de 1960. A migração para o urbano apareceu como solução coerente, e muitas vezes, a única alternativa para aqueles que decidiram *ficar* na cidade de origem, além de espaço de oportunidade para reestruturarem a vida. Esse processo de aproximação do campo à cidade seguiu os ritmos e as transformações advindas da modernização da agricultura que, segundo Wanderley (2009), foram de três ordens: econômica, estrutural e social. A mudança de ordem econômica consiste na alteração da forma de produzir do campesinato tradicional, traduzida na modernização do processo de produção agrícola para se enquadrar aos padrões de mercado; com relação às mudanças estruturais, a autora aponta para a relevância do desenvolvimento industrial que, ao concentrar no meio urbano, reiterou a ligação direta entre a produção agrícola e o meio rural. Por fim, a alteração na vida social local, consequência direta das dimensões econômicas e estruturais, consiste no intenso êxodo rural de habitantes tradicionais e “esvaziamento” do mundo rural (WANDERLEY, 2009). Dessa feita, é interessante tomar como base de análise o Quadro 3 que representa o curso migratório das famílias atingidas pela construção da UHE de Jaguara.

**Quadro 3 - Percurso das famílias “atingidas” pela construção da UHE de Jaguará**

FAMÍLIA (TIPO EMPÍRICO)	RELAÇÃO COM A TERRA – ATÉ 1971	RELAÇÃO COM A TERRA – PÓS 1971	RESIDÊNCIA – ATÉ 1971	RESIDÊNCIA – PÓS 1971
<b>Elzira (1)</b>	Proprietária	Proprietária	Rural	Urbano
<b>Élcio Barbosa (2)</b>	Parceiro	Proprietário <sup>1</sup>	Rural	Urbano
<b>Josué Marães (1)</b>	Proprietário	Proprietário	Urbano	Urbano
<b>Marcos (2)</b>	Arrendatário	Proprietário	Rural	Urbano
<b>Veridiana (1)</b>	Proprietária	Proprietária	Rural	Urbano
<b>Alberto Devós (1)</b>	Proprietário	Proprietário	Rural	Urbano

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas

<sup>1</sup> A oportunidade de ganho da terra para tornar-se proprietário, ao contrário do que se possa imaginar, não foi resultado de indenização financeira em razão da construção da UHE. Essa transformação será melhor trabalhada na página 91.

É possível perceber, através deste quadro, como o curso migratório das famílias atingidas seguiu um caminho certo e lógico para os espaços delimitados da zona urbana, deixando o “mundo rural” como espaço de moradia. De acordo com Ianni (1989), o processo de migração do meio rural para o urbano integra-se a uma realidade nacional de aproximação do campo à cidade, em grande medida justificado pela valorização da “cultura da cidade” e pelo notável ritmo de industrialização. Assim, conforme a própria percepção do entrevistado, a aproximação à cidade transformou o campo em um completo vazio.

Havia mais gente que morava na zona rural que na cidade. É inacreditável, mas existia mais gente na zona rural. Todas as fazendas tinham a colônia que tinha os empregados, e, naquele tempo, era tudo manual. Hoje não, o maquinário é que manda né? [...] Às vezes, mora duas ou três pessoas que cuida do gado porque plantio também não tem mais. Então, hoje não tem mais ninguém na zona rural, só na cidade. (Élcio Barbosa, 66 anos).

Nesse sentido, após o deslocamento compulsório, processo pelo qual determinado grupo social sob as circunstâncias de desiguais relações de poder, é obrigado a sair da casa ou da terra em que vive, as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* precisaram reestruturar e transformar a organização de trabalho, modo de produção e geração de renda para a sobrevivência. Inicialmente, a reestruturação foi fundamentada e planejada com base em princípios prévios, quais sejam, a *sociabilidade caipira* e a *terra*, como instrumento útil de trabalho e de referência identitária. Com isso, presume-se que, a princípio, homens e mulheres

estruturaram a vida pós-construção da UHE balizados pelas experiências que foram geradas na “vida e nas relações materiais” e estruturadas como classe no “habitus de viver”. E esse “habitus de viver” são as normas, regras e expectativas apreendidas pelos *sujeitos históricos* a partir do sentimento e da experiência com a família e o trabalho para manter a vida social. Ou seja, isso equivale a dizer que os *sujeitos históricos* discutem sobre valores e escolhem entre valores interrogando seus próprios valores (THOMPSON, 1981).

Tais proposições explicam o caminho percorrido pelas famílias que, apesar de migrarem para a cidade, estruturaram a vida ainda pautadas em ideais caipiras. Porém, as transformações a longo prazo, obrigaram-nas a fazer novas escolhas produtivas, econômicas e estruturais. Seria supor que as famílias se adaptaram às condições das transformações econômicas a partir da transformação sistemática do *habitus*, estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes orientando e organizando as práticas econômicas da existência cotidiana. A transformação da disposição econômica dos agentes, adaptando-se a uma nova organização social e econômica imposta e importada, só se realiza a partir da mediação das experiências e das práticas anteriores e quando os agentes reinventam um novo sistema de disposições, novos repertórios culturais e sociais. Porém, essa reinvenção não está isenta de adaptações necessárias no âmbito temporal, a saber a previsibilidade e calculabilidade, já que as expectativas objetivas seriam realizadas, apenas, por agentes dotados de um certo tipo de disposição econômica e temporal (BOURDIEU, 1979).

Foi assim! Ainda quando tinha os boatos de construção, a gente morava no “gordura”. Mas ficava difícil para trazer os meninos de cavalo para a cidade para ir na escola. Antes, a gente tirava leite das vacas e vendia lá para a Jussara, em Pedregulho. Aí, não tinha mais jeito e mudamos para um sítio mais perto. Era menor, mas levamos tudo para lá. Não vendemos nada do que tinha. Tinha porco, tinha chiqueiro, tinha vaca, levou tudo para lá [...] Aí a CEMIG chegou. Mudei para ali e não tinha mais lugar de plantar. A gente tentava ainda. Tinha horta, algumas galinhas e cachorro [...] E depois, depois de tudo certo, precisamos mudar de novo. Vim para aqui. Nessa casa. Agora aqui tudo mudou né? Agora aqui nem terreno não tenho porque o pedacinho de terra é acimentado. *E a gente foi criado na terra, a gente gosta de terra, isso tudo me fez falta* (Elzira Rodrigues, 91 anos).

A área que tinha anteriormente foi inundada. Aí, construímos olarias na *periferia da cidade*. E como a matéria prima da cidade tinha acabado, passamos a procurar argila com caminhão em outras localidades. A gente buscava o barro em uma localidade chamada “Cipó”, próximo de Conquista, uns trinta ou quarenta quilômetros daqui. Então ia lá, buscava argila e o processo era feito aqui. Conseguimos trabalhar assim por mais dois ou três anos. Aí paramos porque não conseguimos continuar. O custo ficava muito alto, muito caro (Marcos de Almeida, 60 anos).

Quando eu perdi minhas terras pensei: vou fazer o que? Mas eu tinha uma criação de galinha, comprava aqui e eu mandava para São Paulo. Mandava cem, mandava duzentos, foi o que me ajudou a sustentar! Eu comprava por dez aqui, e vendia por vinte lá. Precisavam receber o dinheiro adiantado, o homem virou *compadre* nosso e deu para tocar o barco também. Me ajudou a tocar o barco [...] Nas terras melhores que não tomaram continuei trabalhando. Trabalhei com lavoura (Alberto Devós, 88 anos).

Apesar de terem as terras inundadas e vivenciado o deslocamento compulsório, as famílias priorizaram manter a organização de trabalho e a geração da renda com base na *terra*, fosse para sustentar um nível de vida satisfatório a partir das relações econômicas com a cidade, fosse para zelar pelo sustento da família, uma vez que, com base na plantação de alguns mantimentos, colhiam os alimentos para “o gasto”. Ademais, é possível elencar o desejo de manterem um vínculo de proximidade, mesmo que mínimo, com a terra, pois, conforme relata Sra. Elzira, eles foram “*criados na terra*”, “*gosta da terra*” e sentem falta dessa união.

Inicialmente, as mudanças na vida desses agentes não provocaram o rompimento total ou o desaparecimento do ritmo e da sociabilidade caipira no que tange à pesquisa com as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*. De outra maneira: a migração e a passagem das famílias do campo para a cidade não interromperam de imediato a reprodução material e simbólica de uma sociabilidade que se desenvolveu a partir de elos estreitos entre o sentimento de localidade, vínculos de confiança e sentimento de pertencer a um lugar. Contudo, essa reestruturação pautada nos ideais caipiras teve *tempo* e *espaço* limitados. Ou seja, o término gradativo dos recursos produtivos faz desmoronarem as tradições do “mundo rural” que, anteriormente, estavam ancoradas pelas relações primárias e comunitárias, quando cedem lugar para a adaptação de homens e mulheres à nova vida econômica e social reconstruída em novos espaços.

Foto 14 – Últimas cerâmicas após inunda o (1979)



Fonte: Projeto Turismo Rifaina.

Nessa perspectiva, considerar a trajetória da família do Sr.  lcio após a constru o da UHE de Jaguarua pode ser demonstrativo. O processo de escolha da família entre *ficar* ou *sair* da cidade não se deu, exclusivamente, a partir do vínculo afetivo com a terra, mas também da dificuldade financeira em construir um novo local para morar. A possibilidade de a família permanecer na cidade não resultou de indeniza o financeira da CEMIG mas da responsabilidade moral do *padrinho* do Sr.  lcio que, vendo os obstáculos e a complexidade da situa o do afilhado, concedeu-lhe um terreno na cidade de Rifaina. O *mutirão* e o *trabalho coletivo* dos vizinhos concretizou o sonho da família do Sr.  lcio de edificar a casa e se fixar na cidade. Como sinal de agradecimento e respeito ao amparo do padrinho, o Sr.  lcio, que passou a trabalhar na constru o civil após a expropria o da terra, obrigado a migrar para as franjas da cidade e vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência, programava a volta a Rifaina em “tempos de seca” para trabalhar nas últimas olarias do padrinho.

A gente, no caso, o meu padrinho, comprou um terreno para a gente. Falou assim: você trabalhou para a gente por muito tempo, agora vamos continuar, mas você vai ter que trabalhar para mim. Então nós construímos uma casinha

simples e ficamos ali, entendeu? No caso eu, minha mãe e meus irmãos que ainda estavam com a gente (Élcio Barbosa, 66 anos).

O *compadrio*, relação que Queiroz (1973) aponta como sendo da sociabilidade caipira, permite uma aparente quebra de barreiras entre pessoas por ela envolvida. A partir da estratégia de equivalência e trato “igualitário”, o *compadrio* nivela, a partir do batismo, pessoas que gozam de situações econômicas, políticas e sociais distintas. Os elos fundados pelos laços não consanguíneos entre o padrinho e o afilhado estabelecem uma relação balizada nos princípios de *dominação pessoal* assentado na lealdade, respeito e troca de favores e de serviços entre o padrinho e afilhado (FRANCO, 1976). Assim, nessa relação de fidelidade e respeito entre *compadres*, cabe ao padrinho a responsabilidade de zelar pelo afilhado e ocupar o lugar do pai sempre que necessário e, ao afilhado, ajudá-lo em tudo que for preciso, retribuindo de forma honrosa, a partir da prestação de serviços, a proteção e auxílio de um sujeito mais forte.

Isto posto, o padrinho do Sr. Élcio ocupou o papel de pai (que faleceu anos antes da construção da UHE), protegendo-o e auxiliando-o financeiramente em um momento de transição e dificuldades. Em troca, em sinal de respeito, fidelidade e agradecimento, o afilhado reorganizou sua rotina para suprir as necessidades de mão de obra do padrinho; uma relação que, longe de ser compreendida pelo afilhado como uma relação de dominação pessoal ou de imposição de vontade do mais forte sobre o mais fraco, foi traduzido de forma harmônica, natural e compreensiva como retribuição ou troca de favor.

Eu saía, mas aí depois, eu voltava de novo para trabalhar na olaria. E foi assim: eu trabalhava um tempo na olaria e quando estava chegando o tempo de parar, a gente procurava outro emprego fora. Aí a gente tinha que sair fora né? Aí a gente ficava por lá um tempo, até começar a seca e voltar para a casa. Voltar para os parentes, para os amigos, para nossa casa, onde a gente tinha mais liberdade (Élcio Barbosa, 66 anos).

Além do *compadrio*, o *mutirão* e o *auxílio vicinal* foram elementos essenciais para que a família permanecesse no território.

Para construir a casa foi questão de um mês, mais ou menos quarenta e cinco dias. Porque a gente ia fazendo por etapa. O dia que a gente estava parado, dia que a gente estava de folga, a gente vinha e fazia. Então foi fazendo. Quando estava para chegar a água, já estava com a casa pronta para sair. [...] Quem fez a casa foram os amigos né? Como a gente sempre *ajudou* outras gente, então eles *ajudaram* também [...] Mas agora, igual eu, eu não tenho lembrança de gente que teve ajuda de parente e amigo, eu não tenho certeza se houve alguém igual eu com meu padrinho (Élcio Barbosa, 66 anos).

Porém, a migração para a cidade e o fim das bases produtivas rurais mudaram e reorganizaram a vida social no campo que estava ancorada nas relações familiares e vicinais a partir do compadrio e da vizinhança, e cederam lugar para relações individuais e estranhadas, além de diversas adaptações posteriores. Candido (1987) analisa que a incorporação e o progresso da sociedade caipira à esfera da cultura urbana resulta em duas consequências principais: a) na primeira, há o rompimento na paisagem social e econômica da cultura caipira; b) na segunda, os mínimos vitais e sociais se transformam completamente, já que passaram a definir-se pelas normas e padrões delimitados pela vida urbana. Nessa situação, segundo Candido (1987), o caipira pode reagir de duas maneiras: ou rejeitar as condições de vida e emigrar, proletarizando-se, ou procurar permanecer na lavoura, ajustando-se como possível.

No caso analisado, inicialmente, as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* procuraram permanecer na lavoura, ajustando a produção agrícola para alcançar os mínimos vitais e sociais, porém as transformações no ritmo de vida e sociabilidade e o fim das bases produtivas os obrigaram a aderir aos traços culturais *impostos*, como o novo ritmo de trabalho e as novas relações ecológicas, e *propostos*, como “a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana” (CANDIDO, 1987, p. 218) introduzidos pela nova sociabilidade e o novo espaço social.

Então, o anúncio e o início da construção da UHE de Jaguará marca um ponto de inflexão na estrutura e na sociabilidade de homens e mulheres de Rifaina. Em função da chegada de um grande projeto que desmantelou as bases produtivas rurais e metamorfoseou as relações sociais, as famílias mobilizaram os recursos disponíveis para (re)estruturar a vida, (re)organizar os mecanismos de produção e (re)ordenar o território. Reinventar novos repertórios culturais, sociais e econômicos não foi “opção” das famílias “atingidas” mas processo necessário e obrigatório àqueles que experienciaram o deslocamento compulsório e o procedimento traumático de limpeza do território. Então, os depoimentos de lamento, revolta e dor apresentados no início da seção e a compreensão de consequências *negativas* pela construção da UHE de Jaguará, deram-se por as famílias experienciarem o desmantelamento da terra enquanto espaço de trabalho, enquanto espaço de moradia e enquanto rede de sociabilidades locais que constrói identidades. Ou seja, perda de um lugar de grande importância individual e coletiva.

Na sequência desta seção, serão apresentadas as percepções dos atingidos dos *tipos empíricos 1 e 2* quando da chegada e implantação da UHE na cidade, o tratamento da CEMIG aos moradores da região a partir de seus relatos orais e, ainda, as estratégias

mobilizadas pelos agentes sociais em tempos de ditadura militar. Por vezes, as falas dos moradores que experienciaram a construção da UHE de Jaguará demonstraram “formas cotidianas de resistência” em um sentido próximo ao de Scott (1976), enquanto estratégias para amenizar os arranjos estruturais desfavoráveis à reprodução da vida e as estratégias adotadas pela CEMIG para facilitar a inserção no território como apresentadas por Vainer e Araújo (1990).

### 2.3 CEMIG e *atingidos*: estratégias, “negociações” e indenizações

Conforme apresentado nas seções anteriores, as construções de UHEs estão inseridas em um contexto de modernização conservadora e são, segundo Araújo (1991), a concretização da implantação da lógica modernizadora na qual a necessidade de produção de energia elétrica é reforçada por um suposto interesse nacional capaz de silenciar os discursos locais e rubricar como custo financeiro aqueles que lá estavam estruturados (VAINER, 2011). Esses projetos que tratam, na verdade, de explorar determinado espaço social e se apropriar de recursos naturais, são previamente legitimados por uma sociedade que segue a ordem social capitalista e crê na máscara ideológica de “desenvolvimento” e “progresso” que a UHE *per se* representa, cabendo aos deslocados compulsoriamente reestruturarem as relações interpessoais, o modo de trabalho e a forma de vida em um novo espaço com rotinas diferentes das previamente estabelecidas pelos atingidos.

Os diversos trabalhos realizados acerca da construção de UHE que, em grande medida, optam por trabalhar com estudos de caso de determinada região (ROCHA, 2010), vêm mostrando que as relações entre os indivíduos que terão suas terras inundadas e o Setor Elétrico são, em grande medida, relações entre forças desiguais em que os primeiros estarão sempre em desvantagem (ACSELRAD; SILVA, 2011; PARMIGIANI, 2006; SIGAUD, 1986; VAINER, 1998, 2000; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). E tais desvantagens são evidenciadas no processo de “negociação”<sup>31</sup>, de pagamento de indenizações, e na dificuldade de reconhecer *quem* é o “legítimo atingido”. Isto porque admitir um interlocutor como *atingido* não implica apenas o reconhecimento legítimo e legal dos direitos de famílias a algum ressarcimento, indenização ou reparação não pecuniária, mas assumir e computar os impactos sociais de um GP (SIGAUD, 1986; VAINER, 2008). Esses instrumentos de poder, dispositivos em constante disputa, variam

---

<sup>31</sup> O termo “negociação” deve ser aqui relativizado. Entendemos que, além das relações de força que pendem a favor dos grandes setores, a UHE de Jaguará teve o agravante de ser construída no auge da ditadura militar, o que suprimiu qualquer chance de negociação efetiva.



no tempo e no espaço conforme os contextos políticos e sociais. Assim, a condição de *atingido* não é conferida automaticamente àquele que habita o local inundado, mas é construída ao longo de um processo social amplo que envolve moradores da área alagada, Estado e empresas privadas (VAINER, 2008).

Devido ao contexto histórico da construção da UHE de Jaguará, receberam indenização e reparação apenas aqueles que eram proprietários da terra, enquanto que os que não tinham a escritura da propriedade foram obrigados a sair daquele local sem reparação alguma. Apesar de as “negociações” no processo de edificação da UHE de Jaguará terem ocorrido diretamente com a subsidiária estatal de Minas Gerais, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sua atuação foi estruturada sob a mesma lógica que outros segmentos maiores, como a ELETROBRÁS, assentada na *desinformação*, na *estratégia territorial-patrimonialista* e na *negociação individual* (VAINER; ARAÚJO, 1990).

É interessante ressaltar que, hoje, a atuação conjunta entre os movimentos sociais e a população “atingida” vem delineando novos traços e mudanças<sup>32</sup>, ainda que lentas, no trato do setor elétrico com os moradores “atingidos”. Essas mudanças encontram-se presentes na importante e gradual transformação de *quem* considerar *atingido* por barragens.

Neste ponto o debate avança para romper com a definição dominante no Setor Elétrico, mas também em vários movimentos locais, de que *atingidos* seriam apenas os que fossem *afogados*. Assim, o movimento nacional, apesar de reconhecer que “historicamente os *afogados* têm sido os que primeiros que se mobilizam e, em geral, os que se mantêm à frente da luta ... *atingidos* são todos os que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida (VAINER, 2004, s/p).

### 2.3.1 CEMIG versus *atingidos*

Três importantes estratégias mobilizadas pelo Setor Elétrico, apresentadas por Vainer e Araújo (1990), foram observadas no comportamento e atuação da CEMIG com as famílias “atingidas”.

A começar pela *desinformação*, a empresa pretende facilitar sua inserção na região, dificultar os movimentos de resistência e criar entre os moradores da região futuramente atingida pela barragem um sentimento de incerteza, insegurança e imprecisão (VAINER; ARAÚJO, 1990). Os boatos e rumores sobre a construção de uma UHE na região cercavam a

---

<sup>32</sup> Para o conhecimento das diversas variáveis que, atualmente, podem enquadrar uma população atingida pela construção de barragens ver: Rocha (2010, 2012) e Vainer (2008).

vida das famílias há tempos. Inicialmente, apenas murmúrios destemidos sobre um episódio longe de acontecer, até que a chegada dos maquinários na região, a invasão de funcionários da CEMIG nas propriedades particulares, para demarcar as terras com estacas de madeira definindo o nível da água após a construção da UHE, e a construção da vila dos operários de Jaguara (em Minas Gerais), anunciaram que os boatos não demorariam a se concretizar.

Primeiramente, eram só as pessoas que falavam! E a gente não acreditava que ia ser verdade. Mas depois a gente viu um movimento, maquinário chegando, outras coisas que a gente nem conhecia. Aí a gente falou: e não é que é verdade mesmo? Aí sim acreditei que ia ter que sair [...] e saímos! (Élcio Barbosa, 66 anos).

As famílias compreenderam que os “mexericos” sobre a chegada de um “mar de água” na cidade, que inundaria e destruiria tudo, não eram apenas causos e contos de antigos, mas condição iminente de uma tragédia que não foi antecipada e oficialmente anunciada. Relembrando os boatos e rumores sobre uma possível hidrelétrica na região, e a confirmação com a chegada das máquinas e da demarcação pela CEMIG, Sr. Josué Marães recorda: “É menina, ninguém acreditava que ia construir uma hidrelétrica aqui. Ninguém acreditava. Tinha gente no bairro nosso que falava: ‘Olha Zé, essa água não chega aqui nunca’. E chegou! Chegou para cima da demarcação! Acredita?” (Josué Marães, 87 anos).

A realidade da desinformação não estava apenas no âmbito da estrutura da UHE, anunciada com a chegada das máquinas, mas na omissão de dados e na falta de esclarecimento dos moradores criavam dúvidas e indagações em outras dimensões: quem receberia indenização? Quanto pagariam pelas terras? Até onde a água iria subir? As marcações da empresa estavam corretas? As incertezas sobre o destino das populações ocupantes da área e a nova rotina da cidade eram tão grandes que os moradores descreditavam até da única certeza que poderiam ter: a chegada da água. Conforme relembra Josué Marães: “Ninguém acreditava que a água iria chegar!”. E a lembrança de Alberto Devós completa:

Era difícil! Você não sabia realmente o que estava acontecendo ou o que iria acontecer. A única coisa que a gente sabia era que teria que sair em noventa dias! Noventa dias! [...] Mas eles? Eles sabiam de tudo e não falavam nada (Alberto Devós, 88 anos).

A contar da construção da usina hidrelétrica, começaram as “negociações” entre os moradores e a CEMIG, realizadas individualmente, com o intuito de dificultar, ou mesmo impedir, a organização coletiva (VAINER; ARAÚJO, 1990). A *negociação individual*, termo

que, como apontado, deve ser relativizado, foi estratégia eficiente da subsidiária para conseguir, em alguns casos, naturalizar o episódio da construção da barragem a partir dos discursos de “benefício e desenvolvimento regional” e, em outros, coagir e intimidar as famílias resistentes à venda das terras. Não houve, portanto, negociações efetivas com as famílias, mas o anúncio de valores previamente estipulados que seriam pagos pela subsidiária. Os relatos abaixo esclarecem a experiência das “negociações” no que tange às famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*.

Eles pediam [a escritura]. Pediam tudo. Pediam mas eles não utilizavam nada daquilo. Eles já tinham todos os papéis e os valores em mãos [...] A gente tentou negociar, mas na época a gente fez as coisas afobado. Um falou “se você não entregar o governo paga apenas o valor da escritura. Você não recebe é nada”. Um fala isso, o outro fala outra coisa. E você? Você “barbera”! Começa a barbeirar e fala: vou entregar isso é já! (Alberto Devós, 88 anos).

O relato do Sr. Alberto evidencia as assimetrias e desigualdades quando da negociação do processo de compra e venda das terras, além da desinformação, boatos e rumores sobre a indenização. De acordo com Reis (1998), a igualdade entre as partes no instante da negociação e a confecção de um contrato particular de compra e venda é, na verdade, uma “ficção legal” em que se relacionam, de modo assimétrico, duas lógicas diferentes e conflitantes.

De um lado a empresa para quem importa o empreendimento, cujos objetivos são auto-legitimados pela ideologia do desenvolvimento e do progresso. De outro, as populações locais para quem está em jogo a expropriação de suas terras, sua permanência na área e a possibilidade de manutenção de seu modo de vida (REIS, 1998, p. 47).

Dessa feita, a Sra. Veridiana arquiteta em seu relato a “ficção legal” do processo de “negociação”.

Não, não teve negociação. Vieram os engenheiros e os avaliadores que deram o valor que queriam pagar. Não tinha esse negócio de negociar com eles, entendeu? É aquilo. O preço é aquele! E não avisaram antes. Nós não estávamos nem sabendo! Chegou o dia de pagar, fomos ao cartório com o advogado e lá estava o preço: 12000,00, na moeda de hoje. Mas a gente não estava nem sabendo. Não teve negociação. Era negócio por conta deles entendeu? Eles vinham, faziam e era aquilo ali (Veridiana Andrade, 67 anos).

Com base nos relatos acima, há uma relação de (não) “negociação” que ocorreu estritamente entre a subsidiária CEMIG e os proprietários legais da terra (tipo empírico 1). Esse fato indica a terceira estratégia adotada, a chamada estratégia *territorial-patrimonialista*. Com

ela, a subsidiária desconhece qualquer direito social ao afirmar que apenas os proprietários de terra terão direito a ressarcimento financeiro pelas terras inundadas. Desse modo, “não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas proprietários” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 21) que terão seus problemas de propriedade facilmente solucionados a partir do pagamento de uma área “previamente analisada”.

A CEMIG procurou o dono da terra. Eles estiveram lá mas não éramos os donos. Então, tratava sempre com o dono, que no caso era o Sr. Calixto Jorge e o Sr. Geraldo [...] Aí, o dono da terra repassava a informação: “olha, a partir de tal data nós temos que abandonar e entregar”. Às vezes, se tinha algum contrato, esperava vencer esse contrato e já avisava, “olha, o contrato não vai ser renovado”. A gente já sabia que a partir de tal data nós tinha que sair (Marcos de Almeida, 63 anos).

A adoção da estratégia *territorial-patrimonialista* corroborava as expectativas nacionais de exclusão de uma categoria social historicamente marginalizada e excluída – “posseiros” e “intrusos”. Porém, em contexto de construção de barragens, nem mesmo a *audácia*, o *espírito aventureiro* e a importante arma estratégica da *posse*, que deram aos posseiros e intrusos força para enfrentar o poder dos grandes latifundiários em um período em que a lei e a concentração fundiária os excluía dos direitos econômicos e sociais (GUIMARÃES, 1963), foram suficientes para quebrar as amarras ditatoriais e os ideais desenvolvimentistas que a UHE carrega, com a finalidade de reverter a difícil situação dos arrendatários ou meeiros atingidos. Assim, em tempos de colonização, “posseiros” foram destituídos da propriedade privada da terra e, em tempos de construção de grandes empreendimentos, da propriedade da terra e da indenização financeira que restituiria as perdas monetárias e simbólicas.

Disseram um dia “a gente vai ter que sair daqui”. E teve que sair, entendeu? A gente trabalhou muito tempo nesses lugares e não recebeu nada, ninguém indenizou nada, entendeu? Os donos da terra foram sim indenizados pela empresa que construiu, a CEMIG. Esses sim [...] mas aqueles que não eram proprietários saíram, como se diz, *com uma mão na frente e outra atrás* (Élcio Barbosa, 66 anos).

### **2.3.2 Atingidos versus CEMIG**

De modo análogo ao setor elétrico, os movimentos sociais recorreram a diferentes estratégias para minimizar o relacionamento desigual entre Estado e *atingidos*, além de tentar

superar o silenciamento ideológico fundado e tecnicamente produzido pelo setor elétrico de que não haveria agentes sociais coletivos ativamente operantes contra a construção de barragens. O surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>33</sup>, que data final dos anos de 1970, desponta como figura central na marcha da luta por direitos humanos e sociais<sup>34</sup> (VAINER, 2004). No entanto, no caso da UHE de Jaguará, não houve relatos de atuação maciça ou auxílio de qualquer movimento social, nem mesmo grandes concentrações municipais contra a edificação do projeto hídrico<sup>35</sup>, seguindo caminhos contrários aos observados em diferentes trabalhos.

Inicialmente, deparei-me com um incômodo silêncio e um discurso quase unânime de uma suposta paz e naturalidade no percurso das obras. Entretanto, os fragmentos das lembranças e os fios da memória trouxeram à tona cenas, cenários e personagens que, não podendo travar um conflito direto com o governo, utilizaram de pequenas estratégias para melhor defender seus interesses. Dessarte, na ausência de expressões coletivas, organizadas e públicas, as práticas de algumas famílias atingidas foram informais, ocultas e, muitas vezes, individuais, manifestando-se, em seu conjunto, como estratégias diretas para a reprodução da vida (material e simbólica).

O termo “resistência cotidiana”, cunhado por James Scott, possibilita a compreensão das pequenas lutas e conflitos que se desdobram diariamente, por homens e mulheres, no sentido de amenizar as amarras da dominação e construir novos arranjos estruturais menos repressivos e menos desfavoráveis à reprodução da vida. O autor, nessa perspectiva, coloca em destaque a arena mais durável dos conflitos de classe no contexto de mudança social, a luta cotidiana dos agentes sociais, e rompe com aqueles que relegam a resistência cotidiana ou “pequenas resistências” à dimensão da trivialidade e inconsequência. A tendência de teóricos considerarem atos “individuais” como insignificantes e reservarem o termo de “resistência” apenas às ações coletivas é, na visão do autor, uma orientação equivocada (SCOTT, 1976, 2002). Partindo dessas premissas, as noções de “resistência

---

<sup>33</sup> Não podemos deixar de colocar em destaque a formação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) que, a partir da atuação e mobilização dos pequenos produtores rurais contra o chamado “Projeto Uruguai”, conseguiram dar novos rumos às negociações que vinham sendo estabelecidas com a ELETROSUL. É através da atuação da CRAB que o MAB se constituiu e ganhou visibilidade (REIS, 1998). A respeito da importância da atuação da CRAB e do MAB ver: Reis (1998); Rocha (2014; 2015); Sigaud (1986); Vainer (2004).

<sup>34</sup> Dentre as estratégias mobilizadas pelo MAB, Vainer e Araújo (1990) citam: a informação como meio de conscientização e mobilização; o deslocamento enquanto questão social e a tentativa de negociações coletivas

<sup>35</sup> A todas as famílias entrevistadas foi perguntado sobre a presença de movimentos sociais ou alguma organização na cidade que as orientaram sobre os direitos. Porém, foi unânime a resposta: ausência de qualquer movimento social.

cotidiana” e “economia moral camponesa”, tratadas por Scott, são instrumentos teóricos fundamentais para a construção desta seção. Este trabalho, portanto, não está focado na relação dos movimentos de grandes organizações sociais e rupturas estruturais diretas, mas nas *resistências*, nas lutas invisíveis e tensões silenciosas coletivas ou individuais que movem os agentes contra os obstáculos.

A definição de “economia moral camponesa” está embasada primeiramente em Thompson (1998) quando este se refere à “economia moral” como sendo os valores e atitudes morais que orientavam ações coletivas de agentes sociais que se opuseram às transformações socioeconômicas após a liberalização do mercado. As reações e rebeliões aos novos padrões de feitura e venda de alimentos em tempos de escassez – que o autor nomeou de *motins* – não eram atitudes espasmódicas, mas padrões sofisticados de comportamento coletivo contra ações individualistas que desrespeitavam os pressupostos morais que regiam a sociedade. Assim, é possível perceber que o desrespeito aos pressupostos morais e éticos era motivo para a ação direta, e as reivindicações e queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legais e legítimas do mercado (THOMPSON, 1998).

Scott (1976), seguindo as bases teóricas de Thompson, amplia o universo da cultura e valor moral do que se pode compreender como “economia moral” e atenta para a questão da **subsistência camponesa** que depende, em grande medida, do acesso à terra. No centro de sua análise sobre a “economia moral camponesa”, imperam os costumes relativos ao uso da terra e ao direito de acesso aos produtos cultivados, muito mais do que a venda e a comercialização de alimentos. Logo, o conteúdo da economia moral é ampliado e aplicado aos valores morais camponeses de “justiça social, direitos e obrigações, e reciprocidade” (THOMPSON, 1998, p. 259).

A ética da subsistência deriva desses valores e costumes e busca proteger a comunidade contra os riscos de crise e escassez, garantindo assim, a reprodução material do grupo. Desse modo, a cultura camponesa é guiada pelos padrões de reciprocidade, generosidade<sup>36</sup> e partilha como elementos morais, para diminuir os riscos e garantir o direito à subsistência do grupo. A ruptura das instituições e normas morais e a ameaça à equidade e ao equilíbrio social dos trabalhadores e famílias camponesas provocou a participação do grupo camponês em rebeliões e revoluções (SCOTT, 1976).

---

<sup>36</sup> De acordo com Scott (1976), as relações protetoras entre senhor-arrendatário, ricos camponeses que perpetuam modos de subsistência para proteger a comunidade contra os riscos, pode ser facilmente romantizado como princípio de bondade. Porém, o autor afirma que esse arranjo social não é totalmente igualitário como transmite e aqueles que estabelecem essa associação direta estão propensos a cometer um sério erro.

Partindo dessas proposições, Scott (1976) afirma que a ética camponesa que condiciona as ações é produto do aprendizado histórico dos agentes sociais, transmitido de geração a geração, e que caminha para assegurar as raízes normativas da economia moral. O receio das comunidades pré-capitalistas com a escassez de alimento, o risco para a subsistência e a ameaça à equidade condiciona diversas reações do grupo social ao processo de mudança, que poderiam ser de confronto direto ou de “forma passiva”. De modo particular, o autor observou em profundidade as ações passivas dos camponeses da Malásia Ocidental, as lutas cotidianas que os agentes sociais empreendem silenciosamente com o objetivo de limitar a ação política e mitigar ou rejeitar as demandas feitas pelas classes superiores (SCOTT, 2002). Assim, para Scott (2002), pareceu mais importante considerar o que chamou de “formas *cotidianas* de resistência”.

A luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada (SCOTT, 2002, p. 11).

Como expressão da resistência cotidiana são citadas: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas comuns de um grupo que não tem poder para estabelecer confrontos diretos seja pela natureza das mudanças estruturais enfrentadas pelos pobres, ou seja pelo receio da repressão.

Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor atender seus interesses (SCOTT, 2002, p. 12).

Portanto, na impossibilidade de transformar direta e coletivamente a situação presente, os agentes sociais veem na *resistência cotidiana* a única opção para melhorar seu status e superar difíceis condições estruturais e, no *anonimato* e na prudência calculada a segurança de seus atos (SCOTT, 2011). Longe de serem guiados pelos pressupostos de confrontos e negociações que marcam a tradição européia, com base nos conflitos diretos dos *motins* da fome (THOMPSON, 1998), a resistência cotidiana não assume a forma da ação direta coletiva como ato revolucionário mas segue uma série de pequenas ações simbólicas, políticas

e ideológicas, voltadas inteiramente para a esfera local, a fim de “satisfazer necessidades prementes como segurança física, alimento, terra, ou renda, e fazê-lo em relativa segurança” (SCOTT, 2011, p. 225).

Na esteira de tais reflexões, a tentativa da reprodução da vida material e simbólica com base na relação direta do grupo com o meio, a partir das dimensões defendidas por Candido (1987), caracterizou-se como princípio gerador de *resistências cotidianas* e silenciosas contra as condições da implantação da UHE, que rompe com o princípio moral camponês de acesso à terra (SCOTT, 1976, 2002). Nas falas, foram observadas, como armas comuns de algumas famílias, a *permanência* no território, tendo em vista a reprodução simbólica, e a *inventividade humana* para superar os critérios preestabelecidos de pagamento da indenização aspirando à reprodução material.

A *permanência* no território até a data limite da formação do reservatório representou uma tentativa cautelosa das famílias em dar continuidade aos elementos subjetivos da racionalidade camponesa, como a valorização da proximidade aos recursos naturais e o afeto à terra, mas também um ato desesperado pela perda evidente de um espaço inscrito na memória individual e coletiva. Houve o esforço de algumas famílias em não ceder às pressões iniciais da CEMIG para abandonar a área de inundação, postura política que levou a concessionária a anunciar a última data possível para permanecerem no local. Dessa forma, após o prazo limite, o reservatório de água seria formado independentemente da presença de pessoas, animais, objetos e pertences pessoais no local. Conforme afirmaram, a água levaria e inundaria tudo o que estivesse pela frente.

Eu comprei a casa aqui. Mas eu continuei lá até dia dez de setembro. Fiquei até o último dia que me deram o prazo, eu falei: “Enquanto tiver prazo eu vou ficar aqui! Eu não vou sair daqui!” [...] Eu gostava de lá, e pensava: “Vou ficar aqui! Até o último dia!”. Aí deu o prazo e nós saímos quando estava para inundar [...] Mudamos dia dez de setembro. Aí, um dia, nós fomos levar almoço na Maria. Nós passamos em um atalho [na ida] e na volta nós já não podemos passar. Porque já estava cheio, estava represando a água. A gente teve que vir pela ponte. Aí foi enchendo *devagarzinho*. Muita gente não queria sair, mas era uma coisa que você tinha que sair (Veridiana Andrade, 67 anos).

De outra maneira, somente o anúncio da data limite para a saída das casas e o risco iminente da inundação da área foram motivos plausíveis para que as famílias se afastassem de um espaço que, além de proporcionar os recursos para a sobrevivência familiar, carregava dimensões subjetivas, como a carga simbólica que fortalece o sentimento de pertencimento do indivíduo ao território (BRANDENBURG, 2010a; CANDIDO, 1987).



Tinha gente que não aceitava, que *revoltou*. Tinha gente que falava: “vou sair daqui morto!”. Mas era bobagem. A água iria chegar mesmo, tinha que sair né? Ficou casa dentro d’água (Josué Marães, 87 anos).

Apesar do uso do termo *revolta*, que desperta um imaginário de confronto direto com grande coordenação, a *permanência* na área inundada é vista como uma ação política que evitou qualquer confronto aberto com as autoridades. Cientes das desvantagens estruturais e das diversas frentes e possibilidades de repressão, homens e mulheres resistiram silenciosamente segundo interesses pessoais. Porém, apesar de uma resistência local, silenciosa e sem grandes pretensões de mudanças estruturais, a ação de algumas famílias afetou, mesmo que lateralmente, a instituição dominante, o que se constata pelo emprego maior da força simbólica da concessionária quando fixa um prazo final para a saída. Foi, portanto, por meio da *resistência* e não através da revolta ou pressão legal, que os atingidos marcaram a presença política (SCOTT, 2002).

Outra forma indireta, sutil e disfarçada, de resistência, é a *inventividade* dos “atingidos”. A investigação realizada recaiu sobre a insatisfação dos impactos financeiros e das perdas monetárias dos proprietários legais que tiveram as terras alagadas, buscando compreender as estratégias para a superação da desvantagem material, em um contexto em que as diretrizes para o pagamento de indenização já estavam previamente estabelecidas. De acordo com os relatos empíricos, a CEMIG não pagava pelo tamanho do terreno nem mesmo pela capacidade produtiva da terra, mas propunha remunerar financeiramente, a partir da indenização monetária, “as benfeitorias”, ou melhor, os imóveis e plantações do local no instante da negociação. Ao excluir dos critérios de indenização o tamanho do terreno e a capacidade produtiva da terra, a concessionária nivela todos os proprietários com base em um fundamento: ter ou não imóvel; e ainda apaga as riquezas e faturas de uma região de terras férteis que poderiam ser parâmetros para minimizar as perdas monetárias de proprietários. Houve ainda relatos de que a indenização teria um “teto máximo”, sendo portanto impossível qualquer morador receber acima do limite estipulado pela CEMIG.

As condutas da concessionária afetaram o princípio da ética da subsistência, que anuncia os menores riscos para a reprodução familiar, e foram motivos para a resistência camponesa. Os obstáculos ao conflito aberto, o silenciamento forçado no processo de “negociação”, e a impossibilidade de minimizar as perdas monetárias, criaram nos atingidos um *espírito de criatividade* para burlar os rígidos critérios da CEMIG. Então, pelas casas e fazendas circularam e disseminaram *boatos* ensinando aos moradores como ultrapassar as

barreiras da dominação da concessionária, superar o que, até então, era insuperável, e criou-se nas famílias um sentimento de esperança na possibilidade de reduzir as perdas monetárias quando da indenização. Os boatos circularam rapidamente pela região e transcorreram pelos ouvidos aflitos mas interessados nas orientações silenciosas e ocultas, boatos que faziam recomendações simples às famílias: realizar mínimas e rápidas melhorias na residência, pintar, e plantar árvores frutíferas no terreno, pois poderiam aumentar a indenização. Em uma corrente invisível de fofocas e boatos, as famílias faziam outras famílias saberem da nova estratégia, porém, sem delegar a responsabilidade do início dos boatos a qualquer pessoa. Sob a segurança do anonimato, já que ninguém assumia a responsabilidade pública pelo início dessa onda de novas informações que pairavam na cidade, os boatos corriam pelos ouvidos dos moradores da zona rural e do meio urbano. Sabiam (e acreditavam) que melhorar a residência e plantar árvores na terra renderia maior indenização, porém não conseguiam apontar quem e onde se iniciaram tais boatos.

Reconhecer os boatos e fofocas como uma forma de “resistência simbólica ou ideológica”, como denominou Scott (2002), consiste em admitir esse tipo de resistência com potencial para alcançar a transformação da natureza das relações de classe, ou mesmo, “fazer sentir-se presente”. Enquanto forma de rebelião silenciosa, os boatos que circularam pela região surtiram efeito em algumas famílias, que aderiram às orientações passadas.

Então, assim que o boato da construção de uma UHE na região cessou quando chegaram as máquinas, famílias se mobilizaram individualmente com o esforço de orientar suas atividades para fazer pressão simbólica sobre a CEMIG e suas regras inabaláveis, aderindo aos novos boatos na região. A fala do Sr. Alberto, a seguir, dá vida e detalhes àquele momento:

Mas agora eu vou te contar a história: quem me falou de plantar as bananas e as mangueiras foi um *fulano de tal que era neto de um tal* que disse: você planta frutas! Planta frutas, não falou bananeiras não, falou planta frutas que eles pagam a mais um pouco. E aí eu plantei mil pés de bananeiras e eles pagaram melhor um pouco [...] Eu plantei arroz também. Se bem que arroz eu plantava todo o ano né? Aí ficou banana e arroz. No meio do arroz eu plantei as bananas (Alberto Devós, 88 anos).

No relato acima, fica evidente a relevância dos boatos como importante arma dos atingidos para resistir cotidianamente às pressões e para suprir as necessidades materiais de auto-interesse. Além disso, estão atuantes os princípios do anonimato e da inventividade. Este, assegura um rendimento monetário superior, uma luta para satisfazer as necessidades pessoais no âmbito econômico a partir da criatividade. Aquele, expõe a forma anônima, protegida e

segura da resistência pelo desinteresse em revelar o “*fulano de tal que era neto de um tal*”. Assim, “a natureza dos fatos e a mudez auto-interessada dos antagonistas contribuem para criar um tipo de silêncio cúmplice, que exclui totalmente as formas cotidianas de resistência dos registros históricos” (SCOTT, 2002, p. 14).

Desse modo, a tentativa de *permanecer* até o prazo limite e a *inventividade* são marcas características da resistência cotidiana:

- a) nem a *permanência* nem a *inventividade* dos atingidos apresentaram qualquer desafio público, confronto direto ou luta explícita;
- b) nenhum dos dois requereram organização formal e coordenação;
- c) a maior parte das atividades foi realizada individualmente, de modo oculto e seguro.

Ressalta-se que essas formas de resistência têm certa ambiguidade: ao não propor a ruptura total e a transformação radical das relações de dominação, os camponeses contribuem em alguma extensão para sua reprodução (MELO; SILVA, 2013; MENEZES, 2002). Porém, Scott (2002) esclarece o objetivo real da resistência cotidiana camponesa. A intenção é, sobretudo, “possibilitar a sobrevivência dentro do sistema de dominação” (SCOTT, 2002, p. 30) a partir do respeito à ética da subsistência e da economia moral que impera nos costumes e valores morais do camponês.

\* \* \*

Tendo como base a noção de *habitus* de Bourdieu e as rotinas de uma sociabilidade que Candido nomeou como *caipira*, nesta seção foram observados os dilemas, os desenraizamentos, as transformações quando da proximidade de uma sociedade que seguia padrões de vida mais tradicionais com uma de ritmo mais integrado à economia moderna. A instalação de um GP na região, transpondo e centralizando capitais em um espaço que não estava totalmente inserido em uma economia de mercado moderno, acarreta variações que Bourdieu (1979), ao trabalhar com a sociedade Cabila, na Argélia, e o processo de passagem desta sociedade de ordem tradicional para o mundo da economia moderna, definiu como “o desarraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas vezes brutal, no mundo da economia moderna conduzem e supõem a transformações sistemáticas do *habitus*” (BOURDIEU, 1979, p. 52 – 53).

Ademais, foi notado um “mundo rural” com grande carga simbólica, marcado pelo sentimento de pertencimento e de identidade com a localidade. As falas mostraram ainda as relações interpessoais e comunitárias que ligavam uns aos outros em um vínculo de reciprocidade e auxílio mútuo, uma “existência coletiva” (QUEIROZ, 1963) entre famílias e vizinhos que fortaleciam a sensação de acolhimento, proteção e amparo em uma sociedade. Essas características foram algumas motivações subjetivas apontadas pelos atingidos que marcam a permanência em um local que seria inundado pela formação do largo artificial.

Por fim, houve o esforço em apresentar as estratégias da CEMIG e as estratégias mobilizadas pelos *atingidos* em momento de repressão. A ausência de movimentos sociais na região, para inflar os pulmões dos “atingidos” com gritos de reivindicações, endurecer os corações e desnaturalizar a autoridade da concessionária, e a certeza da inundação não significaram a ausência de *resistência* dos “atingidos”. Ao contrário, os movimentos seguiram silenciosos, ocultos e protegidos, mas refletindo, mesmo que lateralmente, na concessionária que se colocava em uma posição quase inabalável. Por isso a importância das reflexões de James Scott (1976, 2002, 2011) sobre as formas cotidianas de resistência.

A seguir, os *tipos empíricos 3 e 4* tomam a cena, aqueles que, conforme apresentado na primeira seção, experienciaram de maneira *positiva* a construção da UHE de Jaguara. Para tanto, levantarei elementos que permitem analisar a posição dessas famílias, como as justificativas e motivações.

### SEÇÃO III – GANHOS E BENEFÍCIOS: O LADO POSITIVO DA JAGUARA

Nesta seção, serão observadas as experiências das famílias atingidas dos *tipos empíricos 3 e 4*, aquelas que experienciaram a construção da UHE de Jaguara de modo *positivo*. Para tanto, as falas das famílias entrevistadas serão articuladas com referenciais bibliográficos a fim de embasar teoricamente as reflexões na perspectiva de um tema principal: a significação positiva da experiência do deslocamento compulsório. Dessa forma, duas perguntas balizam a elaboração da seção III: *por que algumas famílias experienciaram positivamente o deslocamento compulsório após a construção da UHE? Quais as motivações e justificações para essa postura?*

A seguir, será observado como algumas famílias enxergaram a chegada do grande empreendimento na cidade como conjunção favorável para o surgimento de novas *oportunidades e ganhos*, circunstância apropriada para transformar uma realidade que, até então, era “dura e penosa”. Para essa interpretação, o modo como as pessoas justificam as suas práticas, e o sentido subjetivo que atribuem às suas ações, são essenciais para a investigação de sua proximidade e da defesa dos empreendimentos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A seção apresentará, portanto, a interseção entre o debate teórico no que tange às motivações e justificações das escolhas e a experiência do caso empírico em análise.

#### 3.1 Apresentação dos tipos empíricos

*Pontos negativos? Para mim nenhum. Nenhum, nenhum! Não tenho nada para falar de negativo. Eu? Nossa! Não tenho nada para falar de negativo dessa usina! Foi tudo bom! Tudo foi bom para todo mundo. Ninguém tem que falar nada da usina, da CEMIG, da Mendes Júnior ou da indenização. Nada! Só falar bem! Porque trouxe muitas coisas boas para todos da cidade. Melhorou a vida. Deu conhecimento, deu trabalho, deu oportunidade. Foi uma maravilha. (Irineu de Matos, 69 anos).*

*A usina? Ah, foi muito boa para todos, sem dúvida. Porque a usina, quer queira, quer não, ela é uma geradora de progresso, neh!? Porque a Rifaina era a última cidade do Estado de São Paulo, menina, presta atenção, “num redutim pequenininho”. Hoje você vê Rifaina, por exemplo, está certo que veio com o governo Paulo Maluf, você vê banco e telefone. Eu reconheço, Rifaina tem uma telefonia moderna, Rifaina tem um Santander, tudo isso porque viu que podia instalar. Nos anos 50 você iria pensar em banco na Rifaina? Nunca. Qualquer movimento bancário tinha que ser em Pedregulho no banco Scatena. Hoje não,*

*hoje você está em Rifaina, você está bem situado. Então sim! Eu acho que a CEMIG teve um papel importante nesse sentido, para o progresso da cidade e melhoria da vida das pessoas. (Paulino Coelho, 70 anos).*

Os trechos dos depoimentos acima têm o propósito de evidenciar alguns novos elementos que despontaram nas entrevistas em campo, como as dimensões de ganhos e as oportunidades de melhorias de vida a datar da construção da Usina Hidrelétrica de Jaguara. Contudo, antes de aprofundar nas dimensões e nas motivações que atravessam as novas perspectivas apresentadas, é importante detalhar, a partir da memória e da experiência dos atingidos, a realidade e transformação na organização social, na sociabilidade e na tríade relação de trabalho, modo de produção e geração de renda dessas famílias antes e após a construção da barragem em comparação com os casos apresentados na seção anterior.

Como já sugerido, a noção de localidade abraça as múltiplas possibilidades de interação dos agentes sociais com a sociedade e com a economia global. Dessa forma, rompe com as oposições binárias espaciais entre rural e urbano que limitam as ações e as práticas de um grupo conforme o espaço ocupado para reconhecer a presença de múltiplas sociabilidades e articulações econômicas distintas dentro de uma mesma localidade (CARNEIRO, 1998, 2012; WANDERLEY, 2009). Na esteira dessa noção, situo os agentes sociais dos *tipos empíricos 3 e 4* que, embora residentes em um espaço físico dito “rural”, elaboraram de maneira bem própria as combinações econômicas necessárias para o sustento familiar, afastando-se da reprodução social na agricultura. De modo oposto aos casos apresentados na seção anterior, esses agentes não definiram a relação de trabalho e geração de renda exclusivamente pela atividade agrícola. Dissociaram-se de uma lógica binária e ampliaram os horizontes, enxergando novas oportunidades de relações de trabalho que não se fixavam, unicamente, em atividades diretas com a terra. E essas relações de trabalho estavam estabelecidas, em alguns casos, antes mesmo da construção da UHE de Jaguara.

Nessa perspectiva, os homens e as mulheres dos *tipos empíricos 3 e 4* não se enquadravam no universo que Candido (1964) nomeou de *civilização caipira*, já que não se integravam a agricultura de subsistência e não dependiam da equação entre o *mínimo vital* e o *mínimo social* para a satisfação do grupo a partir dos recursos naturais disponíveis. Ao contrário, eram proprietários de terras e assalariados (tipo empírico 3) e, nos casos em que a terra ainda era um elemento particular para a produção familiar, havia um distanciamento entre o ser social e a natureza a partir do *trabalho*, orientado como uma atividade em si e para fins econômicos (WEBER, 1991).

Assim, a rotina do trabalho agrícola e as obrigações e respeito aos ciclos da natureza não foram premissas essenciais para a sociabilidade dessas famílias. Apesar de a primeira geração familiar ter marcado o rendimento monetário e a base alimentar a partir da produção agrícola para a subsistência, os pais, em clara estratégia de mobilidade social, estimularam o estudo e o emprego formal para os filhos e filhas, com o objetivo de abandonarem a atividade agrícola. Isso implica em uma problemática da reprodução agrícola que contempla as formas e condições da sucessão “profissional” ou ainda a constituição de novos estabelecimentos agrícolas (BRUMER; ANJOS, 2008). A valorização e a adesão à identidade camponesa podem variar segundo os contextos sociais. Dessa forma, as estratégias dos produtores rurais podem estar ligadas tanto à *estratégias de adesão* e de permanência na identidade camponesa, como à *estratégias de mobilidade social*, “implicando por parte dos pais num investimento na aquisição de diplomas superiores para seus filhos” (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 10). Um dos efeitos desse processo de desvalorização da cultura camponesa em diferentes contextos sociais resulta na permanência ou não de jovens na atividade agrícola, ou ainda, na elaboração de estratégias para sair do espaço rural e migrar para a cidade à procura de acesso à educação, que pode resultar, por exemplo, no aumento do celibato dos jovens agricultores (BOURDIEU, 2006; STROPASOLAS, 2004)

Então, até a metade da década de 1960, os homens dos *tipos empíricos 3 e 4* dedicaram-se como puderam aos estudos incentivados pelos pais. Por não verem a roça, as olarias e as cerâmicas como trabalho próspero para os filhos, a ajuda exercida por estes era mínima. Quando não se eximiam de qualquer obrigação de plantar, colher e debulhar a lavoura. Concretamente, os pais exigiam a frequência escolar e o emprego em áreas não agrícolas. Apesar desse olhar preocupado com o estudo e a estabilidade dos filhos, a atenção dada às mulheres seguiu lógicas contrárias. Nesse caso, persistiu a dominação de gênero e a divisão sexual das atividades em que coube ao homem a responsabilidade do trabalho produtivo, e, no caso da pesquisa, o acesso aos estudos, e à mulher, o trabalho reprodutivo relativo aos cuidados domésticos e de *care*<sup>37</sup>. Segundo Boris (2014, p. 103), o trabalho de *care* “envolve serviços pessoais para outrem: atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais, afetivas e para outras demandas emocionais de cônjugues, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiência”. Isso inclui, além das tarefas referentes à existência pessoal, também as tarefas da vida cotidiana, como a manutenção da casa (cozinhar, limpar, lavar, cuidar) (BORIS, 2014).

---

<sup>37</sup> De acordo com Hirata e Guimarães (2012, p. 01), o termo *care* “é dificilmente traduzível porque polissêmico. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição de *care*”.

O provedor do cuidado pode variar, e o trabalho pode ser realizado por ambos os sexos. Porém, as habilidades necessárias de limpar, cozinhar, cuidar, lavar parecem ser “naturais” das mulheres, o que explica a presença majoritária do sexo feminino atuando no trabalho reprodutivo e sua desvalorização (BORIS, 2014). Conseqüentemente, por ter que arcar com a maior parte dos ônus da reprodução, a mulher tem menores possibilidades de se destacar no mercado produtivo e menor possibilidade de finalizar os estudos (PAULILO, 2004).

Aquela que por caminhos duros da vida se inseriu no mercado de trabalho formal como a Sra. Almerinda, após o falecimento da mãe e o abandono do pai, estruturou sua rotina de trabalho de modo que as atividades da casa – cozinhar, limpar, lavar – e o cuidado dos irmãos mais novos permanecessem sob sua responsabilidade. Então, coube à Sra. Almerinda o sustento familiar, as obrigações doméstica e a criação dos irmãos. Além disso, renunciou aos estudos para dar oportunidade aos irmãos de concluírem o magistério. Então, “o *care* encontrava-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saíssem de casa para trabalhar, quer não” (BORIS, 2014, p. 102).

A percepção dessas famílias sobre o espaço rural carregava, em certa medida, as características de um local atrasado, grosseiro e arcaico, reafirmando construções pejorativas e esteriótipos negativos sobre a figura do homem do campo. Em contrapartida, as categorias urbanas e os valores concebidos como típicos da cidade foram rapidamente valorizados e inculcados nos filhos e filhas, bem como a visão desta como local desenvolvido, moderno e de progresso. A desvalorização da cultura do campo, entendida como atrasada, apesar de essencial para o sustento e subsistência individual e familiar, e o estímulo para os **filhos** saírem daquele pequeno município rural para se dedicarem ao estudo, provocaram a rápida disseminação e assimilação dos padrões culturais urbanos. As aspirações pelo progresso, desenvolvimento e melhorias financeiras tornaram-se premissas básicas de algumas famílias rifainenses. A volta daqueles que saíam era cercada de atenção, histórias, relatos de aventuras e comparações de um “local desenvolvido” em contraposição ao “atrasado”, e, certamente, elemento de diferenciação econômica, social e pessoal entre aqueles que conseguiam sair e concluir os estudos, e aqueles que permaneciam no campo. Sem dúvida, a aproximação espacial e simbólica de algumas famílias aos valores citadinos, pela divulgação, sobretudo daqueles que saíam para estudar, colaborou para a aceitação da construção da barragem<sup>38</sup>.

O anúncio da construção da UHE de Jaguará, a emissão da declaração de “desapropriação por utilidade pública” e a formação do lago artificial (que data do período de

---

<sup>38</sup> Não podemos excluir a importância das Estratégias do Setor Elétrico, apresentada na seção 2.3.1.



1966 – 1971) foram, para alguns, a tão esperada oportunidade para o desenvolvimento territorial e a chegada do progresso à região, e, para outros, a oportunidade de *sair* da cidade. Terras inundadas, casas alagadas, mecanismos de trabalho expropriados foram, na visão dos entrevistados, processos racionais necessários orientados a fins esperados e desejados – melhoria de vida associada à dimensão econômica a partir da indenização monetária. Ademais, deste ponto de vista, a construção de GPs cria novos postos de trabalho na cidade, evidente oportunidade para as famílias que almejavam tornar-se assalariadas.

Virgem, tinha muito trabalho na época da construção! Quem quisesse trabalhava. A CEMIG e a Mendes Júnior, juntos, deram trabalho para todo mundo da cidade (Irineu de Matos, 69 anos).

Evidentemente, é necessário relativizar a associação direta entre construção de UHE e formação de novos postos de trabalho, uma vez que esses têm tempo e espaço determinados. Segundo Vainer e Araújo (1992), muitos são aqueles que abandonam a atividade anterior – particularmente a agricultura – à busca de uma ocupação que assegure, mesmo que temporariamente, níveis de remuneração e garantias trabalhistas superiores aos preexistentes. No entanto, quando se concluem as obras, desmobiliza-se a maior parte do contingente de mão obra, criando um bolsão de trabalhadores desqualificados e desempregados, que reúne tanto moradores da cidade quanto imigrantes (VAINER; ARAÚJO, 1992). Porém, para as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, a formação de novos postos de trabalho foi, segundo os relatos, de importância significativa tanto para os homens quanto para as mulheres. A abertura de novos pólos de emprego na cidade foi, para os homens, importante estratégia para a mobilidade social e, para algumas mulheres, a oportunidade para elaborar estratégias para sair da condição social no espaço rural, ou seja, conjuntura favorável para a ruptura da dominação de gênero que limitavam o espaço da mulher a dimensões físicas e simbólicas específicas.

**Ela [mãe] foi trabalhar na usina.** Ela nunca tinha trabalhado. **Só em casa mesmo.** Meus pais tinham se separado. Ele [pai] foi embora e deixou minha mãe e todos os filhos para trás. Sem nada! Aí chegou a usina. E a gente estava em uma *merda danada!* Nossa Senhora! Aqui não tinha o que fazer, não tinha nada. E eu, nunca trabalhei! A nossa *sorte* foi essa usina (Irineu de Matos, 69 anos).

As lembranças do Sr. Irineu sobre o impacto da construção da UHE de Jaguará para a vida de sua família são de grande valia. Sua memória traz à tona a superação das dificuldades reais da vida quando da chegada da empreiteira Mendes Júnior que, ao

disponibilizar a oportunidade do primeiro emprego, sobrepujou as expectativas previstas. Além disso, a fala nos apresenta a transformação na vida da **mulher** que foi contratada pela Mendes Júnior para trabalhar na vila dos operários, em um momento que, conforme relatou Sr. Irineu, estavam em uma “*merda danada*”. O sentimento de reconhecimento e agradecimento ao feito da empreiteira ficou explícito quando o entrevistado considerou a família *sortuda* pela chegada e construção da UHE. “Ah minha mãe!? Nossa era a paixão dela! Ela morreu falando nessa Mendes Júnior. Ela adorava” (Inês Carvalho, 70 anos).

O mesmo sentimento relatado pelo Sr. Irineu, de *sorte e agradecimento* à construção da UHE, foi observado no relato do Sr. Paulino, que considerou o valor da indenização pelas terras e benfeitorias inundadas “bom e justo, condizente com o que as terras valiam na época”, dinheiro que possibilitou à família investir em estudos para a geração futura e manter um elevado padrão de vida até hoje. Afirma também que o trato da CEMIG com os *atingidos* foi “tudo normal, tudo certo e tudo na paz. Eles pagavam bem. Pagavam por benfeitoria. Então, se tivesse uma casa boa, recebia um pouco mais. Uma casa ruim, um pouco menos. E assim foi” (Paulino Coelho, 70 anos).

O final da década de 1970 marcou um período de reordenamento territorial e reestruturação social em Rifaina e nas famílias rifainenses. Observando mais a fundo o caso dos *tipos empíricos 3 e 4*, conclui-se a partir dos relatos que a maior parte das famílias optou *sair* da cidade, à exceção da Sra. Almerinda que, por ter que cuidar dos irmãos, ser inspetora escolar e atuar ativamente na política, decidiu permanecer no local. A *saída* dos atingidos da antiga cidade foi orientada e planejada com base na oportunidade de emprego em outras regiões. Assim, a família do Sr. Irineu acompanhou a empreiteira Mendes Júnior e mudou-se para o Rio de Janeiro; a família de Sra. Inês foi convidada por um amigo para trabalhar em Uberlândia; e a família de Sr. Paulino fixou-se em Minas Gerais onde ele era concursado.

Desse modo, a escolha entre *ficar* e *sair* do território foi destacada por homens e mulheres que consideraram a experiência vivida, o medo de permanecerem em uma sociedade “atrasada e arcaica” e a real oportunidade de crescer social e monetariamente, transformar uma realidade, até então, difícil. Logo, algumas dimensões elencadas nos períodos antes e durante a construção da UHE de Jaguara são fatores explicativos para a escolha majoritária dos entrevistados atingidos em *sair* da cidade de Rifaina e fatores explicativos para experienciarem de modo *positivo* o deslocamento compulsório.

### 3.2 Deslomento compulsório: *ganhos e benefícios*

A apresentação das famílias que se inserem nos *tipos empíricos 3 e 4* mostra que a relação com a terra não é a mesma para homens e para mulheres, e que a percepção sobre a construção de um grande empreendimento hídrico varia para cada agente, a depender das múltiplas evidências previamente vividas. Posto isso, no território futuramente desmantelado pela formação do lago artificial há diferentes opiniões e posições sobre o processo de construção da UHE, disputas e hierarquias de grupos divergentes que enxergam *desvantagens* ou *oportunidades* em um mesmo empreendimento.

Na esteira de tal reflexão, o conceito de espaço social firmada por Bourdieu (2007), como espaço de disputas, hierarquias e contradições, nos direciona para compreender os paradoxos existentes no processo de construção de usinas hidrelétricas. Este espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos deformada, em espaço físico, e é definido pela exclusão mútua das posições sociais que o constituem. Lugar distinto e distintivo que situa e distribuí os agentes sociais, a depender da posição relativa que ocupam em relação a outros lugares e pela distância que os separa de acordo com os princípios de diferenciação, ou seja, os capitais (econômico, cultural, simbólico, político) acumulados pelos agentes (BOURDIEU, 2007). É assim que compreendemos que “alguns grupos ou segmentos sociais se beneficiam com a obra, particularmente no período de sua construção” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 24).

Reis (1998), com o objetivo de compreender como os colonos se mobilizaram e organizaram politicamente para encaminhar as negociações e ampliar seus direitos com a construção das barragens do Alto Uruguai, revela posições e conotações diferentes entre os *proprietários* e *não proprietários* de terras, quando colocados diante do deslocamento compulsório. A começar pelos *proprietários de terras*, que se identificam como colonos proprietários e produtores rurais, esses veem a UHE como ameaça à sua reprodução social, já que deixariam a *terra*, local de trabalho, espaço de moradia, de laços coletivos e lembranças. O evento da inundação e do deslocamento compulsório, portanto, é conotado com um sentimento de ameaça e perda, mesmo que estivessem em negociação com novas terras no Reassentamento Rural Coletivo (RRC). De modo divergente, os *não proprietários de terra* viam no episódio da tomada d’água a oportunidade de ganhos de várias ordens, como a possibilidade de se estabilizar espacialmente a partir do RRC, a esperança de “poder ir bem”, a expectativa de se livrar da dependência do patrão e trabalhar para si, e ainda, a garantia de sua reprodução social enquanto pequenos produtores rurais (REIS, 1998).

Assim, se a instalação da UHE de Itá pode significar a perspectiva de “ganho” essencial para os colonos não proprietários, a possibilidade de “ter terra”, para outros arrendatários, esta perspectiva não parece ter poder de sedução. Ao contrário da perspectiva de “ganhos” há a percepção de “perdas” decorrentes do “ter que sair” que, como para muitos dos colonos proprietários, não se limitam à questão do acesso à terra de trabalho (REIS, 1998, p. 157).

De modo análogo, Rocha (2012) afirma que, em áreas atingidas pela construção de UHE Foz do Chapecó, há a tentativa de grupos da elite local em implantar estratégias que visam oportunizar ganhos para o campo particular. Em cada novo projeto de construção de hidrelétricas, diferentes *projetos políticos* agem em um mesmo local, com lógicas espaço-temporais distintas que atuam em uma intensa correlação de poder (PASE; ROCHA, 2015). O conflito entre dois *projetos políticos* distintos – projeto neoliberal e projeto democrático-participativo –, com duas lógicas espaço-temporais díspares, representa um “distúrbio”, e implica na apropriação da matéria transformando-a em recurso através do controle de espaço (ROCHA, 2012). Duas formas básicas de apropriação do espaço foram evidenciadas: o “espaço-tempo circular” que é a forma de **articulação** entre espaço e tempo que se dá nas sociedades tradicionais, e o “espaço-tempo linear” que segue uma visão desenvolvimentista que implica a possibilidade de **controle** do espaço e do controle do tempo. Esta forma corresponde à do consórcio propositor da hidrelétrica, enquanto aquela corresponde à forma de apropriação do espaço pelos atingidos e pequenos agricultores (ROCHA, 2012).

O espaço controlado pelo consórcio propositor e financiador da obra pode ser tanto o espaço físico, como o lugar do rio onde será instalada a hidrelétrica, quanto o espaço institucional, como as mesas de negociação e audiência pública cruciais ao aspecto decisório do processo social (ROCHA, 2012). É exatamente no espaço institucional, com a *constituição dos espaços de negociação*, que o autor visualiza o movimento de alguns atores locais na direção de “oportunidade de ganhos”<sup>39</sup>. Desta forma, o espaço de “*negociação*” não é produzido apenas pelo empreendedor que deseja instalar a hidrelétrica no território, mas também pelas *elites locais* que recorrem a essa instância para implantar “estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal” (HARVEY, 2004, p. 166 *apud* ROCHA, 2012) com o objetivo de atrair o que entendem por progresso e benefícios para a instância local e particular (ROCHA, 2012, 2014). Assim, “é preciso ter em vista que ao passo que alguns grupos serão

---

<sup>39</sup> Além do *espaço de negociação*, o autor elenca ainda outros importantes pontos como estratégia de controle do espaço: a declaração de utilidade pública e a definição da área do Reassentamento Rural Coletivo.

atingidos pela instalação da hidrelétrica, outros percebem a mesma como uma oportunidade de acordo com a atividade que desempenham” (ROCHA, 2012, p. 290).

Explorando um pouco mais sobre as disputas e hierarquias no âmbito da construção de hidrelétricas, Sigaud (1986, 1992), ao centrar a análise na UHE de Sobradinho, um dos casos mais expressivos no Brasil quanto à área de inundação e migração compulsória, e contrastar com outros empreendimentos, chama a atenção para os perigos de generalizar as consequências no que concerne aos efeitos e mediações com a população afetada. Dessa forma, a autora mostra que o significado da construção de uma barragem não segue um padrão em si mesmo. Sigaud (1986, 1992) afirma que a estruturação desse significado relaciona-se diretamente com diferentes elementos que estão postos naquele espaço social, como a presença (ou ausência) de movimentos sociais<sup>40</sup> e mediadores que relativizam o discurso positivo das barragens, a impossibilidade de dimensionar as transformações que aquele acontecimento traria para a vida do deslocado, a conjuntura política, a condição de acesso à terra, o pagamento de indenizações, entre outros.

Desse modo, “nem as opções tecnológicas embutidas nos grandes projetos contêm em si mesmas a determinação dos acontecimentos, nem as populações diretamente afetadas, face às mesmas opções tecnológicas, tenderão a proceder de forma semelhante” (SIGAUD, 1992, p. 26).

Do ponto de vista conceitual, acredito, assim como Sigaud (1986), que não é possível transpor as consequências de outros empreendimentos que têm como similaridade o fato de serem grandes projetos e estar em jogo o deslocamento populacional, atingindo um corolário real e singular. Dessa forma, a autora enfatiza que “historicamente e culturalmente construídas, essas relações não estão dadas nem são idênticas onde quer que se decida erigir uma barragem” (SIGAUD, 1992, p. 18), por isso, ao considerar o processo social de construção da usina hidrelétrica, serão observadas relações específicas, com contradições próprias e lutas particulares que não podem ser transpostas para outros casos, outras construções e outros agentes.

---

<sup>40</sup> De acordo com Sigaud, a atuação política da CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens) na região sul foi essencial para delinear os rumos da construção das usinas hidrelétricas de Itá e de Machadinho ao longo de toda a década de 1980. Sua atuação “conseguiu ir desnaturalizando o sentido de “progresso” geralmente atribuído à construção de barragens. Apoios políticos importantes, fornecidos por parlamentares eleitos com os votos daqueles camponeses, também contribuíram para fortalecer o movimento contrário à Eletrosul. Contudo, em Sobradinho, não apenas não chegou a se estruturar um movimento contrário à barragem, durante o período da construção, como a mobilização ocorrida entre os representantes eleitos se deu mais no sentido da preservação dos interesses das elites locais, os quais eventualmente podem até ter coincidido com os dos camponeses” (SIGAUD, 1992, p. 22)

Nesse sentido, a hipótese que guia a construção desta pesquisa é a de que a trajetória da vida das famílias “atingidas” e o significado do processo de desestruturação e ruptura social dependem da experiência de classe de cada família “atingida”, particularmente em relação à posse/propriedade da terra e ao processo de deslocamento compulsório. A *experiência* de classe de cada agente, que se encontra em constante “fazer-se”, é elemento primordial e fator explicativo para entender as lutas, conflitos e acordos durante a edificação do empreendimento, assim como base para entender o posicionamento de cada família a datar do término da construção.

Assim, a partir da experiência torna-se possível responder à primeira pergunta formulada no início da seção: *por que algumas famílias experienciaram positivamente o deslocamento compulsório após a construção da UHE?*

É interessante analisar a relevância da experiência de novas relações de trabalho, produção e geração de renda que distanciam da relação com a terra, em um claro processo de afastamento dos indivíduos em relação à natureza.

### **3.2.1 “Eu? Trabalhar na terra? Nunca trabalhei!”**

É possível afirmar que os deslocados dos *tipos empíricos 3 e 4* podem ser caracterizados pelos valores que Brandenburg (2010b) nomeou de *rural moderno*. Este rural moderno é caracterizado pela redefinição das condições da vida camponesa, não mais tipificadas pelas condições de vida do camponês tradicional mas pela modernização e reorganização das sociabilidades a partir da proximidade à sociedade global. Posto isso, trata-se de um novo ajustamento da vida social do camponês que, gradativamente, rompe com a vida econômica e social centrada na vida comunitária rural e integra-se ao mercado reorientando os sistemas produtivos (BRANDENBURG, 2010b). No entanto, ao contrário do que o autor afirma, para as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, os primeiros elementos do chamado *rural moderno* apareceram antes da década de 1970, momento histórico em que houve a real aproximação do “mundo rural” aos visíveis padrões da cidade a partir da política de modernização brasileira. Isso porque, como já apontado anteriormente, a segunda geração – notadamente, os filhos – saíram de casa para estudar e, quando retornavam para visitas, traziam elementos citadinos que eram mobilizados como mecanismo de diferenciação e incorporados pelos familiares que passaram a se relacionar de modo diferente com o espaço rural.

Eu estudei na escola de Rifaina. Fui para a admissão e fui estudar em Franca, no Colégio Champagnat, de 1955 a 1960. Em 1960 eu saí, estudei no Instituto Francano de Ensino. Fiz contabilidade de 1961 a 1963. Voltei para Rifaina e fiquei até 1967. Fui morar com a Leila (irmã) em Pedregulho até 1969, e também fiz o curso normal. Em 1970 entrei para faculdade de Letras, em Passos, fiz até 1973 e, em 1976 fui pra Ribeirão fazer especialização. Mas sempre dando aula. Comecei a dar aula no segundo ano da faculdade. Naquele tempo não tinha tanta faculdade, e os professores eram procurados que nem diamante (Paulino Coelho, 70 anos).

Eu viajava muito quando era jovem, mas era aqui perto: Franca, Ribeirão, Uberlândia, Uberaba. Mas já conhecia outros lugares, não ficava só nesse *miolinho* aqui (Irineu de Matos, 69 anos).

A integração às sociabilidades do meio urbano e ao mercado fez com que as famílias reorientassem os sistemas produtivos, instaurando mudanças nos processos técnicos de produção que provocaram rupturas dos agentes em relação a natureza ou criaram novas formas de relações entre os agentes e a *terra*. Assim, nessas circunstâncias, “já não podemos falar de um rural marcado por um único estilo de vida” (BRANDENBURG, 2010b, p. 423) – o rural tradicional. Vê-se a necessidade de ampliar os valores que circundam as sociabilidades das famílias rurais, fazendo abranger, além dos camponeses tradicionais, também os trabalhadores rurais e moradores que mobilizam novos recursos para a produção e que direcionam as atividades como uma ação economicamente orientada.

Gradativamente, as famílias transformaram os mecanismos de produção ao incorporar novas sociabilidades, reorganizando o interior da unidade produtiva. Esse processo gradual afetou diretamente a relação dos indivíduos com a terra ao suprimir as dimensões de submissão e encanto com a natureza que estreitavam os laços de solidariedade entre os trabalhadores e o meio natural. Espaço anteriormente valorizado pelo valor de uso que a natureza compõe em si, passa a ser valorizado pela dimensão de valor de troca. Ou seja, para esses indivíduos, a utilidade da terra está relacionada ao valor da troca, como relação quantitativa que muda constantemente no tempo e no espaço e que retira as qualidades que formulam o valor de uso da terra, sendo a quantidade o elemento essencial para diferir a mercadoria (MARX, 1996).

Ele [pai] era um homem empreendedor. Ele tinha várias frentes de negócio, certo? Ele mexia com tijolos, mexia com lenha, mexia com pedra. Sim, ele explorava uma pedreira! E mexia com fazenda, certo? Então ele era assim. Tinha uma visão bem ampla mesmo. **Além disso tudo, construiu várias casas de aluguel na cidade. Era um verdadeiro empreendedor** (Paulino Coelho, 70 anos).

Tomando Weber (1991) como referência, observa-se na família do Sr. Paulino, uma ação racional com referência a um objetivo: a acumulação monetária. A ação social, ação que se orienta pelo comportamento de outros, é economicamente orientada na medida em que seu sentido visado tem o objetivo racional de “satisfazer o desejo de obter certas utilidades” (WEBER, 1991, p. 37). Nesse sentido, a fala acima aponta para uma ação em que o agente concebe claramente seus objetivos, mobilizando os meios disponíveis para alcançá-los. A família emprega diversas frentes de negócio para a obtenção do lucro e da acumulação monetária, recorrendo aos recursos naturais para alcançar os objetivos previamente estabelecidos. E mais, essa ação é cristalizada quando optam em construir casas na cidade para ter uma renda fixa mensal assentada no aluguel das residências, afastando-se das leis naturais que regem tanto a produção agrícola quanto a feitura dos tijolos e cerâmicas, que dependem das águas da chuva e da variação do rio. Assim, a partir de um *espírito* empreendedor elogiado pelo Sr. Paulino, a família superou as possíveis limitações inerentes à agricultura para o acúmulo do capital, e se afastou da dependência da *terra*, buscando garantir a geração de renda, o lucro e o aumento dos bens familiares por uma ação racional orientada para fins econômicos.

A fala do Sr. Irineu, vai no mesmo sentido.

Meu pai trabalhou em lavoura e chegou a trabalhar em olarias também. Porque na época que não era de plantação ele ia para a olaria. Mas quando a linha de ferro Mogiana chegou – porque aqui tinha linha de ferro, né? – ele foi para lá trabalhar. Lá era algo certo. E ficou lá até inundar a região (Irineu de Matos, 69 anos).

“Algo certo” significa nesse caso a certeza de trabalho que garantiria a renda familiar. Essa segurança monetária era assegurada pelo distanciamento do trabalho com a terra e a aproximação à ocupação mais atraente monetária e simbolicamente que, no caso, foi de maquinista de trem. Além disso, a nova opção de ocupação profissional do pai do Sr. Irineu carregava uma dimensão simbólica acerca do que compreendia como o universo do “mundo rural” e os valores da “modernidade” adquiridos na sociabilidade com os “de fora”. A migração cotidiana para outras regiões por trem, ao mesmo tempo que ampliava as fronteiras do universo social, também criava pluralidades de referências espaciais, transmitindo valores e tensões entre duas localidades (CARNEIRO, 2012). Essa disputa entre códigos e valores de um e de outro universo cultural é repassada e aprendida rapidamente pela geração mais nova, estruturando no imaginário social os valores da cidade e incorporando os códigos urbanos.



Não, não trabalhei. Ele [pai] nunca deixou eu trabalhar na lavoura ou olaria. Ele falava assim para mim: “*eu não quero que você faça o que eu fiz*”. E ele foi criado em fazenda também. A minha tia tinha uma fazenda aí para baixo que foi inundada também. Ele foi criado lá nessa fazenda (Irineu de Matos, 69 anos).

A sua fala aponta para um peso simbólico e uma dimensão negativa da ocupação com a *terra* que se traduz na perda da importância da atividade agrícola na rotina familiar. Na concepção do pai, o cultivo da roça e o trabalho no barro conferiam-lhe ocupações de cunho inferior e de caráter vergonhoso a ponto de poupar o filho dessa ocupação. Além disso, ao poupar o filho do direito de trabalhar na roça, um sistema de valores do universo “tradicional” que está diretamente interligado com a terra é suprimido. É nesse sentido que diversas categorias de caráter depreciativo e pejorativo do “mundo rural”, como local atrasado e arcaico, são reformuladas e citadas pelos entrevistados dos *tipos empíricos 3 e 4* para justificar a necessidade da construção da UHE de Jaguará na cidade. Seguindo esse raciocínio, os trechos das falas a seguir são exemplares: *Aqui não tinha nada; Era um lugar “pequenininho” demais; Aqui não valia nada; Aqui era o fim do mundo; Porque aqui não era nada; Aqui era muita pobreza né?; Não tinham onde trabalhar.*

Os relatos acima são sintomáticos nesse sentido, pois revelam algumas dimensões da significação da experiência de famílias que viveram em uma cidade que tinha, como base produtiva, o barro e a lavoura, mas que se empenharam em se afastar dessa lógica de trabalho. Ademais, as falas possibilitam fazer duas associações prévias entre *antes e depois* da construção da usina hidrelétrica e a *experiência* de vida das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*. Quer dizer, permitem explicitar um contraste entre um “*antes da usina hidrelétrica*” a vida era “sofrida e difícil”, mas “*depois, a região cresceu, a terra tem valor e a cidade tem trabalho*”, ou seja, se “*hoje você está em Rifaina, você está bem situado*” (Paulino Coelho, 70 anos).

Outro elemento que ficou evidente pelos relatos das experiências são as novas atividades e ocupações que o agricultor do *rural moderno* assume após a proximidade espacial e simbólica ao urbano. É nessa perspectiva que Wanderley (2009, p. 237) afirma que “a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica, na verdade, na reconstrução de sua própria identidade profissional”. Assim, a partir da especialização e do aperfeiçoamento profissional, há um esforço das famílias trilharem novos caminhos não fixados ao vínculo direto com a terra, mas ao interesse de ampliarem as fronteiras do universo social ao se aproximarem da cidade e do mercado de trabalho segundo novos vínculos empregatícios. Nessas circunstâncias, a busca por novos

vínculos empregatícios e novas oportunidades para transformar a realidade social foi materializada pela construção da usina hidrelétrica de Jaguara.

Dessa forma, ao contrário da ameaça da *perda*, a instalação de uma hidrelétrica aponta na direção de *ganhos* para algumas famílias, todos eles decorrentes da possibilidade de transformar a realidade social. Além de novos pólos de emprego que possibilitaram “melhorar de vida” a partir de novos vínculos empregatícios, os entrevistados justificaram ainda a oportunidade de investir em estudo de outros membros familiares e o início do turismo na cidade. Sintetizando, os ganhos dos “atingidos” estão em três dimensões centrais:

- a) possibilidade de “melhorar de vida” e/ou manter o elevado padrão de vida a partir da indenização;
- b) investir nos estudos das gerações futuras;
- c) valorização das propriedades rurais à beira do lago artificial de Jaguara e o início do turismo da cidade.

O significado da construção de uma barragem não segue, portanto, um modelo em si, composto por duas unidades distantes de agentes sociais que entram em conflito pelas disputas de interesses divergentes. Quer dizer que a disputa entre os agentes não se fixa em um conflito binário entre o órgão propositor da obra e os *atingidos*. Há nesse espaço social, e dentro do grupo que nomeamos de *atingidos*, um fracionamento de opiniões sobre a importância e o impacto da UHE de Jaguara, que fica evidente e apenas poderá ser assimilado quando observadas as experiências de cada família.

Na sequência, serão apresentadas as motivações para o posicionamento observado e as justificações para o engajamento ao novo sistema de reprodução social de sociabilidades diferentes. Assim, retorno à segunda pergunta feita no início da seção: *Quais as motivações e justificações para essa postura?*

### **3.3 Motivações e justificações**

Conforme apresentado, a implantação de grandes projetos de investimento governamental, como as UHEs, que alteram radicalmente o espaço regional quando atingem o ecossistema terrestre e aquático e transformam as relações sociais até então prevalescentes, é significada de modo diverso entre os agentes que vivenciam a construção do empreendimento, e essa postura apenas poderá ser compreendida quando reconstruída a experiência de deslocamento compulsório dos “atingidos” e quando aprofundar a análise da relação do agente

com a terra. Nessas áreas, de acordo com Acserald, desencadeiam-se, por um lado, “movimentos de destruição e criação de relações sociais associadas diretamente à dinâmica dos referidos projetos”, e por outro, “processos generalizados de ruptura dos condicionantes espaciais das formas sociais vigentes nas áreas de influência desses empreendimentos governamentais” (ACSERALD, 2010, p. 158). O autor continua

Esta ruptura será tão mais relevante quanto as populações das áreas de implantação destes empreendimentos tiverem suas condições de existência e suas estratégias de trabalho associadas estreitamente ao ambiente físico e ao meio biótico locais (ACSERALD, 2010, p. 158).

A tentativa racional de se distanciar da relação de trabalho, produção e geração de renda ligada com a *terra* e as novas oportunidades de atividades com a chegada da UHE de Jaguara fora da tradição agrícola, atraíram parte da população local, como as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, firmando o empreendimento, por um lado, como um novo espaço de trabalho e geração de renda, e por outro, como a esperança para o progresso regional e o desenvolvimento econômico local e nacional. Nesse sentido, a construção da UHE de Jaguara amplia e multiplica as redes de sociabilidade que se estendem para além da fronteira do município e estabelece, no território, novos elementos atrativos aos agentes, como a possibilidade de acúmulo de bens e riquezas econômicas e o acúmulo de capital cultural, que agem, sem dúvida, como princípio de identidade e princípio de diferenciação entre os agentes.

Se você for ver, economicamente foi bom, foi muito bom. Mudou! As coisas mudaram, principalmente no comércio e na economia. Muita gente em Rifaina que hoje eu observo, que tem uma vida decente em termos econômicos, em termos de patrimônio, deve-se à CEMIG. Conheço muito gente ali que, sem a CEMIG, não teria ido para frente não [...] Porque foram trabalhar na CEMIG. A CEMIG sempre pagou muito bem. Hoje eu diria que os aposentados da CEMIG, eu diria, que não estão tão mal assim, têm *casa própria, têm automóveis*, uns se estabeleceram, e assim por diante. A CEMIG trouxe muitos benefícios. [...] Para nossa família a indenização foi investida em *estudos*. Porque com esse dinheiro, por exemplo, formou dois médicos, dentista, formou advogado. Então quer dizer que foi um dinheiro bem vindo e bem investido (Paulino Coelho, 70 anos).

As explicações e justificativas para a adesão e defesa da construção da UHE de Jaguara, apresentadas no relato acima, relacionam-se às mudanças e melhorias no plano individual a partir da indenização, e em âmbito regional, ou seja, para a população residente da cidade de Rifaina pelo aumento do emprego na região. Vários outros relatos vão na mesma direção: “melhoria de vida”, “oportunidade de emprego”, “transformações na cidade”. Então, a

categoria do consumo e da acumulação são elementos essenciais que ligam e identificam os agentes. Porém, conforme é possível observar, o consumo não condiz apenas como acúmulo de formas concretas de riqueza mas também como objetos de consumo que são marcadores de diferenciação. Nestes termos, recorrer a Boltanski e Chiapello (2009) é importante para compreender as motivações pessoais que estabelecem a identidade dos agentes por meio do consumo.

A partir do que chamam de *espírito do capitalismo* que é a “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39), os autores elevam este engajamento a uma dimensão moral que limita a acumulação ilimitada e, ao mesmo tempo, permite o engajamento subjetivo das pessoas no esforço de gerar valor. Para definir o *espírito do capitalismo* nos termos apresentados, Boltanski e Chiapello fundamentam suas análises na definição de “*espírito*” do capitalismo de Weber (2007), que remete a determinados motivos éticos que orientam a ação dos indivíduos para a acumulação do capital, embora estranhos, em sua finalidade, à lógica capitalista. Weber (2007), ao defender uma reformulação da relação entre o homem e o trabalho a partir do que deveria ser compreendido como uma “vocação”, aponta uma nova relação moral dos indivíduos para executar e se dedicar ao trabalho com regularidade e constância, independente de seu interesse e de suas qualidades intrínsecas, ou seja, “uma disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo – como ‘vocação’” (WEBER, 2007, p. 54).

Segundo Weber (2007), a ideia de vocação como a “valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas, como o mais excelso conteúdo que a auto-realização moral é capaz de assumir” (WEBER, 2007, p. 72), é produto da Reforma, e ganha, na concepção de trabalho como *Beruf*, razões para cumprir os deveres intramundanos pelo trabalho diário e metódico, sem deveres religiosos. Impôs, dessa forma, a crença de que o *dever* é cumprido, primeiramente, pelo ofício exercido no mundo, em oposição aos imperativos morais do *ethos* católico (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; WEBER, 2007). A vocação para o trabalho (*Beruf*), no caso o *ethos* protestante em detrimento do *ethos* católico, como dever do indivíduo no aumento de suas posses, assume aqui, “o caráter de uma máxima de conduta de vida *eticamente* coroada” (WEBER, 2007, p. 45). Boltanski e Chiapello (2009) extraem da análise weberiana, sobretudo, “a ideia de que as pessoas precisam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 40).

Complementarmente, os autores utilizam as considerações de Albert Hirschman que reformula a máxima weberiana sobre o *espírito* do capitalismo. Segundo Hirschman, no

século XVIII as atividades lucrativas teriam sido valorizadas pelas elites devido às *vantagens sociopolíticas* que delas eram esperadas, e não, como afirmou Weber, aos móveis psicológicos e à busca de meios para garantir a salvação pessoal. Portanto, a paixão pelo dinheiro, o lucro, surge para coibir as paixões violentas modernas, ou mesmo, para compensar outras paixões, justificada como um bem comum para a sociedade. Ou seja, “o lucro, que até então encabeçava a ordem das desordens, obteve o privilégio de ser eleito paixão inofensiva sobre a qual passou a recair o encargo de sobrepujar as paixões ofensivas” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 41).

Dessa forma, Boltanski e Chiapello (2009) formulam e justificam o “novo espírito do capitalismo” a partir da junção das premissas de Weber (razões individuais) e de Hirschman (justificações em termo de bem comum). Portanto, a adesão aos ritmos capitalistas serão compreendidos em um processo de interiorização das justificações de fora e da exteriorização das justificações de dentro, uma vez que, para Boltanski e Chiapello, as injunções sistêmicas devem ser interiorizadas e justificadas, ou seja, em um processo em que se impõem de algum modo de fora para dentro e de dentro para fora. É nesse sentido que surge a definição de “novo espírito do capitalismo” para os autores:

É justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

O objetivo dos autores com essa definição é buscar o estudo das variações observadas, e apresentar elementos justificativos que expõem o modo como deve ser traçada uma existência harmônica entre a exigência da acumulação e a adesão dos agentes, ou seja, justificativas para que agentes considerem que vale a pena viver os ritmos exigidos e esperados pelo capitalismo. Para alinhar as razões a favor do capitalismo, Boltanski e Chiapello (2009) retomam as proposições da ciência econômica e afirmam que a legitimidade do capitalismo dá-se, justamente, pela concepção de que a busca do interesse individual serve ao interesse geral. Ou seja, a legitimidade do capitalismo dá-se pela premissa de que o progresso material individual é considerado critério do bem estar social. Assim, independente do beneficiário, o crescimento da riqueza e o aumento do lucro são considerados critérios do bem comum. Nessa perspectiva, a organização capitalista tem sua eficácia ao introduzir a concorrência por meio da

liberdade de empreender e da propriedade, beneficiando os agentes pelo melhor serviço ao menor custo. Diante disso, embora orientados para a acumulação do capital, os capitalistas se sentem obrigados a satisfazerem os consumidores para atingir seus fins. Porém, esse movimento não é isento de consequências. “Isso tem o preço não mencionado de transformar o amante de arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário da ajuda social...em consumidor” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 45).

Então, o espírito do capitalismo deve comportar um aparato justificativo capaz de provocar disposições para a ação e dar garantias de que as ações realizadas serão moralmente aceitas, ou seja, as “boas” ações dos executivos devem ser realizadas para a obtenção de lucros e certificadas de sua legitimidade. Porém, a permanência nos construtos capitalista não é explicável apenas pela justificação em termos de bem comum, mas são necessários motivos pessoais para o engajamento.

Para valer a pena esse engajamento, para que ele seja atraente, o capitalismo precisa ser-lhes apresentado em atividades que, em comparação com as oportunidades alternativas, possam ser qualificadas de “estimulantes”, ou seja, de modo muito geral, capazes de oferecer, ainda que de maneiras diferentes em diferentes épocas, possibilidades de autorrealização e espaços de liberdade de ação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 48).

O capitalismo, por sua vez, não encontra em si motivos para fundamentar o engajamento. Para manter o poder de mobilização, é preciso obter recursos fora de si e vinculá-los à esfera moral, excluindo da história a noção de acumulação do capital como uma forma em si, e inserindo este acúmulo de capital e o progresso financeiro como um critério do bem estar social e de interesse coletivo. Dessa forma, a incorporação ao capitalismo possui duas faces: “para dentro”, em que o processo de acumulação é legitimado, e outra, orientada “para fora”, para ideologias que lhe dão o que o capitalismo não pode oferecer. Em um processo reflexivo, os agentes buscam razões para participar do processo de acumulação e valores que convém engajar, defendendo a postura adotada a partir de uma questão de justiça e da justificação que é necessária para respaldar a crítica ao caráter injusto de uma situação. O espírito do capitalismo, portanto, encontra-se em dois níveis lógicos diferentes, mas em vínculo constante, entre a legitimação e a restrição ao processo de acumulação, isto é, há a ação que concorre para a realização e acumulação do lucro, mas também a ação dotada de um grau de reflexividade superior, que julga os primeiros atos em nome de princípios universais. E, quando os agentes são colocados diante de um ritmo individualista e questionados sobre sua identidade, podem agir de duas formas. Sentem, diante da crítica, a necessidade de defender-se e justificar-se sobre

os questionamentos, mas também podem mostrar-se atraídos pelos novos valores e pelas perspectivas de libertação individual e de igualdade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Essa perspectiva que traz à tona a reelaboração das identidades a partir do consumo e os motivos pessoais para o engajamento às lógicas capitalistas são de relevância para refletir sobre a afirmação do Sr. Irineu de que “Rifaina melhorou mil por cento depois da usina. Porque aqui não tinha nada. Tinha só olaria. O pessoal só trabalhava em olaria e roça. A vida melhorou para todo mundo” (Irineu de Matos, 69 anos). A fala apresentada dá elementos para compreender o engajamento individual às novas rotinas instauradas pela construção da hidrelétrica que, além de ter a dimensão dos motivos pessoais para o engajamento – benefício individual –, apresenta, de modo concomitante, uma justificação geral que serve a um bem comum quando se afirma que “melhorou para todo mundo”. Além disso, a partir da transformação e da introdução de novas relações de trabalho quando da formação do lago artificial, o Sr. Irineu firmou os motivos pessoais para o engajamento ao visualizar nas novas relações uma dimensão atrativa e “estimulante” que lhe proporcionasse garantias mínimas de segurança. As justificativas de outros integrantes dos *tipos empíricos 3 e 4* para se engajar à nova ordem de consumo seguem a mesma direção que a apresentada pelo Sr. Irineu. Assim, a Sra. Almerinda afirma que a vida, após a chegada da UHE de Jaguará, “mudou. Mudou. Mudou a vida de todo mundo aqui. *Meus irmãos foram trabalhar na CEMIG. Dois conseguiram lá. E outras pessoas também conseguiram*” (Almerinda Martins, 70 anos). Novamente, um aparato justificativo em termos de bem comum e a presença de motivos pessoais para o engajamento são observados na experiência da Sra. Almerinda. “Outras pessoas” significa aqui a possibilidade de benefícios para aqueles que propõem se adequarem e se engajarem a busca da acumulação, em um princípio louvável, que serve às justições gerais. Para esse engajamento, perspectivas sedutoras e estimulantes aproximam os indivíduos quando reelaboram a identidade de consumo e justificam a adesão a um novo estilo de vida.

Contudo, não cabe ao indivíduo apenas aderir ou recusar os imperativos individualistas que submetem o agente a agir de dois modos distintos, defender-se ou mostrar-se atraído pelos novos valores colocados diante da crítica e do questionamento. Ao contrário, há “sedução-resistência-busca de autojustificação que nascem as novas representações de composição” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 54). Nesses termos, o capitalismo deve incorporar um espírito capaz de seduzir e estimular os agentes a um (novo) estilo de vida, oferecendo ao mesmo tempo segurança e garantias morais que se faça o que se faz. Então, no processo de “sedução-resistência-busca”, de autojustificação, o capitalismo tem como alvo

Tornar sedutoras para tais pessoas as novas formas de acumulação (a dimensão *estimulante* de todo espírito), ao mesmo tempo que são levadas em conta as necessidades que tais pessoas têm de autojustificar-se (tomando como apoio a referência a um bem comum) e são construídas defesas contra aquilo que, nos novos dispositivos capitalistas, elas percebem como coisas capazes de ameaçar a sobrevivência de sua identidade social (a dimensão “garantias”) (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 54).

A aproximação de uma hidrelétrica ao território de Rifaina, permeada por todos os discursos que um grande empreendimento carrega *em si*, seduziu e estimulou alguns agentes a aderirem a um novo estilo de vida em que a dimensão do consumo era o que oferecia a segurança e garantia moral para aderir à lógica capitalista. A identidade dos agentes dos *tipos empíricos 3 e 4* está relacionada, portanto, à dimensão do consumo justificada pelas vantagens individuais e pelas vantagens coletivas observadas quando houve a reestruturação dos mecanismos de produção, além das múltiplas experiências prévias de tentativa de abandono da terra como espaço de moradia e espaço de produção.

Melhorou não só para a gente mas como para todo mundo da cidade. Você vê, você foi indenizado por uma casa velha, ali embaixo. Aí você recebe um bom dinheiro, com material, aí o pessoal construía para cima. Ia e fazia casas melhores. Então melhorou para todos. E só de dar trabalho para todo mundo da cidade (Irineu de Matos, 69 anos).

E o relato de Inês vai na mesma direção:

Eu acho assim, se hoje a Rifaina está do jeito que está, é graças à CEMIG [...] A casa tinha um valor para a gente porque a gente construiu e era nova, mas não tinha um valor assim, um valor em dinheiro mesmo. Porque Rifaina não tinha valor! Era só mato, casa simples, poucas casas. Mas o valor era nosso porque a gente contruiu e morava na casa (Inês Carvalho, 70 anos).

A UHE incorporou um espírito capaz de seduzir e estimular esses agentes para um novo estilo de vida ao apresentar novos elementos que remetiam a construtos de benefício individual e de interesse coletivo, à base da troca de objetos antigos e sem valor, por produtos novos e com valor, e por oportunidade de trabalho. O sentimento da perda da casa, construída à base de muito trabalho e suor, foi sanado pela acumulação e pela segurança das transformações observadas, justificações morais para a compreensão do novo ritmo de mudança. A expansão dos padrões capitalistas de ocupação do espaço e a introdução de novo sistema de trabalho segregado das relações com a terra são, com base nas múltiplas experiências e lembranças dos agentes, algumas dimensões que justificam o apoio das famílias à UHE, além



da possibilidade de melhorar de vida e, a partir da indenização, de poder manter o padrão de vida e investir em estudos das gerações futuras.

Porém, as justificativas vão além das categorias apresentadas até o momento. Quando a Sra. Inês afirma que se *“Rifaina está do jeito que está, é graças à CEMIG”*, ela faz referência ao atual ritmo e movimento da cidade, que se tornou “estância turística” da região em razão do lago artificial. Além do turismo, outros relatos vão na direção da importância da UHE para a valorização monetária das terras e das propriedades que circundam o lago artificial de Jaguará. Ou seja, o empreendimento hídrico, além de reorientar as formas de produção material pelos fatores terra e trabalho, também causou impactos socioeconômicos nas propriedades fundiárias de sua área de influência.

Em Rifaina, as terras que circundam as águas da represa sofreram mudanças nos modos de apropriação, uso e ocupação, tornando-se objeto de transações mercantis e valorização financeira, não mais pela capacidade produtiva agrícola, mas por servir de espaço para a construção de ranchos e casas de veraneio de alto padrão. Dessa maneira, as transformações sociais e estruturais da implantação da barragem na cidade, alterando o modo de apropriar e trabalhar a terra, são acompanhadas de novas formas de utilização do espaço apropriado, em um gradual estreitamento das relações com o mercado. Na área analisada, esse processo ocorreu em dois momentos históricos distintos: o primeiro, no período da construção da barragem, quando a UHE, ao inundar a base produtiva da região, anuncia novos campos de empregos; o segundo, pós-construção da UHE, em um novo processo de reestruturação dos meios de trabalho da cidade, encontrando-se no turismo a frente de trabalho possível.

Hoje a cidade se sustenta pelo turismo. Todo mundo abre uma cozinha para fazer comida. Olha, você vê aqui a praia. Você viu o tanto de restaurante? É gente da Rifaina. Então foi mudando para o turismo (Almerinda Martins, 70 anos).

Então hoje, na Rifaina, você não vê mais ônibus na praia, você vê BMW, você vê Land Rover, você vê Camaro, Porsche, Hilux aos montes. Se você for para Rifaina em um Sete de Setembro, em um Natal, ou passagem de ano, você não tem onde estacionar (Paulino Coelho, 70 anos).

Acserald (2010) propõe caracterizar o processo em que o Estado brasileiro apresentou-se como portador de novas relações sociais nas áreas de influência dos grandes projetos por meio da intervenção ativa, acelerando a implantação das relações de mercado e desencadeando um processo conflitual multiforme em torno da apropriação da terra e dos

recursos naturais. A atuação de agências estatais na construção da UHE de Tucuruí<sup>41</sup> se deu com base em diversos impasses e problemas como a incerteza sobre o deslocamento da população local, a ausência de uma política para negociação com os deslocados, a desconsideração das peculiaridades socioculturais das populações atingidas, a incerteza sobre a área de inundação, entre outros, condições que, segundo Acserald (2010), desestruturam as formas tradicionais de trabalho e de apropriação do território e dos recursos naturais. Nesse interím de contradições e acirramentos, a formação do reservatório da UHE desencadeou o impulso ao mercado de terras e uma intensa valorização real do preço dos imóveis.

Contudo, no caso da área de influência da UHE de Tucuruí, diversos fatores de dinamização do mercado conjungaram-se para influenciar na valorização dos imóveis e para a oferta de terras, como condições específicas da região e mecanismos de dimensão nacional, além da própria formação do lago artificial, que tornou mais específicos os motores da valorização fundiária. Iniciou-se a elevação dos preços das terras tanto nas áreas rurais como na área urbana estimulada pela possibilidade de desenvolvimento de atividades agropastoris e madeireiras, além da especulação imobiliária aquecida pelo próprio mercado de terras (ACSERALD, 2010). Dessa forma, a valorização fundiária parece integrar dois tipos de estratégias:

a) a incorporação das terras ao comércio imobiliário local, em negociações de curto prazo que exploram eventuais projetos de utilização produtiva dos imóveis rurais por determinados agentes econômicos não submetidos à lógica da acumulação financeira; b) a manutenção das terras em ociosidade especulativa visando a sua negociação no longo prazo (ACSERALD, 2010, p. 181)

No mesmo sentido, Gonçalves et al (2001), com o objetivo de descrever e analisar alguns dos impactos socioeconômicos que megaprojetos hídricos causam no mercado de terras de sua área de influência, salientam que as modificações dos ecossistemas aquático e terrestre no entorno do reservatório artificial reorientam as formas de produção material representado pela tríade terra, trabalho e capital. Sob o aspecto estrito da análise, os autores observaram as áreas de influência das UHEs de Barra Bonita e Jurumirim e afirmam que a tendência do preço das terras, com o início da desapropriação das famílias para a formação do reservatório de água da UHE, foi de diminuição, tanto em Barra Bonita quanto em Jurumirim, o que afetou não apenas as terras nas áreas de influência do reservatório, mas o mercado de

---

<sup>41</sup> Localizada no sul do estado do Pará, inundou, em 1984 – 1985, 2.600 Km<sup>2</sup> de floresta das margens do rio Tocantins e deslocou de suas áreas de moradia e de trabalho cerca de 10 mil famílias (ACSELRAD, 2010).

terras regional. Porém, o término da construção, o fechamento das comportas e o enchimento do reservatório da UHE proporcionaram novas realidades e dimensões no valor econômico das terras que margeiam o lago, com possibilidade de turismo e de irrigação (GONÇALVES et al, 2001).

A formação do reservatório da UHE de Jaguara desencadeou processos que refletiram na valorização real do preço dos imóveis que margeiam as águas do lago artificial, além do início do turismo, que move a economia da cidade nos dias atuais. É o que observa Sr. Paulino:

Uma vez eu ainda falei, janeiro de 1971, vendo a água subir, onde é a rua da praia hoje. Olhei para cima e falei: “daqui uns dias o metro quadrado disso aqui vai valer ouro!” Minha profecia está acontecendo hoje. Quem comprar terras aqui, vai ficar rico. Hoje você vai comprar um terreninho em Rifaina, dez por vinte, eles querem cento e trinta mil reais. *E não fazem muita questão de vender!* Tem um condomínio lá que o terreno está valendo duzentos e oitenta mil reais. Então quer dizer, aquilo que eu falei aconteceu, está acontecendo hoje! (Paulino Coelho, 70 anos).

E o relato do Sr. Irineu vai na mesma direção quando explica a passagem das olarias e plantações para o turismo, expondo em valores a valorização da terra e das casas que beiram a águas<sup>42</sup>.

Depois que inundou o pessoal foi trabalhar muito para o turismo. Aí foi surgindo os ranchos e muita gente foi trabalhar neles [...] todas as terras na margem da represa foram vendidas. Foi tudo vendido. Esses ranchos é de povo que tinha dinheiro, foi descobrindo a Rifaina, compraram e construíram [...] Ninguém dava nada por essas terras. Nada, nada! Aí foi valorizando, *super* valorizando e está nessa coisa hoje. Hoje ninguém mais dá conta de comprar. Quem comprou, comprou. Quem não comprou, não compra nunca mais!

#### **E tem algum rancho vendendo aqui na imobiliária?**

À venda? Aqui tem dois vendendo, lá para baixo da ponte. Quatro milhões e quinhentos. É!!! É nessa base os valores. É minha filha! Aqui tem cada rancho que você não acredita. Você não acredita! [...] Ali tem um rancho que vale muito também, mais que esse, de um cara de Sacramento. O rancho é a coisa mais linda do mundo. E o do prefeito de Uberaba!? Nossa Senhora! Tem cada rancho que você não acredita (Irineu de Matos, 69 anos).

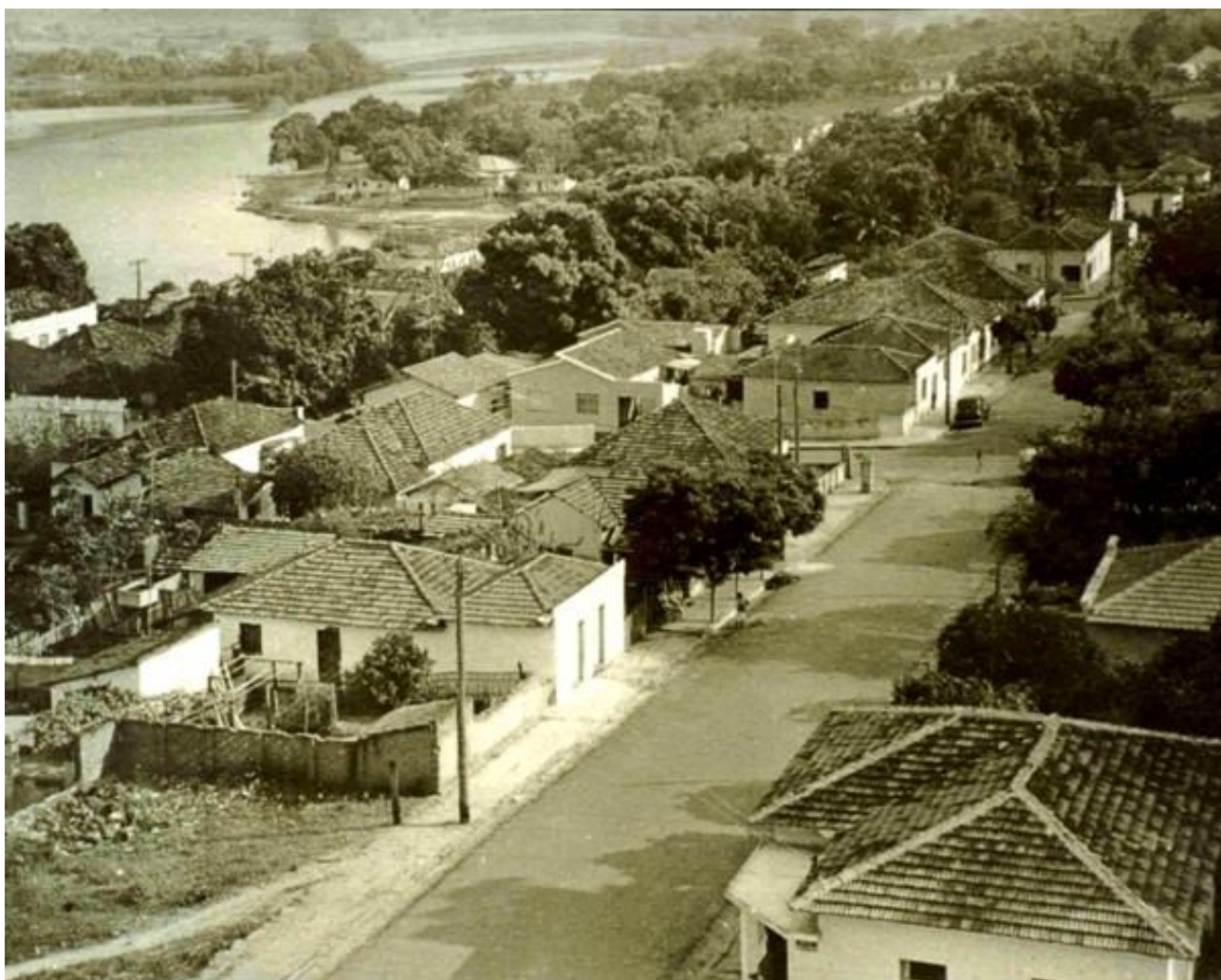
---

<sup>42</sup> Apesar de ser aposentado, Sr. Irineu trabalha em uma imobiliária na cidade. Os valores que cita são de ranchos que, segundo ele, estão anunciados na referida imobiliária.

Enfim, a Sra. Inês complementa as percepções acima ao exemplificar, com base no patrimônio pessoal, a valorização monetária do terreno da família, comprado tempos depois da formação do lago artificial.

E assim, a gente nunca imaginou que os terrenos iam ficar nesses valores. Eu mesmo comprei um terreno aqui na parte cima, onde nem tinha casa ainda. Eu paguei R\$ 2.500,00, hoje o valor do terreno é R\$ 180.000,00, R\$ 190.000,00! Se eu soubesse, tinha comprado um monte de terreno aqui na cidade [risos]. Ninguém imaginou que ia ficar assim! E cada vez está mais né? Mesmo nessa condição que o Brasil está hoje, os valores continuam o mesmo. É muito valorizado aqui (Inês Carvalho, 70 anos).

**Foto 15 – Casas e sítios às margens do Rio Grande (após a inundação)**



Fonte: Casa da Cultura de Rifaina

**Foto 16 – Lago artificial da UHE de Jaguará (1980)**



Fonte: Foto cedida pelas famílias de Rifaina.

**Foto 17 - Ranchos às margens do lago artificial de Jaguará (2015)**



Fonte: Arquivo da autora

**Foto 18 – Ranchos às margens do lago artificial de Jaguara (2015)**



Fonte: Arquivo da autora

Os relatos apresentados vão na direção da análise de Gonçalves et al (2001) ao compreender, que no início da desapropriação, e mesmo logo após a inundação, o valor da terra era baixo, uma área desvalorizada que levou as famílias remanescentes venderem as terras: “Essa área era de várias famílias. Aqui tinha muito *sítiozinho*, aí eles mesmo venderam tudo antes e logo depois da inundação. Ninguém dava nada por essas terras” (Irineu de Matos, 69 anos). Além disso, a partir do relato da Sra. Inês e do Sr. Paulino, ao afirmarem que muitos proprietários *não fazem questão de vender os terrenos*, é possível observar a manutenção das terras em exercício especulativo (ACSERALD, 2010).

O fechamento das comportas, portanto, afetou o valor econômico das terras que margeiam o lago em um processo gradual de crescimento e valorização dos valores a preços exorbitantes, eliminando, atualmente, a possibilidade de compra dos moradores da cidade.

Não! O pessoal de Rifaina não tem isso não. Esses ranchos são tudo do pessoal de fora. De Rifaina que eu sei é só o ranchinho que tem ali ó, aquele ali é de gente da Rifaina, o cara é daqui. O resto é tudo de gente *de fora* [...] Na cidade não tem ninguém na margem da represa. Aqui só mora pobre! (Irineu de Matos, 69 anos).

A aproximação de grupos *de fora* à região se dá em um contexto em que há a revalorização do rural e a valorização das características imanentes nesse espaço. Os espaços rurais deixam de ser espaço essencialmente produtivo para se tornarem espaço de consumo, sobretudo, para as dimensões de lazer e de residência, e fonte de bens simbólicos. Desse processo resultam novas indústrias e serviços, como a do turismo, que tomam a iniciativa de atrair os *de fora para dentro*, acolhendo-os e proporcionando aos visitantes a possibilidade de se desligarem do ritmo acelerado da cidade e estabelecerem um contato mais próximo com a “natureza”. A natureza, base sobre a qual a noção de rural se constrói, torna-se objeto de contemplação e admiração, valorizada, justamente, por suas características intrínsecas e imateriais como as dimensões de “tranquilidade”, “ar puro”, “local calmo”. A valorização das condições de vida no campo, que também leva consigo as qualidades de “natureza”, “simplicidade da vida” e “ar puro”, exerce um poder de atração na população da cidade<sup>43</sup> (CARNEIRO, 2012; CARNEIRO; TEIXEIRA, 2012; WANDERLEY, 2009). Em se tratando de Rifaina, a atração das pessoas *de fora* não se alicerça apenas nas dimensões inerentes à natureza e pela possibilidade de se distanciar do estresse e da agitação da cidade, mas *as águas* do reservatório artificial têm um valor simbólico. São importantes atrativos de famílias que viajam à região porque, como bem ressaltou a Sra. Inês, em períodos de escassez de água, lugar que esbanja o recurso natural se torna rota certa das pessoas de fora: “É porque aqui tem água. Aquela represa lá de Furnas, dizem que água está lá embaixo né? Teve prejuízo para as pessoas que tinham rancho e para as pessoas que tinham pousada, né?” (Inês Carvalho, 70 anos). O Sr. Irineu também pondera a ligação entre o aumento dos turistas na cidade e a diminuição do nível de água de outros reservatórios.

Mas aqui, esse tanto de gente, sabe o que é? É essa seca toda. As usinas aí para cima estão tudo seca, né? A de Furnas? *Está só o pó*. Só Rifaina que tem água. Rifaina você pode ver que está sempre cheia. Porque essa usina foi feita de uma maneira, acho que é “espelho d’água”, não lembro o nome [...] É fio d’água! Isso, fio d’água. Aqui não pode secar. Aqui tem que ficar sempre

---

<sup>43</sup> Segundo as autoras, a proximidade de grupos distintos no meio rural pode gerar tensões e conflitos, dificuldades na convivência cotidiana que refletem o confronto entre concepções distintas a respeito das atividades no espaço rural e do que é o rural. Para uma análise mais aprofundada sobre a complexa relação entre os habitantes do lugar e os que vêm de fora, ver Carneiro e Teixeira (2012).



assim. Aí todo mundo traz as lanchas para cá. Aqui tem mais lancha do que carro. Porque nas outras usinas não tem como andar [de lancha]. Secou tanto que as árvores estão tudo de fora. Rifaina não. Rifaina está bombando (Irineu de Matos, 69 anos).

**Foto 19 – Ranchos às margens do lago artificial de Jaguara (2015)**



Fonte: Arquivo da autora.

**Foto 20 – Ranchos às margens do lago artificial de Jaguará (2015)**



Fonte: Arquivo da autora.

A valorização da natureza, do meio rural e de todos os atributos associados a esse espaço são peculiaridades de suma relevância para a decisão das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* em retornar à cidade natal. Então, Rifaina deixou de ser compreendida como local “atrasado”, “arcaico”, “subdesenvolvido” e “sem valor” e foi retraduzida e ressignificada pelas famílias como espaço apropriado para vivenciar a velhice por suas características intrínsecas, como a “pacatez”, a “tranquilidade”, a “natureza” e as “lembranças” que o espaço, mesmo transformado, suscita à memória. Nesse contexto, foi observada a revalorização da cidade como rica fonte de bens simbólicos que passa a orientar uma nova rotina de vida e encaminhar uma nova dinâmica social e econômica. Logo, se no ano de 1971 as famílias optaram por sair da região, direcionadas pela esperança de vislumbrar novas oportunidades de trabalho, melhorias econômicas e reestruturação familiar em um espaço que sugeria a

proximidade ao progresso, na época atual, as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* reorientam e reorganizam suas vidas com o propósito de retornarem à cidade de Rifaina para desfrutarem e apreciarem o ritmo desacelerado e seguro de um local pequeno.

Estivemos sempre ligados em Rifaina. Até hoje. Tanto é que eu quero voltar para Rifaina. Estou doidinho! [...] É um lugar em que as pessoas levam uma vida *tranquila* em vista dos outros lugares que tem por aí, com a mesma população até. E outra, eu quero ficar perto da minha família. Eu quero mesmo. Voluntariamente, eu quero voltar para lá (Paulino Coelho, 69 anos).

Muita gente de Rifaina seguiu eles, né? Rifaina não tinha serviço. Então eles chamavam e todo mundo ia trabalhar lá na Mendes e na CEMIG. Mas agora eles se aposentam e voltam tudo para cá. Todo mundo que aposenta volta para a cidade [...] Nossa, porque aqui é muito bom, né? Tem a família [...] Então eu acho que são as *raízes* que fazem o povo voltar. Foram as *raízes* que fizeram a gente voltar! Quando a gente saiu daqui a gente não estava nem aí com nada, a gente não esquentava muito a cabeça com isso tudo não, nem com a construção da usina nem em ter de sair de casa. Os filhos, hoje, estão todos bem, graças a Deus. Agora a gente voltou para cá. O nosso *amor* por aqui é muito grande. Eu, quando fui embora, achava uma maravilha, né? Eu sempre tive vontade de crescer, de trabalhar, sabe? Foi muito bom. Para mim foi uma maravilha mesmo. Meu marido sempre com o pé no chão falava: “não, nós vamos voltar!”. Eu não queria nem voltar. Agora ele não, ele se aposentou e não quis nem saber. Nossa! Imediatamente falou “vamos embora!”. E voltamos! (Inês Carvalho, 70 anos).

Seguindo as orientações de Halbwachs (2006) de que as lembranças coletivas se apoiam nos quadros sociais da memória – como os acontecimentos, os espaços, os personagens –, podemos afirmar que o retorno das famílias foi balizado por quadros sociais da memória, que o tempo e a distância não apagaram. E agiram para direcionar a trajetória social daqueles que um dia optaram por *sair* da cidade. Além das dimensões atualmente valorizadas pelos de *fora* e de *dentro*, como a “vida tranquila” que ressalta Sr. Paulino, as *raízes* (re)conectam os atores com o lugar, lugares que se liga a uma lembrança individual ou coletiva guardada e solidificada na memória (POLLAK, 1992). Foram as raízes que direcionaram a volta da família de Sra. Inês e também são as *raízes* que arquitetam o retorno do Sr. Paulino, atualmente, habitante de Sacramento/MG. É portanto, percebendo a importante dimensão simbólica das *raízes*, que se estruturam como quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2006) ou elementos constitutivos da memória (POLLAK, 1992), que podemos compreender um suposto paradoxo na fala da Sra. Inês, isto é, a percepção positiva em deixar o território na época da construção da hidrelétrica – “*para mim foi uma maravilha*” – e o apego e a opção de retorno à cidade pelo fato do “*amor por aqui*” ser muito grande.

Dessa forma, é possível compreender que tanto nas famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* quanto nas famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, experienciando o deslocamento compulsório de modo *negativo* ou *positivo*, o território é um importante elemento constitutivo da memória e suscita diversas lembranças aos indivíduos, seja de uma vida difícil ou seja de uma vida boa. O espaço e todos os elementos que o circundam agem como “muletas da memória” (LEITE; SIMSON, 1992) e será sempre um território de grande carga simbólica, lembranças e recordações de trajetórias, de experiências e de laços afetivos, que (re)orientou o curso da vida de cada família atingida pela UHE de Jaguará.

### **3.3.1 A terra, a hidrelétrica e a questão de gênero: para além dos tipos empíricos<sup>44</sup>**

É inquestionável a importância das atividades desempenhadas pelas mulheres, atividades que não estavam apenas inscritas na dimensão do trabalho doméstico e do *care*, mas também, no trabalho na agricultura e na lavoura. Porém, apesar da notória relevância de tais atividades, a invisibilidade do trabalho produtivo feminino e as discussões que perpassam o valor do trabalho reprodutivo, quando recaem no espaço rural, tornam-se ainda mais problemáticas, porque, “geralmente, as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico” (PAULILO, 2013, p. 285). É problemática também a distinção entre trabalho “leve” e “pesado”, sendo o primeiro de atribuição feminina, e o segundo, de responsabilidade masculina. Conforme Paulilo (1987), a denominação de trabalho “leve” e “pesado” depende dos realizadores das atividades e de qual posição ocupam na hierarquia familiar, o que significa, em grande medida, que o trabalho “leve” não será realizado pelo homem, mas sim pelas mulheres e crianças, e que essa atividade não expressa um trabalho “agradável, ameno e prazeroso”. Desse modo, em momentos em que as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, com base na ordem patriarcal de gênero<sup>45</sup>, a construção de um GP pode agitar as relações pautadas na *dominação-exploração* por categorias patriarcais, seja para reforçar, romper ou simplesmente reafirmar as desigualdades de gênero em uma família.

---

<sup>44</sup> Trabalhar com a experiência de todas as mulheres neste tópico justifica-se, pois a experiência de gênero atravessa as fronteiras das categorias.

<sup>45</sup> Segundo Saffioti (2015, p. 148), o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, “só se aplica a um fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão”.

No relato das famílias, faz-se clara a divisão sexual do trabalho em que cabe aos homens as atividades de caráter produtivo e, às mulheres, o trabalho reprodutivo. A casa era o lugar mais íntimo das sociabilidades das mulheres, onde realizavam atividades consideradas da “natureza” feminina (limpar, cozinhar, arrumar, cuidar), e o quintal, a extensão do espaço em que realizavam as atividades reprodutivas, cuidando das “criações”, plantando as verduras, tirando o leite da vaca e fazendo queijos e doces para vender (BRANDÃO, 1983). Todas atividades qualificadas como “leves”. No entanto, durante as colheitas, iam para a roça e trabalhavam arduamente na lavoura ao lado do marido, fazendo a roça, carpindo, colhendo, debulhando o arroz, arando o solo “de sol a sol”. Apesar de realizarem as mesmas atividades que o homem, o trabalho produtivo feminino é desvalorizado e retraduzido como “ajuda”.

A fala da Sra. Elzira ilumina alguns pontos do debate e expõe a dominação de gênero, além de dar vida e detalhes ao momento da lida agrícola.

A gente trabalhou demais na vida. Eu sou muito novinha. Tenho só noventa e um anos. Noventa e um anos! Sempre trabalhei. Quando eu tinha sete anos já acordava cedo para ir para a roça trabalhar. Trabalhei desde novinha. Casei e trabalhei mais ainda. Eu trabalhava com meu marido, *ajudava*. Também a gente era pobre quando a gente casou. E aí ele alugou um sítio, comprou dois bois e um arado e eu mesmo arava a terra para plantar as coisas. E aí eu ia segurando a guia, guiando os bois, com um menino no braço e outro na barriga. Dia interinho naquele sol quente! Porque naquele tempo ele não estava podendo nem pagar quem estava trabalhando. Era eu que *ajudava* ele. Eita, a vida foi difícil demais. Nossa Senhora da Abadia! Não é bom nem pensar. Eu vejo a facilidade que está hoje, não dá para acreditar [...] Sempre trabalhei na roça. Vaca me pegou e me deixou morta na cama, quase morta. Ensanguentada! Caí de cavalo. Saia de cavalo com um barrigão pelos pastos buscando vaca. Vaca paria e eu que ia buscar o bezerrinho, carregava aquele bezerrinho na cabeça do arreio. **Fazia serviço de homem. Parecia homem.** Trabalhei demais. Nossa senhora. **E ainda cuidava da casa.** Mas sempre tive uma pajem, porque meus filhos são assim: um tinha um ano e cinco meses e o outro nasceu; depois o outro tinha um ano e quatro meses e o outro já nasceu. Era assim, eu tinha cinco quase tudo do mesmo tamanho. Criou tudo junto. Só o último demorou mais um pouco, que é o Zé Vitalino (Elzira Rodrigues, 91 anos).

Ainda na infância, a Sra. Elzira trabalhava na roça e ajudava a mãe nos afazeres doméstico. Com o casamento, a labuta ficou mais pesada pois, além do cuidado da casa e da roça, precisava ainda, cuidar e criar os filhos. É visível o trabalho ativo da mulher que, mesmo com um filho na barriga e outro do lado, arava o terreno para o plantio da lavoura, andava de cavalo e carregava bezerro. Nessa descrição detalhada, o trabalho feminino, muitas vezes significado como “leve”, transparece como trabalho “pesado” ao ser equiparado ao “serviço de homem”. Contudo, mesmo que tenha apresentado a dureza da lida agrícola, trabalho firme e

direto, além da importância de sua atuação para os negócios familiares, o trabalho realizado por Sra. Elzira foi visto como “ajuda” ao marido ou à família, mesmo trabalhando tanto quanto o homem. Silenciar e rebaixar a importância da atividade realizada por ela ocorre pelas expectativas que as atividades realizadas pelas mulheres na esfera produtiva sejam extensão das qualidades intrínsecas do ser mulher, e por isso, passível de desvalorização (BRUMER, 2004). É evidente que o reconhecimento do trabalho como “ajuda” é explicado por vivermos “em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família” (BRUMER, 2004, p. 212).

Na mesma direção, a fala de Sra. Veridiana transparece o início precoce do trabalho feminino na casa e na lavoura e, ainda, o limiar do que considerar “trabalho” e do que seria “ajuda”.

Eu nunca trabalhei. Trabalhei na roça. Panhei muito algodão, sabe? Café. Mas no tempo do meu pai não, enquanto ele estava vivo não. Trabalhava em casa e quando ele morreu eu tinha treze anos. Mas toda a vida a gente trabalhava porque antigamente, com sete anos a gente tinha que subir no banquinho para fazer comida no fogão de lenha. Aí ele faleceu e a responsabilidade passou para a minha mãe. Ela começou a trabalhar, ganhava pensão dele; ele tinha deixado muita coisa ainda, sabe? Muito porco no chiqueiro, muita coisa, aí minha mãe começou a vender as coisas. Aí você já viu, né? Aí ela foi trabalhar em casa de família e, eu e minha irmã, a gente gostava muito de panhar algodão. E fomos. Mas logo depois casei com meu marido, eu tinha dezesseis anos, aí *sofri um pedaço* com ele até ele morrer para eu voltar trabalhar e acabar de criar meus filhos, né? Aí eu fui para a roça, e eu fazia de tudo. Tinha um moço que morava aqui pertinho. Pegava o caminhão e levava nós. Era muita gente. Nós capinava, panhava café, panhava algodão, fazia de tudo! (Veridiana Andrade, 67 anos).

Além de notório o início precoce do trabalho feminino na casa e na lavoura quando afirma que “com sete anos a gente tinha que subir no banquinho para comida no fogão de lenha”, chama a atenção uma inicial dificuldade em reconhecer a lida na roça como um trabalho em si e para fins econômicos e, ainda, o papel relevante da figura masculina, no caso o marido, como força dominante capaz de limitar e impedir a mulher de trabalhar no espaço produtivo. Mulher que trabalhou ativamente nas lavouras da região após a morte do pai, cessou de modo temporário uma atividade prazerosa e de que sempre gostou – trabalho na roça – quando, aos dezesseis anos, casou e passou a viver a dominação patriarcal de gênero praticada pelo marido. Uma vivência matrimonial que, em suas palavras, foi de sofrimento, interrompido apenas com a morte do marido. A partir daí, Sra. Veridiana torna-se a provedora da família, responsável pela criação e reprodução de seus “dependentes” – os filhos.

Eu que sustentei. Eu que criei meus filhos. Quando era férias da escola eu levava eles para a roça [...] quando não, ficava só eles. Ficava os três sozinhos. Aí eu deixava a comida deles “tudo de lado”, falava para eles não esquentar com medo de queimar, tirava em uma vasilha e eles comiam fria. Eles nunca foram de me dar trabalho, e tinha um vizinho que levava esses meninos para todos os lados. Então a gente ia trabalhar tranquila. Depois da roça, ainda ia trabalhar em casa. Lavar a roupa, cozinhar, limpar [...] sempre trabalhava no café. E ainda capinava arroz, capinava café, esparramava o “cisto”, desbrotava café, quebrava o milho. Quando não tinha arroz, a gente ia para a “quebra do milho”. Porque ficar a toa também não podia, né? *Aí, depois que casei de novo, não trabalhava mais* (Veridiana Andrade, 67 anos).

Novamente, ao afirmar “*depois que casei de novo, não trabalhava mais*”, Sra. Veridiana externaliza e reafirma as lembranças da dominação de gênero concretizada pela figura masculina em um regime de *dominação-exploração* das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015). Além disso, a dedicação e a obrigação de *cuidado aos filhos* se estendem ao espaço público quando leva consigo as crianças para o local de trabalho produtivo explicado por dupla necessidade: ter dinheiro e cuidar dos filhos. Assim, desde pequenos, homens e mulheres estabelecem os primeiros contatos com o labor agrícola, passando a desempenhar tarefas que são denominadas “leves” para ajudar a mãe.

Depois que inundou continuei trabalhando na roça, grávida do meu caçula, que hoje tem trinta anos. Eu estava grávida de cinco meses e ainda panhava café. Gostava também, sabe? Gostava bastante! Uma que a gente precisava, eu levava eles comigo, e gostava. Outra porque tinha saúde. E era um serviço que não era tão desgastante. Eu gostava. Nas terras de lá [inundadas], antes de meu marido morrer, eu fazia muito doce para vender, quando ainda tinha muitas olarias e cerâmicas. Então, três, quatro horas da manhã era hora dele [marido] pegar na olaria, no serviço. E eu começava a fazer doce e comida. Aí oito horas da manhã levava comida. Aí quando eles acabavam lá por uma hora, tinha uma menina que morava perto de casa e levava algumas coisas para vender. Fazia muita queijada, muito pe de moleque, pãozinho recheado. Tudo para conseguir um dinheirinho. Aí inundou lá e nós mudamos para cá. Aí ele [marido] começou a beber, dar trabalho, ficou doente e morreu. Aí eu voltei a trabalhar. Trabalhei sozinha na roça e tinha uma tia de São Paulo que me ajudava. Porque meus filhos eram muito pequenos e eu estava grávida. Mas eu toquei a vida e criei eles (Veridiana Andrade, 67 anos).

Em suma, as famílias da Sra. Elzira e da Sra. Veridiana são famílias distintas, mas com relação entre casa e trabalho semelhante. Como traço comum, a dedicação integral às atividades produtivas e reprodutivas.

Considerar as dimensões da dominação de gênero no momento de construção da UHE é interessante. Para tal fim, as lembranças sobre o processo de “negociação” entre as moradoras e a UHE são de grande valia.

Engraçado que naquele tempo [...] hoje as mulheres participam de tudo o que os maridos fazem. Naquele tempo era diferente. Eu não sabia de nada do que ele fazia. Não sabia de negócio nenhum dele. Essas coisas [de indenização] eu não sei te explicar (Elzira Rodrigues, 91 anos).

E o relato de Inês vai na mesma direção.

A negociação eu não sei mesmo como foi. Foi só ele [marido] mesmo que foi ver isso. A gente não participava muito das coisas. Agora hoje a gente quer participar, dar palpite, quer falar. Naquela época não [...] Ele [marido] era muito ciumento, enjoado, não podia nem sair de casa, visitar ninguém, era aquela coisa esquisita. Então parece que você não viveu, não conheceu. Na “pensão”<sup>46</sup> não podia nem sair lá para ajudar. Ajudava na cozinha, mas eu não saía para servir ninguém. Ele não deixava [...] Aí depois que mudamos que fui conhecer mais pessoas. Era muito diferente. Então parece que não vivi essa época da construção (Inês Carvalho, 70 anos).

Em síntese, o envolvimento das mulheres nas discussões sobre as “negociações” e o pagamento da indenização permaneceu praticamente invisível, tendo em vista que os homens são os únicos responsáveis pelo contato com o exterior (BRUMER, 2004). Na ausência da figura do marido, que esteve presente nos casos da Sra. Elzira e da Sra. Inês, o responsável pelo contato com a CEMIG e a “negociação”, como mostra a fala da Sra. Almerinda, “foi o irmão mais velho. Foi meu pai também mas foi meu irmão mais velho que resolveu tudo”, apesar da mulher ser a “provedora do lar”. Na mesma direção, a Sra. Veridiana afirma:

A mais velha era eu, né? Tinha meu irmão. Mas meu irmão nunca estava. Às vezes eu é que tinha que assinar tudo. Eu é que conversava com o Sr. Lúcio. Ele morava para Goiania, morava para lá, ele veio e finalizou o processo. Pegou o dinheiro da indenização em Pedregulho (Veridiana Andrade, 67 anos).

Tanto a Sra. Almerinda quanto a Sra. Veridiana, mulheres que se destacaram no ambiente familiar por sustentar os filhos e/ou irmãos, por trabalhar “fora”, no espaço produtivo, não participaram do processo de compra e venda das terras da família à CEMIG. No caso da Sra. Veridiana, a mesma demonstra ter estabelecido os primeiros contatos com os responsáveis da CEMIG, assinando papéis e conversando com o Sr. Lúcio, viu medirem as terras e optou por ficar na casa até o último dia estabelecido pela CEMIG, porém, ainda assim, foi apenas a presença do irmão que concretizou e finalizou o processo de “negociação”.

---

<sup>46</sup> A Sra Inês faz referência à “pensão” ou “feira” que sua mãe montou após a separação do marido e da chegada da UHE de Jaguara, para vender comida e marmitas.



Ademais, a chegada de vários trabalhadores na cidade acompanhando a UHE, os chamados “peões de trecho”, refletiu na sociabilidade e liberdade feminina ao limitar seus passos e ações a mando do marido. Então, se antes a casa era o espaço mais íntimo da mulher pela obrigatoriedade do cuidado, no processo de construção da UHE, a casa se reafirmou como espaço feminino, mas agora não apenas como espaço do *cuidado* mas de “proteção” contra os “peões de trecho” que se encontravam na cidade.

Ao mesmo tempo, algumas mulheres experienciaram a chegada dos chamados “peões de trecho” e o aumento da população na cidade como oportunidade de trabalho e conjuntura favorável para reverter a dominação patriarcal de gênero.

Ela [mãe] nunca trabalhou. Só em casa mesmo. Quando meu pai abandonou a gente, minha mãe precisava sustentar a família. E foi como eu te falei, a gente estava no “*perrengue danado*”! Aí a gente montou uma feira, uma feirinha para vender marmita. Isso foi antes de montar a usina. Veio um cara da Mendes Júnior perguntando para um vizinho se não sabia de alguma pessoa que sabia cozinhar, que cozinhasse bem. Ele: “nossa, você está falando com a pessoa certa. Aqui do lado que ela mora!”. Eles foram conversar lá em casa, já registraram minha mãe, já me registraram, porque isso foi logo no comecinho que eles chegaram. Minha mãe foi tomar conta de uma república dos engenheiros [...] A gente ia e voltava todo o dia. Aí nós mudamos. Eles deram casa para minha mãe; para minha mãe não ficar viajando todo o dia eles deram uma casa lá na vila dos operários. Na vila do lado de São Paulo [...] E daí, ela passou a mandar bem dizer na firma. Porque minha mãe era uma pessoa muito boa, sabe? Todo mundo gostava dela! Era uma pessoa muito querida, muito boa, caridosa demais (Irineu de Matos, 69 anos).

Ah, para minha mãe é a paixão dela. Ela morreu falando nessa Mendes Júnior. Nossa Senhora. Ela adorava. Minhas irmãs também. Eles que aproveitaram mais (Inês Carvalho, 70 anos).

Os relatos acima apresentam outra realidade da chegada da UHE de Jaguará para as mulheres. A ausência do marido, até então “chefe da família” responsável pelo sustento e composição do orçamento familiar, obrigou a mulher a sair de casa e iniciar atividades que englobavam o trabalho no setor produtivo, cristalizado com a instalação da hidrelétrica, e a oportunidade de trabalho para a família.

Sendo assim, as mulheres de Rifaina experienciaram de maneiras diferentes a construção da UHE na esfera privada. Para algumas, significou a emancipação da dominação patriarcal de gênero. Para outras, a hidrelétrica e os novos ritmos que ela impôs no território acentuaram a dominação de gênero, sendo a mulher impedida de transitar pelo espaço público devido ao aumento de homens na cidade. E por fim, houve casos em que a dominação de gênero

foi reafirmada pelo distanciamento das mulheres dos negócios financeiros da família, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelo contato com o exterior.

\* \* \*

Nesta seção, as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* ganharam a cena. Inicialmente, ficou evidente a formação de novas identidades sociais a partir do distanciamento do *ethos* do camponês tradicional e aproximação gradual aos valores culturais da cidade, forjada pelo afastamento do agente em relação à *terra*, como espaço de moradia e espaço de trabalho. Esses fatores são referências importantes para compreender a significação *positiva* da experiência de deslocamento compulsório a datar a chegada da UHE de Jaguará.

Além disso, explorar as análises de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o “novo espírito do capitalismo” foi importante para embasar teoricamente as dimensões de “ganho”, consumo, e lucro monetário, não como um acúmulo em si mas como base para justificações morais que abarcam as dimensões individuais e gerais. Assim, os depoimentos positivos retraduzidos nas dimensões de “progresso”, “desenvolvimento”, “crescimento” e “melhorias”, compreendidos após a reconstrução da experiência de classe das famílias, são justificações morais para a proximidade aos ritmos e transformações observadas na implantação da UHE.

As famílias apontaram também a importância da construção do reservatório de água de Jaguará para a economia da cidade, que teve como consequência a valorização econômica das terras (especulação imobiliária) e o início do turismo na região. Em um contexto de revalorização do “rural” e valorização da natureza, a cidade é fonte de bens simbólicos e torna-se objeto de contemplação e admiração por suas características imanentes. Resulta desse processo a implantação de novas indústrias, como a do turismo, que se utilizará da nova relação entre o indivíduo e a natureza para realçar as qualidades valorizadas. Apesar de os “atingidos” experienciarem positivamente o deslocamento compulsório e enxergarem benefícios no empreendimento hídrico que os entusiasmou a deixar o território, a decisão de *sair* não é algo definitivo e concreto. Ao contrário, no território há *raízes* que ligam os indivíduos a um passado longínquo, memórias e lembranças que os (re)conectam com o lugar. Por isso, tanto a saída quanto a volta à cidade natal são racionalmente orientadas por valores que envolvem relações sociais, experiências e trajetórias.

Por fim, trabalhei com a questão de gênero em contexto de construção de UHE. Os relatos das mulheres apontaram para uma dominação patriarcal de gênero que tinha, no

momento da “negociação” da compra-venda das terras, um dos elementos da concretização da relação de *dominação-exploração* das mulheres pelos homens. Assim, para algumas mulheres, a construção da UHE de Jaguará significou o aumento da dominação de gênero quando, com a chegada das empreiteiras, o número de homens na cidade aumentou e, em consequência, a mulher viu-se obrigada pelo marido a ficar dentro de casa para se manter “protegida” dos perigos “de fora”. Para outras, o aumento da população flutuante e a chegada da empreiteira significou a oportunidade de trabalho e a transformação da vida, rompendo as dominações de gênero visíveis antes da UHE. Houve ainda, para concluir, situações em que a UHE de Jaguará reafirmou a dominação patriarcal vivenciada pelas mulheres ao serem invisibilizadas no processo de “negociação”, da compra e venda das terras.

## SEÇÃO IV – O POSITIVO E O NEGATIVO DA UHE DE JAGUARA

Nas seções anteriores, foi analisada a significação da experiência das famílias atingidas pela construção da UHE de Jaguará. A escuta atenta das falas de cada família me possibilitou entrar em contato com uma diversidade de relatos, uma multiplicidade de experiências e diferentes significações a respeito da inundação de um território, do deslocamento compulsório e das “perdas” materiais, monetárias e simbólicas envolvidas nesse processo. Consoante às experiências elencadas, ficou evidente que não se pode transpor os efeitos e as consequências da implantação de uma hidrelétrica a todos que direta ou indiretamente são impactados pela obra, evitando dessa maneira ocultar as contradições inerentes ao território, silenciar as articulações internas e externas e anular as expectativas e experiências de cada indivíduo. O que se quer enfatizar é que a significação da experiência (THOMPSON, 1981) é primordial para entender os diferentes argumentos e as justificativas que perpassam as falas sobre as consequências da construção da usina hidrelétrica e do deslocamento compulsório.

Nesta seção proponho articular as discussões realizadas anteriormente retomando pontos centrais abordados pelos *tipos empíricos* da pesquisa, como a sociabilidade, as relações de trabalho, os valores, as motivações e as experiências relatadas nas entrevistas. Nos pontos que seguem, trabalharei as problemáticas contrastadas entre os *tipos empíricos 1 e 2* e os *tipos empíricos 3 e 4*<sup>47</sup>. O primeiro ponto para esse debate consiste na escolha das famílias entre *sair* e *ficar* no território após a construção da hidrelétrica de Jaguará balizados por pressupostos morais previamente estabelecidos. Posteriormente, instigada pelas opções e relações de trabalho que cada indivíduo elege para si, apresentarei a lógica da proximidade e afastamento espacial e simbólico com a *terra*, elemento importante que guia a significação da experiência do deslocamento compulsório e as dimensões de *perdas* e *ganhos* elencadas pelos entrevistados. Por fim, trarei à baila as noções de “ser” e “sentir-se” atingido, noções importantes para compreender os conflitos internos, as contradições e a multiplicidade de identidades do que convencionalmente se chama de “atingido”.

---

<sup>47</sup> Nesta seção, tomo a liberdade de referenciar as falas apresentando o *tipo empírico* que tipifica o entrevistado. Essa opção se justifica pois serão trabalhadas as problemáticas contrastadas entre os *tipos empíricos 1 e 2* e os *tipos empíricos 3 e 4*.

#### 4.1 Ficar, sair e *voltar*: estratégias e motivações das famílias atingidas

A implantação de grandes usinas hidrelétricas, como tem sido apontado, constitui-se em iniciativas complexas e multidimensionais que envolvem a presença de um número significativo de agentes sociais. Concretamente, ao focar a análise na população regional e local, ocupantes da área a ser requerida para a instalação da obra, há atitudes, estratégias, motivações, interesses e preocupações que variam de caso para caso a depender do que o agente julga ser essencial e dos projetos que formula para a vida. Nesse sentido, a escolha entre *ficar*, *sair* e *voltar* ao território foi instigada por um espaço carregado de referenciais identitários e simbólicos que se inscrevem nos agentes sociais e dão sentido à permanência em uma localidade dada. Complementarmente, o que se pode destacar conforme as expectativas apresentadas nos relatos orais, é a importância do território como um divisor de águas que segue forjando novas identidades alicerçadas nas estratégias de composição de interesses próprios, e o território como um dos pontos que marca a *permanência* das famílias atingidas e instiga a *volta* daqueles que saíram, pelo sentimento de pertencimento e identidade com o local.

As dinâmicas, as práticas e as motivações díspares entre os indivíduos explicam a abordagem da questão territorial não reduzida às iniciativas de espacialização dos processos sociais, ou seja, não reduzida a um território que denota unicamente um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Ao contrário, supõe um espaço com múltiplas interações, sociabilidades, estratégias e relações diversificadas que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, dão-lhes uma referência identitária e inscrevem espacialmente a memória coletiva. Nesse caso, há um processo de múltiplas identidades que conforma o indivíduo na sociedade contemporânea ancorado por um sentimento de pertencimento a uma localidade dada a depender das experiências e expectativas de cada agente, e uma heterogeneidade de sentidos que cada grupo social atribui ao território ocupado ou à vida no campo (CARNEIRO, 2012; MARTINS, 2014; THOMPSON, 1981). A noção de território

Seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido por aqueles que o ocupam como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária (CARNEIRO, 2012, p. 49).

Nesse sentido, diferentes agentes na cena rural atribuem novos significados ao território ocupado, a depender das práticas e motivações que lhes são de interesse próprio.

Então, turistas, ambientalistas, população de veraneio responderiam, juntamente com os agricultores, ribeirinhos, atingidos por barragem, famílias tradicionais, pelas novas construções mentais sobre o cotidiano rural e confirmariam a organização de redes complexas de múltiplas identidades que conformam o território (MARTINS, 2014).

Outrossim, as múltiplas identidades, diferentes motivações e diversas justificativas dos agentes sociais que conformam um território foram situadas por Weber (2010) no contexto do que denominou de *milieu* econômico, isto é,

Conjuntura territorial marcada pela história dos lugares, pelos arranjos de poder local, pela dialética entre a localidade e a formação do caráter nacional e pelas diferentes características ambientais e geográficas do leste e oeste alemães (MARTINS, 2014, p. 78).

Ao estabelecer as características históricas entre os diferentes tipos de capitalismo consolidado no leste e oeste alemães, bem como suas distinções em relação à experiência norte-americana, Weber (2010) destacou a variedade de racionalidade, as especificidades e as diferenças do caso alemão ao analisar as singularidades das estruturas sociais e transformações da agricultura do leste e oeste do Rio Elba e, sobretudo, o caráter autoritário do capitalismo constituído ao leste do Elba (MARTINS, 2014; WEBER, 2010). Na interpretação weberiana, a melhor representação deste capitalismo autoritário no leste alemão seria a figura do *Junker* prussiano.

Conforme descreve Weber (2010), a partir de uma análise que parte do ponto de vista histórico-territorial, a resposta para as diferenças entre as estruturas sociais do leste e do oeste alemães, e a “agressividade” do capitalista *Junker* prussiano, estaria menos estruturada nas condições geográficas das regiões, decisivo à comunicação local e troca de bens, ou no método de distribuição da terra locais, embora fundamentais para o entendimento da expansão dos mercados agrícolas. A investigação adquire sentido mais complexo na interpretação quando pensada em termos de recursos instrumentalizados por projetos sociais distintos. E isto tanto no concernente aos interesses *Junkers* quanto na estratégia camponesa (MARTINS, 2014).

Não são as diferenças naturais nas qualidades físicas e químicas do solo, ou diferenças no talento econômico das raças, mas o *milieu* econômico, estabelecido historicamente, que é o fator determinante na diferença nos resultados da agricultura camponesa (WEBER, 2010, p. 263)

Por esse ângulo, tomar a noção de território nos termos do *milieu* econômico abordado por Weber pode permitir “uma articulação complexa das distintas dimensões que motivam o desenvolvimento de certas condutas (também denominadas na literatura como “habilidades”) territoriais” (MARTINS, 2014, p. 89). Nesses termos, o território trabalhado por Weber está em consonância com a apresentada anteriormente, ou seja,

Diria respeito menos a uma situação de escala geográfica do que a um espaço social de fronteiras frouxas, onde certas condutas e interesses sociais ganham maior ou menor relevância no contexto da economia das práticas (MARTINS, 2014, p. 90)

O autor revela não apenas adequações causais entre relações históricas mas também enfoca a relevância da identidade que dimensiona o papel dos grupos de agentes sociais circunscritos no território em questão. Dessa maneira, pensar as famílias deslocadas compulsoriamente nos termos do *milieu* econômico possibilita-nos assegurar a relevância da identidade circunscrita à trama territorial e as dimensões motivadoras que justificam a escolha dos atingidos entre *ficar*, *sair* e *voltar* à cidade.

No momento em que a Sra. Veridiana afirma “às vezes eu olho, a casa vem à mente! Foi difícil. É a mesma coisa que perder um *ente querido*. Para quem nasceu e viveu aqui, foi difícil”, ou ainda, quando a Sra. Inês garante que “quando fui embora, achava uma maravilha, né? Eu sempre tive vontade de crescer, de trabalhar, sabe? Foi muito bom. Para mim foi uma maravilha mesmo [...] Eu não queria nem voltar” entende-se, nos termos do *milieu* econômico, uma conjuntura territorial marcada por diferentes motivações de agentes que efetivamente fazem o território.

As múltiplas identidades e os projetos distintos daqueles que ocupam a mesma localidade são visíveis nos relatos acima. A fala da Sra. Veridiana, ao afirmar que “nasceu e viveu aqui”, nos leva ao território como espaço repleto de cargas simbólicas e valores de diversas ordens, onde a experiência de vivenciar a inundação desse espaço carregado de símbolos culturais e pessoais é retraduzida e comparada à dimensão da dor da perda de um “*ente querido*”. Ao contrário, a experiência da inundação do território e o deslocamento compulsório significou para Sra. Inês a oportunidade de realizar o sonho de trabalhar e sair das dimensões do espaço privado que enquadrava sua ação aos limites do trabalho reprodutivo (HIRATA; KERGOAT, 2007; PAULILO, 1987). O sentimento de pertencimento a uma localidade e as diferentes motivações e projetos distintos pessoais dependem das experiências

e expectativas de cada agente que trata de diferentes maneiras as situações que lhes são postas (THOMPSON, 1981).

Dessa feita, as dimensões que motivaram a permanência da Sra. Veridiana no território são distintas das dimensões que conduziram a saída da Sra. Inês. Outrossim, diversas justificativas para a motivação em relação a localidade são relatadas por outras famílias atingidas, como do Sr. Élcio Barbosa que esclarece o porque sempre voltou à Rifaina após o período de trabalho fora da cidade.

Porque era o lugar que a gente conhecia todo mundo, a gente tinha onde ficar, a casa da gente. Era por isso. O lugar conhecido sempre, pode até ser um lugar ruim, mas por ser o lugar da gente ele é o lugar melhor do mundo. Quantas vezes eu estava fora de casa, de repente chegava a tarde, a noite, batia aquela saudade: “E Meu Deus, podia estar lá na Rifaina essa hora, estar em tal lugar, estar assim assim, fazendo isso, fazendo aquilo”. A gente sentia muito a falta do lugar da gente, então a gente ficava sempre aflito para que chegasse aquele dia, aquele momento para gente voltar de novo (Élcio Barbosa, tipo empírico 2, 66 anos).

“*Lugar da gente*”, “*casa da gente*”, “*lugar conhecido*”. Chamam a atenção no depoimento transcrito as expressões que o Sr. Élcio mobiliza para afirmar e reafirmar a importância do espaço como lugar de pertencimento, lugar onde está inscrita uma série de suportes materiais e imateriais, dimensões simbólicas que o conectam e explicam o porque *ficar* no território após a construção da UHE de Jaguará, apesar de todas as dificuldades financeiras e estruturais que vivenciou. Dessa forma, “ter que sair” quando da construção da UHE e “ter que sair” para trabalhar, já que os meios de produção foram desmantelados, representou rupturas na rotina da vida e rompimento de laços afetivos, atingindo diretamente os sentimentos mais profundos. A dor, o sofrimento, a saudade e a angústia da distância fez com que o Sr. Élcio criasse expectativas de voltar para casa, aquele lugar que, mesmo *ruim*, será sempre o *melhor lugar do mundo* por ser o lugar da família, dos parentes, dos amigos, resumindo, o *lugar da gente*. Nesses termos, a *casa* não é vista apenas como espaço de moradia, referência espacial básica para as unidades familiares, mas a *casa* é a cidade, é o espaço, é a localidade que lhe dá a referência identitária.

É certo que os referenciais identitários e o sentimento de pertencimento não foram, inicialmente, dimensionados pelas famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* quando decidiram *sair* do território. Ao contrário, o que estava em xeque era o momento favorável para a mudança de vida consolidado pelo desejo de “melhorar de vida” longe de um espaço “atrasado e subdesenvolvido”, ou seja, quantificava-se a oportunidade de conhecer novos ares, abrir a



mente e desbravar o mundo, como relatado pela Sra. Inês. Esses elementos fomentaram a adesão de famílias ao novo projeto de vida que a hidrelétrica facultava. Contudo, se a saída foi balizada por cálculos racionais visando o bem estar individual e social, a *volta* foi motivada e justificada pelas dimensões simbólicas do território e pela memória individual e coletiva que ligava os indivíduos a um passado longínquo.

Então, a escolha das famílias atingidas dos *tipos empíricos 3 e 4* em retornarem à cidade foi motivada e justificada pelo local ser dotado de cargas emocionais, memórias e lembranças que assombraram a vida e os pensamentos daqueles que saíram. As significações históricas que justificam a *volta* são percebidas quando a Sra. Inês afirma que foram *as raízes* que conduziram o retorno da família, ou ainda, no relato emocionado do Sr. Irineu, que garante: “Quando voltei para Rifaina chorei até. De ver. Porque a gente é meio saudosista né? Sabe, é a infância da gente todinha, né? Era muito bonito a infância”.

Ao reportar a infância vivida naquele local e reconstruir as memórias e lembranças que o reaproximaram do território após, aproximadamente, trinta anos afastado, o Sr. Irineu apresenta uma série de elementos simbólicos, valores e lembranças que justificam a decisão de voltar à terra da infância. O mesmo podemos falar sobre a Sra. Inês. Ao reconhecer que “*as raízes*” foram os principais fatores para retornar a Rifaina, a entrevistada eleva a primeiro plano fundamentos simbólicos e elementos subjetivos que ligam a família àquele espaço. São portanto as lembranças de um passado longínquo que o tempo não apagou e que as águas não submergiram que incitam a *volta* de muitas famílias que saíram.

Na mesma direção, quando a Sra. Elzira afirma que ficou em Rifaina “porque os outros estão tudo aqui”, reconheceram *as raízes* que conduziram a decisão da família para *ficar*. E reflete sobre as mudanças da vida após a construção da UHE de Jaguara.

Senti assim, não sei, senti falta daquilo né? Porque aí foi mudando a vida da gente, foi mudando né? [...] Tem dia que a gente começa a pensar nas coisas assim que não dá nem para acreditar. Como foi o começo da minha vida e como está sendo o fim. Muito difícil ... Que eu sinto falta eu sinto (Elzira Rodrigues, tipo empírico 1, 91 anos).

Na mesma direção, o Sr. Josué Marães e Josué Marães Filho exprimem a tristeza da mudança e das transformações na fala a seguir.

Olha, para mim até hoje é *trauma*. Eu não estava te falando? Eu pego o pai aqui, pego carro, vou lá do outro lado. A gente para assim e fica olhando para aquele rio. É um *trauma* muito grande. Até hoje é *trauma*, e não é por nada de serviço não, é essa cortina que fechou. Você não poder ver mais. A minha

turma, a nossa turma, não está aqui. É terrível isso (Josué Marães Filho, tipo empírico 1, 60 anos).

As dimensões que motivam a proximidade ao território são interpretadas e retraduzidas simbolicamente pelas *lembranças* e *memórias* de uma época que “foi mudando” ao longo da vida. Lembranças da turma de amigos e vizinhos, da família, das trocas e sociabilidades, do “mundo rural” de antes, que foi interrompido abruptamente com a implantação da UHE e, por consequência, fere diretamente o interior de cada indivíduo com dor, angústia e saudade. Os fios da memória vão sendo puxados e trazem consigo personagens, cenas, cenários e histórias de uma localidade em que os valores das dimensões simbólicas e culturais são enaltecidos, valores que brotam do subterrâneo da memória e se dirigem à superfície carregando consigo um apreço, afeição e cuidado para proteger as lembranças de um tempo que “era bom demais” (Josué Marães Filho, 87 anos).

O trabalho de rememorar traz à tona o peso e a tristeza das perdas e mudanças que as águas causaram. Chama a atenção nos depoimentos transcritos o peso da dor, o incômodo, a angústia e o dissabor da repentina transformação da vida em consequência da implantação da UHE. Um sofrimento que está explícito na fala do Sr. Josué Marães Filho ao enfatizar a palavra *trauma*. Trauma da perda das pessoas que faziam parte da vida, da ausência dos amigos e vizinhos que reforçavam os laços de proximidade pela solidariedade, ajuda mútua e vizinhança, trauma de ficar em um lugar de que restaram apenas as lembranças traumatizantes confinadas no subterrâneo da memória, que afloram em momentos propícios e de maneiras diversas, seja verbalizada em alto e bom som, ou seja no grito silencioso repleto de lembranças e barulhos que assola o coração e os olhares (POLLAK, 1989). Em alguns momentos da entrevista, esse silêncio ensurdecedor invadiu a sala, possuiu a cozinha e preencheu o espaço em uma narrativa que, apesar de não estar expressa em palavras, carregava traumas, perdas e sofrimentos situados nos vãos da memória (POLLAK, 1989; SILVA, 2006).

De alguma forma, ficar na cidade, após esta ter sido desmantelada pelas águas da CEMIG, foi motivado pela carga simbólica que cerca o espaço, apesar da ausência de remanescentes. Complementarmente, as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* apontaram outras justificativas que motivaram o retorno à cidade de origem, além das já apresentadas, que dizem respeito aos referenciais identitários. A valorização das condições de vida na cidade pequena, como lugar onde predomina a “segurança” e a “tranquilidade”, e a valorização das condições de vida no campo, como lugar onde há “ar puro”, “natureza” e águas são dimensões que motivaram a *volta* daqueles que saíram. Assim, os atributos inerentes àquele espaço que, no

final da década de 1960, eram desvalorizados, por caracterizarem um local “atrasado”, “arcaico” e “subdesenvolvido”, são, atualmente, ressignificados e valorizados justamente por suas características imateriais, como objeto de contemplação, admiração e de diferenciação relativas a outras cidades da região.

Tem muitas pessoas que foram embora quando a usina estava construindo. Camaradas que foram daqui solteiro e voltaram até com filhos e netos. Por isso que a população da Rifaina cresceu um pouco. Isso está acontecendo porque a cidade melhorou. E também, essas pessoas que saíram daqui, aposentaram, resolveram vim para Rifaina, que era a terra natal, *acabar de viver a vida aqui*. Um lugar mais quieto, mais pacato, mais fácil de viver sem a violência urbana que, infelizmente, na cidade grande existe muito hoje. Então é isso mesmo, voltaram por esses motivos: a terra natal e para evitar a violência da cidade grande (Élcio Barbosa, tipo empírico 2, 66 anos).

Essa fala representa a síntese do que as famílias atingidas esperam e procuram na cidade natal ao retornarem para casa depois de vários anos. Além da referência identitária e da memória que as conectam ao território, a expectativa de envelhecerem em um local calmo, tranquilo e pacato é uma justificativa relevante para concretizarem o retorno. O sentimento de segurança que a cidade pequena e o campo transmitem é rapidamente incorporado pelas famílias atingidas, exercendo um importante poder de atração ao dar oportunidade de se afastarem da violência, correria, poluição e barulho da cidade. Assim, Rifaina é revalorizada por aproximar os moradores a novas categorias valorativas, como as características imateriais traduzidas na dimensão de “lugar mais quieto, mais pacato”, “seguro” e “tranquilo”. Assim,

Observamos, nesse contexto, uma revalorização do rural não mais como espaço de produção de bens materiais, mas como uma rica fonte de bens simbólicos que, ressignificados, passam a alimentar uma nova dinâmica econômica e social (CARNEIRO, 2012, p. 35).

De modo geral, a fala do Sr. Élcio, que evidencia de modo claro o desejo e as justificativas daqueles que *saíram para voltar*, revela o fundamento do racionalismo econômico moderno (WEBER, 2004) encontrado no fato de o agente sentir obrigações morais que dão base ética e justificativa ao trabalho (transformado em “vocação”) e à acumulação (MARTINS, 2014; WEBER, 2004).

Concretamente, a abordagem da questão territorial permite colocar em primeiro plano as motivações dos agentes que fazem o território, delinear as estratégias de diferenciação social e ainda visualizar os projetos divergentes daqueles que ocupam a mesma localidade. De

modo complementar, com a *experiência* temos acesso às relações humanas, às experiências comuns e à articulação de identidades quando os interesses dos agentes convergem contra outros homens cujos interesses diferem, ou seja, a experiência possibilita-nos alcançar as expectativas da classe quando homens e mulheres vivem a própria história em um constante fazer-se (THOMPSON, 1981, 1987). Em um olhar mais focado para o caso analisado e balizados pela noção de experiência, torna-se possível situar certos padrões de significação do sentido das práticas como modalidade de uma economia moral camponesa (SCOTT, 1976), que atenta para a questão da subsistência camponesa dependendo do acesso à terra, e de um *espírito capitalista* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), que busca uma justificação moral para o engajamento no capitalismo.

Scott (1976), seguindo as bases teóricas de Thompson (1998) sobre a economia moral, que revela a regulação social de um mercado econômico pela ação racional coletiva de agentes sociais quando há o desrespeito de pressupostos morais e éticos – à luz do caso dos cereais na Inglaterra no século XVIII –, amplia o universo da cultura e do valor moral do que se pode compreender como “economia moral”, e atenta para a questão da subsistência camponesa que depende do acesso à terra. Dessa forma, impera e espera que os costumes e as tradições relativos ao uso da terra e o direito de acesso aos produtos cultivados predominem frente à comercialização de alimentos. Ao ampliar a noção da economia moral, o autor alcança os valores morais camponeses de justiça social, direitos, obrigações e reciprocidade (THOMPSON, 1998). É nessa perspectiva que as práticas das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* estão situadas, isto é, em razão de uma economia moral camponesa que vê a terra como elemento essencial para a produção, sociabilidade e identidade a partir das dimensões simbólicas que circundam a localidade, e isso significa, em grande medida, que o desrespeito aos pressupostos morais e éticos quando houve a construção da UHE de Jaguará, ao se apropriar do espaço e dismantelar as bases produtivas, foi razão para operar as queixas, os lamentos, as reclamações e mesmo as *resistências cotidianas* em caráter de confronto “indireto” e oculto. Apoiados na ética de subsistência que se origina dos valores e costumes aprendidos pela experiência e deriva das noções de justiça, direito e reciprocidade, as famílias atingidas dos *tipos empíricos 1 e 2* veem na terra a base essencial para a produção e alimentação familiar (CANDIDO, 1964; SCOTT, 1976). Além de base para produção para a subsistência, ou como muitos relataram, “para o gasto”, a terra é espaço de sociabilidades, reciprocidades, trocas, memórias e identidades. São essas as razões para *ficar*. E mais, condição explicativa para a

participação dessas famílias em “rebeliões” no sentido scottiano, ou seja, como *resistências cotidianas* para viver e sobreviver às rupturas e ao desmantelamento do espaço.

Boltanski e Chiapello (2009) inovam as análises sobre as razões para o engajamento ao capitalismo quando se afastam da hipótese de uma motivação material ou do “empenho forçado” pela ameaça da fome e do desemprego. Ao contrário, a partir do que chamam de *espírito do capitalismo*, que é a “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39), os autores elevam o engajamento a uma dimensão moral que limita a acumulação desenfreada e, ao mesmo tempo, permite o engajamento subjetivo das pessoas no esforço de gerar valor. Para tanto, os autores fundamentam a investigação nas acepções de *razões individuais* para o compromisso para a acumulação, formuladas por Weber, e as atividades lucrativas como um *bem comum* para a sociedade, formuladas por Hirschman. À vista disso, para o engajamento ao capitalismo é necessário um aparato justificativo que sustente o modo de ação e dê respaldo para a adesão a um estilo de vida em sentido favorável à ordem capitalista. No entanto, para valer o engajamento pessoal à ordem capitalista é necessário encontrar recursos e motivos que fundamentem a escolha e, em especial, que possibilite formular argumentos orientados para a exigência de justiça. Então, é necessário mobilizar categorias estimulantes e sedutoras que propiciem aos indivíduos a chance de mostrarem-se atraídos pelos novos valores e a oportunidade de autojustificar-se contra aquilo que possa ameaçar a sobrevivência de uma identidade social nos novos padrões. Ao contrário do que se possa imaginar, esse encadeamento não se traduz em um simples processo de adesão e aceitação dos novos padrões de acumulação, mas estamos falando de um processo de “sedução-resistência-busca” de justificar-se e defender-se de críticas. Situar as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* nos termos do espírito do capitalismo idealizado por Boltanski e Chiapello é relevante. Isso porque, de acordo com os relatos orais, a chegada e instalação da UHE de Jaguara tem dimensões estimulantes que justificam o engajamento pessoal em termos de bem comum. Então, atraídos pelos novos valores, pela garantia de segurança e pelas perspectivas de igualdade, oportunidade e libertação, essas famílias engajaram-se e apoiaram as novas lógicas de consumo e acumulação sustentando-se em um aparato justificativo que liga e identifica os agentes. Dessa maneira, “melhoria de vida”, “oportunidade de emprego”, “transformação na cidade”, “oportunidade de estudar” são justificativas interpretadas como razões morais das famílias para defender e se engajar à nova lógica de acumulação e consumo, um consumo que não condiz com acúmulo de formas concretas de riqueza mas como marcadores de diferenciação.

Dessarte, ao considerar a experiência das famílias que não tinham a terra como elemento essencial de produção, e ampliar o olhar para compreender as razões morais e justificativas do engajamento às novas lógicas que uma hidrelétrica carrega para o espaço de implantação, é possível atingir uma dimensão explicativa para os relatos positivos, narrados por essas famílias como “foi uma maravilha”, “só posso falar bem”, “melhorou a vida de todo mundo”, “foi muito bom”, e ainda, as justificativas para *sair e voltar* à cidade. Ou seja, os relatos evidenciaram a UHE de Jaguara como pólo de oportunidade às famílias atingidas, seja empregando mão de obra, como a família do Sr. Irineu, seja “criando condição favorável”, a partir do dinheiro da indenização, para saírem da cidade e conhecerem novas regiões e novas oportunidades de trabalho, como a família da Sra. Inês e do Sr. Paulino. Em grande medida, considerar a UHE de Jaguara como o núcleo de oportunidades e o embrião das transformações explicam a ausência de qualquer reivindicação, confronto, reclamação, queixas, ou mesmo, *resistências cotidianas*, no seio das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, para obstruir e dificultar a construção da barragem, prolongar o tempo de permanência em suas casas e aumentar a indenização. Na verdade, o que chamou a atenção nessas famílias foi a defesa com veemência e incansável de um projeto hídrico que, em suas visões, não causou impactos negativos e socioeconômicos para a região, ao contrário, trouxe benefícios de diversas ordens, individual e social. Por essa razão, “Ninguém tem que falar nada da usina, da CEMIG, da Mendes Júnior ou da indenização. Nada! Só falar bem! Porque trouxe muitas coisas boas para todos da cidade. Melhorou a vida” afirmou Sr. Irineu (tipo empírico 3, 69 anos) com intensidade, fevor e um visível amor.

O cenário apresentado nesta seção, articulando as famílias de todos os *tipos empíricos*, teve a finalidade de perceber as motivações e estratégias das famílias em ficar, sair e voltar à cidade de origem após a construção da UHE de Jaguara. A princípio, ficou notório a importância de considerar o território como um espaço de relações sociais diversificadas, com diferentes sociabilidades, solidariedades, trocas, disputas, relações de poder e conflitos, o que em período de instalação de UHE se torna evidente e se revela intensificado. Além disso, é inegável que as famílias que optaram por permanecer na cidade, reestruturar suas vidas naquele espaço e enfrentar cotidianamente o ritmo acelerado das mudanças com a chegada das máquinas, tiveram suas ações e decisões balizadas pelas dimensões simbólicas de um território que incita a memória individual e coletiva do indivíduo e estreita os sentimentos de pertencimento ao dar-lhes as referências identitárias. Outrossim, foram essas as motivações que instigaram o retorno daqueles que saíram. Apesar de no início a saída ter sido motivada pelo

cálculo econômico e pela estimativa subjetiva de benefícios que a UHE representa, a memória da infância, as raízes e as referências identitárias impulsionaram a volta.

#### **4.2 Trabalho que liga, trabalho que afasta**

Apostando na importância do território e nos valores dos referenciais identitários que o envolve conforme descrito acima, como o sentimento de pertencimento que anima a permanência de algumas famílias e incita o retorno de outras, esta seção tem a finalidade de apresentar a importância e a influência da terra e da organização do trabalho familiar e sua correlação com as dimensões de perdas e ganhos observadas em campo. Para tanto, retornarei às análises anteriores resgatando os valores e a organização social das famílias deslocadas.

Em conformidade com o que foi apresentado previamente, balizado pelos relatos orais, é possível afirmar que as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* podem ser caracterizadas pelos valores e sociabilidades que Candido (1987) intitulou de *civilização caipira*, ou mesmo, pelos valores que Brandenburg (2010b) nomeou de *rural tradicional*. De modo antagônico, as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* podem ser qualificadas pelos valores conhecidos do *rural moderno* (BRANDENBURG, 2010b). Essas diferenças de valores dos *tipos empíricos* são interessantes para ressaltar a importância da terra como base produtiva para uns, e o papel irrelevante da mesma para outros, assim como os resultados significativos das rupturas na área de implantação do empreendimento hídrico.

De maneira sucinta, a sociedade do rural tradicional (BRANDENBURG, 2010b) ou a sociedade caipira tradicional (CANDIDO, 1987) dispõe de uma racionalidade que demonstra total ajustamento de homens e mulheres ao seu local de vida. Esse ajustamento permite atender as várias necessidades vitais do camponês, caipira, caboclo, migrante, como a reprodução física e social ao estabelecer uma relação de reciprocidade com a natureza e que, por acumular uma sabedoria das leis naturais, interfere nesse meio sem que sua ação resulte na degradação ou desajustamento ambiental (BRANDENBURG, 2010b; CANDIDO, 1987). Além da relação com a natureza e as necessidades vitais e sociais do camponês, as formas de sociabilidade e solidariedade desenvolvidas entre as famílias são características relevantes. Mutirão, relações de vizinhança, compadrio, sentimento de pertencer e auxílio vicinal ligam o grupo de vizinhança uns aos outros e contribuem para a sua unidade estrutural e funcional. De modo contrário, o rural moderno é caracterizado pela redefinição das condições da vida camponesa, não mais tipificadas pelas condições de vida do camponês tradicional mas pela

modernização e reorganização das sociabilidades a partir da proximidade à sociedade global. Posto isso, trata-se de um novo ajustamento da vida social do camponês que, gradativamente, rompe com a vida econômica e social centrada na vida comunitária rural e integra-se ao mercado reorientando os sistemas produtivos (BRANDENBURG, 2010b). No caso das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, a integração às sociabilidades do meio urbano e ao mercado se iniciou quando, incentivados pelos pais, os filhos saíram de suas casas para estudarem a fim de transformar uma realidade que, em suas falas, apareceu como “dura e penosa”. Retornar à casa significava, em grande medida, a transmissão dos conhecimentos aprendidos na cidade e a inserção de novos padrões culturais na família mobilizados como mecanismo de diferenciação. A integração à sociabilidade do meio urbano e ao mercado fez com que as famílias reorientassem a organização de trabalho e os sistemas produtivos, instaurando mudanças nos processos técnicos de produção que provocaram rupturas dos agentes com a natureza, ou ainda, criaram novas formas de relações entre os agentes e a *terra* (BRANDENBURG, 2010b).

Logo, é possível supor o papel relevante do ambiente físico e do meio biótico para algumas famílias que tiveram suas condições de existência e estratégias de trabalho firmada nesse espaço; e o significativo papel da reestruturação dos mecanismos de trabalho em uma tentativa gradual de afastar da dependência com a terra. Dessa forma, a depender dos *tipos empíricos*, as falas evidenciaram a relevância da organização do trabalho para demonstrar o saber-fazer do camponês vinculado às leis da natureza e, ainda, a valorização da mão de obra especializada e da possibilidade de tornar-se assalariado à medida que se aproximaram dos padrões urbanos. Isto posto, o saber-fazer do camponês esteve latente na fala a seguir:

Olaria não funciona no período chuvoso. O processo é: você pega a argila, você processa ela em um lugar que a gente chamava de pipa, era uma maromba. Fazia o tijolo. O tijolo tem que secar, depois ele ia ao forno onde ele era queimado. Aí a partir do tijolo queimado ele aguenta as intempéries, que é o mau tempo, chuva. Mas antes dele ser queimado ele não aguenta chuva porque ele é barro! Ele é argila *in natura*. Só que na forma de tijolo. Então na época do período chuvoso [as olarias] paravam, aí ia plantar na roça. Aí o pessoal que trabalhava na olaria ia plantar na roça (Marcos de Almeida, tipo empírico 2, 63 anos).

A explicação detalhada de Sr. Marcos aponta para a exatidão no tempo e no espaço para que a produção de cerâmicas fosse bem sucedida, a ponto de insistir que “não adianta tentar produzir em tempo errado, no tempo da chuva. Não dá!” (Marcos de Almeida, 63 anos). Isso porque a natureza e os elementos naturais que dela fazem parte têm um ciclo que deve ser respeitado em uma relação de reciprocidade e interdependência entre os agentes e o



meio ambiente. Do mesmo modo, as produções agrícolas de cerealíferas na região, que dependiam diretamente da água, são exemplos do exercício de conhecimento do camponês e de respeito dos indivíduos com a natureza. Comumente, os relatos orais das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* trouxeram as experiências de uma tradição camponesa de acúmulo de sabedoria, integração na relação indivíduo-natureza, total ajustamento ao seu “habitat” e também os laços de pertencimento e solidariedade à comunidade como o relato a seguir.

Era assim: a gente plantava e comia tudo. A gente tinha banana, tinha laranja, tinha mexerica, tinha abóbora, tinha de tudo. Frango, porco, mandioca, ovo com fatura. Não tinha esse negócio de ficar comprando quilos de carne igual hoje não. O povo, hoje, fica doído atrás de carne. Carne a gente comia assim, lá uma vez por outra. E a gente fazia assim: todos juntos, todos os vizinhos combinavam: vamos comprar uma vaca para a gente matar e comer? Vamos! Então comprava. Um vizinho uma arroba, outro um quarto, outro mais um quarto e dividia ali entre aqueles vizinhos tudo, e cada um ficava com um pouco da carne [...] e comia muito peixe que a gente pescava no córrego, no rio que passava aqui. Não tinha esse negócio de todo o dia ir à venda e comprar coisas para comer não (Elzira Rodrigues, tipo empírico 1, 91 anos).

A fala de Sra. Elzira e a explicação de Sr. Marcos trazem à tona elementos que explicitam a proximidade com a terra tanto pela opção do trabalho quanto pelas trocas e sociabilidades que cercam o território. Revelam, assim, um *habitus* de viver apreendido pela experiência de sujeitos históricos a partir do sentimento e da experiência com a família, com o trabalho e a comunidade para manter a vida social (THOMPSON, 1981). Os valores aprendidos pela experiência da proximidade ao rural, nesse sentido, fazem desse espaço um local de trabalho mas também de vida, ou seja, como um espaço em que se desenvolvem as atividades agrícolas e correlativas as atividades de produção mas também que se reproduz sob o ponto de vista de uma experiência material e simbólica (BRANDENBURG, 2010b; CARNEIRO, 2012; THOMPSON, 1981). Logo, com base nas experiências das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2*, a terra é valorizada pelo valor precedente ao valor de troca. Ou seja, para esses agentes a utilidade da terra está diretamente relacionada ao valor de uso, isto é, valor natural de algo capaz de suprir as necessidades individuais que só se realiza com a utilização (GRAZIANO DA SILVA, 1980; MARX, 1996).

Em sentido oposto, as falas das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* evidenciam a tentativa do distanciamento do rural, tanto como espaço de vida quanto como espaço de trabalho, e a incorporação de categorias já conhecidas, tido o rural como “atrasado” e ultrapassado pela modernização e pela urbanização da sociedade. Essa distinção fica patente ao

relatarem sobre a base produtiva da região, os mecanismos de trabalho mobilizados pelas famílias e, algumas vezes, o próprio espaço de morada.

Para mim era horrível. Queria mudar daqui. Não tinha para onde ir e me acostumei. Aí virou essa cidade turística. Porque aqui não era nada. Era fazenda. O pessoal trabalhava nas olarias, nas cerâmicas, era só isso. Aí depois que foi melhorando (Almerinda Martins, tipo empírico 4, 70 anos).

Além disso, as estratégias de mobilidade social incentivadas pelos pais e incorporadas pelos filhos e filhas que, minimamente, encorajavam os mais novos a romperem com a tradição camponesa e questionar os valores da cultura camponesa, colocam em relevo as chances diferenciais de ganho que essas estratégias oferecem para o indivíduo e/ou para a família. Também, o investimento dos pais na aquisição de diplomas superiores para os filhos e filhas coloca em xeque as expectativas, as representações e os projetos de vida formulados em torno do núcleo familiar agrícola e da atividade agrícola (BRUMER; ANJOS, 2008; STROPASOLAS, 2004). Dessa feita, o contato com o ambiente externo e o convívio com os “de fora” atuou diretamente para a incorporação dos paradigmas urbanos e transformação sistemática do *habitus* (BOURDIEU, 1979, 2006) que exerceu influência no modo de pensar o trabalho rural e as sociabilidades caipiras.

Então, se para as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* o trabalho estava orientado à função social de mantê-los interconectados com a natureza (BOURDIEU, 1979; MARX, 2004), para as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* o trabalho significava uma atividade em si e para fins econômicos (WEBER, 1991). À vista disso, para os primeiros, a terra não é apenas instrumento de trabalho mas espaço de ligação entre indivíduos e a natureza, sendo que é, por meio do trabalho, que esse elo é concretizado, enquanto que, para os outros, o monopólio da terra é entendido como objeto de atividade econômica e, via de regra, espaço que legitima o recebimento da indenização monetária.

A interação dos agentes com a terra indicada acima, foi colocado por Marx (2004) como uma interrelação entre o indivíduo e o meio ambiente, um *mundo externo sensível* que é base para a formação do ser social a partir da interação e troca de experiência realizada por meio do trabalho, em uma contínua relação dialética entre os agentes e a natureza inorgânica. Dessa forma, o processo de metabolismo social proposto como “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p. 297) é mediado pelo *trabalho*, atividade exclusivamente humana que tira os indivíduos de sua condição primitiva e possibilita

transformar, em realidade, objetivos que eram idealmente imagináveis, imprimindo conscientemente uma atividade com um fim preestabelecido. De modo análogo, Bourdieu (1979) corrobora as proposições de Marx e afirma que a noção de trabalho em sociedades pré-capitalistas, ou melhor, a relação entre o agente e a natureza estava baseada em uma finalidade moral e não em uma atividade futuramente revertida em lucros financeiros. Nessa perspectiva, o trabalho faz parte dos deveres tradicionais do camponês e é dever social daqueles que usam os recursos naturais o respeito, a dedicação e a dependência desse espaço. Os imperativos éticos e estéticos que permeiam a cultura camponesa fazem com que o vínculo entre os dois “mundos” seja de deferência e reciprocidade de “troca de dádivas”, no qual os camponeses não erguem seu poder em face deste mundo estranho a fim de dominá-lo, mas experimentam a submissão diante de um poder natural que não pensa em disciplinar (BOURDIEU, 1979).

Por esse ângulo, a relação de reciprocidade e respeito do agente com a natureza fica evidente, na afirmação do Sr. Marcos, apresentada anteriormente, quando afirma ser impossível produzir cerâmicas em período de chuva. O Sr. Marcos expõe, de modo claro, a submissão do produtor aos ritmos da natureza, agente que experimenta de modo paciente e meticuloso o ciclo completo da natureza para conseguir finalizar a produção. Outrossim, a escolha da base produtiva e dos mecanismos de produção das famílias da cidade, fazendo a permuta da cultura agrícola de seis em seis meses, evidencia uma racionalidade camponesa que respeita o ciclo da terra e o ritmo das águas para que, a cada período, possam ser retribuídas com a dádiva da produção.

É nessa perspectiva que Bourdieu (1979) indaga-se sobre o papel do trabalho do camponês, sua ação sobre a natureza e a substancial função que esse trabalho carrega para os trabalhadores.

Devemos nos surpreender que ele não considere sua ação como trabalho no verdadeiro sentido, que se recuse tratar como matéria bruta essa natureza onipotente que suas crenças povoam de encantos e de mistérios, que é o lugar de uma sagração difundida e impessoal, fonte de todas as desgraças e de todos os benefícios? (BOURDIEU, 1979, p. 41 - 42).

O camponês não compreende sua ação como trabalho e não vê o produto de sua ação como mercadoria que carregue um valor de troca. Isso porque, conforme afirma Bourdieu, o camponês propriamente falando, não trabalha, “fadiga-se”. Logo, conforme o provérbio da comunidade Cabila, “dá a terra (o teu suor), ela dar-te-á”. Pode-se deduzir daí que a natureza, obedecendo à lógica da troca de dádivas, retribui àqueles que lhe cederam a fadiga como tributo,

aqueles que na ausência da preocupação de produtividade e rentabilidade exaure suas forças para cumprir seu dever social de camponês, de viver como tal (BOURDIEU, 1979).

Olha, o trabalho não era fácil não. O pessoal de hoje não consegue fazer o serviço. Não era para qualquer pessoa que não gosta de trabalhar. A gente tirava o barro, levava para um lugar. Era tudo feito por tração animal, mula, burro, boi, era o que fazia o transporte até a olaria. Queimava com lenha para ficar com o ponto certo para a construção (Élcio Barbosa, tipo empírico 2).

Porque eu gostava do meu serviço. Era um serviço sacrificado, uma pobreza danada, não ganhava nada. Até hoje a gente é pobre, mas a gente era novo, tinha saúde e gostava né? Gostava demais de fazer aquilo [...] Tudo era festa. Eu era realmente *apaixonado* naquele serviço. Veja bem, eu tirava tijolo durante a noite, durante o dia, pescava, amanhecia dentro d'água né? Ficava direto com a terra e a água. Era aquela função (Josué Marães, tipo empírico 1).

O trabalho, longe de significar uma atividade em si, orientada em direção a um fim econômico, é a via que aproxima o trabalhador às dimensões simbólicas e elementos subjetivos da natureza. Esse trabalho pesado, serviço “sacrificado” que sua, cansa e exaure as forças no dia a dia, não é significado como atividade “ruim”, “inadequada” ou “desagradável”, mas é o instrumento para que a retribuição da “dádiva” seja possível. Por essa razão, o trabalhador se revela apaixonado pela atividade exercida e fadiga-se na ocupação para se conectar à terra e à água.

Contudo, na medida em que a racionalidade econômica avança, importando e impondo categorias estranhas à experiência do camponês, ocorre o *desencantamento do mundo*, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que tendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza (BOURDIEU, 1979). O trabalho, que se manifestava pela entrega do camponês e era indissociável do sentimento de dependência, magia e reciprocidade, torna-se trabalho como uma ação orientada em direção a outra ordem possível.

Transpondo a reflexão a respeito do avanço da racionalidade econômica e inserção de categorias estranhas em um território e à experiência dos indivíduos, é possível analisar as transformações e consequências em contexto de construção de UHE, que segue a lógica de inserção de capital no território, apropriação de recursos naturais, usurpação da base produtiva e dos mecanismos de produção e, conseqüentemente, a retirada e deslocamento de famílias do território. A seqüência dos acontecimentos não atinge apenas um mundo externo mas transforma o ritmo interno dos indivíduos que lesa sua subjetividade e identidade.

Quando as terras inundaram me senti abalado, senti abalado e pensei: agora eu estou perdido! Agora estou perdido! [...] Virgem! Minha vida mudou completamente né? *Eu tinha uma vida boa, mudou para uma vida ruim.* Mas mudança, isso tem em todo mundo, né? Veja a mudança da idade. Eu era moço, né? Eu era moço, mas passou. Mas a mudança da CEMIG foi diferente. A CEMIG veio que veio; veio e “bodegou” nós tudo (Alberto Devós, tipo empírico 1, 88 anos).

Nessa fala, a afirmação “*me senti abalado, senti abalado*” é representativa pois evidencia os impactos internos da instalação de uma hidrelétrica no território. Diretamente, a UHE de Jaguará significou a ruptura dos componentes que seguem a *ordem social camponesa* (BOURDIEU, 1979) como a submissão e a dependência à natureza, o encanto e a relação mística, o trabalho como dever social e a ligação do material produzido com o produtor. Esse processo de entrada abrupta da UHE e todo seu peso econômico que retirou as *terras* de cultivo da família é descrito pelo entrevistado como algo ruim e de grandes mudanças e impactos na vida. Apesar das mudanças da vida serem esperadas, como o processo de envelhecimento, Sr. Alberto entende que as mudanças causadas e criadas pela CEMIG são diferentes pois a UHE chega de forma repentina, tira a terra que o aproxima da natureza, altera a vida que era “boa” e atinge diretamente os ritmos internos do ser.

Na mesma direção, as lembranças do Sr. Josué Marães expõem a importância da terra para a vida e o impacto da perda da terra que firmava o componente da ordem social camponesa.

Você vê, eu cortava quatro mil tijolos, dentro de quatro horas e pouco. Não só eu, era muita gente. Eu ainda pescava, pegava quilos e quilos nesse rio [...] Aí a usina chegou, inundou e acabou com tudo. Agora hoje eu fico pensando: *está tudo perdido.* Eu tinha uma casa boa. *Fico pensando, tinha que ter condição, tinha que ter ajuda, mas nada disso aconteceu* (Josué Marães, tipo empírico 1, 87 anos).

E a Sra. Veridiana complementa

Ai menina, para te falar a verdade, eu acho que lá era melhor, viu? Antes você tinha tudo. Você plantava, tudo era grande. Plantava uma mandioca, plantava uma batata, manga, banana. Você tinha fartura de tudo. Tinha até um chiqueiro para engordar porco. Até se acostumar aqui foi difícil. Eu comprei aqui sem eu ver. Aí o vendedor foi em casa junto com o Zito [amigo], aí eu falei “Zito, o terreno é grande? Dá para ir daqui até a mangueira?” Tinha uma mangueira no meu quintal. Aí ele falou que ia quase, mas não até lá. Porque a gente sempre gostou de mexer com plantação. Aí comprei sem ver [...] Mas no começo foi difícil porque era nascida de lá, e ainda tinha tudo. Chega aqui

tinha que comprar tudo, até verdura para sobreviver. Aqui não dá para plantar nada (Veridiana Andrade, tipo empírico 1, 67 anos).

**Foto 21 – Família no chiqueiro**



Fonte: Foto cedida pela família do Sr. Alberto Devós.

**Foto 22 – Homens no Rio Grande (antes da inundação)**



Fonte: Foto cedida pela família do Sr. Alberto Devós.

A experiência do deslocamento compulsório das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* após a instalação da hidrelétrica, dimensionada e relacionada com a importância da *terra* para cada família, foi significada de modo *negativo* e revelada nas entrevistas como *perda* de diversas ordens. Uma dessas perdas dá-se com inundação da terra entendida como inundação da **base produtiva**. Ou seja, a terra como local fundamental para o camponês produzir os alimentos necessários para manter o mínimo vital para a sobrevivência familiar. Por isso, os entrevistados consideraram-se “perdidos” após a construção da UHE de Jaguará. Há ainda a perda da terra como **espaço de moradia** que, devido ao contexto histórico da construção da UHE de Jaguará, não esteve em discussão reassentar as famílias atingidas em áreas próximas ou mesmo em reassentamentos rurais coletivos. Ao contrário, como afirma o Sr. Josué Marães, “tinha que ter condição, tinha que ter ajuda”, mas não houve. Juntamente, há a perda da terra enquanto perda dos **referenciais identitários**, como trabalhado na seção anterior, quando a Sra. Veridiana afirma ter sido difícil se adaptar ao novo local de moradia já que nasceu e cresceu em terras que foram alagadas.

Com relação à falta de ajuda citada por Sr. Josué, o que houve, na prática, foi o pagamento integral da residência inundada aos “atingidos” que, sem orientação e ajuda para ministrarem aquele montante de dinheiro, não conseguiram realizar transações econômicas proveitosas e seguras. A inaptidão de manejar um montante elevado de dinheiro contribuiu para

acelerar o fim da indenização e agilizar a procura de novos locais para venderem a mão de obra.

O dinheiro da indenização sumiu! O pai colocou todo o dinheiro na Caixa, na Caixa Estadual, e com a desvalorização toda, o dinheiro se foi. Tinha também um dinheiro guardado na gaveta, que também se foi. Então, quem comprou alguma coisa, teve algo depois. Meu pai não. Aí o que ele fez!? Como era novo e trabalhava na água ainda, tirando areia nos lugares que sobrou, começou a comercializar areia, sabe? Esse terreno, essa casa aqui, não tem nada a ver com o dinheiro da indenização. Aqui foi no braço mesmo. Ele perdeu praticamente tudo. Por que? *Por falta de orientação e pelo tempo mesmo que muitos perdiam [...]* Eu era novo na época, não tinha entendimento nenhum, e achava que ele tinha feito bom negócio. Mas não fez não (Josué Marães Filho, tipo empírico 1, 60 anos).

Segundo Bourdieu (1979), a ação econômica empenhada pelo camponês não é determinada pela tomada de decisão a um alvo explicitamente orientado, enquanto estabelecido pelo cálculo racional, mas uma ação econômica estabelecida pela experiência acumulada que constitui a tradição. Isto é, “longe de serem ditadas pelo desejo perspectivo de um futuro projetado, as condutas de previdência obedecem ao cuidado de se conformarem aos modelos herdados” (BOURDIEU, 1979, p. 22). Para que o cálculo esperado pela racionalidade econômica capitalista seja possível, tomar como base o processo de adaptação às disposições econômicas e transformação da consciência temporal associada aos ritmos tradicionais é relevante. Para tanto, o autor observa a adaptação lenta e gradual aos ritmos capitalistas quando há a inserção e o uso do dinheiro na comunidade Cabila, reduzindo a dependência correlativa em relação ao *processus* orgânico que unia o trabalho a seu “por vir” e ao princípio da poupança. Nesse sentido, opera uma inabilidade quando os agentes tornam-se donos de “signos e símbolos” e não mais de “coisas”, evidentes, por exemplo, na tentação dos camponeses em converter o salário que acabaram de receber em bens reais.

A indenização em dinheiro não tem sentido para o *fellah*. Ele gastará imediatamente esse dinheiro, não poderá capitalizá-lo e nem utilizar a parca renda que poderia lhe ser assegurada por uma operação de aplicação (BOURDIEU, 1979, p. 28).

O processo gradual de adaptação a uma racionalidade econômica capitalista e a inabilidade e inaptidão em manusear uma grande quantidade de dinheiro foram observadas em algumas famílias “atingidas” pela construção da UHE de Jaguará. Segundo os relatos, muitas famílias não souberam administrar a indenização monetária de modo satisfatório, acarretando,



em alguns casos, na perda total do dinheiro pela compra de bens de consumo, como roupa, alimento, mobília, ou na opção de realizar a viagem “dos sonhos” como no caso a seguir.

Meus irmãos não compraram nada não. Um era até de menor e minha mãe teve que assinar para receber. Casou, foi comprar móveis, fazer festa, acabou com o dinheiro. Teve outro também, Samuel, aí ele comprou passagem para ele e um amigo dele, foram passear na Aparecida do Norte, porque ele queria ir muito, foi para lá e gastou tudo. Veio sem nada. Aí o outro, nem sei o que ele fez. Mas ele estava em Goiania, veio para cá, pegou esse dinheiro e gastou. Quem comprou mesmo alguma coisa, foi só eu. Dos meus irmãos foi só eu (Veridiana Andrade, tipo empírico 1, 67 anos).

Além desse caso citado, houve também famílias que optaram guardar com afincado o dinheiro em casa, aguardando a melhor oferta de terreno ou casa para realizar a compra da residência. Porém, a desvalorização da moeda nacional acarretou na perda total do dinheiro, como no caso do Sr. Josué Marães citado anteriormente. Nesse mesmo contexto, houve famílias que, cientes de uma inabilidade em mexer com dinheiro e receosos em colocar o dinheiro no banco, confiaram a indenização monetária a comerciantes da região.

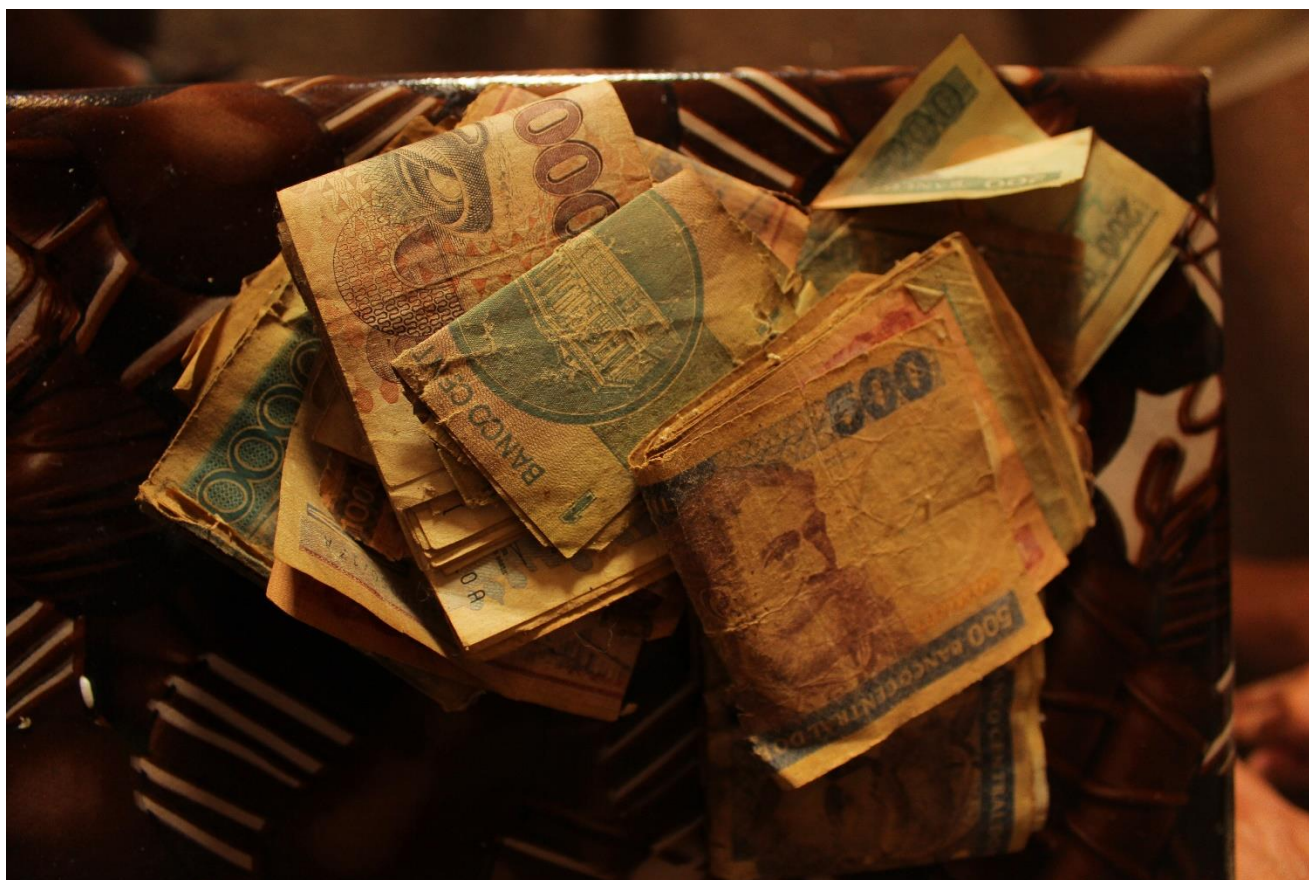
O que o povo fazia com a indenização? Eles passavam as coisas [a indenização] para o João<sup>48</sup>. Porque o João era comerciante, acreditavam que sabia mexer com dinheiro. O tempo passou, não sei como funciona essas coisas de juros, mas ele veio, e virava uma bola de neve, sabe? O povo era inocente, e essa desvalorização do jeito que vinha, deixou muita gente aqui “embolado”, sabe? Então, muita gente não viu mais a cor do dinheiro. Agora quem pegou aquele dinheiro e foi embora ou comprou alguma coisa, foi diferente. Não vou dizer que tudo aconteceu que nem o pai (Josué Marães Filho, tipo empírico 1, 60 anos).

E Sr. Josué Marães Filho complementa: “O pai ficou com um dinheiro antigo e de vez em quando ele mostra [...] Está vendo isso aí? Isso aí é o retrato do que acontecia. É o retrato”.

---

<sup>48</sup> Nome fictício.

**Foto 23 – Dinheiro desvalorizado da indenização de Sr. Josué Marães**



Fonte: Foto realizada em parceria com Projeto Turismo Rifaina.

Após perder todo o dinheiro da indenização monetária, o Sr. Josué Marães precisou erguer a casa, e diferente de Sr. Élcio Barbosa, não teve auxílio dos vizinhos em processo de mutirão, mesmo porque muitos já haviam saído da cidade em processo migratório à procura de novo local para se fixar.

Aí fui morar de aluguel, até que construí aqui. Isso aqui eu levantei com a lua. Eu pescava durante o dia. De noite a lua estava bonita, e eu levantava as paredes. E o dinheiro estava dando. Foi assim que levantei a casa. Não foi com dinheiro de indenização não (Josué Marães, tipo empírico 1, 87 anos).

Foto 24 – Sr. Josué Marães e as lembranças após a instalação da UHE de Jaguara



Fonte: Foto realizada em parceria com Projeto Turismo Rifaina.

De modo contrário, para as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*, a terra não era reconhecida como provedora de vida ou elemento de ligação entre o indivíduo e o ambiente externo, mas foi concebida como caminho para possíveis rendimentos financeiros e melhoria de vida a partir da indenização monetária quando anunciada a construção da UHE de Jaguara. A desvalorização da *terra* como espaço de moradia e como base produtiva estimulou o distanciamento das famílias dos ritmos e sociabilidades do “mundo rural”, a começar pela reorganização do trabalho no âmbito familiar que denotou como uma atividade em si e para fins econômicos.

A inserção gradativa na sociabilidade urbana e a aproximação aos ideais capitalistas de produção romperam com o metabolismo social, separando de forma absoluta o trabalhador dos meios de produção e modificando o próprio valor da natureza. Esse valor passa a ser submetido pelas relações sociais de produção, e tem-se, como base, o estímulo para a expansão do sistema capitalista de produção. A partir daí, a natureza e o indivíduo não possuem um metabolismo único, mas ocorre um distanciamento visceral entre ambos que,

consequentemente, transforma as relações sociais até então estabelecidas. Assim, os laços que unem os indivíduos são substituídos por laços mercantis e esse encadeamento redimensiona as relações do ser social com a terra. Essa terra, ou mesmo a natureza externa, passa a ser valorizada pelo valor de troca que tem, pela riqueza material quando transmutada e enquadrada em padrões que a deixam apta para ser consumida e apropriada pela sociedade (MARX, 1996).

Em contexto de construção de UHE's, o distanciamento visceral da terra e a percepção desse espaço como carregado de elementos negativos revelam novas experiências e diferentes significações sobre o deslocamento compulsório e sobre os impactos das transformações sociais e territoriais. A experiência do deslocamento compulsório após a construção da UHE de Jaguara foi significada pelas famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* como um processo *positivo* e revelada nas entrevistas como *ganho* de diversas ordens. Logo, as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* mostraram-se satisfeitas com os rumos tomados na cidade e na vida após a instalação da hidrelétrica e deslocamento compulsório. Esse sentimento de satisfação teve como justificativa central a “oportunidade de melhorar de vida”.

É, melhorou muito a vida de todo mundo. A gente morava aqui e era aquela coisa, só aqui mesmo. Aí, com a usina a gente já mudou. E a gente, toda a vida, teve bom salário. Então melhorou muito a vida. Melhorou bem para todo mundo. Você vê, essa minha irmã que foi para Uberlândia, todo mundo fez faculdade. A minha irmã que foi para Franca, os filhos tudo fizeram faculdade. E essa que mora em São Paulo, que é a de melhor situação, viaja muito, sabe. Então tiveram melhoras para todo mundo (Irineu de Matos, tipo empírico 3, 69 anos).

Chama a atenção no depoimento transcrito, a clareza, a segurança e a certeza dos ganhos e benefícios da UHE para a família impactada que, como podemos notar, não ficam restritos ao ambiente particular mas expandem e contemplam outras famílias. Ao elencar minuciosamente as transformações na vida das irmãs e estender para outras famílias quando afirma que “melhorou muito a vida de todo mundo”, o Sr. Irineu destaca os motivos encontrados que justificam a adesão ao novo estilo de vida com a implantação da UHE de Jaguara. Além disso, o entrevistado expõe duas das três justificativas das famílias que se dizem satisfeitas com a construção da UHE de Jaguara, sendo elas: i) possibilidade de melhorar de vida; ii) investir nos estudos das gerações futuras; iii) valorização das propriedades rurais à beira do lago artificial de Jaguara e o início do turismo na cidade.

Do que foi exposto até aqui, é evidente a relevância de considerar o significado da *terra* como espaço de moradia, como base produtiva e como território de referenciais

identitários para cada família “atingida”, assim como ponderar o trabalho como atividade em si mesma e para fins econômicos ou como ocupação orientada à função social de manter interconectado as famílias com a natureza, para atingir a complexidade das diferentes experiências do deslocamentos compulsório. Não é possível, portanto, compreender a pluralidade de relatos e a multiplicidade de justificativas sobre as *perdas* e os *ganhos* da instalação da hidrelétrica, bem como os impactos *positivos* e *negativos* do deslocamento compulsório, se não se atentar para as relações previamente formada em contato com o território.

#### **4.3 “Ser” e “sentir-se” atingido: uma categoria em construção pela *experiência*.**

Segundo Zhouri e Oliveira (2007, p. 121), em âmbito nacional, as barragens inundaram “3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no país”. Contudo, as autoras ressaltam que o número de deslocados pela construção de barragens no país tende a ser superior que o valor estimado, visto que ainda nos deparamos com a seguinte pergunta: *quem*, realmente, é considerado *atingido*? Ou seja, *quem* tem o direito de ser reconhecido como sujeito legítimo aos danos causados pela construção de um Grande Projeto?

Conforme já apresentado, *atingido* é um conceito em constante disputa, que varia no tempo e no espaço consoante ao contexto político e cultural da época. A noção de *atingido* diz respeito, de fato, ao reconhecimento, legítimo e legal, de direitos sociais e de seus detentores. Em outras palavras, considerar pessoas, famílias e grupos sociais como *atingidos* significa reconhecer a necessidade e o direito de algum tipo de ressarcimento e compensação, reparação e indenização a perdas de objetos materiais e imateriais, perdas não pecuniárias (VAINER, 2008). Além disso, identificar e caracterizar um grupo como “atingido” tem como resultado primordial computar de modo preciso a quantidade de pessoas que serão impactadas direta e indiretamente pela execução do projeto, números que, de fato, não são de grande interesse do Setor Elétrico.

Ao partir desses pressupostos, compreendo que a condição de atingido não é conferida automaticamente às pessoas que habitam o local da instalação da hidrelétrica (como já apresentado na seção 2.3). Ao contrário, segundo Rocha (2012), essa condição vai sendo construída ao longo de um processo social amplo que envolve a instalação de outras hidrelétricas. Nesse ponto, o debate avança para romper com a definição dominante do Setor

Elétrico que enquadra os atingidos em categorias estreitas e limitadas, alcançando alguns grupos mas excluindo tantos outros. Diante disso, os movimentos sociais que lutam pelos direitos dos atingidos por barragens ampliaram o termo para declarar que “atingidos são todos os que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida” (VAINER, 2004, s/p).

Por conseguinte, a atuação dos movimentos sociais foi de suma relevância para fazer os indivíduos impactados da *condição* de “atingido” e construir um discurso de *identidade* de “atingidos”, tipificados como “nós” – agora militantes – em contraste com os “outros”, os beneficiários e responsáveis pela construção da barragem (REIS, 1998; ROCHA, 2012).

Cientes de que no contexto da implantação da UHE de Jaguará não houve a participação de movimentos sociais para construir uma identidade militante entre os “atingidos”, e certos de que a condição de “atingido” não se refere apenas a “populações cujas condições de vida são *negativamente* afetadas pela construção da barragem” (GUEDES, 2006, p. 104, grifo do autor), o objetivo desta seção é refletir sobre as múltiplas identidades entre os “atingidos” da construção da UHE de Jaguará. De antemão, assim como os movimentos sociais, a noção de “atingido” é ampliada para envolver todas as famílias que sofreram modificações diretas nas condições de vida, mas reconhecemos que entre os “atingidos” não há apenas indivíduos que são *negativamente* afetados pela construção da barragem, há multiplicidade de interesses e experiências que transitam entre o “ser atingido” e o “sentir-se atingido”.

O tópico tem como objetivo observar as múltiplas identidades entre os “atingidos” da construção da UHE de Jaguará trazendo à baila os conflitos internos, a multiplicidade das contradições após a instalação da barragem. Para tal finalidade, consideramos a dimensão da identidade resultante das *experiências* historicamente vivenciadas pelos agentes de análise. Isso porque, “os homens não apenas padecem os efeitos da história, eles a fazem e nós queremos vê-los em ação” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 34).

Então, as famílias trataram os primeiros sinais de que algo estaria para acontecer, como a chegada de máquinas e homens para fincar estacas nos terrenos alheios, de diferentes maneiras, articulando identidades de interesses entre si, e contra outros, em uma contínua *relação histórica* entre os agentes sociais e o contexto real. Em um processo ativo, mulheres e homens que vivenciaram o andamento da instalação da UHE dimensionaram motivações subjetivas e objetivas para aderir ou recusar as lógicas capitalistas inerentes ao projeto, compartilhando ou refutando interesses, desejos e anseios. Essas escolhas dependeram, em grande medida, da experiência histórica de cada indivíduo, entendidos aqui como agentes que experimentam as novas situações, relações produtivas e mudanças como necessidades e

interesses, e “tratam” essa experiência em suas consciências. Considerar as famílias como agentes históricos reais amputa qualquer tentativa de pressupor uma lei nas reações dos indivíduos, apesar de às vezes se ver uma lógica nas reações de grupos semelhantes que vivem experiências parecidas. Desta feita, é de grande relevância compreender que não podemos prejudicar nenhuma *lei* nas reações de grupos que vivem experiências semelhantes, mas perceber um processo coerente e lógico diante de acontecimentos aparentemente díspares e desconexos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; THOMPSON, 1987).

Partindo desses pressupostos, entendo que, assim como a classe, que se constitui a partir da relação de indivíduos que compartilham interesses comuns em contextos reais e está em um constante “fazer-se” (THOMPSON, 1981), dentro de uma noção ampla de “atingido”, como todos aqueles que vivenciam as transformações na vida pela implantação da UHE no território, há indivíduos que compartilham experiências e interesses comuns articulando identidades entre si, mas também indivíduos com interesses distintos que se posicionam nesse amplo processo de relação no tempo. Por esse ângulo, perceber a construção de uma identidade de atingido como resultado das experiências historicamente vivenciadas pelos agentes em análise, nos possibilitará sair de um espectro mais amplo – o ser atingido –, e aprofundar nos valores e percepções divergentes de cada família que coloca em xeque um “sentir-se atingido”, ou seja, um sentimento forjado pela consciência e reconhecimento de danos e perdas (REIS, 1998) e a percepção de dever lutar pelos próprios direitos e contra a construção da barragem. De outra maneira, apesar de algumas famílias serem enquadradas como “atingidas” por terem as terras inundadas, o sentimento pessoal e a experiência não são de perdas e danos mas ganhos e lucros por compreenderem melhorias em âmbito pessoal e regional.

Olha para te falar a verdade foi um período muito maravilhoso. Se pudesse repetir aquilo, repetiria de novo. Ah, foi gostoso. Você conhecia muita gente. Você viu uma cidade praticamente nascer, certo? Você via uma construção monstruosa daquela sair do nada! Isso tudo impressiona a gente. Eu tinha vinte anos. Eu me impressionava muito com aquilo lá. Uma barragem sendo montada na sua juventude, aquilo era uma coisa inédita (Paulino, tipo empírico 4, 70 anos).

De maneira divergente, nesse amplo conjunto de “atingidos”, ou melhor, de famílias atingidas que estão sendo observadas, o Sr. Alberto Devós expôs o sentimento da implantação da hidrelétrica.

Eu achei uma *merda*, no provérbio meu. Uma *merda*, compreende? É o fim da história! Uma *merda* essa usina com tudo! Para mim que era proprietário,

que dividiu tudo, foi uma merda! [...] Me desalojou, tirou minhas coisas! Eu tinha caminhão, eu tinha areia, eu tinha tijolo. Não tenho mais nada. Eu comprei, eu comprei em outro lugar, mas não é aquele amor que eu tinha do lado esquerdo assim. Era coisa completamente diferente. Dividiu minha casa ao meio. Igual o muro de Berlim. Não teve que desmanchar o muro? O nosso é assim também. Não. Na verdade não. O meu não tem jeito mais (Alberto Devós, tipo empírico 1, 88 anos).

Os relatos acima evidenciam duas famílias que foram legalmente enquadradas como “atingidas”, e então, ressarcidas monetariamente pelas perdas estruturais que a UHE causou. Porém, as experiências e as percepções sobre a formação do lago artificial são divergentes. Na primeira fala, há o sentimento de amor e saudade do momento da construção da hidrelétrica, enquanto que, na segunda, as saudades são das terras perdidas e submersas. Há também, no segundo caso, um sentimento de revolta pela construção da UHE, lamento por ter sido desalojado e dor pela perda da terra de cargas simbólicas, lembranças e memórias que perpetuam experiências passadas. Esse lugar, que “está do lado esquerdo” do peito, era reconhecido, literalmente, como um “paraíso” na terra.

Sim, minha terra era divisa com o Morro do Chapéu. Agora, tinha baixado a beira de rio que era um *paraíso*. Era um *paraíso*! O *paraíso* do rio era mais bonito que o paraíso dá [...] eu to falando *paraíso*, mas é modo de dizer, né? Era mais bonito que o [paraíso] da represa. Mas aí veio a água, tampou, e ficou por isso mesmo, pronto. Acabou, acabou. Mas era um *paraíso* mesmo, era um *paraíso* aqui na terra! (Alberto Devós, tipo empírico 1, 88 anos).

O entrevistado é enfático em suas falas ao afirmar que suas terras eram um *paraíso* na terra. Um local diferenciado dos outros, cercado de encantos naturais mais louváveis que a beleza produzida com a chegada da represa, o lago artificial. Um espaço seguro que protege as tradições, os costumes, os hábitos e as lembranças. Apesar de comprar terras em um outro lugar, não há a mesma ligação e importância que o espaço antigo, terras que estão “do lado esquerdo do peito”. Indo mais além, as novas terras “não eram bonitas e boas igual a minha, mas eu comprei. Mas as minhas eram terras de *per omnia saecula saeculorum amem* [...] É menina, e assim foi a vida e a história da nossa terra *per omnia saecula saeculorum amem!*” (Alberto Devós, 88 anos). Assim, ao suprimir qualquer sentimento e reconhecimento de perdas e danos pela instalação da UHE, Sr. Paulino suprime também um “sentir-se” atingido que ficou latente na mágoa de Sr. Alberto.

**Foto 25 – Crianças brincando nas águas do Rio Grande (antes da inundação)**





Fonte: Foto cedida pela família da Sra. Almerinda Martins.

Outro momento em que as identidades múltiplas tornaram-se evidentes no processo de construção da barragem está no contraste e distanciamento dos entrevistados com os beneficiários da hidrelétrica. Nesse caso específico, os atingidos foram tipificados como “nós” em contestação ao trato impetuoso dos “outros”, distinguido, também, como “eles”.

Não. *Eles* não dão atenção não. As coisas interessam só para *eles*, só para o lado *deles*. Para os outros? Eles não dão “colher de chá” não (Alberto Devós, tipo empírico 1, 88 anos).

Não tinha esse negócio de negociar com *eles* [...] Era negócio por conta *deles* entendeu? Eles vinham, faziam e era aquilo ali! (Veridiana Andrade, tipo empírico 1, 67 anos).

Todavia, apesar de alguns “atingidos” construírem um extenso distanciamento de todas as instituições que estivessem associadas à UHE de Jaguará, outros “atingidos” estreitaram os laços de proximidade e intensificaram um sentimento de pertencimento aos padrões e ritmos propostos pelos “outros”.

Menina era tão bacana, era todo mundo tão amigo. O povo era tudo amigo com o povo da usina. O povo da Mendes Júnior com o povo da cidade, virou uma família só. Foi muito bacana. Porque sempre nesses lugares sempre tem confusão, né? Sempre tem, sempre tem. Aqui nunca teve nada. Nunca teve acidente na usina. Foi uma paz (Irineu de Matos, tipo empírico 3, 69 anos).

**Foto 26 – Meninas brincando nas águas do Rio Grande (antes da inundação)**



Fonte: Foto cedida pela família da Sra. Almerinda Martins.

Como último exemplo das diferenças na construção de uma identidade de “atingido” e de um “sentir-se” atingido, aponto o episódio da desapropriação das terras que, nos relatos de algumas famílias, ocorreu de forma “amigável”, “pacífica” e sem resistência por parte da população.

Foi pacífica, foi tranquila. Foi assim, como se diz, uma divórcio amigável, sem litígio. É, com a CEMIG sei que foi *amigável*. Ninguém bateu o pé porque ninguém tinha visto tanto dinheiro. Ia bater o pé? É a mesma coisa que uma pessoa estar com fome e chegarem com prato de comida e falarem, não quer? (Paulino Coelho, tipo empírico 4, 70 anos).

É foram todas *amigáveis*. Pagavam bem. Virgem! Aqui não valia nada! Não valia nada! Nada aqui tinha valor. Aqui era um fim de mundo! Fim de mundo mesmo. Quem queria estudar tinha que ir para fora. Foi tudo legal. Tudo pagou muito bem, então não teve problema. Nada de anormal. Ninguém achou ruim. Ninguém reclamou. Ninguém foi na justiça porque pagavam bem mesmo! (Irineu de Matos, tipo empírico 3, 69 anos).

Na contramão do que as famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* apontaram, as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* afirmaram que não houve um processo de negociação para estipular o valor de compra e venda das terras. Ao contrário, a CEMIG havia previamente estipulado o

valor que pagaria por cada propriedade e a cada proprietário, limitando o poder de negociação e acordo com a empresa. De fato, existiu uma “ficção legal” (REIS, 1998) de negociação e uma violência simbólica em que os poderes desiguais estavam escancarados. De um lado, estava a CEMIG amparada por advogados, avaliadores, leis, decretos e documentos que legitimavam e comprovavam a necessidade da construção da barragem. De outro, os proprietários de terra, desamparados juridicamente, que argumentavam, sem resultados frutíferos, o desejo de permanecerem nas terras e a insatisfação pelos valores propostos. Com efeito, a Sra. Veridiana afirma que não houve diálogo, mas desinformação e ameaça caso não aceitassem a proposta da CEMIG.

Era o Sr. Lúcio da CEMIG que vinha fazer “negociação” com a gente. E dizia: “Olha, é pegar ou lagar!” Aí a gente pegou, né? A oferta que eles davam era aquilo. Só o Lúcio que vinha conversar. É aquilo, é aquilo! Ninguém conseguia mudar aquela situação! Tinha gente que falava que não queria sair, que não queria aquilo. Mas no fim, né? *Quem entra em demanda com a CEMIG?* Então, tivemos que sair todo mundo. Ele [Lúcio] vinha, pegava a gente e levava ao cartório (Veridiana Andrade, tipo empírico 1, 67 anos).

Fica evidente que o processo de “negociação” se deu por relações de forças desiguais em que, nesse espaço de conflito e de jogos de interesses, coube ao “atingido” aceitar o valor proposto pela CEMIG (PARMIGIANI, 2006; SIGAUD, 1986; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). O risco de sair com “uma mão na frente e outra atrás”, sem indenização e sem qualquer ressarcimento monetário pela perda da terra, e a pressão da empresa, quando estipulou a data limite para as famílias saírem das residências, causou um sentimento de incerteza e insegurança nos proprietários que, rapidamente, visaram garantir o pouco que a CEMIG propunha. Apesar de terem a certeza que “barbearam”, ou seja, receberam pouco pelas terras, como afirma Sr. Alberto, não viam outra alternativa para o momento crítico que vivenciavam. “Eu acho ainda que barberei na ocasião de receber da CEMIG, barberei porque eu tinha um café também. Eu não lembro de ter recebido do café” (Alberto Devós, 88 anos).

Portanto, afirmar que foi “desapropriação amigável”, presente no relato de algumas famílias e no registro oficial de venda da terra para a CEMIG, está diretamente relacionado a dois elementos principais: ao contexto histórico da construção da UHE de Jaguará e ao decreto de “desapropriação por utilidade pública” que legitimava a remoção das famílias por uma causa maior – a necessidade nacional de energia elétrica. Ao certificar que “ninguém conseguia mudar aquela situação”, nota-se a presença de pessoas que reivindicaram por respeito, direitos sociais, o direito à terra, à indenização justa ou o direito de permanecerem nas

próprias casas, mas foram silenciadas pelas relações de forças desiguais e pela violência simbólica. E esse silêncio forçado foi interpretado e exposto por alguns como: adesão unânime à UHE de Jaguara e aos trâmites da desapropriação, e satisfação ao valor da indenização e recompensa monetária paga pela CEMIG por terras que “não valiam nada”.

“*Quem entra em demanda com a CEMIG?*” é uma pergunta emblemática que expõe o poder e a relação de força desigual entre o “atingido” e a concessionária. De fato, as famílias atingidas que estavam insatisfeitas com o processo de desapropriação e valores propostos pela CEMIG não concretizaram o confronto direto, mas por meio das estratégias de resistências cotidianas (SCOTT, 2002), fizeram-se presentes.

**Foto 27 – Registro de “Desapropriação Amigável”**

1973

OFÍCIO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS



2.º Cartório  
Pedregulho-SP.

2.º Cartório  
Pedregulho-SP.

COMARCA DE PEDREGULHO — ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

Maria Laura Macedo  
Serventúria

Ignez Garcia Leite de Araujo  
Oficial Maior

Aquele que não registra o seu título de aquisição  
não é dono do que adquiriu  
Arts. 135, 530, 531, 532, 533, 660, § único do Código Civil

REGISTRO DE

*Desapropriação Amigável*

VALOR DO CONTRATO

*R\$ 54.317,11*

TORGADO:

*Pernia*

TORGANTE:

*Jerônimo Bulo da Silva e s/m*

QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO

Fonte: Juízo de Direito da Comarca de Pedregulho – SP. Cartório do 2º Ofício.

Por fim, essas famílias que “se sentem” atingidas, ou seja, identificam no processo de deslocamento compulsório perdas e danos, afirmam que, se fosse hoje, o posicionamento frente à construção da UHE e à necessidade de sair e se deslocar seria diferente, ou seja, não sairiam da terra. É notório que a ausência de movimentos sociais quando da construção da UHE de Jaguará, como o MAB, facilitou a instalação da UHE pela desinformação e pela falta de esclarecimento dos direitos sociais dos “atingidos” pela barragem.

Muita gente não queria sair, mas era coisa que você tinha que sair. Ainda mais a gente, sem experiência! Não tinha uma pessoa para orientar, então a gente não tinha conhecimento. Eles [CEMIG] mandaram mesmo uma pessoa só para medir e para avaliar. Aí veio o advogado e já indenizou (Veridiana Andrade, tipo empírico 1, 67 anos).

Agora, se fosse hoje, a gente ia brigar na justiça. Porque naquela época as coisas eram mais difíceis, a gente não tinha informação de nada. Agora, se é hoje, ia ser diferente, a gente ia atrás [...] porque a gente sempre morou ali e trabalhava naquelas terras. E a gente não recebeu nada, ajuda de ninguém. Naquela época as coisas não eram tão esclarecidas igual hoje. Então, é o que eu acabei de falar agora mesmo, se é hoje, a gente não ia deixar barato não (Élcio Barbosa, tipo empírico 2, 66 anos).

Se fosse hoje eu não tinha perdido as minhas terras. Que eu considero perdida porque ficou debaixo d'água. Hoje, se fosse hoje, eu ia tomar na cabeça, mas não ia vender não. Quer tomar? Toma! Mas não dou escritura, não assino, não faço nada! Vocês fazem lá o que vocês quiserem, mas eu não faço nada! Não assino papel nenhum! Não faço nada! Hoje ia ser uma dificuldade para eles desapropriarem [...] Na época eu não sabia o que estava fazendo direito, a gente não tinha muita experiência com isso. Naquele tempo, foi 1970, eu não sabia que ia tomar na cabeça assim não. Mas aconteceu e pronto (Alberto Devós, tipo empírico 1, 88 anos).

As posições divergentes e a multiplicidade de argumentos e posicionamentos no contexto da construção da UHE de Jaguará evidenciaram diferenças entre o “ser” atingido e o “sentir-se” atingido. Apesar de as famílias terem sido legítima e legalmente consideradas “atingidas”<sup>49</sup>, com direito à reparação monetária à inundação da propriedade privada, não houve um “sentir-se” atingido entre todos que vivenciaram o deslocamento compulsório. Ou seja, não houve o reconhecimento de danos e perdas de todos, mas a confirmação de ganhos e benefícios que validam e enaltecem a construção da UHE de Jaguará. A compreensão dessa multiplicidade de identidades veio à tona quando se aprofundou nas experiências de cada indivíduo. Então,

---

<sup>49</sup> Exceto as famílias do tipo empírico 2 que, como explicado, por não terem a propriedade legal da terra não receberam indenização, ou seja, não foram considerados “atingidos”.

para compreender o sentimento e a sensação de um “sentir-se” atingido, ou não, é preciso ter em mente que “suas aspirações eram válidas nos termos de suas próprias experiências” (THOMPSON, 1987, p. 12).

\* \* \*

Nesta seção, com o objetivo de articular as experiências de todos *os tipos empíricos*, fiz o esforço de retomar elementos que foram anteriormente trabalhados como as sociabilidades, a relação de trabalho, a relação com a terra e a opção racional em *ficar* ou *sair* do território, para então, expor a significação da experiência do deslocamento compulsório.

Com base nos relatos orais, a *terra*, como espaço de produção, espaço de moradia e espaço detentor de referenciais identitários, balizou a trajetória das famílias atingidas pela construção da UHE de Jaguara, seja para *ficar* ou seja para *sair* e *voltar* ao território. A certeza da ruptura de determinado padrão de reprodução, que é rompido pela irrupção de uma nova lógica que é econômica, cultural e social, obrigou as famílias a se reestruturarem de modo imediato, sendo a terra mensurada e ponderada por todos no momento limite. Dessa forma, é possível afirmar que, em circunstâncias de construção de UHE, inundação e destruição do espaço, não há a saída definitiva do território mas a memória e as lembranças do “lugar da gente” orientam o retorno daqueles que partiram.

Além disso, a proximidade e o distanciamento da terra como base produtiva foi elucidativo sobre as *perdas* e os *ganhos* que estão em jogo quando há a instalação de UHE. Ficou evidente que a inundação da terra como base produtiva e o término do mecanismo de produção das famílias foi traduzido como perdas de diversas ordens. Contudo, para aquelas que desde antes da instalação da UHE tentavam se afastar da terra como espaço de vida e como base produtiva, a chegada da UHE no território foi interpretada como oportunidade para “mudar de vida”.

Por fim, propus trabalhar com as noções “ser” e “sentir-se” atingido. Isso porque entendo que, dentro de uma grande gama de pessoas e famílias intituladas “atingidas” por viverem no espaço da construção da UHE e terem as rotinas transformadas pela instalação da UHE, há também aqueles que não se sentem como tal. Não reconhecem perdas e danos quando da instalação da hidrelétrica mas, como apontado, ganhos e benefícios.

É importante sublinhar que a divisão entre “ser” e “sentir-se” atingido não tem a finalidade de questionar *quem* são os atingidos pela construção de barragens, nem mesmo questionar sobre a importância de ser reconhecido como “atingido” para dispor de indenização

e reparação às perdas e danos. Muitos ganhos e resultados vitoriosos foram conquistados à base de muita luta de movimentos sociais, ribeirinhos, posseiros, meeiros, comunidades tradicionais, entre outros que, gradativamente, conseguiram ampliar o termo e incluir pessoas que, até então, eram excluídas de qualquer reconhecimento de impactos. O objetivo com o termo “sentir-se” atingido é chamar a atenção para a multiplicidade de identidades e a resignificação do deslocamento compulsório que será compreendida quando se afunilar os olhares para a experiência de classe de cada família atingida.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações, depoimentos, lembranças e memórias narradas pelas famílias residentes do município de Rifaina/SP expuseram as transformações na vida após a construção da UHE de Jaguara. Os depoimentos coletados revelam trajetórias de vida que partiram de *antes* da instalação da UHE, percorreram quarenta e cinco anos ao longo da história, para se situarem *hoje*, reestruturados e reestabelecidos no tempo e no espaço. Esse trabalho de rememorar um evento que ocorreu em um período longínquo, com transformações tão evidentes e rupturas gritantes foi, para alguns, um momento de alegria e oportunidade de lembrar um acontecimento especial em âmbito particular. Porém, para outros, foi um trabalho árduo, pesado e espinhoso que significou remexer em um passado afogado pelas águas, e desafogar, a duras penas, a casa, a terra e um modo de vida que não existe mais. Significou também trazer à tona pessoas que, com a força das águas, foram impulsionadas a seguir novos caminhos e, com a força do tempo, concluíram o ciclo natural da vida.

Foi nesse sentido que a presente dissertação se organizou e surgiu, retomando o passado para entender o presente, levantando elementos do antes para compreender o hoje, e ressignificando a partir do hoje, episódios do passado. Com o objetivo principal de observar a trajetória social das famílias que experienciaram a construção da UHE de Jaguara, trabalhei nesse *vai e vem* constante atentando para as estratégias e as motivações de permanência e saída do território, para os impactos nas bases produtivas e implicações sociais quando surge a UHE e para a reestruturação social das famílias. Esse trabalho de *vai e vem* indicou uma multiplicidade e heterogeneidade de posicionamento sobre a construção da UHE de Jaguara e diferentes significações acerca do deslocamento compulsório vivido. Isso significa dizer que a experiência e o resultado do deslocamento compulsório após a instalação da hidrelétrica foi, para uns, significada de maneira *positiva*, enquanto para outros, de maneira *negativa*.

Essas contradições e surpresas que o campo revelou foram passíveis de compreensão ao optar por mobilizar uma metodologia flexível, que abrange uma gama de relatos orais acerca de fatos não registrados em outras fontes documentais. Então, a *história oral* colocou a fala e a vida dos “atingidos” em evidência, deixando-os livres para falarem e comentarem sobre as lembranças que surgiam e as memórias que irrompiam no decorrer da narrativa e da troca de experiência. Outrossim, aproximar às contradições expressas ao longo da dissertação foi possível ao optar por trabalhar com a *experiência* no sentido formulado por Thompson (1981), uma experiência gerada e aprendida na vida material e estruturada no *habitus*

*de viver* como normas, regras e expectativas apreendidas pelos agentes sociais. Isso equivale a dizer que os agentes discutem valores, escolhem entre valores e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.

A percepção sobre o deslocamento compulsório foi manifestada de diferentes maneiras pela maioria dos entrevistados. Para alguns, “ter que sair” significou a *perda* do espaço de produção, espaço de moradia e espaço de referenciais identitários. Nesses casos, os entrevistados informaram que ficaram desnorteados e desorientados quando da construção da UHE de Jaguará e inundação das terras, e manifestaram o sofrimento e a dor da perda da terra ao longo das falas. Para outros, no entanto, “ter que sair” significou oportunidade de “melhorar e mudar de vida”. Sair da terra indicou a oportunidade de se afastar de um local atrasado e subdesenvolvido e a possibilidade de aproximar de novos locais, novos ares que possibilitasse reestruturar os mecanismos de trabalho. Então, como deixam claro os depoimentos, “ter que sair” também significou a possibilidade de *ganhos*.

Diante dessa afirmação, é possível dizer que em contexto de construção de UHE não há apenas impactos negativos mas, como as falas apontaram, há também percepções positivas sobre o evento citado. Com base nisso, propus a diferença entre “ser” e “sentir-se” atingido por barragem. Ou seja, apesar de algumas famílias serem enquadradas como “atingidas” por terem as terras inundadas, o sentimento pessoal e a experiência não são de perdas e danos mas ganhos e lucros por compreenderem melhorias em âmbito pessoal e regional.

Então, através das narrativas dos “atingidos”, pude constatar impactos diversos e sentimentos desencontrados entre os *tipos empíricos* provocados pela experiência de classe de cada família “atingida” em relação ao processo de deslocamento compulsório e perda da terra. Primeiro, os sentimentos desencontrados de medo e insegurança dos *tipos empíricos 1 e 2* e de esperança e segurança dos *tipos empíricos 3 e 4* diante da flagrante ameaça de expulsão das terras, expressas em afirmações tais como “você não sabia realmente o que estava acontecendo ou o que iria acontecer” (Alberto Devós) ou “eu sempre tive vontade de crescer, de trabalhar, sabe?” (Inês Carvalho). Além desses sentimentos, a eventual possibilidade de perder a propriedade da terra, como espaço de produção, moradia e referenciais identitários quando da formação do lago artificial, abre portas para os sentimentos de perdas e prejuízos para os *tipos empíricos 1 e 2*, mas também de ganhos e benefícios para os *tipos empíricos 3 e 4*. Isso porque estas famílias compreendem o episódio da construção da UHE como oportunidade para “melhorar de vida”, transformar uma realidade “dura e penosa”, e aquelas,

como processo real de desmantelamento da base produtiva e perda de um espaço de grandes cargas simbólicas.

Dando continuidade às percepções e aos sentimentos provocados pela construção da UHE e inundação da terra, também pude observar o sentimento de adesão e expectativas das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4* expressas em afirmações como “ninguém tem que falar nada da usina, da CEMIG, da Mendes Júnior ou da indenização. Nada! Só falar bem! Porque trouxe muitas coisas boas para todos da cidade. Melhorou a vida” (Irineu de Melo). Contudo, houve o sentimento de revolta e indignação das famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* expresso no importante pedido feito por Sr. Alberto à pesquisadora: “agora falta você transmitir para os outros lá o que é uma vivência depois de uma CEMIG. Depois de uma usina hidrelétrica. Fala para eles que é a *pior merda* que existe! Para quem fica e para quem vai também!” (Alberto Devós). De fato, os sentimentos desencontrados ficaram evidentes ao longo das entrevistas, indo do extremo da adesão ao extremo da repulsa à UHE de Jaguará a depender da experiência de classe em relação à propriedade da terra e ao processo de deslocamento compulsório.

Por fim, destaco os sentimentos de lamento e dor dos *tipos empíricos 1 e 2* e de satisfação e prazer das famílias dos *tipos empíricos 3 e 4*. Os depoimentos a seguir são ilustrativos: “para mim foi uma maravilha” (Inês Carvalho); “deu conhecimento, deu trabalho, deu oportunidade. Foi uma maravilha” (Irineu de Melo); “olha para te falar a verdade foi um período muito maravilhoso. Se pudesse repetir aquilo, repetiria de novo. Ah foi gostoso” (Paulino Coelho). Na direção contrária aos relatos de prazer e satisfação por vivenciar a construção da UHE, as famílias dos *tipos empíricos 1 e 2* lembram e relatam o episódio com lamento e dor:

Comprei uma fazenda lá, uma fazendinha. Mas eles podiam ter dado mais prazo, podia ter me dado mais prazo para fazer as coisas devagar, dar um prazo maior. Esperar eu comprar primeiro [...] Mas não! Aí eu fiquei em um “balaio de gato”. Como diz o caipira, precisei “rapar o tatu com machado”. Você já ouviu falar em “rapar o tatu com machado?”. Pois é! Foi isso que fiz [...] Então, atrapalhou tudo, né? Atrapalhou tudo porque tirou as terras. É a mesma coisa você estar escrevendo, tira o lápis, vai escrever com a ponta do dedo? Não tem como! (Alberto Devós).

O que dói para ele é isso. Fechou a represa e é como se tivesse fechado uma cortina, um cenário e começado outro, outro cenário, você entendeu? Fechou aquele cenário. O palco da vida foi isso. Fechou aquele. E para mim também é assim. O duro disso é quando não tem o cenário mais. Quando fecha de uma vez. Então, para ele, que viveu na beira de rio, que fez tudo ali, que passou a juventude dele ali, [ele] fica triste por não ter para onde voltar. Perdeu um

referencial. Então você vê, ele com oitenta e sete anos, uma pessoa que passou a vida inteirinha aqui e acontecer de não poder voltar para o lugar de “um dia eu pesquei aqui!”. É difícil! Ele faz isso às vezes (Josué Marães Filho).

Nessa breve articulação dos relatos e sentimentos pessoais em razão do deslocamento compulsório e inundação das terras, pretendi destacar algumas motivações e justificações presentes nas famílias entrevistadas que guiaram a análise para a compreensão da adesão ao projeto político e econômico do governo e da UHE, e para o entendimento da recusa de outras famílias a esse projeto.

Seja como for, é indispensável ressaltar o papel fundamental do território para conduzir a trajetória das famílias atingidas, motivando-as a *ficar* ou *sair* e *voltar* ao local em que a UHE foi instalada. Ficou evidente que, entre as famílias “atingidas” pela construção da UHE de Jaguara, não houve a saída definitiva do território, mas os elementos que constituem a memória, como os acontecimentos vividos, os lugares e as pessoas, mantiveram vivas as lembranças de um local que foi destruído pelas águas da CEMIG, instigando suas voltas para a “terra natal”.

Para trabalhar com as diferentes motivações e as justificações das experiências de deslocamento compulsório e instalação da UHE de Jaguara, busquei a articulação de referenciais analíticos contemporâneos que auxiliaram na estruturação do trabalho. Dessa forma, o trabalho de Boltanski e Chiapello (2009), e a reflexão sobre o *novo espírito do capitalismo*, conduziu as análises para o entendimento sobre as justificações positivas a partir do consumo como identidade dos agentes e pela explicação dos ganhos não apenas em âmbito particular mas também geral. Com James Scott (1976, 2002), a noção de *resistência cotidiana* foi essencial para compreender as estratégias ocultas mobilizadas por pessoas que viviam em contexto de ditadura militar e estavam cientes das possíveis consequências de um conflito aberto e direto. Bourdieu (1979) e o estudo sobre a sociedade Cabila, na Argélia, permitiu alcançar sobre o processo de desenraizamento e transformações no modo de vida tradicional quando há a introdução da racionalidade produtivista do modo capitalista de produção. As reflexões sobre o território e localidade de Carneiro (2012) e Wanderley (2009) conduziram a análise para o rompimento das diferenciações binárias e compreensão de um local com múltiplas identidades. E, por fim, aponto a importância de autores que trabalharam com a implantação de Grande Projetos Hídricos, o modo de implantação, relações de poder e o impacto ao atingidos como Vainer (2011), Vainer e Araújo (1990), Sigaud (1986, 1992), Rocha (2012) e Reis (1998).

Além dos referenciais contemporâneos, cito ainda as teorias clássicas, prioritariamente Marx e o processo do avanço do capital em áreas rurais e a expropriação dos mecanismos de trabalho dos trabalhadores; e Weber, com a reflexão sobre o território no leste do Rio Elba da Alemanha.

Partindo desses e outros referenciais articulados na dissertação, julgo que foi possível contribuir para as discussões sobre a construção de usinas hidrelétricas e os impactos sociais aos “atingidos” através da articulação de categorias sociológicas que expõem motivações, justificações, resistências, experiências e sociabilidades. Os resultados apresentados abrem caminhos para novas questões que merecem ser trabalhadas mas que não puderam ser apreendidas nessa pesquisa. Destaco, como ponto principal, a persistência do modo excludente e repressor no processo de implantação de UHE no território nacional nos padrões defendidos e observados pelo governo ditatorial. Isso quer dizer que o início do governo democrático não mudou ou amenizou o trato do Setor Elétrico com os “atingidos”. Ao contrário, atualmente, a atuação do governo é similar às apresentadas pelos “atingidos” da construção da UHE de Jaguará, de forma truculenta, excludente, com relações de poder desiguais em que os discursos dos “atingidos” são silenciados por uma necessidade maior, qual seja, a necessidade de energia hidrelétrica. Portanto, há na democracia a reprodução do projeto político defendido na ditadura militar, focado, atualmente, na região norte do país. Persistem também, os discursos e os argumentos de que a UHE traz progresso para a região em que se dá a construção do grande empreendimento, argumento que justifica as transformações que a UHE causa para o território e para a vida das famílias “atingidas”. Então, trabalhar com a trajetória social das famílias “atingidas” pela construção da UHE de Jaguará, construída na década de 1970, mostra-se relevante para compreender o hoje, entender que o modo em que se deu a implantação da UHE persiste atualmente, assim como as estratégias de resistência dos “atingidos”, mas agora de forma aberta, ampla, instigada e motivada pela presença do MAB.

A presença de poucos remanescentes de “atingidos” que vivenciaram a construção da UHE de Jaguará, e suas memórias, foram suficientes para me fazer transitar pelas lembranças e visualizar o momento histórico, as alegrias e aflições, as expectativas e os medos, as perdas e os ganhos de famílias que se depararam com transformações, até então, inimagináveis. As experiências das famílias “atingidas” aqui trabalhadas, os sorrisos e os olhos lacrimejantes, me fizeram refletir, seja pelas dores das perdas ou seja pelas as alegrias dos ganhos, sobre a necessidade de ponderar sobre os impactos reais e concretos da implantação desenfreada de usinas hidrelétricas no país.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento – o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 158 – 192, 2010.

ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hídricos na Amazônia – o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa (Org). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 61-92.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Modernização e conflito no Brasil Contemporâneo. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, v. 4, 1991, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: Ed. Anpur, 1991. p. 221-227.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, **Anais...** 07 a 10 de novembro de 2011.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling. Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological methods & research*, v, 10, n. 2, p. 141-163, nov 1981.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 1.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo e o papel da crítica. In: \_\_\_\_\_. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 31-80.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. A força da crítica. In: \_\_\_\_\_. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 479-524.

BORIS, Eileen. Produção e Reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: Estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979. 135p.

\_\_\_\_\_. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p.83-92, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 35p.

BRANDEMBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris**. v. 4, n. 1, p. 167 – 194, mar. 2010a.

\_\_\_\_\_. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v 13, n.2, p. 417-428, jul/dez. 2010b.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Brasília. 2008, 236p.

Disponível em: < <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>> . Acessado em 11 de Maio de 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Brasília. Parte 2. 2008, p. 49-61.

Disponível em: < [http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_par2\\_cap3.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap3.pdf)> . Acessado em 11 de Maio de 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Banco de Informações de Geração**.

Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acessado em : 11 de Maio de 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.365**, de 21 de Junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm)>. Acessado em 11 de Maio de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 52.416**, de 28 de Agosto de 1963 - Revoga o Decreto n.º 45.415, de 12 de fevereiro de 1959, de interesse da Companhia Geral de Minas, e outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio Grande. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52416-28-agosto-1963-392426-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 11 de Maio de 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 58.410**, de 17 de Maio de 1966. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. as áreas de terra e benfeitorias que menciona. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58410-17-maio-1966-398836-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 11 de Maio de 2016.

BRASIL. **Lei nº 2.786**, de 21 de Maio de 1956. - Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L2786.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L2786.htm)>. Acessado em 11 de Maio de 2016.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 06-17, jan./jun. 2008.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª Ed. Livraria Duas Cidades LTDA. 1987, 334p.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, 229p.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: \_\_\_\_\_. **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-50.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out/1998.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 67-100.

CARVALHO, Thiago Franco Oliveira de. **Modernização agrícola e a região da Alta Mogiana Paulista**. Análise da expansão da produção de cana de açúcar em uma tradicional região cafeeira. 142f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Ciências Exatas) – Instituto de geociências e ciências exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2014.

CRESWELL, John. Projeto de pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CRUZ, Carla Buiatti; SILVA, Vicente de Paulo. Grandes Projetos de Investimentos: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 181-190, abr. 2010

DERROSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. v. 12, n. 3, p. 97-114, jul./set, 2014.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2ª ed. São Paulo. 1976

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978

\_\_\_\_\_. **Progresso técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. 1980. 294f. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998, 211p.



GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Leituras e interpretações clássicas**. v. 1, São Paulo: UNESP; Brasília, 2009, p. 45-56.

GONÇALVES, Juliano Costa; VALENCIO, Norma F. L.S; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André. Análise das Alterações de Comportamento do Mercado de Terras Rural Provocadas pela Implantação de Megaprojetos Hídricos. In. **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. VALENCIO, Norma F. L.S; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André (Orgs.). São Carlos: RiMa, 2001, p. 149-164.

GUEDES, André Dumans. **Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo**: o caso do movimento dos atingidos por barragens. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. SANTOS, Milton. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 131-161.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. In: \_\_\_\_\_. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1-11.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ª ed. Ed. Civilização Brasileira. 1991.

LEITE, Miriam M; VON SIMSON, Olga R de M. Imagem e Linguagem: reflexões de pesquisa. In: LAND, Alice Beatriz (Org.). **Reflexões sobre pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. p. 117 – 140.

LEME, Alessandro André. A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Privatização e Crise em Perspectiva. In. **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. VALENCIO, Norma F. L.S; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André (Orgs.). São Carlos: RiMa, 2001, p. 105-134.

LIMA, Hudson Rodrigues; SILVA, Vicente de Paulo. Grandes projetos de investimentos hidrelétricos no Brasil e apropriação do espaço: governança territorial e comunidades atingidas. In: Encontro de geógrafos de América Latina. 2013. Peru. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

Disponível em: < <http://www.neperge.ig.ufu.br/artigos.html>>. Acessado em: 11/Abril/2016.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas. 1979

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes Ltda. 1981.

MARTINS, Rodrigo Constante. **Análise dos impactos sócio-ambientais do processo de modernização agrícola das áreas de influencia dos reservatórios de Barra Bonita e Jurumirim.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos. 2000, 201p.

MARTINS, Rodrigo Constante. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. In. \_\_\_\_\_. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas.** São Carlos: EdUFSCar. 2014, p. 77-96.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23, p. 07-37, março 1991.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da econômica política.** São Paulo: Expressão Popular 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 169p.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** Livro1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** Livro 3. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 123–172.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, jan./jun. 2002.

MELO, Beatriz de Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Moraes. Expansão Canavieira e Resistência Sitiante. **Raízes**, Campina Grande, v. 33, n. 2, jul./dez. 2013.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**. v. 16, n. 1, p. 125 – 147. jun. 2013.

MINAS GERAIS. Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). **Usinas da CEMIG. A história da eletricidade em Minas e no Brasil.** 2006, 304p.

MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC, 1989

PARMIGIANI, Jacqueline. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 26, p. 107-123, 2º semestre 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASE, Hemerson Luiz; ROCHA, Humberto José da; O conflito social e político nas hidrelétricas da Bacia do Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 99-113, jun, 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

\_\_\_\_\_. Trabalho Familiar: Uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252. Jan./Abr. 2004.

\_\_\_\_\_. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013.

PINHEIRO, Daniele de Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais**: o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006, 109f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

\_\_\_\_\_, Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-215, 1992.

PNAB – Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragem. Cartilha Política de direitos. 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

\_\_\_\_\_. Relatos Orais: do “indizível” ao “ dizível . In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: vértice, 1988. p. 14-43.

\_\_\_\_\_. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

\_\_\_\_\_. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Leituras e interpretações clássicas**. v. 1, São Paulo: UNESP; Brasília, 2009, p. 57-72.

REIS, Maria José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade**: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. 1998. 253p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP).

ROCHA, Humberto José da. A condição de atingido por barragem. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos sociais, Participação e Democracia. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010, p. 386-400.

\_\_\_\_\_. **Relações de poder na hidreletricidade**: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. 2012. 351f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. p. 259-280. Jun 2014.

ROCHA, Humberto José da; PASE, Hemerson Luiz. O conflito social e político nas hidrelétricas da Bacia do Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 99-113, Jun. 2015.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. O turismo e a reconstrução do espaço rural. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 67-100.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SCOTT, James. **The Moral Economy of the Peasant**. Rebellion and subsistence in Southeast Asia. New Haven and London. Yale University Press, 1976.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Exploração Normal, Resistência Normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 217 – 243, jan./jul. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez.1995

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 18-29, fev. 1992.

\_\_\_\_\_. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ. 1986. 166p.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Experiência e memória na bagagem dos caminhos da terra. **Teoria & Pesquisa**. n. 49, p. 35-64, jul/dez, 2006.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 85-115, jan./jul. 2014.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 196-240, mai./ago. 2010.

STROPASOLAS, Valmir. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253–267, jan./abr. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. **O Grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa: "A árvore da liberdade"**. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In. \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

\_\_\_\_\_. A economia moral revisitada. In. \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 203-266.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992

\_\_\_\_\_. História oral e contemporaneidade. **História oral**. v. 5, p. 09-28, 2002.

VAINER, Carlos B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. 1 ed. Viçosa: UFV, p. 39-63. 2008.

\_\_\_\_\_. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: Encontro nacional de estudos populacionais, nº 11, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo: Abep, 1998, p. 819-835.

\_\_\_\_\_. Do corpo marcado ao território demarcado: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil. **Cadernos de migração**, São Paulo, n. 7, 2000.

\_\_\_\_\_. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In. **Justiça Ambiental e Cidadania**. ACSELRAD, Henri; PÁDUA, José Augusto ; HERCULANO, Selene (Orgs). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. O que é o "Grande Projeto"? Características econômicas, territoriais, políticas e sociais. In: Seminário Grandes Obras e Migrações. São Paulo: SPM, p. 33-45, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do Setor Elétrico. Estratégias das populações atingidas. **Revista Travessia**, ano 2, n 6, p. 18-24, jan./abr. 1990.

\_\_\_\_\_. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 85p.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 190f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ZANFELICE, Thalita.; ETCHEBEHERE, Mario Lincoln; SAAD, Antonio Roberto. Avaliação preliminar do potencial turístico do Município de Rifaina (SP) e os impactos decorrentes do uso público de seus atrativos paisagísticos. **Geociências**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 203-220, 2009.

ZHOURI, Andrea. e OLIVEIRA, Rachel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. x, n. 2, p. 119-135, jul – dez, 2007.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011. 151p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. 6.ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2004. 297p.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In. \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. p. 253-267.

\_\_\_\_\_. O caráter nacional e os “Junkers”. In. \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. p. 268-274.

WHITE, Willian Foote. Sobre a evolução de sociedade de esquina. In. \_\_\_\_\_. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005, p. 283-362.